

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**UMA HISTÓRIA, DOIS OLHARES:
narrativas de alunas/professoras do
Instituto Estadual de Educação
João Neves da Fontoura –
Cachoeira do Sul/RS
(1929 -1990)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ilhana de Lima Rodrigues da Rosa

**Santa Maria, RS, Brasil
2008**

**UMA HISTÓRIA, DOIS OLHARES:
narrativas de alunas/professoras do Instituto Estadual de
Educação João Neves da Fontoura - Cachoeira do Sul/RS
(1929 -1990)**

por

Ilhana de Lima Rodrigues da Rosa

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Educação Política e Cultura, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Educação.**

Orientador: Prof.º Dr. phil Jorge Luiz da Cunha

Santa Maria, RS, Brasil

2008

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**UMA HISTÓRIA, DOIS OLHARES:
narrativas de alunas/professoras do Instituto Estadual de
Educação João Neves da Fontoura - Cachoeira do Sul/RS
(1929 -1990)**

elaborada por
Ilhana de Lima Rodrigues da Rosa

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Educação

COMISSÃO EXAMINADORA:

Jorge Luiz da Cunha, Dr.
(Presidente/Orientador)

Elisete Medianeira Tomazetti, Dra. (UFSM – RS)

Sueli Menezes Pereira, Dra. (UFSM – RS)

Santa Maria, 10 de abril de 2008.

Dedico este trabalho aos meus pais
– Edir e Jussára – pela confiança,
incentivo e amor.

AGRADECIMENTOS

*“Perdoem a cara amarrada,
Perdoem a falta de abraço,
Perdoem a falta de espaço,
Os dias eram assim(...)”¹*

O reconhecimento de que nunca se está sozinho na caminhada em direção às conquistas da vida, é sinal de gratidão. Mesmo não sendo uma tarefa fácil, agradecer torna-se imprescindível, pois mostra que muitas pessoas estiveram impulsionando e motivando meus passos e escolhas durante estes dois anos de formação.

As mãos estendidas representaram força, garra, coragem, esperança, amor, carinho, amizade. Entre estas mãos estava Deus, movendo todos os obstáculos, mostrando todos os caminhos, estimulando nas horas de cansaço e acalentando todas as alegrias e tristezas.

Agradeço aos familiares e amigos que estiveram comigo mesmo quando eu não podia usufruir das alegrias de suas companhias por causa das horas intermináveis de estudos e leituras. Um agradecimento especial aos meus pais, pelas palavras de conforto e estímulo, não me deixando desistir em momento algum. Um carinhoso agradecimento ao meu marido Mauricio, pelo amor, paciência e companhia presente em todas as horas e cidades.

Estendo a gratidão aos amigos queridos que conquistei durante o Mestrado – colegas das aulas, colegas do Povo de Clio – em especial aqueles que foram porto seguro sempre: Janice Jensen, Cléo Bonotto, José Alberto Martins, Dalila Varino e Luciani Missio, demonstrando afeto, cumplicidade e sugestões enriquecedoras

¹ Música: Aos nossos filhos – Elis Regina

imprescindíveis para a completude deste trabalho. Agradeço também à Valéria do Reis Costa, por colaborar voluntariamente com as transcrições das entrevistas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSM, a gratidão pelos ensinamentos, pelas dicas e incentivos durante o Mestrado. Em especial ao professor Jorge Luiz da Cunha, orientador desta pesquisa, pelo conhecimento e por aceitar e acreditar em minhas escolhas e produções.

Agradeço também à Equipe Diretiva, professores e alunos do Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura, que sempre me receberam de portas abertas durante estes dois anos de investigação. As colaboradoras da pesquisa um agradecimento especial, pela confiança ao contar suas memórias. À professora Lisane Felix Veloso pela cuidadosa revisão do trabalho.

À Universidade Federal de Santa Maria, pela qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação que enriqueceram minhas experiências acadêmicas. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pela bolsa de mestrado que financiou meus estudos.

A todos que, de uma forma ou de outra, fizeram parte desde período, rezando, torcendo, apoiando, muito obrigada pela presença e pela amizade.

No tempo, vivemos e somos nossas relações sociais, produzindo-nos em nossa história. Falas, desejos, movimentos, formas perdidas na memória. No tempo nos constituímos, relembramos, repetimo-nos e nos transformamos, capitulamos e resistimos, mediados pelo outro, mediados pelas práticas e significados de nossa cultura. No tempo, vivemos o sofrimento e a desestabilização, as perdas, a alegria e a desilusão. Nesse moto contínuo, nesse jogo inquieto, está em constituição nosso “ser profissional”. (FONTANA, 2000)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Maria

UMA HISTÓRIA, DOIS OLHARES: narrativas de alunas/professoras do Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura - Cachoeira do Sul/RS (1929 -1990)

AUTORA: ILHANA DE LIMA RODRIGUES DA ROSA

ORIENTADOR: JORGE LUIZ DA CUNHA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 10 de abril de 2008.

Esta pesquisa tem como objetivo principal compreender a trajetória de formação docente no Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura, de Cachoeira do Sul/RS, através das memórias de alunas/professoras, entre os anos de 1929 a 1990. O IEEJNF – Escola Normal pública de Cachoeira do Sul - tem grande representatividade no cenário educacional do interior do Estado do Rio Grande do Sul, pois se responsabiliza pela formação docente em nível médio há mais de 70 anos. Na busca de outros olhares sobre a trajetória de formação docente desta instituição foram imprescindíveis as narrativas das doze colaboradoras. Todas foram alunas no Curso Normal e posteriormente professoras neste mesmo curso e escola, porém em diferentes épocas. A partir de um roteiro com quatro eixos temáticos, as narrativas revelaram informações peculiares da formação e prática docente, entre eles: motivações quanto à escolha da profissão; lembranças da formação; motivações para voltar a Escola João Neves da Fontoura e, prática de professora no curso Normal da Escola João Neves da Fontoura. Além das narrativas, outros dados coletados partiram dos arquivos da Escola, do Museu Municipal e do Arquivo Histórico Municipal, como: jornais do período, documentos e relatórios. Fontes iconográficas, como fotografias, uniformes e objetos da época pertencentes as colaboradoras, serviram de elo entre a documentação escrita e as narrativas, tornando a visualização rica em detalhes. São vestígios que remontam fatos e cenas como num mosaico, pois, além de recuperar as experiências dos indivíduos em várias épocas históricas, recolhem-se também crenças, mitos e tradições. Assim, não apenas a vida da pessoa é considerada, mas também o fato de ela fornecer elementos culturais para que a História da Educação seja mais bem compreendida, preenchendo, desta forma, lacunas da historiografia da educação no Rio Grande do Sul – Brasil.

Palavras-Chave: Escolas Normais, formação de professores, memórias.

ABSTRACT

Master Degree Dissertation
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Maria

ONE HISTORY, TWO WAYS TO SEE: narratives of students and teachers of the Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura - Cachoeira do Sul/RS (1929 -1990)

AUTHOR: ILHANA DE LIMA RODRIGUES DA ROSA

ADVISER: JORGE LUIZ DA CUNHA

Date and location: Santa Maria, April 10th, 2008.

This search aims, mainly, to comprehend the pathway of the teachers' formation in the Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura (IEEJNF), de Cachoeira do Sul/RS through the memories of students and teachers beginning in the 1929 until 1990. The IEEJNF is much known in the countryside, because it has been responsible for the teachers' formation on high school level for seventy years. In the search of other ways to comprehend the pathway of the teachers' formation in this institution, it was basically to listen to twelve witnesses. All these witnesses were students and after they taught in this school, but in different times. Using a "script" with four main themes, the narratives revealed peculiar information about the teaching act, and among them, motivation towards the profession choice, formation recalling, motivation to teach at that school, and the acting as teacher in that course. Beyond the narratives, were collected other data form the institution's files, from the Museu Municipal (museum) and from the Arquivo Histórico Municipal, such as: newspapers, documents and reports. Sources iconographical, such as photographies, school uniforms and objects from the time that belong to the witnesses were used as a link between the written documents and the narratives. Not only the person's life were consider but the fact that this person gives cultural elements to the Education's History be better comprehended, in this way it allows to know more about the Education's History in the Rio Grande do Sul – BR.

Keywords: Normal Schools, teachers' formation, memories

LISTA DE FOTOGRAFIAS


IMAGEM 1 – Fachada do IEEJNF – foto de 2006.....	97
IMAGEM 2 – Decreto nº. 4.284/1929.....	99
IMAGEM 3 – Quadro do Patrono do IEEJNF.....	102
IMAGEM 4 – Decreto nº. 4.784/1931.....	103
IMAGEM 5 – Foto da inauguração do prédio novo da Escola Normal de Cachoeira do Sul – 1944.....	105
IMAGEM 6 – Imagem do IEEJNF – década de 1940.....	107
IMAGEM 7 – Distintivo do Curso Normal da Escola Normal João Neves da Fontoura.....	109
IMAGEM 8 – Distintivo do Colégio Estadual Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha.....	109
IMAGEM 9 – Fachada do IEEJNF.....	110
IMAGEM 10 – Fachada do IEEJNF.....	110
IMAGEM 11 – Piano do IEEJNF e retrato da professora Dinah Néri Pereira.	111
IMAGEM 12 – Banda da Escola Normal João Neves da Fontoura 1950.....	112
IMAGEM 13 – Banda da Escola Normal João Neves da Fontoura – década de 1940.....	112
IMAGEM 14a – Ata do 1ª Exame Parcial da Escola Complementar de Cachoeira do Sul.....	115
IMAGEM 14b – Continuação da Ata do 1ª Exame Parcial da Escola Complementar de Cachoeira do Sul.....	116
IMAGEM 15 – Inauguração da Galeria de Ex-Diretoras.....	122
IMAGEM 16 – Galeria de Ex-Diretores.....	122
IMAGEM 17 – Festa dos “Bixos da Normal”.....	124
IMAGEM 18 – Desfile na Semana da Pátria – destaque para o uniforme.....	125
IMAGEM 19 – Grupo de alunas – destaque para uniforme – década de	

1950.....	126
IMAGEM 20 – Grupo de alunas – destaque para uniforme – década de	
1950.....	126
IMAGEM 21 – Gravata usada pelas normalistas como parte do uniforme....	147
IMAGEM 22 – Grupo de alunas – destaque para o uniforme.....	149
IMAGEM 23 – Grupo de alunas – destaque para o uniforme.....	149

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 ARTICULAÇÕES E PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	20
1.1 Articulações.....	20
1.1.1 Memória.....	20
1.1.2 História.....	22
1.1.3 Docência.....	23
1.2 Percursos Metodológicos.....	25
1.2.1 História Oral Temática: narrativas de vida e docência.....	25
1.2.2 Registros iconográficos: imagens do passado na reconstrução do presente.....	31
1.3 Descrições das colaboradoras.....	33
2 AS ESCOLAS NORMAIS NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	44
2.1 O surgimento e a trajetória das escolas Normais.....	44
2.1.1 Modelos externos para a escola Normal brasileira.....	46
2.1.2 Os primórdios da Escola Normal gaúcha.....	51
2.1.3 Os padrões nacionais para a legislação educacional.....	65
2.1.3.1 A influência da Lei Orgânica do Ensino Normal.....	66
2.1.3.2 A Escola Normal no contexto da Lei da Educação - nº. 4.024.....	69
2.1.3.3 Reforma do Ensino e a repercussão na escola Normal.....	72
2.1.3.4 A atual LDB – e a escola Normal?.....	75
2.1.4 Mulheres e escola normal: algumas aproximações.....	79
2.2 Profissão docente: identidades e saberes.....	82
3 “SALVE ESCOLA ENCANTADA E QUERIDA”.....	97
4 O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO JOÃO NEVES DA FONTOURA PELO OLHAR E PELA VOZ DAS NORMALISTAS.....	129

4.1 “Sempre tive uma fascinação por ser professora”.....	130
4.2 “Mas, gente, que coisa fantástica o João Neves naquela época”.....	145
4.3 “Naquela época a nossa escola escolhia a dedo os seus professores”.....	171
4.4 “Quando eu era aluna nunca imaginei ser professora do Curso Normal”.....	174
4.5 “Um jeito João Neves de ser”: marcas e lembranças de um tempo que ficou na memória.....	177
CONCLUSÃO.....	180
BIBLIOGRAFIA.....	185
APÊNDICES.....	192
ANEXOS.....	202



**Fomos um dia o que alguma educação nos fez.
E estaremos sendo, a cada momento de nossas vidas,
o que fazemos com a educação que praticamos
e o que os círculos de buscadores de saber
com os quais nos envolvemos estão
constantemente criando
em nós e fazendo conosco.
(BRANDÃO, 2000, p.451)**

INTRODUÇÃO

Estar na mesma escola em situações diferentes transforma o olhar e nos faz transitar por outros lugares na percepção dos fatos. Foi das experiências distintas que tive na formação docente inicial, enquanto aluna e depois como professora, na mesma escola Normal², que resultaram em muitas das inquietações que fizeram surgir esta pesquisa.

Ingressei no IEEJNF³, em março de 1996, como *aluna* do antigo curso de Magistério, permanecendo nesta escola até a conclusão do curso no ano de 1998. No mesmo ano iniciei a graduação em Pedagogia na UFSM – Santa Maria/RS. No ano da formatura no curso superior, em 2002, ingressei, através de concurso público, para o magistério estadual, trabalhando durante três anos no município de Paraíso do Sul. Em 2005, devido ao meu casamento fui morar em Cachoeira do Sul, retornando ao IEEJNF como *professora* na Educação Infantil e no Curso Normal, onde trabalhei durante um ano.

Como um ato comum em escolas públicas, pela falta constante de professores concursados para disciplinas específicas, fui designada para ministrar cinco disciplinas diferentes (Metodologia da Educação Infantil, Metodologia do Ensino Religioso, Literatura Infantil, Fundamentos Sociológicos e Fundamentos Filosóficos da Educação) em duas turmas de 2º ano do Curso Normal.

Das relações estabelecidas com alunos e professores destas duas turmas de 2º ano do curso de formação docente é que foram surgindo as problematizações que

² Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura - IEEJNF

² IEEJNF, abreviatura utilizada para designar o nome da instituição.

andaram lado a lado a esta pesquisa. Tais dúvidas estavam relacionadas aos processos de aprender e ensinar, sobre como e por que os professores exerciam determinadas regras, posturas, hábitos, jeitos, gostos, quais os motivos que levavam cada um a constituir desta ou daquela maneira seus propósitos de formação.

Refletir numa perspectiva em que se possa compreender a formação e prática docente, torna-se necessário num contexto plural que é a constituição social dos sujeitos. Nas palavras de Cornélius Castoriadis⁴, “não podemos mudar o que foi, contudo, podemos mudar o olhar sobre o que foi – olhar que é ingrediente essencial das atitudes presentes”. As práticas docentes do presente são o reflexo da formação que tivemos no passado, a memória de formação então, pode ser motivo para (re)significar as práticas futuras.

...pesquisas têm mostrado que a prática escolar é aquilo que menos sofre mudanças na História da Educação. Apesar das reformas propostas, dos pensamentos inovadores e das feições específicas que assume em cada sociedade e época em que se inscreve, a prática escolar materializa alguns papéis que há muito têm sido previstos para sua ação e que ainda hoje persistem com força em seu funcionamento diário. (LOPES, 2001, p.52)

Desta forma, as inquietações se transformaram em um projeto de pesquisa, desenvolvido no Mestrado em Educação, no Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, que teve como problema central: **o que revelam as narrativas de alunas/professoras sobre a trajetória de formação docente no Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura, entre os anos de 1929 a 1990?**

Com a investigação, buscou-se compreender a trajetória da formação de professores em uma escola fundada no interior do Estado do Rio Grande do Sul através dos vestígios memorialísticos revelados por ex-alunas que, posteriormente, voltaram como professoras nesta mesma instituição. Foram encontradas referências sobre as posturas e hábitos de aprender e ensinar que perpassaram gerações de formação e prática docente.

⁴ CASTORIADIS, 1982

São exatamente estas construções de identidades, reflexos de alguma formação inicial e continuada que marcaram significativamente algum período da vida de cada um, que fazem com que, num processo complexo, os professores se apropriem de sentidos para exercer suas práticas educacionais.

É, como Nóvoa descreve, “cada um tem o seu modo próprio de organizar as aulas, de se movimentar na sala, de se dirigir aos alunos, de utilizar os meios pedagógicos, um modo que constitui uma espécie de segunda pele profissional”⁵. O que veio a confirmar que, independente da legislação e das normas pedagógicas de um dado período, o que faz das práticas dos professores ações distintas, são justamente estas identidades que colam, “uma mistura de vontades, de gostos, de experiências, de acasos até, que foram consolidando gestos, rotinas, comportamentos com os quais nos identificamos como professores”⁶.

As experiências sociais com o grupo de pares fazem com que algumas práticas e memórias permaneçam pelo seu significado, “fica o que significa”, assim, Ecléa Bosi esclarece, em seu livro *Memória e Sociedade – Lembrança de Velhos* (1994), ao falar sobre memória, contexto e convenção, amparada nos estudos de Frederic Charles Bartlett, que as ações do presente estão amparadas em marcas significativas do passado.

O que Bartlett admite, de um modo bastante compreensivo, é a existência de um “contínuo” que vai da simples assimilação, por transplante, até a criação social de novos símbolos, a partir do recebimento de formas extragrupais. A memória das pessoas também dependeria desse longo e amplo processo, pelo qual “fica” o que significa. E fica não do mesmo modo: às vezes quase intacto, às vezes profundamente alterado. A transformação seria tanto mais radical quanto mais operasse sobre a matéria recebida a mão-de-obra do grupo receptor. Assim, novos significados alteram o conteúdo e o valor da situação de base evocada. No outro extremo, se a vida social ou individual estagnou, ou reproduziu quase que só fisiologicamente, é provável que os fatos lembrados tendam a conservar significado que tinham para os sujeitos no momento em que o viveram. (BOSI, 1994, p.66)

O que leva a compreender que, mesmo que haja inúmeras mudanças temporais, sociais e pedagógicas, este tempo passado permanece presente devido ao seu significado. Desta forma, reconhece-se o valor das memórias de

⁵ NÓVOA, 1992, p.16

⁶ NÓVOA, *loc.cit.*

alunas/professoras do IEEJNF para apreender gostos, experiências, vontades e acasos que revelam um outro olhar sobre as práticas de formação docente que são realizadas.

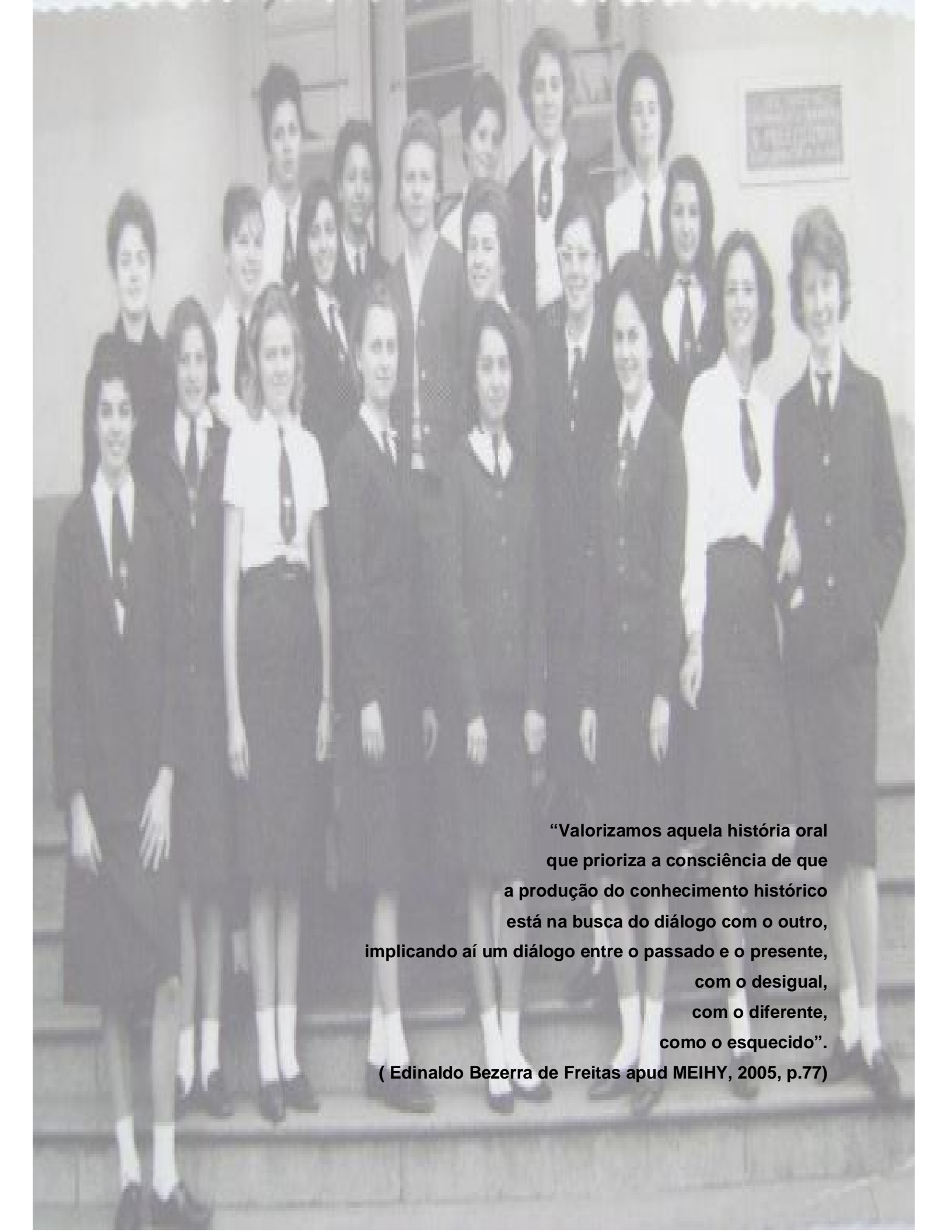
As narrativas foram observadas a luz de conhecimentos teóricos sobre a formação dos professores, seus saberes e identidades, assim como sobre a importância em dar voz aos docentes para melhor entender os caminhos de sua formação e de suas práticas escolares e sociais. As fontes iconográficas e documentais entrelaçadas com estes relatos orais das colaboradoras possibilitaram novos olhares sobre o acontecido, preenchendo lacunas e valorizando as experiências dos atores sociais.

Sem as fontes, marcas da historicidade deixadas pelo passado no presente, não há História possível. Tais fontes, cruzadas, compostas, contrapostas, devem fornecer redes de significados de molde a recuperar tramas, com potencial explicativo e revelar de sentido. A exibição de tais marcas de historicidade permite uma hipotética verificação ou controle dos resultados da narrativa, recuperando a realidade do passado. (PESAVENTO, 2003, p.36)

Este texto está organizado em quatro capítulos. O Capítulo 1 – Articulações e Percursos metodológicos – apresenta considerações sobre memória, história e docência, conceitos que sustentaram o estudo, ainda destaca aspectos sobre a metodologia e as descrições das colaboradoras desta pesquisa. O Capítulo 2 – As Escolas Normais no contexto da formação de professores - oferece o delineamento teórico sobre trajetória deste espaço de formação, destacando as inferências políticas, econômicas, sociais e culturais, assim como considerações sobre os saberes e identidades da profissão docente. O Capítulo 3 - “Salve escola encantada e querida” – apresenta o ambiente de pesquisa, sua localização, fundação e história. Finalizando com o Capítulo 4 – O Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura pelo olhar e pela voz das normalistas – destaca-se a análise e as interrelações das narrativas com a formação docente nesta instituição.

É no processo de pesquisa que se podem encontrar as diversas respostas que se procura, entretanto, é no mesmo caminho que surgem tantas novas perguntas que nem sempre serão solucionadas apenas com os dados encontrados nesta construção do conhecimento. Muito mais do que retornos estanques sobre o

problema de análise, buscou-se encontrar contextos possíveis de problematização que façam valer a pena o tempo e o espaço da investigação.



**“Valorizamos aquela história oral
que prioriza a consciência de que
a produção do conhecimento histórico
está na busca do diálogo com o outro,
implicando aí um diálogo entre o passado e o presente,
com o desigual,
com o diferente,
como o esquecido”.**

(Edinaldo Bezerra de Freitas apud MEIHY, 2005, p.77)

CAPITULO 1

ARTICULAÇÕES E PERCURSOS METODOLÓGICOS

1.1 Articulações

A união dos três parâmetros - memória, história e docência⁷ – auxiliaram na análise das narrativas, mostrando caminhos para responder o problema de pesquisa: o que revelam as memórias de alunas/professoras sobre a trajetória da formação docente no Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura, entre os anos de 1929 a 1990?

O ato de rememorar vivências da formação de professores em determinado tempo e espaço, em que a narração articula passado, presente e futuro, possibilita uma maneira diferente de ler a história. As narrativas das alunas/professoras se encadeiam com a história já contada, permitindo uma releitura dos acontecimentos, um reviver de sensações.

1.1.1 Memória

A Memória, no sentido primeiro da expressão, é a presença do passado, “por memória entende-se a faculdade humana de conservar traços de experiências passadas e, pelo menos em parte, ter acesso a essas pelo veio das lembranças”⁸. Contudo, Verena Alberti destaca que “é difícil saber o que é a memória, como ela se

⁷ Os conceitos de memória, história e docência, que foram escolhidos como referências para este capítulo, partem de autores como Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Verena Alberti, João Carlos Tedesco e Maurice Tardif.

⁸ TEDESCO, 2004, p.35

constitui e se processa no conjunto das atividades cognitivas do homem”⁹. Desde a Antiguidade este assunto esteve presente nos discursos de muitos pensadores, entre eles Hobbes, que qualificava a memória como um sexto sentido entre as faculdades cognitivas.

Apresentando-se como uma construção psíquica e intelectual, a memória resulta em uma representação seletiva do passado, que, para Halbwachs¹⁰, nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social e nacional, apresentando-se como memória coletiva.

(...) seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, as rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. (ROUSSO, 1998, p.94-95)

As memórias podem ser individuais, sociais e coletivas, apresentam-se como lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos concretos, objetivos e materiais. “É sobre a relação entre o ser individual e o mundo que se organizam as lembranças e os processos que explicam ou não o significado do repertório de lembranças armazenadas”¹¹. Toda memória, enquanto fator biológico do ser humano, tem índices sociais que a justificam.

Os gregos antigos fizeram da Memória uma deusa, chamada *Mnemosine*, aquela que preserva do esquecimento, lembrando aos homens a recordação dos heróis e dos seus grandes feitos. Ela era a mãe das nove musas procriadas no curso de nove noites passadas com Zeus. As nove musas, filhas de Mnemosine, para a mitologia grega, dominavam a ciência universal e inspiravam as chamadas artes liberais: Clio (história), Euterpe (música), Tália (comédia), Melpômene (tragédia), Terpsícore (dança), Erato (elegia), Polínia (poesia lírica), Urânia (astronomia) e Calíope (eloquência).

⁹ ALBERTI, 2004, p.35

¹⁰ HALBWACHS, 2006

¹¹ MEYHI, 2005, p.63

1.1.2 História

Na Grécia antiga, a memória tinha a função prioritária de conferir imortalidade ao ser humano ao integrá-lo ao tempo, através da história, fazendo do passado o suporte do presente e evitando que o esquecimento se impusesse no futuro. De acordo com a construção mitológica dos gregos, a história é filha da memória, assim, Clio, que representava a História, trazia em si a seiva materna da eternidade como um antídoto contra o esquecimento.

História e memória, apesar de apresentarem uma relação tensa e ambígua nos tantos anos de existência da historiografia, ambas carregam consigo as marcas do vivido, as duas são construções e percepções individuais, coletivas e sociais de diferentes tempos e fatos. Entretanto, entre memória e história existem grandes diferenças que perpassam os estudos sobre historiografia, Pierre Nora esclareceu de maneira brilhante algumas diferenças entre história e memória:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência de que tudo opõe uma a outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas e repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, a representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p.9)

Nas colocações de Pierre Nora, memória e história se opõem, enquanto na primeira existe a possibilidade de imaginar e criar; na segunda, o compromisso com o discurso crítico é um limite à poesia e um imperativo de interpretação. Entretanto, muito mais do que ressaltar as oposições entre memória e história – por

apresentarem um tipo de conhecimento, distintos entre si, mas complementares – cabe destacar que ambos os campos definem competências, estabelecem o lugar dos discursos e produzem significados.

Data do final do século XIX a origem da história como disciplina, quando esta deixa de ser intimamente articulada à arte e à filosofia para adquirir conotações mais específicas, isto é, técnicas e científicas. O conceito de história também procede dos gregos antigos; aliás, “o vocábulo história deriva de *historie*, significando procurar, ou, ainda, investigações, procuras”¹². No dicionário Aurélio, o termo história aparece como: “(1) narração metódica dos fatos notáveis ocorridos na vida dos povos, em particular, e na vida da humanidade, em geral; ou, (2) conjunto de conhecimentos adquiridos através da tradição e/ou por meio dos documentos, relativos à evolução, ao passado da humanidade”¹³.

São estas representações, construções temporais do vivido que fazem da história uma ciência imprescindível para o conhecimento das relações humanas nos diversos tempos históricos e sociais. Toda história é crítica, pois observa e analisa o vivido. Como produção do conhecimento, a história não só induz ao afloramento de lembranças registradas na memória, como procura, por meio de um tratamento acadêmico racional, ordenar vestígios, relacionando-os à trama de reconstituição do processo histórico em todas as dimensões que lhe são peculiares.

1.1.3 Docência

Memória e história são processos sociais, construções dos próprios homens – que têm como referências as experiências individuais e coletivas inscritas nos quadros da vida em sociedade. Desta forma, também os processos educacionais desenvolvidos pelos homens no decorrer dos séculos têm interessado os estudiosos da História da Educação – categoria historiográfica que se interessa pelo conhecimento, análise e crítica das ações educativas, das instituições e de seus sujeitos.

¹² LE GOFF, 1984, p.158

¹³ FERREIRA, 1999, p. 1055

A disciplina de História da Educação, nascida no final do século XIX, está intimamente relacionada ao campo da Pedagogia, que se desenvolveu na Europa e Estados Unidos desde o século XVIII. Os estudos da História da Educação estiveram presentes, sobretudo, nas Escolas Normais e nos cursos de formação de professores e não, como se poderia supor, nos institutos de pesquisa e ensino de História propriamente dita. No Brasil, a história da História da Educação também está associada às trajetórias dos cursos de Pedagogia das Faculdades de Filosofia e, portanto, ao campo da educação e, particularmente, ao ensino.

A História da Educação é o estudo da evolução da educação, do ensino, da instrução e das práticas pedagógicas. Neste entremeio está a docência, entendida como processos e práticas de produção, organização, difusão e apropriação de conhecimentos que se desenvolvem em espaços educativos escolares e não-escolares, sob determinadas condições históricas e sociais.

Nesta perspectiva, o docente define-se como um sujeito, em ação e interação com o outro, produtor de saberes na e para a realidade. A docência define-se, pois, como ação educativa que se constitui no ensino-aprendizagem, na pesquisa e na gestão de contextos educativos, na perspectiva da gestão democrática. Docência para Tardif é “uma forma particular de trabalho sobre o humano, ou seja, uma atividade em que o trabalhador se dedica ao seu ‘objeto’ de trabalho, que é justamente um outro ser humano, no modo fundamental da interação humana”¹⁴.

Memória, história e docência são representações do humano e de suas vivências em sociedade. Lembranças, registros e práticas dos modos de ser e agir que os homens desenvolvem no decorrer de sua existência. O entrelaçamento destes conceitos permitiu a compreensão das narrativas das colaboradoras deste estudo. Quando falaram de suas vidas, pessoais e profissionais, intimamente relacionadas com a sociedade, com a escola, e com suas práticas de formação docente, deixaram transparecer vestígios memorialísticos, retratos de um tempo vivido, sinais do passado profundamente marcados nas narrativas do presente, que

¹⁴ TARDIF, 2007, p. 8

podem ser auxílio para se repensar as ações do futuro quanto à formação de professores.

1.2 Percursos metodológicos

Durante este estudo, percorreram-se diferentes caminhos na busca de fontes e dados sobre a instituição investigada. As fontes são a matéria-prima do investigador, são elas que retratam boa parte dos interstícios do vivido, representam um pouco do que se procura descobrir, pois

(...) em sua inteireza e completude, o passado nunca será plenamente conhecido; no limite, podemos entendê-lo em seus fragmentos, em suas incertezas. Por mais que o pesquisador tente se aproximar de uma verdade sobre o passado, apostando no rigor metodológico, permanecem sempre fluidos e fugidios os pedaços de história que se quer reconstruir. (LOPES e GALVÃO, 2001, p.77)

Fluidos e fugidios foram os vestígios, na reconstrução da história da instituição de formação de professores em que esta pesquisa se ateve, muitas lacunas ficaram abertas pela falta de hábito em manter registros escritos sobre a escola e pelo desprendimento em armazenar documentos e imagens. Contudo, o entrelaçar das narrativas com os documentos encontrados foram primordiais para preencher brechas, rememorar aspectos e desembaciar histórias, reconstruindo, a partir das vozes das normalistas, partes do vivido, pedaços do passado da formação docente na Escola Normal imperceptíveis somente com as análises na documentação oficial.

1.2.1 História Oral Temática: narrativas de vida e docência

Num mergulho em pilhas de livros sobre o tema, foi encontrada uma publicação que norteou o projeto, intitulada: Ser professor no Brasil. História Oral de vida, da autora Selma Guimarães Fonseca que, na página 143, por coincidência, havia o memorial de uma professora de História que morou em Cachoeira do Sul e estudou no IEEJNF durante sua infância e início da adolescência. Ela citou várias passagens ocorridas no município.

...e nós fomos morar em Cachoeira do Sul. (...) em Cachoeira, entrei numa escola pública. (...) Entrei em 1939-1940 (...) nessa escola maravilhosa, cujo nome, hoje, é Escola Normal “João Neves da Fontoura”. A escola era muito boa, fui da primeira turma de ginásio. Quando entrei ainda havia a 5ª série que formava professora municipal. Eu tenho diploma de professora municipal. Entrei no ginásio depois da 5ª série. Fiz um ginásio muito bom, muito sólido. Minhas escolas públicas, tanto aquelas onde estudei, como aquelas onde trabalhei, foram sempre modelo.” (FONSECA, 1997, p.145)

Este fato impulsionou o desejo de ouvir pessoas que haviam convivido nesta escola em diferentes épocas. Pessoas que, assim como eu, também estavam ligadas a esta instituição e poderiam contar sobre a vida da escola, seus caminhos pessoais e profissionais intimamente relacionados com o espaço escolar; seus anseios e angústias na trajetória docente, lembranças de um tempo vivido que permanecem significativas na memória e que motivam práticas e sentimentos.

Os conhecimentos sobre História Oral começaram durante o curso de graduação. Acompanhando bibliografias sobre o tema e aprofundando os estudos, foi possível destacar que é da memória de vários e distintos sujeitos que fazem o dia-a-dia que se pode retirar um manancial extremamente rico e variado de informações sobre inúmeros episódios que aconteceram no passado. Passado esse, que antes não era de interesse daqueles que detinham o poder de fazer história, mas que agora pode ser recuperado através do uso da História Oral para fazer uma nova leitura, considerando as lembranças e as reminiscências dos múltiplos atores sociais e promovendo, desta forma, a valorização da oralidade dos que sempre estiveram à margem da maioria dos estudos.

A história oral também investe na questão da subjetividade ao buscar os testemunhos que foram renegados, com o interesse de despertá-los como sujeitos históricos.

Buscar perceber como se constituiu a formação de professores, em respectivo tempo e espaço, frente às transformações que se processam na sociedade, se justifica em função das necessidades que requerem uma alternativa para se pensar as relações entre os sexos no concernente as práticas educativas. Pois, ser professora no início da década de trinta não representa, certamente, a mesma coisa que ser professora na década de sessenta ou nos dias atuais (...) a constituição se mostra diferenciada em vários instantes. (MONTAGNER, 1999, p.2)

A partir do relato de professores sobre a escola e o ensino do seu tempo, é possível viajar pelas histórias da educação, por onde os livros não contam, pelos sentimentos, pela subjetivação, pela vida dos professores, transpassando marcas e revivendo memórias das práticas escolares.

A partir da memória como suporte, a história oral recupera, descreve e entrelaça os fios de uma teia narrativa na qual se podem analisar quais elementos simbólicos são construídos por aqueles que puxam pela recordação. Para não ser ingênuo, deve-se ter em mente que a representação do passado que habita a memória do indivíduo ou do grupo está repleta de influências de todo um processo ou contexto tão marcado no presente, por isso se faz importante um trabalho de reflexão e de localização, para que não se perca nunca o elo com o real.

Neste contexto, durante a investigação, é preciso compreender que a “história é narrativa do que aconteceu, mas não é mimesis, é tradução de uma alteridade no tempo, o que implica recriar formas de representar o mundo que não são mais as nossas, e que obedeciam a outras razões e sentimentos”¹⁵. Não que o passado tenha que ser lembrado tal e qual se processou, mas sim, que seja como um reconstruir de sentimentos.

Ao se trabalhar com História Oral, três aspectos devem ser observados: primeiro, todo fato narrado, que se utiliza da memória humana, está intimamente relacionado ao esquecimento. Conforme Ivan Izquierdo¹⁶, pesquisador em Neurologia, a memória e o esquecimento andam lado a lado. Segundo, ao narrar um fato histórico a pessoa, no presente, encontra-se distante muito anos do acontecido, e esse tempo transcorrido, com certeza, deixou lacunas no real, apagou ou encobriu algumas passagens. Por fim, é importante observar, ao analisar a fala do depoente, a tendência que se tem em glamourizar, ou seja, enfeitar o acontecido, às vezes para enaltecer algum aspecto e até mesmo encobrir outros não desejosos de publicação. Pode o pesquisado induzir aspectos ao fato narrado, também em decorrência do momento da entrevista e da relação com o pesquisador. Contudo,

¹⁵ PESAVENTO, 2003

¹⁶ IZQUIERDO, 2002

Verena Alberti acredita que estes aspectos não são mais considerados como problemas para o método da história oral.

Assim, não é mais fator negativo o depoente poder “distorcer” a realidade, ter “falhas” de memória ou “errar” em seu relato; o que importa agora é incluir tais ocorrências em uma reflexão mais ampla, perguntando-se por que razão o entrevistado concebe o passado de uma forma e não de outra e por que razão e em que medida sua concepção difere (ou não) das de outros depoentes. (ALBERTI, 2005, p.19)

Apesar dos perigos da história oral, adentrando o fascinante mundo das lembranças, emerge o passado, que se faz presente. Nesse processo de busca, passado e presente se confundem, entrelaçam-se, carregados de historicidade. Nesse processo de imersão no passado, desvendando as trilhas por onde andou, reconstruindo as construções/desconstruções de certezas ou incertezas, analisando erros ou acertos quando a teimosia da dúvida insistia em mostrar tantos caminhos possíveis, o ser professor perpassa a formação e a prática, deixando transparecer toda a história que pode ser rememorada e coberta de significados.

Como este estudo limitou-se a observar um único tema - formação docente na Escola Normal - a categoria utilizada foi a História Oral Temática, que segundo Meyhe “por partir de um assunto específico e previamente estabelecido, a história oral temática se compromete com o esclarecimento ou a opinião sobre algum evento definido”. Preocupada unicamente em encontrar vestígios e referências sobre um contexto específico, não há problema em oferecer aos colaboradores um roteiro com perguntas sobre o tema abordado, pois “o uso do questionário torna-se peça fundamental para a descoberta dos detalhes procurados”¹⁷.

O reconhecimento de que o uso da metodologia da história oral poderia revelar dados valiosos para a pesquisa foi o motivo primordial para se estabelecer a proximidade entre os fatos e os sujeitos, dando voz aos professores, dando vez a outros olhares sobre a formação docente.

O pressuposto da história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato é a razão de ser da história oral. Nesta medida, a história oral não só oferece uma mudança para o

¹⁷ MEIHY, 2005, p.163.

conceito de história, mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a seqüência histórica e a sentirem-se parte do contexto em que vivem. (MEYHI, 2002, p.10)

As vozes das colaboradoras possibilitaram um conhecimento maior sobre as práticas de formação que a documentação da escola não apresentou. Enquanto aluna e professora em momentos distintos, cada uma das professoras pode declarar e estabelecer elos e percepções que aclararam aspectos importantes da trajetória desta instituição de valor inestimável para o município e região.

Trata-se de ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações (ALBERTI, 2005, p.19)

Os momentos de encontro entre pesquisadora e colaboradoras foram amparados pelo roteiro de delineamento dos assuntos a serem abordados, entregue anteriormente às colaboradoras. Estas ocasiões foram espaços de rememorar fatos, idéias, valores, regras e práticas docentes que estiveram presentes em suas trajetórias pessoais e profissionais, e que tiveram como cenário a escola.

Como uma forma de aproximação e buscando a construção de um ambiente amigável e tranquilo entre pesquisadora e colaboradas da pesquisa, escolheu-se realizar uma primeira visita para explicar os objetivos do estudo e entregar o roteiro para que as mesmas pudessem rememorar momentos para contar, procurando não fugir do tema proposto. Todas as visitas foram realizadas com sucesso, e as colaboradoras receberam com muito orgulho o convite para participar deste estudo. Nenhuma delas preferiu usar pseudônimos, desta forma, ao se definir as colaboradoras, será utilizado seu primeiro nome.

A escolha das colaboradoras foi feita informalmente. Numa visita ao IEEJNF, diversos professores foram indicando outros professores conhecidos e que se apresentavam interessados pela história da escola ou que haviam convivido muitos anos nesta instituição, em alguns casos, como alunos desde a Educação Infantil e

hoje professores, coordenadores ou diretores – uma vida inteira dentro de uma mesma instituição escolar.

Pelo fato de ter encontrado muitas pessoas interessadas em colaborar com a pesquisa – pela grande estima que a Escola João Neves da Fontoura tem para todos que um dia estiveram por lá – escolheu-se delimitar no máximo três colaboradoras para cada década referente ao período que a pesquisa se deteve – desde a fundação da escola – 1929 até 1990, ano em que a última colaboradora realizou sua formatura. Entretanto, surgiram durante as narrativas inúmeras referências aos anos posteriores a 1990, pois algumas das colaboradoras permanecem trabalhando no Curso Normal desta escola.

Somando o número de doze colaboradoras, enfatiza-se que, da década de 1930, foram encontradas duas colaboradoras, as duas alunas da Escola Complementar. Da década de 1940, foi escolhida uma colaboradora, aluna da primeira turma da Escola Normal. Para representar lembranças da década de 1950, foram escolhidas três colaboradoras, duas delas são irmãs. Já para a década de 1960, foram selecionadas duas colaboradoras. Da década de 1970 foram escolhidas três colaboradoras e para a década 1980, foi eleita uma colaboradora. Para a década de 1990, não foram encontradas colaboradoras que tivessem sido alunas e voltado como professoras na mesma instituição, porém, muitas inferências sobre este período podem ser observadas nos depoimentos das professoras que ainda exercem suas atividades docentes na escola.

As percepções destas alunas, nestas referidas décadas, se entrelaçaram entre si, pois as mesmas foram professoras nas décadas mais recentes, tramando suas vidas com as vidas das outras colaboradoras. Nas falas, pode-se reconhecer a presença e a influência de umas nas vidas pessoais e profissionais das outras, assim como na trajetória da escola quando ocupavam diferentes papéis - alunas, professoras e diretoras.

Cabe explicar que foram escolhidas somente colaboradoras mulheres porque não foram encontrados alunos/professores – respeitando o critério imposto para a

análise. As descrições das colaboradoras podem ser encontradas ao final deste capítulo.

Os depoimentos foram coletados em forma de entrevista, sendo gravados e transcritos posteriormente. Todo o material adquirido através das gravações está disponível no acervo do grupo de pesquisa “Povo de Clio”, no Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS).

1.2.2 Registros iconográficos: imagens do passado na reconstrução do presente

O universo de fontes disponíveis e aceitáveis para a pesquisa em História da Educação tem aumentado nos últimos anos, hoje há o reconhecimento da autonomia das fontes não-verbais, tais como: pinturas, móveis, indumentária, fotografias, filmes, etc. Todo este universo da cultura material que se convencionalizou denominar de iconografia.

A palavra iconografia vem do grego *eikon* (imagem) e *graphia* (escrita), ou seja, literalmente: "escrita da imagem". Com a leitura dos ícones ou das imagens, os estudos iconográficos habilitam o pesquisador a uma interpretação mais ampla dos fenômenos de representação social, para além daquilo que, conscientemente, as sociedades passadas deixaram como legado.

A relação entre fontes orais e fontes iconográficas, como fotos, roupas, móveis, quadros, tem conquistado espaços nas pesquisas na área da História da Educação, servindo como elementos de recuperação e referência para lembrar e ressignificar os conteúdos das narrativas dos depoentes.

As fotografias e os objetos pessoais, como parte de uma rede de significações, revelam inúmeras mensagens sobre a forma de ser e de agir dos sujeitos inseridos no seu contexto. Contudo, vale lembrar que a fotografia, em si mesma, não revela os hábitos, costumes e jeitos em sua totalidade, aquela imagem congelada expressa o momento, mas essa mesma imagem pode ser para o depoente como um marco, através da qual surgem lembranças que sustentam aspectos significativos para a narrativa, servindo de suporte para que o pesquisador possa fazer as devidas análises.

(...)os significados simbólicos presentes na fotografia são culturalmente marcados, permitindo que ocorra um entendimento da situação relacionada ao instante fotografado, pertinente a cada retrato e abrindo para a possibilidade de que no conjunto do álbum, onde podem ser trabalhadas várias categorias articuladas, seja percebida a complexidade (MONTAGNER, 1999, p. 39).

Do entrecruzamento entre as 'pistas' que os objetos iconográficos revelam e os relatos orais há a composição da textualidade de um tempo vivido e investigado. Imagem e fonte oral possuem, da mesma forma, um lugar social de onde são produzidas, um sujeito que as enuncia, um destino que as aguarda e um texto que as sustenta. Assim, "ambos os discursos, imagético e oral, são portadores de memória que se tornam história, a partir de um novo investimento de sentido por parte do pesquisador"¹⁸.

Na medida que os relatos orais se entrelaçam com outras fontes, sejam elas iconográficas ou documentais, o vivido transforma-se em cena, como um pintura, onde as partes passam a fazer sentido, podendo-se observar o todo. É como afirma Levine, quando destaca que "A história oral pode ganhar mais e melhores dimensões se forem usados outros documentos de apoio, que tanto podem servir de base para formulação de entrevistas como complementá-las"¹⁹. As memórias, conectadas a outros vestígios históricos evocam novos olhares sobre o acontecido, preenchem lacunas e valorizam as experiências dos atores sociais.

Ao dedicar-se à tarefa de fazer fluir o passado por meio de diferentes versões e de analisá-lo da maneira mais consciente possível, a pesquisa passa a contribuir de forma justa e coesa com os estudos sobre educação e práticas sociais.

1.3 Descrições das colaboradoras

Passa-se, agora, para a descrição das colaboradoras desta pesquisa, um pouco do que elas falaram sobre si, do que deixaram transparecer. O pesquisador, não é somente aquele que pergunta e ouve a resposta, pois pesquisar percepções humanas é também ver, sentir e narrar as percepções do encontro, aquelas

¹⁸ MAUAD, 1997, p.318

¹⁹ Robert M. Levine *apud* MEIHY, 2005, p.93

resultantes das respostas faladas, mas também aquelas das respostas sentidas e percebidas.

Todas as colaboradoras foram convidadas através de um convite impresso que se encontra anexado ao final do trabalho e as visitas foram marcadas por telefonemas. Para todas as colaboradoras foram feitas duas vistas, a primeira para entregar o convite e a segunda, para a gravação do depoimento.

A forma escolhida para descrever as colaboradoras foi a narração, aspectos que marcaram cada encontro e um pouco das suas trajetórias de formação e prática docente. As colaboradoras não acharam necessário o uso de pseudônimos uma vez que seus depoimentos revelam aspectos importantes para a significação e valorização da Escola Normal de Cachoeira do Sul. Assim, para denominá-las, serão utilizados seus primeiros nomes.

Ione - 1963 a 1966

*Depois de muitos telefonemas e conversas com inúmeras pessoas na Escola João Neves, a primeira pessoa a ser entrevistada foi a professora **Ione**. Marcamos um encontro na Biblioteca Pública Municipal e, na primeira visita, contou-me tantas histórias que fiquei impressionada com seu gosto pelo trabalho de historiadora, o qual realiza com muito apreço na comunidade cachoeirense. Tornou-se uma grande amiga, preocupada em selecionar materiais para meu estudo e sempre contribuindo com novas informações. Em sua trajetória escolar somam-se os anos que fora aluna no Colégio Imaculada Conceição, colégio de freiras de Cachoeira do Sul, onde cursou o primário e o ginásio, aos anos que foi aluna na Escola Normal João Neves da Fontoura, entre os anos de **1963 a 1966**. O Ensino Superior foi cursado na Universidade de Bagé, graduando-se em Ciências Sociais, em um programa a distância que esta instituição oferecia na época, depois se especializou em Folclore. Suas primeiras experiências como docente foram com os anos iniciais do Ensino Fundamental, posteriormente trabalhou com o Curso Normal, lecionando nas disciplinas de Organização Social e Política, História e Geografia. Hoje está aposentada, mas continua trabalhando em projetos de rememoração histórica. Ione foi a primeira pessoa a colaborar com esta pesquisa, além de oferecer seu depoimento, com lembranças de grande valor, ainda indicou outras professoras que*

auxiliariam no estudo, assim como inúmeras pessoas da comunidade que poderiam ser importantes para conhecer um pouco mais sobre a história da Escola João Neves.

Ely – 1947 a 1949

*“Uma casa de esquina com um pinheiro no jardim”, foi esta a referência que a professora **Ely** destacou ao telefone. Uma agradável senhora, com um sorriso estampado no rosto recebeu-me em sua casa, muito falante e animada com a profissão de professora, que há muitos anos já não exerce devido a sua aposentadoria. Marcada pela formação e prática na Escola João Neves, onde cursou o Ensino Primário, Ginásial e Curso Normal (1947 a 1949) e foi professora de Português durante 20 anos. A graduação em Letras Neolatinas foi realizada na PUCRS, assim como o Mestrado em Teoria da Literatura, qualificações que a destacam no meio acadêmico e literário devido às suas produções textuais, assim como as composições dos Hinos da FENARROZ e da Escola João Neves da Fontoura. As suas experiências como aluna, professora e coordenadora pedagógica a habilitam para rememorar histórias sobre a instituição investigada, que representa para ela um elo entre os aspectos afetivo, profissional e pedagógico.*

Marina – 1936 a 1938 / Glassi – 1957 a 1960

*Mãe e filha, alunas e professoras na Escola João Neves receberam-me em suas casas. **Marina**, com 90 anos, apesar dos problemas de saúde que a velhice lhe trouxe, a memória permanece impecável, fala dos tempos de aluna e professora como se ainda fosse sua rotina diária atual. As filhas preferiram não contar anteriormente sobre a minha visita, para não deixá-la ansiosa sobre o que deveria falar, contudo respondeu-me ao final da entrevista “(...) mas a minha memória é tão boa que eu não preciso que me ensine a chamá-la”. Foi aluna da Escola Complementar entre os anos de 1936 a 1938, trabalhou como professora substituta em várias escolas, onde lecionou para crianças. Aprovada em oitavo lugar no concurso para professores estaduais, trabalhou em São João do Polêsine e de lá foi transferida para a Escola Cândida Fortes Brandão, em Cachoeira do Sul. Posteriormente, no ano de 1950, através do convite do diretor, passou a lecionar na Escola João Neves da Fontoura, por muitos anos como professora primária, e novamente através de um convite da direção, passou a trabalhar no curso Normal.*

*Prática e prestativa ocupou vários cargos, entre eles a Assistência ao Normal, na Direção de Aprendizagem de Matemática, como professora substituta de várias disciplinas, Coordenadora Geral de Estágio, até chegar à Direção da escola. Trabalhou até completar 35 anos de carreira e aposentou-se, mas carrega a Escola João Neves da Fontoura no coração, pois dedicou a este lugar sua vida inteira, “minha vida pessoal foi o João Neves, porque eu me dediquei a vida inteira, nem sei como dizer o que o João Neves representou para mim, de tanta coisa boa”. Exemplo de dedicação à profissão de professora que influenciou as suas duas únicas filhas a seguir o mesmo caminho. **Glassi**, a filha mais velha, colaborou com esta pesquisa de duas formas, primeiro ao relatar suas lembranças de aluna e professora e segundo, por intermediar a conversa com sua mãe. O exemplo que veio de casa foi decisivo na escolha do magistério, concluiu o primário na Escola Cândida Fortes Brandão e o ginásio no Colégio Imaculada Conceição. Chegando à Escola João Neves da Fontoura, cursou um ano do Colegial, Científico, pois a grande concorrência e a rigorosidade da prova de admissão ao Normal atrasaram em um ano seu ingresso, que ocorreu somente em **1957**, formando-se professora em **1960**. Ocupou os cargos de professora primária e diretora em outras escolas estaduais e particulares do município até sua aposentadoria. No ano de 1977, após já ter concluído a formação em Pedagogia, foi convidada a lecionar a disciplina de Didática no Projeto de Férias que os governos estadual e municipal organizaram para a qualificação de professores leigos. A sua ligação com a Escola João Neves da Fontoura lhe orgulha muito, pois esta instituição transpassa gerações em sua família.*

Itassusa – 1960 a 1963

*Os onze anos na direção da Escola João Neves da Fontoura certificam o carinho que **Itassusa** carrega pela sua escola. Depois de cursar somente um ano no Colégio das Irmãzinhas próximo à Catedral, com 7 anos de idade já estava na Escola João Neves da Fontoura, e de lá só saiu no final da carreira de professora. Entre outras funções educacionais na cidade, a Escola sempre ocupou lugar especial em sua vida. Formou-se professora no Curso Normal da Escola João Neves da Fontoura entre os anos de **1960 e 1963**, neste mesmo período também cursou o Curso Clássico, pois sobravam vagas, estudou pela manhã no Normal e a noite no Clássico. Como critério da época, as melhores notas no estágio final do Curso*

Normal habilitavam as professoras aos contratos que a Secretaria Estadual de Educação oferecia. Assim, Itassusa formou-se em julho de 1963 e em agosto do mesmo ano já estava trabalhando no curso primário da Escola João Neves da Fontoura. Do primário passou para o Normal como substituta de uma professora em licença, trabalhou com as disciplinas de Psicologia e Sociologia. Logo em seguida, foi convidada pela Delegada Estadual de Educação, como costume da época, para assumir a Direção da Escola, “então fui ser diretora da Escola assim, e passei onze anos de diretora da escola, com muito trabalho, mas muito bem, porque o pessoal era ótimo, o corpo docente era maravilhoso, os alunos também, a gente tinha assim era uma relação de amizade”. A conversa tranqüila e agradável que tivemos no Salão Paroquial da Igreja Santo Antônio, onde Itassusa realiza trabalhos comunitários, foi reveladora de aspectos importantes, não somente do Curso Normal da Escola João Neves da Fontoura, como também das outras atividades que a escola realizou com muito êxito e inovação.

Beth – 1973 a 1975

*Já nos conhecíamos há muitos anos, pois fui sua aluna nos tempos de magistério e colega de profissão quando trabalhei na escola, marcamos de nos encontrar na escola, porque era a única tarde mais tranqüila que a professora **Beth** conseguiu reservar entre as atividades que ainda exerce dentro da Escola João Neves da Fontoura, entre a vice-direção e as aulas de Metodologia da Educação Física no Curso Normal. A formação escolar desde os 4 anos de idade sempre foi na Escola João Neves da Fontoura, do Jardim de Infância ao Curso Normal que cursou entre os anos de **1973 a 1975**. Formada em Educação Física pela ESEF da extinta Univale, Cachoeira do Sul, voltou ao João Neves da Fontoura para trabalhar com Psicomotricidade na Educação Infantil, área que havia se especializado após a graduação. Interligado a este trabalho passou a lecionar no Curso Normal, fazendo um elo entre a teoria ministrada às normalistas e as práticas feitas com as crianças. Na conversa que tivemos no Auditório da escola, ela destacou: “sempre digo que eu tenho um caso de amor com a escola”, somam-se 14 anos como aluna e 20 anos como professora na mesma instituição educacional, tempo de vida pessoal e profissional que fazem da ‘João Neves’ parte da família, lugar onde seus filhos também estudaram.*

Etel – 1967 a 1972

*Preocupada em falar exatamente o que poderia me ajudar, encontrei a professora **Etel** na Escola João Neve da Fontoura. Impecável em seu trabalho na disciplina de Metodologia da Matemática, organizada e pontual, tanto quando fora minha professora no tempo de aluna do magistério, quando éramos colegas de trabalho. Falou-me sobre sua relação com a Escola João Neves da Fontoura que iniciou quando foi aluna do 2º grau, pois o 1º grau tinha sido feito na Escola Cândida Fortes Brandão, porém o Curso Normal só foi cursado entre os anos de **1967 e 1972**, depois do casamento e quando seus filhos já estavam crescidos e a acompanharam para a escola quando completaram 7 anos. Lecionou com crianças em uma escola do interior logo depois da formatura e, no mesmo período, cursou Pedagogia. No mesmo sistema dos convites feitos pelos diretores, Etel voltou para lecionar na Escola João Neves da Fontoura, assumindo várias turmas e estágios para supervisionar, atividade que exerce até hoje. Dos 33 anos que já trabalha na escola fica, além do crescimento pessoal e profissional, a grande vontade de nunca sair, pois a “escola João Neves é marca constante para mim”.*

Marta – 1977 a 1979

*A história da professora **Marta** se confunde com a história da Escola João Neves da Fontoura, “as pessoas às vezes não entendem o amor que eu tenho por cada tijolinho aqui, a minha vida toda eu passei aqui dentro, é a extensão da minha casa, eu vivi mais tempo aqui do que na minha família, a escola João Neves é toda ligada a minha vida”. Ela acredita que vai sofrer muito quando tiver que sair, pois sua trajetória nesta instituição iniciou aos 5 anos de idade e perdura até hoje. Começou como aluna no Jardim de Infância, só saiu do prédio da escola entre a 5ª e a 8ª séries devido ao desmembramento entre Escola João Neves da Fontoura e Escola Liberato Salzano Vieira da Cunha. Ansiosa para voltar ao prédio da escola, frequentou o Curso Normal entre os anos de **1977 a 1979**. Depois de alguns trabalhos em escolas do interior e da cidade, estaduais e particulares, assim como na Delegacia de Educação, veio o convite da direção da escola para voltar como professora na sua escola querida. Graduada em Pedagogia, Especialista em Supervisão Escolar, Psicomotricidade e Educação Pré-Escolar trabalhou durante vários anos na Educação Infantil da Escola João Neves da Fontoura, experiência que a emociona muito. Nos últimos dois anos, tem trabalhado no Curso Normal,*

leciona as disciplinas de Metodologia da Educação Infantil e Fundamentos Psicológicos, assumiu a Coordenação do Laboratório do Curso Normal, assim como passou a coordenar as práticas de pré-estágios e monitorias. Com a emoção a flor da pele, indo do sorriso as lágrimas em segundos, à medida em que falávamos sobre a escola, Marta ia lembrando de fatos marcantes de sua vida inteira, vividos, a maioria, na escola. Nossa conversa foi no Auditório da Escola João Neves da Fontoura, num dia em que o movimento no Laboratório do Curso Normal estava calmo, entre as lembranças de cheiros, sabores e cenas, ela destacou “eu vivi muito mais coisas felizes aqui dentro do que tristezas, então é muito bom mesmo, gosto de recordar muito, sou meio saudosista, guardo tudo que me faz lembrar daqui”.

Eunice – 1986 a 1990

*Encontrei a professora **Eunice** em uma das tardes que ela trabalha na Escola Afonso Pena, em Paraíso do Sul, no intervalo entre uma aula e outra, falamos sobre a Escola João Neves da Fontoura, onde fomos colegas de trabalho. Lá Eunice chegou, um tanto assustada para cursar o Curso Normal em uma escola e cidade maiores, vinda de Encruzilhada do Sul, onde havia feito toda a sua escolarização anterior. Frequentou o Curso Normal entre os anos de **1986 e 1990**. Depois de sete anos longe dos estudos, voltou para graduar-se em Letras pela Ulbra, Campus Cachoeira do Sul. Os contratos emergenciais que a Secretaria do Estado disponibilizou quando ela ainda estava no 4º semestre da faculdade a levaram de volta para Escola João Neves da Fontoura, agora como professora, “nunca eu imaginei, quando eu era estudante lá, nunca me imaginei entrar em uma sala e dar uma aula para o Curso Normal”. Trabalhando com as disciplinas de Português e Literatura, ela defendeu o valor que as práticas e a experiência que os alunos adquirem no Curso Normal como fundamentais para qualificar o trabalho docente posterior.*

Isolde – 1948 a 1950 / Doris – 1954 a 1956

*Com uma relação de amizade e cuidado impecáveis uma com a outra, as irmãs **Isolde** e **Doris** receberam-me em seu apartamento, num final de tarde, onde conversamos durante horas sem cansar. Entre lembranças alegres e tristes, contaram-me sobre suas relações de respeito com a Escola João Neves da Fontoura, onde frequentaram o Ginásio e o Curso Normal. A formação primária foi*

na Escola Barão do Rio Branco, instituição particular mantida pela comunidade da Igreja Evangélica Luterana da cidade, na qual também trabalharam por muitos anos. Estudaram na Escola João Neves da Fontoura durante 7 anos, cursando o Ginásio e o Normal. **Isolde**, a mais velha, freqüentou o Curso Normal entre os anos de **1948 e 1950**, voltando posteriormente, a convite do diretor, para trabalhar como professora de Matemática, durante 10 anos, porém, somente no Ginásio. **Doris** estudou no Curso Normal entre os anos de **1954 e 1956**, retornando como professora de Português através de convite do diretor da época, trabalhando durante 21 anos, entre turmas do Ginásio, do Curso Normal e do Curso de Enfermagem. Apesar de Isolde não ter sido professora no Curso Normal, suas lembranças de aluna representam um período cheio de fatos e cenas importantes na trajetória da escola. A coerência, seriedade, honestidade e responsabilidade com que encaram a profissão docente são exemplos do compromisso que esta função exige.

Ondina – 1930 a 1932

Presença marcante nas lembranças de muitos professores e alunos da Escola João Neves da Fontoura, indicada e citada pela maioria das professoras entrevistadas, a professora **Ondina** foi a colaboradora mais antiga que encontrei. Estudante da antiga Escola Complementar de Cachoeira, entre os anos de **1930 e 1932**, hoje está com 94 anos. A colaboradora Ione e o advogado e ex-aluno Julio César Caspani ajudaram-me a encontrar a professora Ondina. Solteira e sem filhos, vive na Residência Vitalícia do Hospital Conceição, em Porto Alegre. Conversamos numa tarde fria, em seu quarto, próximo a uma janela onde o sol entrava calmamente. De poucas palavras, Ondina contou sobre o tempo de escola, falou dos pais, dos irmãos e dos amigos, principalmente daqueles que conquistou em Cachoeira do Sul, de onde foi considerada Cidadã Honorária pelo trabalho abnegado em prol da Escola João Neves da Fontoura, onde foi professora e diretora durante a maioria dos seus anos de profissão até sua aposentadoria. Pela efemeridade das memórias, que a idade limitou e o tempo fragmentou, o depoimento da professora Ondina foi organizado de forma que o mais precioso de suas lembranças seja destacado. Ela conta de forma breve o que sua memória guardou sobre a vida de aluna e professora na Escola João Neves da Fontoura:

“Fui aluna lá na Escola João Neves, da segunda turma. A escola estava se formando, era o segundo ano. Naquela época a gente fazia uma prova de admissão. Eu me formei lá em 1932. Minha família toda é de Caçapava do Sul, nasci em Caçapava, meus pais achavam difícil que eu fosse estudar, porque nossa família tinha oito pessoas, né. Naquele tempo todo mundo, em Caçapava, fazia só o curso primário. Para ir a Porto Alegre, onde tinha o Instituto de Educação, eu dependeria de lugar para morar, e como o problema não era ir, mas ter enxoval, parar em pensão não dava, porque papai era muito bravo. Daí criaram as escolas complementares, a única escola lá no interior era a de Cachoeira, foram as primeiras escolas. Papai estava naquela situação de ver como é que eu poderia vir, porque estavam justamente sendo criadas as escolas no Estado, eu morava em Caçapava do Sul com a minha família e de lá mesmo foram um grupo para a escola de Pelotas. Eu queria muito ser professora, mas meu pai não tinha condições econômicas, tava difícil, então naquela época criaram as escolas do interior, entre elas a João Neves da Fontoura, justamente no ano que eu estava terminando, as minhas professoras foram lá em casa perguntar se eu me interessava para entrar para a seleção, porque elas iam dar aulas preparatórias, e o papai disse: eu nem sei, acho que não vou poder manter. Daí papai resolveu que eu não era moça de pensão, não é, minha gente era meio cheia, então eu fui morar na casa de um irmão do papai quando fui estudar em Cachoeira. Vivi numa fase em que se convivia com pessoas da minha família, lá quase ninguém estudava, somente aqueles que tinham parentes em Porto Alegre. Eu estava tão feliz de poder estudar, que não me importava onde e quando, não é. (Risos). Eram poucas meninas que estudavam, só podiam aquelas que tinham recursos. A escola foi criada justamente na hora que eu precisava (risos), na hora que eu estava terminando meus estudos lá em Caçapava, ela é muito importante porque veio para resolver, ela veio justamente na hora que eu precisava (risos). Lembro bem do meu tempo de aluna, a Escola Complementar ficava num prédio na praça da prefeitura, ainda era no prédio velho, e no dia da prova de seleção foi feita uma entrevista, papai foi lá para me matricular, estava do meu lado e me dava força, papai era sempre sério. A maioria das minhas colegas era de Cachoeira mesmo, muitas desistiram e não se formaram, era muito rigoroso o ensino. Raramente havia atividades extraclasse e nós também não estagiávamos. Quanto as regras nós éramos muito mal informadas, porque a gente se limitava a obedecer, não é. As colegas eram quase todas da mesma idade, mas havia duas que já eram professoras, eram mais velhas. Realizávamos trabalhos manuais, Coral tinha muito pouco. No início não usavam uniforme, no meu tempo de aluna, mas eles custaram muito a obrigar o uso, sabe. As alunas vinham de toda a região, Caçapava trazia muita gente, de Encruzilhada também. Na minha turma tinha três homens, mas não agüentaram, um só voltou, um só se formou, pois paravam todos, eles faziam... e até hoje, sem companhia, não é, se sentem sozinhos. Depois que terminei a Complementar em 1932, fui nomeada em 1935, eu já desacreditava que iria ser professora, fui trabalhar num Grupo Escolar na cidade de Santana da Boa Vista, mas fiquei um ano só, o Delegado de Educação me convidou para trabalhar na Delegacia de Educação, de Cachoeira que depois se mudou para Santa Cruz, de lá que eu voltei e tive contato novamente com a Escola João Neves. Eu só tenho formação para o magistério, trabalhei com a disciplina de Didática e era Orientadora Educacional. Aí a primeira coisa que o Delegado fez, foi me mandar para Porto Alegre, pelo menos lá tinha cursos para dar aula de Didática, não é. Eu peguei muita direção no João Neves, até entrar, oficialmente, em licença prêmio em 1969. Sempre trabalhei com pessoas que tinham sido minhas professoras, faziam questão de trabalhar comigo, trabalhavam em colaboração. Os professores se reuniam de acordo com as disciplinas para estudar e comentar seus problemas. Em cada nível, Primário, Ginásio e Colegial, a gente tinha uma coordenação, uma para o primário, uma para o secundário. Naquela época o aluno pagava uma matrícula, como deve existir até hoje, quando se matriculava no começo do ano, daí esse dinheiro era depositado na conta da escola para custear algumas despesas. Eu adorava a escola! Ah, eu tenho saudade da Escola João Neves. Acontece que a escola, como eu sou uma pessoa que não tem casa e filhos, e escola era minha família. Eu ficava o dia inteirinho lá, acho que também porque eu não tinha horários livres. Já nos meus últimos anos que eu trabalhava lá, de tarde, eu ia em casa almoçar, voltava a uma e meia e só voltava no final do turno da noite. Eu não ia, não é que eu não pudesse ir, mas era outra caminhada que eu tinha que fazer (risos). Eu gostava, sempre quis ser professora, amei o que eu fiz. (risos) Sempre, pra mim foi feliz ser professora. Acho que eu fui para o lugar onde eu devia ir mesmo, às vezes a gente erra nas profissões, não é, mas comigo não, eu fiz uma coisa que eu gostava e me dei a ela mesmo, porque como eu não tive casa nem filhos, não foi difícil para família, casa e filhos ter que me dividir, eu tinha que dividir comigo mesma (risos). A escolha sempre foi minha em não constituir família, meu pai sempre me deixou namorar, eu que não era entusiasmada, porque quem tem vontade, sempre acha, todo mundo acha, porque que eu não ia achar. Eu adorava a escola, é que eu achava que não era de grande importância, pra mim, casar e constituir família, claro que eu gostaria, depois passando o tempo, mas, olha, porque eu sou a mais velha dos irmãos, acho que um pouco eu comando a minha

vida, minha mãe faleceu e eu tive que cuidar da casa e ajudar meu pai e meus irmãos, sempre fui muito independente. Para mim o Curso Normal é importante, eu acho que é importante, eu acho que isso prepara uma pessoa para uma determinada função, mas depende muito do interesse que a pessoa tem naquilo que faz, a coisa mais importante é tu gostar do que está fazendo, aquilo não é um trabalho forçado para ti cada dia”.

Ondina, Marina, Ely, Isolde, Doris, Glassi, Itassusa, Ione, Etel, Beth, Marta e Eunice, alunas/professoras que entrelaçam suas vidas com a vida da Escola João Neves da Fontoura, e teceram relações entre si mesmas. Cada uma representa uma peça colorida do mosaico da história da formação docente nesta instituição, transformando suas memórias individuais em memórias coletivas, narrativas que significam e valorizam as experiências.

Os vestígios do passado são trazidos à tona pela voz. A linguagem passa de mera transmissora de pensamentos para se transformar na chave que abre o baú das lembranças. Quando falam sobre suas experiências, as colaboradoras, ao escutar suas histórias, relembram outros fatos, momentos cruciais na trajetória de formação, aspectos peculiares, cenas engraçadas ou tristes, o passado reconstruído pelas suas vozes.

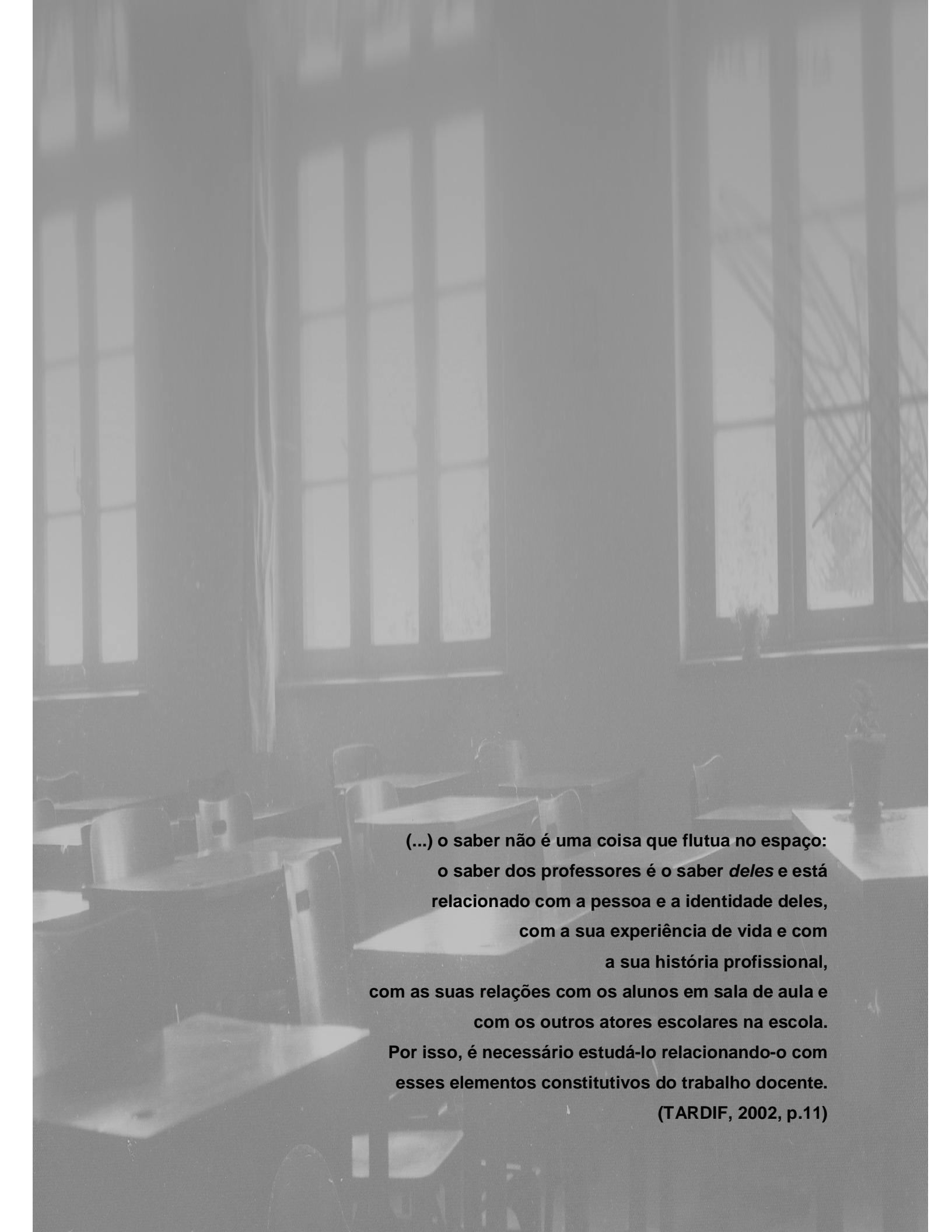
Astor Antonio Dich destaca que o passado só existe mesmo apenas pela experiência, que há um sentido clandestino em querer reconstituir o passado, já que com as experiências, ao serem relembradas, estão repletas de afetividade e subjetividade.

Entretanto, nós já entendemos que o passado nunca existiu de forma estruturada, a não ser como experiência, como imaginação e como afetividade contemporaneizada. E, nesse sentido, a leitura possível é aquela que remete para a fascinação histórica subjetiva do *querer compreender o passado nas suas múltiplas possibilidades* peculiares e, de outro modo, remete para o sentido metodológico de *como é possível de ser reconstruído*. Nessa perspectiva, entendemos que o tempo da fascinação sobre a memória pode possibilitar a problematização do passado pelo presente com base em dois vetores principais: primeiro, o sentido de reconstituirmos idéias de futuro no passado e, segundo, compreendê-las como estrutura narrativa de argumentos para uma cultura da mudança.²⁰

As múltiplas possibilidades de compreender o passado ampararam este estudo, na busca de outras versões sobre o vivido, permitindo novos olhares sobre a experiência de formação docente na Escola Normal, as narrativas permitiram a

²⁰ Astor Antonio Dich *In*: TEDESCO, 2004, p.16-17.

valorização da prática educativa e atribuíram significados às experiências dos atores sociais.



**(...) o saber não é uma coisa que flutua no espaço:
o saber dos professores é o saber *deles* e está
relacionado com a pessoa e a identidade deles,
com a sua experiência de vida e com
a sua história profissional,
com as suas relações com os alunos em sala de aula e
com os outros atores escolares na escola.
Por isso, é necessário estudá-lo relacionando-o com
esses elementos constitutivos do trabalho docente.**

(TARDIF, 2002, p.11)

CAPÍTULO 2

AS ESCOLAS NORMAIS NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Este capítulo busca elucidar aspectos sobre o nascimento das Escolas Normais, períodos e aspectos sociais, políticos e econômicos que marcaram o movimento destas instituições, procurando compreender, a partir da análise feita por vários autores, perspectivas sobre a formação de professores neste contexto. Igualmente, será acrescentado ao final do capítulo, algumas reflexões sobre identidades e saberes da profissão docente, buscando um delineamento teórico sobre a docência – formação e prática – para perceber, com nitidez, todas as inferências que as fontes trouxeram para esta análise.

Destaca-se que a periodização escolhida para esta pesquisa contemplará a década de fundação do IEEJNF – no ano de 1929 – até a década de 1990. Portanto, estudos sobre as características da Escola Normal em períodos anteriores, que não estejam satisfatoriamente contemplados neste texto, podem ser encontrados em análises referentes às décadas antecedentes²¹.

2.1 O surgimento e a trajetória das escolas Normais

No universo da formação de professores, a Escola Normal apresenta-se como o mais antigo recurso para a qualificação dos profissionais da educação primária. O

²¹Entre elas: MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999; VILLELA, Heloisa de O.S. *A primeira escola Normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores*. Dissertação de Mestrado: Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

docente e sua formação têm ocupado espaço expressivo nas pesquisas acadêmicas, como destaca Maria Helena Câmara Bastos, ao fazer um significativo estado da arte no artigo “Histórias da profissão docente no Brasil: mosaicos de uma formação”²², no qual ressalta que, a partir dos anos 1980, a produção de estudos sobre História da Educação com enfoque nas identidades docentes, no estado do Rio Grande do Sul, tem sido significativa e pode justificar o privilegiamento deste tema em pesquisas posteriores.

A formação de professores nas escolas Normais foi uma das primeiras maneiras de qualificar professores que já atuavam em salas de aula sem formação específica, assim como preparar a demanda necessária de professores para ocupar as vagas da escola primária que se apresentava em expansão. Nóvoa acrescenta que, “desde os meados do século XIX que o ensino Normal constituiu um dos lugares privilegiados de configuração da profissão docente”²³, permitindo a consolidação da imagem do professor e contribuindo para o processo de profissionalização dos professores. O projeto de criação destas instituições só se realizou graças à conjugação de interesses vários, nomeadamente do Estado e dos professores.

As escolas Normais são instituições criadas pelo Estado para controlar um corpo profissional, que conquista uma importância acrescida no quadro dos projectos de escolarização de massas; mas são também um espaço de afirmação profissional, onde emerge um espírito de corpo solidário. As escolas Normais legitimam um saber produzido no exterior da profissão, que veicula uma concepção dos professores centrada na difusão e na transmissão de conhecimentos; mas são também um lugar de reflexão sobre as práticas, o que permite vislumbrar uma perspectiva dos professores como profissionais produtores de saber e de saber-fazer. (NÓVOA, 1997, p.16)

Embora muitas das tentativas de formação docente nas escolas Normais brasileiras tenham sido abortadas desde a sua fundação no país, em meados do século XIX, seus precursores sempre recorreram aos melhores modelos desenvolvidos pelo mundo.

²² *Apud* TRIVIÑUS, 2004

²³ NÓVOA, 1997, p.16

2.1.1 Modelos externos para a escola Normal brasileira

Partindo de um modelo europeu, mais especificamente o francês – resultado da tradição colonial brasileira e das elites, responsáveis pelo projeto de instituição da Escola Normal, terem realizado sua formação cultural na Europa – muitas das iniciativas pertinentes à criação das instituições de formação docente coincidiam com a hegemonia do grupo conservador governante na época. Tais ações eram desenvolvidas com o intuito de consolidar uma supremacia e impor projetos políticos. Villela destaca que

somente pela compreensão desse projeto político mais amplo, de direção da sociedade, é que foi possível entender que a criação da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro não representou apenas a transplantação de um modelo europeu mas, pelo potencial organizativo e civilizatório, ela se transformava uma das principais instituições destinadas a consolidar e expandir a supremacia daquele segmento da classe senhorial que se encontrava no poder. (1992, p.28)

Em sua tese de doutoramento²⁴, a professora Sueli Pereira apresenta, de forma clara e objetiva, aspectos relevantes sobre os modelos europeus de formação de professores. Suas análises destacam as estreitas relações entre a instituição da escola primária elementar e a constituição de espaços para formação de mestres para as escolas do Estado Francês.

Contudo, vale ressaltar que a necessidade de preparação pedagógica para a docência, destacada no movimento da Escola Normal, ganharam força ainda no século XVIII, quando foram criadas as primeiras Escolas Normais francesas, solicitadas “por Joseph La Kanal em 1794, para preparar com cursos intensivos os professores de que o Estado necessitava”²⁵, tais ações seguiam modelos já desenvolvidos na Alemanha.

(...) o primeiro ministro francês Lakanal as designou com o nome de Escolas Normais porque eram as escolas que davam a 'norma' docente, ou seja, escolas como as demais primárias, porém modelos em que a outro nível se estudava a norma didática que haviam de seguir os que queriam dedicar-se ao ensino de crianças. Ou seja, escola dedicada total e unicamente a estudo da norma, do guia, da forma e procedimentos mais adequados para,

²⁴ PEREIRA, 1999, p.39-42

²⁵ CAMBI, 1999, p.367

prévio conhecimento da criança e da escola, saber instruir e educar as crianças da melhor maneira. (GUZMÁN, 1986, p. 17-18)

Um modelo criado unicamente para instruir e ensinar a instruir, não tendo como referência uma formação científica, mas uma formação, unicamente, prática, em tais escolas “não são as ciências o que se aprenderá, senão a arte de ensinar”²⁶.

Na busca de resolver os problemas resultantes dos processos de industrialização, em que famílias inteiras passaram das tarefas caseiras para o trabalho fabril, foi desenvolvido um projeto em 1833, pelos franceses François Guizot²⁷ e Victor Cousin²⁸, reformando a educação primária. Nele são criadas escolas normais e escolas maternais. Escolas Normais com eficiência e regularidade, desenvolvendo planos de formação docente e assistência a professores leigos, que indicavam a importância empregada ao atendimento da educação primária neste país.

Após os fracassos da Revolução de 1848 e as derrotas francesas no ano de 1870, a educação retoma suas reformas em 1879, com o Ministro da Educação Jules Ferry, que tornou a escola francesa laica e republicana, o ensino primário gratuito e obrigatório. Entre estas reformas, destaca-se a de 1881, que exige o título de professor para o exercício do ensino primário. Juntamente com as novas legislações, criam-se escolas por todo o país, entre elas a Escola Normal de Sevres, pois Ferry argumentava que “ninguém pode exercer as funções de mestre ou mestra em uma escola pública ou livre, sem estar provido do título de capacidade para o ensino primário”²⁹.

Ainda acompanhando as reformas na instrução pública europeia, na segunda metade do século XIX, também na Itália foram realizadas ações para a constituição de um orgânico sistema de instrução estatal. Com a Lei Casati, que levava o nome do então Ministro, em 1859, entre outras determinações, também “instituiu nove

²⁶ Lakanal *apud* LUZURIAGA, 1959, p.56.

²⁷ François Guizot, político francês, foi Ministro da Instrução Pública, ocupando também o cargo de Primeiro-Ministro, entre os anos de 1847-1848.

²⁸ Victor Cousin, filósofo, educador e historiador francês, após visitar a Alemanha para estudar métodos educacionais, redigiu a Lei da reforma da educação primária francesa em 1833. Em 1840 foi nomeado ministro da Educação Pública da França.

²⁹ Ferry *apud* LUZURIAGA, 1959, p.74.

escolas normais masculinas e nove femininas para a formação dos professores e das professoras. Esta era uma instituição 'que estava nascendo' no Reino Sardo e a lei se propunha a estendê-la também às novas províncias lombardas"³⁰.

O caráter democrático que Ferry designou ao sistema de educação pública na França foi exemplo para toda a Europa e a América. Mesmo havendo organização institucional e garantia de direitos para os alunos, ainda faltava qualidade nos processos de formação docente. Este predicado foi encontrado na proposta pedagógica da Pestalozzi, que se tornou referência para a formação de professores desde o século XIX, por isso que "a difusão das idéias pedagógicas de Pestalozzi, mediante o envio de professores às suas escolas (...) serviram de base para os ulteriores seminários ou escolas normais, de importância decisiva na educação alemã, na européia e na americana"³¹. Os princípios de Pestalozzi, fundamentalmente humanitários, destacaram-se em toda a Europa e estenderam-se aos Estados Unidos.

Seguindo os mesmos preceitos pestalozzianos que inspiraram grande parte da Europa e do resto do mundo, quanto à formação docente, no século XIX, Horace Mann foi o precursor da primeira Escola Normal nos Estados Unidos. Foi a partir deste modelo, canalizado através dos Estados Unidos, que surge a escola Normal brasileira, assim, Pereira³² ressalta que "ao terminar o século, fica estabelecido nos Estados Unidos um sistema de educação nacional, de base democrática, que se aperfeiçoará em nosso século e que servirá de guia e de exemplo aos demais países da Europa e da América e, nesta, o Brasil".

As primeiras Escolas Normais, no Brasil, foram criadas entre os anos de 1835 e 1885, somando em torno de 20 escolas espalhadas por todo o território brasileiro, sendo que a primeira escola Normal foi fundada na Província do Rio de Janeiro, em 1835. Demais instituições semelhantes à precursora foram fundadas nas outras províncias do país: em Minas Gerais, em 1835; na Bahia, em 1836; em São Paulo, em 1846; em Pernambuco, no Piauí e em Alagoas, em 1864; em São Pedro do Rio

³⁰ Províncias lombardas, pertencentes a uma região na Itália Setentrional, chamada de Lombardia. MANACORDA, 1997, p.290-291.

³¹ LUZURIAGA, 1959, p.80.

³² PEREIRA, 1999, p.41.

Grande do Sul, em 1869; no Pará e no Sergipe, em 1870; no Amazonas, em 1872; no Espírito Santo e no Rio Grande do Norte, em 1873; no Maranhão, no Mato Grosso e na Corte, em 1874; no Paraná, em 1876; em Santa Catarina e no Ceará, em 1880; em Goiás, em 1882; e na Paraíba, em 1884.³³

Entretanto, muitas foram instaladas somente alguns anos após sua fundação e não tiveram vida longa, sendo extintas ou fechadas temporariamente, logo em seguida. No período imperial, a maioria das províncias brasileiras não tinha mais do que uma ou duas escolas Normais públicas e, até o final deste período, formaram-se precariamente um número reduzido de professores no país.

Influências da Reforma e da Contra-Reforma podem ser consideradas como iniciativas pertinentes à formação de professores visto que influenciaram a publicização da educação a todas as camadas da população. Porém, somente a Revolução Francesa consolida mundialmente a idéia da escola Normal a cargo do Estado para formar professores leigos, idéia que encontra respaldo em pleno século XIX quando, paralelamente, consolidavam-se os Estados Nacionais e a implantação dos sistemas públicos de ensino, exigindo um número maior de professores para atender a demanda de alunos na escola primária.

É necessário ter em mente que até meados do século XIX não havia escola alguma destinada à formação de professores. Embora constantemente reivindicada pelos secretários de governo responsáveis pela área esta medida sempre foi procrastinada. Este fato revela dois aspectos importantes a) que o governo tinha consciência da importância do processo de formação de professores e b) que não percebia esta medida como uma prioridade. (TAMBARA, 2000, p.34)

A medida que foram se expandindo as idéias acerca da formação dos professores para atuarem nas escolas primárias, conseqüentemente, criaram-se instituições responsáveis para esta qualificação. Apesar de sofrerem inúmeras reestruturações, as escolas Normais brasileiras - que partiram de modelos europeus e americanos - sempre apresentaram bons desempenhos e, muitas delas, foram consideradas como exemplos para a criação de novas instituições espalhadas pelo país, como a Escola Normal da Praça, fundada em 1894, no estado de São Paulo,

³³ TANURI, 2000.

que se tornou símbolo do magistério. Segundo Villela³⁴, “a imponência de sua construção e os contornos da sua proposta pedagógica ficariam para sempre associados a uma certa importância da formação do professor primário, anunciada já no final do século XIX, e que conheceria seus momentos áureos até meados do século seguinte”.

Nas décadas finais do Império, somavam-se apenas quatro estabelecimentos para formação docente no país – Piauí, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro – como cita Tanuri, a partir de dados de Liberato Barroso.³⁵ Porém, transformações ideológicas, políticas e culturais nos anos que antecederam a Proclamação da República movimentaram idéias que repercutiram profundamente no setor educacional, vislumbrando a valorização das escolas Normais e o enriquecimento de seus currículos de formação, ampliando os requisitos de acesso e proporcionando a abertura para a frequência de mulheres.

O quadro social, político e econômico da chamada Primeira República não favorecia a difusão do ensino, pois apresentava um federalismo descentralizado - o Estado oligárquico - subordinado aos interesses dos grupos dominantes das regiões produtoras e exportadoras de café. Tal situação trouxe grandes discrepâncias no desenvolvimento dos diversos estados brasileiros que organizavam, segundo suas condições específicas e de seus reformadores, os respectivos sistemas de ensino. Como a Constituição Republicana de 1891 não modificava a competência em legislar sobre o ensino Normal, conservando a descentralização do Ato Adendo Constitucional de 1834, tal responsabilidade caía sobre os estados e municípios, cabendo à União apenas a função, um tanto vaga, de “animar no país o desenvolvimento das letras, artes e ciências”³⁶.

Desta forma, como cabia aos Estados e Municípios legislar sobre a educação pública, cada Estado apresentou suas reformas e inovações quanto à melhoria da qualidade e do acesso à escola. Como esta pesquisa centrou-se no caso específico de formação de professores em uma escola no interior do estado do Rio Grande do

³⁴ VILLELA, 2000, p.119

³⁵ TANURI, 2000, p.66

³⁶ Constituição Republicana de 1891, Art. 35, nº 2.

Sul, são apresentados, a seguir, alguns aspectos referentes à instalação da Escola Normal gaúcha.

2.1.2 Os primórdios da Escola Normal gaúcha

A criação e extinção das escolas Normais até o final do Império foi atitude constante em praticamente todas as Províncias, devido à falta de alunos interessados em cursá-la, por descontinuidade administrativa e deficiências didáticas. Sobretudo, a profissão docente no magistério primário não gozava de um grande apreço na época, devido aos seus minguados atrativos financeiros e à ausência de compreensão sobre a necessidade de formação específica aos docentes das primeiras letras. Tambara elucida que “(...) a pouca importância atribuída pela classe dominante à educação pode ser equitativa pela aviltada remuneração destinada aos professores, aspecto este que contribuía em muito para desestimular eventuais pretendentes qualificados para a função”³⁷.

Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a criação de uma Escola Normal foi uma das medidas mais aclamadas para solucionar os problemas da instrução pública. A proposta estava intimamente ligada à consciência que se criou, muito cedo, de que os principais problemas do ensino gravitavam em torno do professor. Giolo destaca que “aulas eram criadas, mas permaneciam vagas porque faltavam professores, e as que eram providas significavam muito gasto e pouco desempenho, porque os mestres eram apenas caricaturas, carentes de formação”³⁸.

Diante do fracasso do método do Ensino Mútuo, que não solucionou o analfabetismo, desde 1835 reivindicava-se uma escola Normal, tanto para tornar o método mais eficaz, quanto para fornecer uma boa formação aos professores. A Lei nº. 14, de 29 de setembro de 1835, sancionada pelo Vice-Presidente da Província Gaúcha, criou a Escola Normal para habilitar professores para o magistério primário, mas esta proposta não se efetivou.

³⁷ TAMBARA, 2000, p.34

³⁸ GIOLO, 1994, p. 56

Em 1860, a Lei nº. 446, de 4 de janeiro, autorizou ao executivo a contratação de profissionais habilitados para organizar tal instituição, porém foi adiada, pois havia pouca disponibilidade de tempo para que tal educador da Corte viesse até a Província, além de que cobrava muito por seus serviços. Alguns estudiosos gaúchos fora enviados à Corte para habilitarem-se à tarefa de criar a Escola Normal, contudo, após o projeto passar por três reformulações, somente em 1869, por Ato Governamental de 5 de abril, foi criada a Escola Normal, devendo seguir o Regulamento do Curso de Estudos Normais.

Conforme o que previa o Regulamento, a Escola Normal deveria funcionar anexa ao Liceu D. Affonso, na capital. O art. 1 determinava que, na Escola Normal, se preparassem professores, de ambos os sexos, para a instrução primária. Todo o candidato que pleiteasse uma vaga no magistério, deveria, antes, passar pela escola Normal, onde, durante três anos, receberia formação intelectual e pedagógica³⁹.

O Regulamento ainda determinava que as despesas da Escola Normal seriam assumidas pelos cofres públicos, mas cada aluno deveria pagar anualmente 30\$000 (trinta mil réis), em três prestações, excetuando-se órfãos e filhos de professores pobres, indicados pelo Governo da Província. As aulas deveriam ser ministradas pelo Diretor, auxiliado por três professores, sendo que este Diretor seria nomeado pelo Presidente da Província. A escola funcionaria o dia inteiro, atendendo de manhã os alunos e, à tarde, as alunas.

O funcionamento de tal instituição iniciou em 1870, com 12 matrículas, que subiram para 47 no ano seguinte. O Diretor Geral da Instrução Pública, em 1874, comentava: “destinada ao ensino profissional dos alunos de ambos os sexos, a Escola Normal vai melhorando aos poucos a instrução pública da Província”. Ao poucos, a Escola Normal tornou-se a escola-padrão da Província e estudar numa

³⁹ Disciplinas oferecidas nos dois anos de formação intelectual e pedagógica da primeira Escola Normal do Rio Grande do Sul - 1º ano: Regras de Caligrafia; Gramática Nacional Explicada; Geografia Geral, especialmente do Brasil e da Província; Aritmética e Álgebra até equações de 2º grau; Desenho Linear; Catecismo, História Sagrada e da Igreja; 2º ano: Gramática Nacional Analisada; Noções Elementares de Geometria e escrituração mercantil; História Geral, especialmente do Brasil e da Província; Noções de Ciências Físicas e Naturais aplicáveis aos usos da vida; Pedagogia. (GIOLO, 1994, p.58)

instituição de ensino por excelência era de grande valia para muitos, mesmo que poucos pudessem ter acesso, devido ao rigor de suas provas de admissão.

Contudo, os discursos da época ainda relatavam as deficiências de tal instituição. Os relatórios da Instrução Pública não deixavam de declarar que “a instituição (...) ainda está longe de apresentar a fisionomia de uma Escola Normal”⁴⁰, porque os alunos não acompanhavam o ritmo dos temas específicos da ciência pedagógica, pois vinham muitos fracos do ensino primário, além de que, acreditava-se que a organização da Escola Normal, feita em bases estrangeiras, não condizia com a realidade da Província.

Por estes motivos, a instituição foi submetida a uma reforma interna em 21 de julho de 1880, pela Lei nº. 1.259. Conforme esta lei, o curso de estudos normais ficou dividido em duas partes: preparatório e normal. O primeiro com duração de 1 ano e o segundo, manteve a estrutura anterior, 3 anos. Este curso preparatório tinha a finalidade de atualizar o alunado que se apresentava cheio de lacunas em relação aos conhecimentos básicos que deveriam ter sido aprendidos nos estudos primários.

Como programa para os três anos da segunda parte do curso de estudos normais, Giolo destaca que seriam estudadas as disciplinas de “pedagogia, princípios de direito natural, cosmografia e elementos de ciências naturais, desenho, economia política e direito constitucional, línguas (o alemão era obrigatório para quem pretendesse lecionar nas colônias alemãs), etc.”⁴¹.

O índice de procura por formação na Escola Normal gaúcha progrediu de 99 alunos em 1881, para 171 alunos em 1888. Índice progressivo e significativo de interessados em ingressar na carreira do magistério, todavia, não necessariamente um interesse, porque a escolha da carreira docente não significava exatamente interesse, mas a opção que sobrava das oportunidades profissionais, neste interstício encaixa-se a enorme procura de vagas na escola por moças e as

⁴⁰ Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública, 2/1/1874, p.5 *In*: GIOLO, 1994, p.60.

⁴¹ GIOLO, 1994, p.61

escassas matrículas dos rapazes, sobre este aspecto Alfredo Clemente⁴² comentou, em 1888:

(...) esse fato, a meu ver, encontra a sua explicação em diversas causas, entre as quais não ocupam de certo o último lugar as poucas garantias que tem o professorado público e a exigüidade dos seus vencimentos, (...) porquanto, em geral, as alunas manifestam durante o curso mais assiduidade e interesse do que os alunos, não sendo de estranhar que elas logrem melhores resultados nos exames e venham prestar serviços à instrução pública. (GIOLO, 1994, p.62-63)

A reforma de 1880 não conseguiu eliminar todas as deficiências desta instituição, pois, segundo Giolo⁴³, os analistas da época ainda continuavam a criticar as práticas de formação de professores na província.

Pereira⁴⁴ complementa que, em 1901, esta instituição é extinta, devido aos gastos que oferecia ao Estado, sendo substituída por um Colégio Distrital, onde funcionava, em anexo, o curso Elementar (escola primária) que preparava para o curso Complementar. Os Colégios Distritais, espalhados também pelo interior do Estado, obedeciam a uma base positivista, na qual estava amparado o governo Rio-Grandense na época, o que justificava que os currículos de tais escolas, destinadas a formar professores primários, estivessem voltados unicamente para os princípios da cultura moral e intelectual, afinal de contas, “a missão do Estado era difundir a educação positiva, única capaz de salvar a sociedade dos males que a afetava”⁴⁵.

As alterações passam a surgir a partir dos vestígios da modernização econômica, resultando em iniciativas de atualização no campo educacional, tanto para formação quanto para o aperfeiçoamento dos professores primários. Em 1906, o governo reorganizou o serviço de instrução pública, a partir de um novo regulamento⁴⁶. Conforme lembra Corsetti, nesta reforma “o ensino público primário continuava de acordo com os princípios constitucionais da liberdade, laicidade e

⁴² Diretor Interino da Instrução Pública Gaúcha

⁴³ GIOLO, 1994, p.63

⁴⁴ PEREIRA, 1999, p.169

⁴⁵ PEREIRA, *loc.cit.*

⁴⁶ Decreto nº. 874, de 28 de fevereiro de 1906 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

gratuidade, tendo sido mantida a estruturação anterior de dois cursos: o elementar e o complementar⁴⁷.

O ensino Complementar, destinado aos alunos que se mostrassem habilitados nas matérias do ensino Elementar, passava a ser ministrado em Escolas Complementares. O novo regulamento estabelecia que o ensino Complementar deveria ter, na medida do possível, caráter prático e profissional, com o fim de desenvolver o ensino Elementar e de preparar ao magistério público primário.

A criação das Escolas Complementares que, ao substituir os Colégios Distritais, formavam professores no nível secundário, foi expressa da seguinte forma pelo presidente Borges de Medeiros:

Os colégios distritais foram substituídos por institutos de ensino complementar, compreendendo, de fato, o programa integral das chamadas Escolas Normais. Têm as escolas complementares o duplo fim de desenvolver o ensino elementar e simultaneamente preparar profissionais à carreira do magistério público. Distribuídas por todo o Estado, ficarão, assim, o ensino profissional ao alcance de todos, o que não sucedia outrora.⁴⁸

Assim, passam a existir Escolas Complementares em Porto Alegre, Santa Maria, Santa Cruz e Montenegro. Contudo, em 1909, modificações na organização escolar, extinguiram as Escolas Complementares no interior do Estado, justificando que não preenchiam o fim para o qual haviam sido criadas e aumentavam os gastos com o ensino público.

Assim, somente a Escola Complementar de Porto Alegre permaneceu em funcionamento e, no lugar das demais, foram instituídos os Colégios Elementares. O Decreto nº. 1479, de 26 de maio de 1909, do Governo do Estado expressa em seu artigo 1º: *O ensino complementar continuará a ser ministrado na capital do Estado pela “Escola Complementar”, tendo por fim desenvolver o ensino primário e preparar candidatos ao magistério primário elementar.*

⁴⁷ CORSETTI, 1998, p.297.

⁴⁸ Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, em 20/09/1906, *In*: CORSETTI, 1998.

Novas regulamentações são expedidas pelo governo em 1916 e modificações são introduzidas tanto na escola Elementar quanto na Complementar. Em relação a esta última, com justificativa de uma melhor preparação pedagógica, o ensino Complementar, que antes era de três anos, passa, a partir desta reforma – Decreto nº. 2224, de 29/11/1916 – a ser ministrado em quatro anos, mantendo as mesmas matérias, porém melhor distribuídas.

No final do Governo de Borges de Medeiros, o ensino público gaúcho teve mais uma reformulação. Em 1927 foi estabelecido um novo Regulamento da Instrução Pública, Corsetti destaca que foram mantidos os mesmos princípios norteadores e os mesmos objetivos das reformas anteriores, mudando somente algumas classificações em relação aos estabelecimentos de ensino.

Mantendo os mesmos princípios norteadores que caracterizavam as legislações anteriores, vinculados à laicidade, liberdade e gratuidade estabelecidas constitucionalmente, bem como os mesmos objetivos relacionados com a educação moral, cívica, física e intelectual, o ensino foi organizado em escolas isoladas, maternais e subvencionadas, grupos escolares, colégios elementares e escolas complementares. (...) só sendo complementada, em 1929, com o restabelecimento da Escola Normal. (CORSETTI, 1998, p. 307)

Neste regulamento da Instrução Pública de 1927, o Governo restabeleceu a possibilidade de criação de Escolas Complementares no interior do Estado, não mais limitando esse nível de ensino à escola de Porto Alegre como havia sido determinado em 1909. Porém, apesar da possibilidade aberta, novas Escolas Complementares só foram criadas em 1929, nas cidades de Pelotas, Passo Fundo, Alegrete, Santa Maria, Cachoeira do Sul e Caxias do Sul.

Assim, o Rio Grande do Sul em 1927, inserido nos movimentos nacionalistas, mostrava seu esforço, numa postura que misturava positivismo e liberalismo, tanto no atendimento a escolarização primária em relação à quantidade, quanto em relação à qualidade de seus métodos, identificando-se no Estado, neste momento, o que Nagle denominou de movimentos de entusiasmo e de otimismo pela educação (PEREIRA, 1998, p. 173)

A organização das Escolas Complementares, destinadas a formar professores para atuarem nas escolas primárias do estado do Rio Grande do Sul, passou então a obedecer aos parâmetros expressos no Regulamento instituído pelo

Decreto nº. 3.898, de 04 de outubro de 1927. Entre as determinações, mesclavam-se gradativamente as bases em que se apoiava a formação docente no Estado e, enquanto a base positivista enfraquecia-se, o lugar passava a ser tomado por um projeto liberal de educação. Desta forma, a ordem intelectual em que se apoiava a formação docente anteriormente, passa a dar lugar para uma ordem mais prática, dirigida às questões técnicas.

Os novos métodos liberais e inovadores conviviam pacificamente com os antigos ideais teóricos da tradição positivista, associando as idéias de ordem e disciplinas às modernas práticas que surgiam. Conforme o artigo 34, deste novo regulamento, “o curso complementar será de quatro anos” onde deveriam ser desenvolvidas a seguintes disciplinas: Português, Francês, Geografia, História, Matemática, Ensino Cívico, Noções de Direito Pátrio, Economia Doméstica, Literatura Nacional, Ciências Naturais com aplicação à agricultura e pecuária, Psicologia, Escrituração Mercantil, Higiene, Trabalhos Manuais, Desenho, Música e Ginástica.

A reflexão feita por Pereira⁴⁹, ao observar os motivos pelos quais o currículo da Escola Complementar passa a apresentar algumas disciplinas de caráter distinto das propostas para formação docente, diferenciando em alguns aspectos das disciplinas propostas no Regulamento de 1906, possibilita a afirmação de que realmente esta instituição escolar era reconhecida como a que ofertava o curso de mais alto nível no Estado, entretanto, perdia sua especificidade quanto à formação de professores procurava atender as necessidades de outros campos da sociedade.

Chama a atenção, no entanto, a presença de “Trabalhos Manuais”, “Economia Doméstica” e “Escrituração Mercantil” disciplinas que se afastam, tanto da formação científica e técnica do professor, como da base de conhecimentos gerais necessários à formação intelectual do mesmo. Neste caso, se aproximam mais, estas disciplinas, das necessidades do mercado de trabalho que se configurava na sociedade que se urbanizava e se industrializava.

O regulamento de 1927 ainda previa sobre a existência de um Colégio Elementar junto à Escola Complementar, para que os alunos desta pudessem realizar suas práticas (art. 36), assim como, estabelecia no art. 43, parágrafo 2, que

⁴⁹ PEREIRA, 1999, p. 179

poderiam freqüentar a Escola Complementar os alunos que tivessem concluído o 3º ano do Colégio Elementar ou Grupo Escolar, ou ainda, que provassem, através de um exame de admissão, as capacidades equivalentes para acompanhar os estudos complementares.

Entretanto, no governo de Getúlio Vargas, um novo decreto substituiu a organização da Escola Normal determinada em 1927. A partir do Decreto 4.277, de 13 de março de 1929, foram criadas as Escolas Complementares no interior do Estado – nos municípios já citados, onde o governo estadual julgou conveniente (art. 1º), conforme já havia previsto o decreto 3.898 de 1927 –, ainda determinou novas atribuições à Escola Normal de Porto Alegre, “que foi transformada em instituto padrão, como o principal estabelecimento didático em condições de ministrar o ensino com maior eficiência”⁵⁰.

A nova estruturação do Curso Normal em 1929 é, para Pereira⁵¹, reflexo das “tendências de renovação da educação que começam a se delinear na realidade brasileira aos moldes do pensamento da ABE, no Rio de Janeiro, neste período, iniciam sua caminhada no Rio Grande do Sul”. Tais inovações podem ser sentidas nas reformulações curriculares e nas práticas de formação da Escola Normal da capital e das Escolas Complementares espalhadas pelo Estado⁵².

Conforme determinou o Regulamento do Ensino Normal e Complementar do Estado do Rio Grande do Sul, de 1929, a Escola Normal de Porto Alegre deveria ser organizada nos seguintes cursos: Curso Complementar; Curso Normal ou de Aperfeiçoamento; Curso de Aplicação; Curso de Ensino Ativo e Jardim de Infância⁵³.

O Curso Complementar deveria ter a duração de três anos, e tal organização deveria ser a mesma ofertada nas Escolas Complementares do interior do Estado. O

⁵⁰ CORSETTI, 1998, p.313.

⁵¹ PEREIRA, 1999, p.179

⁵² Pereira apresenta de forma esclarecedora este aspecto em sua tese de doutoramento, quando destaca as falas de professoras que realizaram sua formação neste período da reforma da Escola Normal em 1929, ver mais detalhes em PEREIRA, Sueli. *Implicações Modernas na formação do professor primário no Brasil: a década de 1920*, Santa Maria: UFSM, 1999, p.183-184.

⁵³ O Jardim da Infância correspondia ao ensino ministrado as crianças de 4 a 7 anos, para aplicação de processos atuais de educação e ensino.

Curso Normal ou de Aperfeiçoamento, dividido em dois anos, tinha como finalidade completar o preparo profissional dos alunos mestres diplomados pelo Curso Complementar da Capital ou pelas Escolas Complementares do interior do Estado. O Curso de Aplicação, de duração de 6 anos, correspondia ao ensino primário de 4 anos e o ensino elementar superior de 2 anos. O Curso de Ensino Ativo, feito em 2 anos, era destinado a preparar os alunos do ensino elementar superior para a vida prática, onde eram trabalhadas as disciplinas de

(...) Economia Domestica, abrangendo mais o ensino de Desenho Decorativo, Decoração e Arranjo de Interiores, Musica, Costura e Confecções, Trabalhos de Agulha, Hygiene Alimentar, etc, sendo que para o sexo masculino, o ensino visava especificamente o preparo para o commercio, industria e agricultura, conforme a localização da escola e segundo o programma que for organizado e aprovado pelo mesmo processo do programma do ensino elementar superior. (art. 24 – Regulamento do Ensino Normal – Decreto nº. 4.277/1929)⁵⁴

No Título III, dos Cursos e respectivas cadeiras, o Decreto nº. 4.277 traz, no artigo 14, a listagem das disciplinas que deveriam ser desenvolvidas nas Escolas Complementares do Estado, equivalente ao programa da Escola Normal de Porto Alegre: Português; Francês; Geografia Geral, Chorographia do Brasil, Cosmografia; Desenho figurado; Historia Geral do Brasil e Ensino Cívico; Sciencias (Physica, Chimica e Historia Natural e Noções de Hygiene); Economia Domestica; Musica e Canto Cômico; Trabalhos Manuais (Masculino e Feminino); Educação Physica; Pedagogia e Prática profissional.

A diferenciação que ganha destaque em relação à proposta do Regulamento de 1927 é que, apesar da disciplina de Psicologia ter sido eliminada do currículo, assim como, as disciplinas de Escrituração Mercantil, Literatura Nacional, Noções de Direito Pátrio, houve o acréscimo das disciplinas de Pedagogia e Prática profissional, uma vez que estas cadeiras didáticas são imprescindíveis para a formação específica do professor de sala de aula do ensino primário. Nota-se, a partir de 1929, uma preocupação com a qualidade da formação, assim como um melhor direcionamento dos estudos já que o Curso Complementar era considerado espaço de formação de caráter geral, artístico e prático, os professores deveriam

⁵⁴ Foi respeitada a escrita das palavras conforme apresentado no documento oficial do Decreto nº. 4.277/1929.

esforçar-se para aprimorar seus conhecimentos em relação aos progressos educacionais no então denominado Curso Normal ou de Aperfeiçoamento

O que chama mais atenção é que as Escolas Complementares no interior do Estado, formavam mestres para atuarem nas escolas primárias gaúchas, entretanto esta formação carecia de alguns aprimoramentos que poderiam ser adquiridos somente na Escola Normal da Capital, a única que oferecia o Curso Normal ou de Aperfeiçoamento.

Como o Estado não possuía faculdades nesta área, com o intuito de ampliar a base científica e técnica da formação docente, este nível de ensino – Curso de Aperfeiçoamento - oferecia as seguintes disciplinas, conforme o artigo 11 do Regulamento da Escola Normal: Literatura Vernácula; Álgebra e Geometria; Pedagogia, Didática e Legislação do Ensino; História da Civilização e da América; Psicologia Experimental aplicada à Educação; Higiene Geral, Higiene Escolar e Puericultura; História da Educação e Educação Física.

Dentro do pressuposto das inovações que o Regulamento da Escola Normal veio implantar nos espaços de formação, sobre o Curso de Aperfeiçoamento, Pereira destaca que “Osvaldo Aranha⁵⁵, com esta proposta, propõe um modelo de formação de professores, onde se amplia a base científica para a ação pedagógica junto ao aluno que, conforme as teorias escolanovistas, é o centro do processo de ensino”.

Os reflexos das tendências educacionais pautadas nos princípios da Escola Nova, que suscitavam novos discursos no âmbito da educação da época, repercutiam satisfatoriamente nas práticas de formação docente também no Estado do Rio Grande do Sul, isso se mostra nos moldes em que o Regulamento foi elaborado, apesar de não usar estas denominações, o perfil das propostas de formação e as palavras utilizadas demonstram esta pretensão.

⁵⁵ Osvaldo Aranha ocupava o cargo chefe na Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior no Rio Grande do Sul, no Governo de Getúlio Vargas, em sua gestão foi assinado o Regulamento da Escola Normal de 1929.

É possível observar tal aspecto na parte destinada ao ensino no Jardim de Infância da Escola Normal da Capital, em que são destacados claramente os postulados de Decroly e Pestalozzi, que foram, segundo Pereira “as principais bases teóricas do Curso Normal naquele momento”⁵⁶.

Art. 29º - Na organização do programma, a comissão terá em vista os seguintes princípios fundamentaes: (...) e) apresentar a criança um programma de idéias associadas pelo princípio dos centros de interesse; f) aproveitar da natureza, pondo a criança o mais possível em contacto com ella, o material intuitivo que apresente e que seja capaz de lhe despertar e estimular as actividades occultas (...)

As metodologias baseadas em Decroly - Centros de Interesse e Ensino Globalizado - ganham espaço nesta nova proposta reformadora da educação no Rio Grande do Sul em 1929, aglutinando-se ao método intuitivo⁵⁷ proposto por Pestalozzi, que o Decreto de 1927 havia consolidado anteriormente.

O método intuitivo, baseado nas idéias de Pestalozzi, especialmente, consiste na representação de objetos ou imagens e em sua elaboração na imaginação e na inteligência do aluno, o que implica diretamente na ação, na participação ativa de quem aprende durante o processo pedagógico. (PEREIRA, 1999, p.182)

Entre estas inovações, ainda é importante ressaltar outros aspectos que o Regulamento do Ensino Normal determinou, como a instituição dos “Cursos de Férias”, que deveriam ser realizados na Escola Normal de Porto Alegre, em janeiro e fevereiro, que, conforme o artigo 189, seriam atividades de “conferências e preleções, acompanhadas, quando possível, de demonstrações práticas e projeções luminosas”.

A preocupação do governo estadual com a qualificação dos professores era evidente, uma vez que também legislavam sobre outros meios de qualificação profissional, como cursos especiais, conferências sobre ensino e bibliotecas.

Art. 192º - Com o mesmo intuito e para habilitar melhor o magistério do interior do Estado, o Secretario do Interior poderá commissionar professores da Escola Normal e das Escolas Complementares para, sem prejuízo do ensino nesses institutos, realizarem nos meses de junho e julho, assim

⁵⁶ PEREIRA, 1999, p. 182

⁵⁷ Método Intuitivo: assim chamado porque dava muita importância à intuição, à observação, à experiência através dos sentidos.

como no período de férias annuaes, e em localidades de facil convergencia, cursos especiaes para professores.

Art. 193º - Durante os meses de junho e julho realizar-se-ão nas Escolas Normal e Complementares conferencias sobre assumptos relativos ao ensino, não só pelos professores da Escola, como tambem por professores publicos e quaesquer outras pessoas que se inscreverem, submettendo à aprovação do Director da Escola o assumpto escolhido.

Art. 194º – A Escola Normal de Porto Alegre e as Escolas Complementares terão bibliothecas de obas que se relacionem com o ensino, para consulta dos respectivos professores e que ficarão sob a guarda do Secretario da Escola, que organizará o respectivo catalogo.

A presença do Curso de Aplicação, tanto na Escola Normal como nas Escolas Complementares do interior, é característica importante, pois se destinava “ao ensino prático dos alunos dos Cursos Complementares e Normal e ao preparo de candidatos à matrícula no primeiro ano do curso Complementar”⁵⁸. Todavia, também deverão ser contempladas, não somente as questões pedagógicas, como as administrativas, conforme o artigo 41 destaca.

Art. 41.º - Os alumnos do terceiro anno do Curso Complementar e os do Curso Normal acompanharão, no Curso de Applicação, não só as aulas de Didactica, como tambem os serviços administrativos e tudo quanto se relacione com a execução do Regulamento e programma do ensino primario, para tal fim, tomar a regencia da aula por horas ou por todo o dia, guiados pelo professor da cadeira de Pedagogia ou pela professora da propria aula.

O interesse dos governantes, neste período, era preparar professores que pudessem formar alunos que acompanhassem os progressos urbano-industriais da sociedade. Um exemplo deste aspecto é a inclusão das práticas nos Jardins de Infância, já que a clientela de alunos era, basicamente, de filhos pequenos, cujos pais e mães eram admitidos como trabalhadores no processo crescente de industrialização.

Art. 9º - Havendo numero sufficiente de alumnos, a Escola poderá ter um Curso Maternal, onde se applicarão methodos de ensino educativo, especialmente sensorial e com programma adequado, assim como um Curso para preparo de professores destinados à instrucção de anormaes e retardados instaveis, com programa tambem adequado.

Apesar da terminologia imprópria, neste momento surge a preocupação em preparar profissionais habilitados para o trabalho educacional com deficientes.

⁵⁸ Art. 17 – Decreto nº. 4.277/1929

A mudança, segundo Pereira⁵⁹, está nos métodos utilizados na Reforma de 1929 para o ensino, pois os propósitos da década de 20 permaneciam os mesmos. Além de desenvolver habilidades técnicas para qualquer profissão, os ideais de ordem e disciplina do Positivismo resultante dos governos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, permaneciam envoltos nas práticas educacionais, “ao lado dos métodos ativos, centrados no interesse do aluno, conviviam uma rígida organização escolar em relação à normas disciplinares”, tanto evidente na questão da avaliação do aluno, quanto a inspeção da prática dos professores.

Provas escritas, provas orais, sabatinas, arguições orais, exames, ponto sorteado, punições ao professor que não cumprir programas dentro do prazo determinado (art. 39º) etc., exigências aos moldes da escola tradicional contrastando com toda a proposta de renovação voltada para a participação e para o auto-compromisso. (PEREIRA, 1999, p.187)

Havia um contraste entre uma proposta democrática e uma proposta de uniformidade. O Regulamento abria exceções para um trabalho autônomo do professor, entretanto seu planejamento e suas práticas eram periodicamente inspecionadas, podendo ser punidos administrativamente caso não obedecessem às determinações do Regulamento, nestas mesmas proporções estavam incluídas as penas para os alunos. Quanto às punições aos professores, no Título VIII, do Decreto nº. 4.277/1929, são de destaque os artigos 120, 121, 151, 152 e 153.

(...)

Art. 120º - Não é lícito aos professores recusarem qualquer trabalho lectivo ou que se prenda à boa marcha dos serviços escolares que o Director lhes determinar, sob pena de censura e, na reincidencia, de perda total dos vencimentos por três (3) dias.

Art. 121º - Os programas das cadeiras dos Cursos Complementares e Normal são organizados pelos professores da cadeira respectiva e, depois de aprovados pela Congregação e visados pelo Director da Escola, remetidos, por intermédio do Director Geral da Instrução, ao Secretario do Interior, que poderá modificá-los ou propor as modificações que julgar conveniente à boa orientação, uniformidade e eficiência do ensino.

(...)

Art. 151º - Além dos casos especialmente previstos neste Regulamento, os professores são passíveis das seguintes penas:

- a) admoestação verbal;
- b) admoestação por escripto;
- c) suspensão até tres (3) mezes;
- d) perda do cargo.

⁵⁹ PEREIRA, 1999, p. 186

Art. 152º - As duas primeiras penas são applicadas pelo Director; a terceira pelo Secretario do Interior; e a ultima pelo Presidente do Estado.

Art. 153º - A primeira pena é imposta por infracção a disposições regulamentares; a segunda, na reincidencia da mesma infracção, e as duas ultimas mediante processo administrativo, em consequencia de representação do Director e no qual fique provada alguma falta grave ou continuação de infracções regulamentares, pratica de actos implantadores de indisciplina ou que tornem o professor prejudicial ao ensino. Incorre tambem nas duas ultimas penalidades o professor que estiver exercendo o magistério com desamor e indiferença.

O ideal republicano de expansão do ensino para o povo gaúcho, tinha os moldes dos princípios positivistas - de influência marcante no Rio Grande do Sul -, os quais acreditavam no papel regenerador da educação. Corsetti⁶⁰ ressalta que o empenho em qualificar os professores gaúchos foi característica marcante da Primeira República, pois “a necessidade de professores para um sistema que se expandia nem sempre coincidiu com a existência de docentes preparados para desempenhar as tarefas desejadas pelos dirigentes educacionais republicanos”.

Em meio às polêmicas manifestações dos inspetores regionais e dirigentes republicanos, é que as Reformas e Regulamentos da Instrução Pública, entre eles o Regulamento da Escola Normal, surgem como forma de implantação de exigências moralizadoras da atuação dos professores, como os concursos para ocupar as vagas e tentativas de qualificação didático-pedagógica dos docentes. A partir das garantias que os Regulamentos proporcionavam aos professores, como a concessão da efetividade do cargo, o governo republicano considerou que o professorado teria “condições de compenetrar-se na elevadíssima incumbência que lhe estava confiada”.

Em 1930, o Estado Gaúcho tinha criado e mantinha diretamente uma Escola Normal e seis Escolas Complementares. As propostas do Regulamento da Escola Normal, de 1929, vão perdurar até as modificações instauradas frente às deliberações do Estado Novo⁶¹, quando começam a aparecer leis orgânicas

⁶⁰ CORSETTI, 1998, p.395

⁶¹ O Estado Novo (1937-45) foi o período durante o qual Getúlio Vargas impôs o início da modernização econômica do país através de crescentes intervenções estatais na economia e na regulamentação das relações trabalhistas e sociais. Apoiado por setores do exército e pela população, devido a seu perfil carismático, consolidou uma ditadura semelhante à dos regimes nazista e fascista dominantes, então, na Alemanha e na Itália.

educacionais, instauradas pelo Governo Federal para que todos os Estados pudessem adaptar suas práticas escolares a partir das propostas nacionais.

2.1.3 Os padrões nacionais para a legislação educacional.

Pimenta e Gonçalves⁶² explicam que, a partir de 1930, profundas transformações político-econômicas e sociais instalaram-se no país, “com a crise internacional da economia, a sociedade que se pautava no modelo agrário-rural se urbaniza e se industrializa, configurando a aceleração do capitalismo industrial”⁶³.

Com o aumento das vagas nas indústrias, o mínimo exigido aos operários era a instrução básica, da mesma forma os núcleos urbanos reclamavam tal escolarização mínima por três motivos: para que estejam em condições de competir no mercado de trabalho; dando melhores condições de sobrevivência para a população na cidade, já que era considerada mais complexa que a vida no campo; e pela possibilidade que a escolaridade mínima abre para o trabalho autônomo ou nas atividades comerciais próprias do desenvolvimento urbano. Tais fatores, entre outros, impulsionaram o Estado brasileiro na organização única e centralizada do ensino do país.

Esse processo de industrialização atingirá seu ápice na década de 60, seja com o desenvolvimento da indústria nacional, seja com a posterior ênfase no capital estrangeiro. Nessa sociedade com desenvolvimento econômico configurado, a educação escolar atua como coadjuvante, não primeiro, mas imprescindível. (GONÇALVEZ e PIMENTA, 1992, p.97)

Durante o Estado Novo, 1937 a 1945, as reivindicações da população trabalhadora por escolas é reconhecida como um fator de ascensão social, o governo populista da ditadura Vargas responde as aspirações dos trabalhadores, organizando o sistema de ensino do país que antes era definido distintamente em cada estado.

Com a convocação da I Conferência Nacional da Educação, em 1941, começaram a surgir Leis Orgânicas de Ensino e decretos-lei federais, promulgados

⁶² GONÇALVEZ e PIMENTA, 1992

⁶³ *Ibid*, p.97

entre 1942 a 1946, que possibilitaram a primeira tentativa oficial para garantir a base comum nacional para a formação de professores. Tais leis tiveram a finalidade de regulamentação, em âmbito federal, das políticas públicas educacionais.

2.1.3.1 A influência da Lei Orgânica do Ensino Normal

No contexto de promulgações legislativas, o Decreto-lei 8.530, de janeiro de 1946, cria a Lei Orgânica do Ensino Normal, assinada após o final da ditadura Vargas, permanecendo vigente até a Lei 5.692/71. Curioso é o fato de que a Lei Orgânica do Ensino Normal data do mesmo dia em que se publicou a Lei Orgânica do Ensino Primário – Decreto-lei 8.529 – evidenciando o propósito de integração entre esse dois tipos de ensino. Brzezinski⁶⁴ destaca que “é notável a interdependência do ensino primário e a formação de professores. À medida que aquele se expande, esta evolui”.

Poucos meses após a aprovação da Lei Orgânica do Ensino Normal, entra em vigor a nova Constituição Federal de 1946, retomando no país uma orientação descentralizadora e “com características bastante liberais, a Constituição de 46 representa o quadro internacional pós Segunda Guerra Mundial”.⁶⁵

Explicando a Lei Orgânica do Ensino Normal, Tanuri⁶⁶ destaca os ciclos de formação em que foi dividida a Escola Normal, assim como as preocupações em que estava baseado o currículo desta escola.

O ensino normal foi dividido em dois ciclos: a) o curso de formação de “regentes” do ensino primário, em quatro anos, para funcionar em escolas normais regionais e b) o curso de segundo ciclo, em dois anos, para formar o professor primário, e ser ministrado nas escolas normais e nos institutos de educação, que deveriam ser responsáveis também por outros cursos de especialização de professores, tais como educação especial, curso complementar primário, ensino supletivo, desenho e artes aplicadas, música e canto e administração escolar. A preocupação central do currículo da escola normal foi deslocada dos conteúdos a serem ensinados para os métodos e processos de ensino. Essa lei, com o propósito de dar uniformidade à formação de professores nos vários Estados, estabeleceu para as escolas normais um tratamento de escola profissional, exigindo que

⁶⁴ *Apud* PIMENTA e GONÇALVES, 1992, p.97.

⁶⁵ AMADOR, 2002. p.25.

⁶⁶ *Apud* TRIVIÑOS 2004.

cada escola mantivesse, para a sua relação com a prática, um grupo escolar, um jardim-de-infância e um ginásio oficialmente reconhecido. Menores exigências eram estabelecidas apenas para as escolas regionais, que, no entanto, deveriam manter duas escolas primárias isoladas.

A nova legislação não introduziu grandes inovações, apenas consagrou um padrão de ensino nacional a partir do que já vinha sendo realizado em vários estados brasileiros. Além das escolas de primeiro e segundo ciclo, foi prevista a criação dos Institutos de Educação que, além de oferecer os cursos de especialização citados acima, também preparavam todo o pessoal docente e técnico necessário para trabalhar nas escolas formadoras de professores.

Falta de flexibilidade e um sistema rígido de provas e avaliações caracterizavam as Leis Orgânicas do Ensino Primário e Normal. Romanelli⁶⁷ salienta que havia, implicitamente, uma “discriminação imposta pelo art. 21, que estabelecia: ‘não serão admitidos, em qualquer dos dois cursos (primeiro e segundo ciclo), candidatos maiores de 25 anos’”. Pode-se então compreender, a partir da reflexão desta autora, a contradição instalada nesta lei, pois, ao invés de formar o professor leigo que já atuava nas escolas primárias, o curso de primeiro ciclo visava habilitar adolescentes.

Assim, visualiza-se uma escola Normal que se expandia com a finalidade de formar os professores para atuar no ensino primário, contudo refletia a contradição das estruturas de poder existentes, pois o sistema de ensino de um lado respondia aos princípios do populismo nacionalista; e de outro, ainda vivia o retrocesso da educação classista, voltada para a preparação das lideranças, mantendo um conteúdo de cunho literário e acadêmico.

A escola que se expandiu foi a profissionalizante ou semi, destinada às classes desfavorecidas. A burguesia cursava o ensino secundário e as mulheres da classe burguesa cursavam a escola normal, menos para se profissionalizarem e mais para se prepararem para seu “destino social” de mães de família e esposas. Assim, o currículo e os conteúdos dessa escola normal estavam voltados para essa finalidade. Somente parcela das mulheres que não conseguissem, porventura, se casar, é que seriam professoras – profissão digna, socialmente falando, que requeria “vocaçãõ”, abnegação e carinho para trabalhar com crianças. Uma profissão na qual o salário pouco ou nada contava, uma vez que ser professora era quase uma extensão do lar. (PIMENTA e GONÇALVEZ, 1992, p.101)

⁶⁷ ROMANELLI, 2003, p.165

A organização curricular do curso Normal, proposta pela Lei Orgânica de 1946, incorria em velhas falhas que motivaram críticas a tais escolas, pois contemplava no primeiro ciclo⁶⁸, predominantemente, disciplinas de cultura geral, restringindo a formação profissional tão-somente à presença de duas disciplinas na série final: Psicologia e Pedagogia, bem como Didática e Prática de Ensino. Já no segundo ciclo⁶⁹, juntamente com algumas disciplinas de cultura geral, considerava todos os “Fundamentos da Educação” acrescidos da Metodologia e da Prática de Ensino.

O currículo e os conteúdos das escolas Normais e dos Institutos de Educação permaneceram inalterados e cada vez mais distantes da realidade do ensino primário, pois apresentavam insuficiência e inadequação na formação de professores capazes de ensinar as crianças das camadas populares que passaram, então, a ser a clientela da escola pública desde a década de 1950.

O que se pode constatar também é que boa parte dos professores das escolas de primeiras letras não freqüentava as escolas Normais – “quase metade dos atuais professores primários brasileiros não se diplomou pelas escolas normais”.⁷⁰ O que revelava dois importantes aspectos: primeiro, que o interesse da normalista não estava associado ao desempenho da profissão e, segundo, que a expansão quantitativa das escolas Normais não correspondeu à regulamentação profissional da professora, pois continuava a existir o preenchimento, político-eleitoreiro, dos cargos nas escolas.⁷¹

⁶⁸ Disciplinas da Escola Normal de primeiro ciclo, distribuídas nas respectivas séries: Português (1ª, 2ª, 3ª e 4ª); Matemática (1ª, 2ª, 3ª); Ciências Naturais (1ª, 2ª); Geografia Geral (1ª, 2ª); Desenho/Caligrafia (1ª, 2ª, 3ª e 4ª); Canto Orfeônico (1ª, 2ª, 3ª e 4ª); Trabalhos Manuais (1ª, 2ª, 3ª); Educação Física (1ª, 2ª, 3ª e 4ª); Anatomia Fisiologia (3ª); História Geral (3ª); Higiene (4ª); História Brasil (4ª); Psicologia Pedagógica (4ª); Didática/Prática do Ensino (4ª). (PIMENTA e GONÇALVES, 1992, p.100)

⁶⁹ Disciplinas da Escola Normal de primeiro ciclo, distribuídas nas respectivas séries: Português (1ª); Matemática (1ª); Física e Química (1ª); Anatomia e Fisiologia Humanas (1ª); Música e Canto Orfeônico (1ª, 2ª, 3ª); Desenho e Artes Aplicadas (1ª, 2ª, 3ª); Educação Física, Recreação e Jogos (1ª, 2ª, 3ª); Biologia Educacional (2ª); Psicologia Educacional (2ª, 3ª); Higiene e Educação Sanitária (2ª); Higiene e Puericultura (3ª); Metodologia do Ensino Primário (2ª, 3ª); Sociologia Educacional (3ª); História e Filosofia da Educação (3ª); Prática de Ensino (3ª). (PIMENTA e GONÇALVES, 1992, p.100)

⁷⁰ GONÇALVES e PIMENTA, 1992

⁷¹ GONÇALVES e PIMENTA, 1992

As Leis Orgânicas contribuíram para o aumento da articulação entre os níveis do ensino brasileiro na medida em que ligaram o primeiro ciclo da escola secundária com todas as modalidades da escola de segundo ciclo, inclusive a Normal. Porém, quanto ao segundo ciclo, somente o secundário possibilitava o ingresso em qualquer um dos cursos superiores. Isso não se processava para a escola Normal, pois sendo um ramo profissionalizante do segundo ciclo, só se articulava com cursos superiores diretamente relacionados a ela, portanto, apenas com cursos da Faculdade de Filosofia, sendo “possível admitir que do ponto de vista do legislador haveria um caminho ‘natural’ oferecido ao professor primário: do ensino das crianças ao ensino do adolescente”.⁷²

O crescimento das escolas Normais, após a aprovação da Lei Orgânica, deu-se paralelamente a reorganização dos sistemas de ensino acompanhando a política expansionista da rede escolar, implementada no período desenvolvimentista em decorrência da ampliação da demanda, contudo, este crescimento das escolas Normais pode também ser atribuído à iniciativa privada.

2.1.3.2 A Escola Normal no contexto da Lei da Educação - nº. 4.024

Em 1948, foi organizada uma comissão, presidida pelo professor Lourenço Filho, que realizou estudos e propôs um anteprojeto para as diretrizes e bases da educação, encaminhado à Câmara Federal no mesmo ano. Somente depois de 13 anos de discussões, este projeto tomou forma, resultando na lei educacional, nº. 4.024 de 1961, que definiu as diretrizes e bases da educação nacional no âmbito do recorrente conflito entre o interesse público e o privado na oferta educacional, indo ao encontro da industrialização e urbanização crescentes e da demanda progressiva por acesso à escola.

Quanto ao ensino Normal, não trouxe muitas modificações. A maior parte dos estados conservou o sistema dual, com escolas Normais Ginásiais (primeiro ciclo), com quatro séries no mínimo, onde se preparava professores regentes, e as escolas

⁷² TANURI, 2000.

Normais Colegiais (segundo ciclo), com três séries no mínimo, que habilitavam os professores primários.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024, de 20/12/1961) não trouxe soluções inovadoras para o ensino normal, conservando as grandes linhas da organização anterior, seja em termos de duração dos estudos ou de divisão em ciclos. Registra-se apenas a equivalência legal de todas as modalidades de ensino médio, bem como a descentralização administrativa e a flexibilidade curricular, que possibilitaram o rompimento da uniformidade curricular das escolas normais. (TANURI, 2000, p. 79)

A questão do professorado é tratada no Título VII, Capítulo IV, intitulado “Da formação do magistério para o ensino primário e médio”, sendo atribuídos ao curso Normal, no artigo 52, “a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares, destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos relativos à educação da infância”. O grau ginásial, de quatro séries, conduzindo ao diploma de regente de ensino primário (Artigo 54), e o grau colegial, de três séries anuais, levando ao diploma de professor primário. Ambos os diplomas asseguravam “igual direito a ingresso no magistério primário oficial ou particular” (Artigo 58), cabendo aos Estados e ao Distrito Federal regulamentar o que estava disposto na lei.

Quanto ao currículo, os dispositivos da LDB incentivavam um núcleo comum, obrigatório a todos os cursos médios, assim as disciplinas de formação geral voltaram a ser introduzidas no curso Normal, buscando a crescente elevação do nível de formação do futuro professor. Tanuri⁷³ ressalta que “relativamente ao currículo anterior, nota-se uma diversificação das metodologias e práticas de ensino e o aparecimento de algumas disciplinas novas em alguns currículos, como Administração e Organização Escolar”. Apareciam ainda, como antes, os Fundamentos da Educação (Psicologia, Filosofia, Biologia, Sociologia, e História da Educação), Didática e Prática de Ensino, apesar de terem, estas duas últimas, uma visão um tanto dicotomizada.

Enquanto a didática destinava-se a oferecer os princípios teóricos que fundamentavam a prática de ensino, esta, por sua vez, oferecia as oportunidades

⁷³ TANURI, 2000, p.79

para que o aluno vivenciasse os conhecimentos e as técnicas adquiridas durante o curso. Além deste distanciamento entre teoria e prática, continuava aparecendo, como nos currículos anteriores, um afastamento da realidade social e educacional, pois não havia disciplinas que contemplassem questões educacionais brasileiras, nem um tratamento científico e universal dos componentes educacionais.

Entre as principais preocupações quanto à escola Normal neste período, pode-se destacar: descaracterização profissional e desperdício de recursos - tendo em vista o desinteresse de seus egressos pelo exercício do magistério; falta de preparo adequado dos professores formadores - já que os currículos dos cursos de Pedagogia não ofereciam as metodologias e as práticas de ensino primário até 1969, nem exigiam dos professores destas disciplinas a prática docente nas séries do ensino primário, e perda de referência dos cursos Normais no âmbito das instituições que levavam seu nome e dos Institutos de Educação.⁷⁴

O curso normal então disponível começava a se descaracterizar como instância adequada para formação do professor das séries iniciais, processo esse que se acentuaria progressivamente com as mudanças decorrentes da legislação do regime militar e com a deterioração das condições de trabalho e de remuneração que acompanharam o processo de expansão do ensino de primeiro grau. (TANURI, 2000, p.81)

Em relação à posição das mulheres na profissão docente, o período da LDB 4.024, que durou 10 anos, caracterizou a prática docente feminina não como um luxo ou complementação do orçamento doméstico. Pimenta e Gonçalves⁷⁵ destacam que o processo de urbanização industrial em que se encontrava a sociedade brasileira resultou em uma deterioração do trabalho do homem e da mulher, mudando o espaço que a docência ocupava na rotina pública e privada das mulheres.

Tradicionalmente feminino, o trabalho da professora, antes visto como uma “concessão à emancipação feminina”, vai gradativamente sofrendo as pressões características da classe média assalariada; já que não é mais um “luxo” a mulher trabalhar fora; o trabalho da professora traz uma vantagem que é permitir a conciliação com o trabalho da dona de casa: se antes ela podia, por isso trabalhar um período, agora ela pode (e precisa) trabalhar dois; se antes o seu salário era complementar, agora assumiu o caráter de principal na família. (...) Essas raízes históricas do trabalho e da formação

⁷⁴ TANURI, 2000.

⁷⁵ GONÇALVES e PIMENTA, 1992.

da professora explicam as suas dificuldades em profissionalizar-se, assim como explicam a “perda de abnegação e de dedicação” antes considerados fatores inerentes a um bom ensino (PIMENTA e GONÇALVES, 1992, p.103).

Uma legislação marcada pela luta em defesa da escola pública, a Lei 4.024 perdurou mesmo durante o regime militar, porém o governo ditatorial e centralizador decretou leis que interferiram também no campo educacional através das quais uma boa parcela das classes populares permaneceu excluída do ensino público elementar de qualidade.

A LDB não foi revogada, mas o governo militar introduziu muitas alterações, entre elas os acordos MEC-USAID - doze firmados entre 1964 e 1968, elaborados a partir de uma parceria entre o Ministério da Educação e a Agência Americana de Ajuda ao Desenvolvimento - foram prejudiciais. As reformas educacionais passaram a receber assistência técnica e cooperação dos Estados Unidos e atendiam ao principal objetivo do governo: introduzir a educação tecnicista como forma de atender à crescente demanda industrial no país, oriunda principalmente das multinacionais.

2.1.3.3 Reforma do Ensino e a repercussão na escola Normal

Em 1971, em pleno regime militar, período em que a visão de educação como preparatória do capital humano para a estabilidade social prevalecia – adestrando minimamente os alunos para serem trabalhadores produtivos - foi aprovada a Lei nº. 5.692, que reformava o ensino de 1º e 2º graus com o objetivo de qualificar para o trabalho, numa ótica de escolarização reprodutivista.

O curso Normal transformou-se em Habilitação Específica para o Magistério, em nível de 2º grau. Dois fatores são de destaque: a extinção da formação de professores regentes e a descaracterização da estrutura anterior do curso. Nas palavras de Pimenta e Gonçalves, “a formação de professores para a docência nas quatro primeiras séries do ensino de primeiro grau passou a ser realizada através de uma habilitação profissional, dentre as inúmeras outras que foram

regulamentadas”.⁷⁶ Outro aspecto a ser considerado é que os Institutos de Educação foram extintos e os professores que ministravam aulas na escola Normal passaram a ser formados nos cursos de Pedagogia – “assim, a já tradicional escola normal perdia o *status* de “escola” e, mesmo, de “curso”, diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM)”.⁷⁷

Novamente, apresentava-se certa dicotomia no currículo da habilitação para o Magistério, conforme o Parecer do Conselho Federal de Educação (Parecer 349/72) “o currículo apresenta um Núcleo Comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte de formação especial, que representa o mínimo necessário à habilitação profissional”. O Núcleo Comum deveria estar composto de disciplinas da área de comunicação e expressão, estudos sociais e ciências; enquanto a formação especial seria constituída de fundamentos da educação (aspectos biológicos, sociológicos, filosóficos e históricos da educação), estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau bem como didática e prática de ensino. Com exceção de estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau – que acrescentava ao conjunto o conhecimento das questões pertinentes ao ensino de primeiro grau no contexto da realidade educacional brasileira – não houve alterações em termos de conteúdos curriculares.

Percebe-se nestas regulamentações influência da forte tendência tecnicista que caracterizou o pensamento educacional oficial no período, destacando-se a fragmentação do curso, a grande diversidade de disciplinas no seu currículo com prejuízos para uma formação mais geral e o esvaziamento da habilitação em termos de conteúdo pedagógico consistente. (SCHEIBE, 2004, p.23)

A predominância de um caráter tecnicista na formação profissional, que é observado na Lei 5.692, é reforçada pelo mesmo Parecer 349, ao indicar que “a educação geral (...) deverá, a partir do segundo ano, oferecer os conteúdos dos quais ele (aluno) se utilizará diretamente na sua tarefa de educador”. Os conteúdos do Núcleo Comum, destinados à formação geral do aluno, ficaram centrados no primeiro ano, fragmentando o processo de aprendizagem e destinando este nível de ensino unicamente à formação técnica e profissional, restringindo os saberes para os alunos que, futuramente, fossem concorrer a uma vaga em universidades e

⁷⁶ GONÇALVES e PIMENTA, 1992, p.106.

⁷⁷ TANURI, 2000, p.81

concursos públicos, porque estavam destinados unicamente às práticas nas escolas primárias, agora chamadas de escolas de 1º grau.

O que se assiste nos cursos de formação de professores é a transmissão de normas e regras formalistas referentes ao planejamento didático, ao processo de avaliação baseado em critérios, aos métodos instrumentais válidos para qualquer conteúdo, disciplina ou grau de ensino. (LELIS, 1996, p.45)

Nesta reforma da lei educacional – LDB 5.692 – o capítulo V trata dos professores especialistas, no qual se recomenda aos docentes uma progressiva elevação do seu nível de titulação, aparecendo um crescente incentivo à qualificação do profissional docente da educação primária, em nível superior, destacando-se a licenciatura curta.

A formação de professores e especialista para o ensino de 1º e 2º graus será feita em níveis que se elevam progressivamente, ajustando-se às diferenças culturais de cada região do país, e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento dos educandos (artigo 29).

Todas as alterações formais e legais decorrentes das legislações educacionais modificaram o antigo curso Normal já que era necessário devido ao seu caráter elitizante e por não estar conseguindo cumprir seu papel. Entretanto, a legislação não possibilitou mudanças significativas nos currículos e nos conteúdos dos cursos de formação de professores para que os mesmos fossem formados satisfatoriamente e capazes de ensinar, de modo que os alunos das camadas pobres que tivessem acesso à escola, aprendessem.

Inúmeros trabalhos sobre o assunto são unânimes em apontar o “esvaziamento”, a “desmontagem”, a “desestruturação”, a “perda de identidade” ou a “descaracterização” sofrida pela escola normal no período, tendo-se vislumbrado inclusive sua “desativação” nos anos imediatamente posteriores à reforma, devido à queda considerável da procura, ao fechamento de inúmeros cursos, paralelamente ao descaso de políticas nacionais e estaduais. (TANURI, 2000, p.81)

Nos anos 1980, as produções acadêmicas que analisavam o fracasso dos modelos escolares baseavam-se em uma análise de cunho sociológico, principalmente no quadro das teorias do conflito e teorias críticas em geral, deixando de lado as abordagens psicológicas ou tecnicistas ou aspectos exclusivamente

legislativos ou técnicos que respondiam aos estudos anteriormente. A chamada “revitalização da escola Normal”, com discussões de projetos de estudos, pesquisas e propostas de ação amparadas pelo Ministério da Educação e pelas Secretarias Estaduais, buscava medidas para reverter o quadro instalado nos cursos de formação de professores⁷⁸.

Apesar de todas as iniciativas registradas nas duas últimas décadas, o esforço ainda se configura bastante pequeno no sentido de investir no modo consistente e efetivo na qualidade da formação docente. O mais grave é que as falhas na política de formação se faziam acompanhar de ausência de ações governamentais adequadas pertinentes à carreira e à remuneração do professor, o que acabava por se refletir na desvalorização social da profissão docente, com conseqüências drásticas para a qualidade do ensino em todos os níveis (TANURI, 2000)

Com o fim do Regime Militar, passou-se novamente a discutir questões sobre educação de uma forma democrática e aberta, pois as questões educacionais já haviam perdido o seu sentido pedagógico e assumido um caráter político.

2.1.3.4 A atual LDB – e a escola Normal?

Desejosos de uma nova legislação que pudesse, em parte, solucionar o problema da educação, já que a Lei 5692/71 estava ultrapassada e carregava todo o conteúdo autoritário do regime militar, discussões foram encaminhadas por pesquisadores em Encontros e Congressos Educacionais desde 1988. A Constituição Federal, datada deste mesmo ano, já afirmava a dimensão profissional da docência no artigo 206, parágrafo V, que inclui entre os princípios “que devem servir de base ao ensino ministrado”, “a valorização dos profissionais do ensino”. E, dentro desta perspectiva de valorização, entende-se a qualidade da formação como primordial para uma prática significativa.

Contudo, e como decorrência da Constituição de 1988, foi aprovada em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBEN nº. 9394/96), perpetuando um discurso mais inovador no que tange à educação, com a pretensão de incentivar transformações nos vários níveis de ensino, quebrando algumas amarras instituídas nas legislações anteriores.

⁷⁸ TANURI, 2000

Em contrapartida ao que se vinha fazendo e pensando sobre formação de professores a partir das legislações anteriores, a nova LDBEN dá um maior destaque aos profissionais da educação (antes denominados profissionais de ensino, que remete a uma visão nitidamente conteudista). Estes profissionais da educação deveriam, além dos conteúdos e das tecnologias a serem ensinadas, enfatizar as dimensões política e social da atividade educativa, incluindo à dinâmica escolar o relacionamento da escola com seu entorno mais amplo, a avaliação e a gestão.

O título VI da LDBEN 9.394 trata dos profissionais da educação e, no art. 62, é contemplada a formação de docentes para atuar na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) que deverá ser feita em nível superior. Em decorrência desta determinação, a própria lei estipula a Década da Educação, iniciada em 1997, período entendido como prazo para adaptação e progressiva qualificação dos profissionais.

Entretanto, frente a este prazo, e transitoriamente, é admitida como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. Assim, quanto à qualificação profissional dos docentes da Educação Básica, destaca-se a progressiva formação em cursos de licenciatura, de graduação plena, criando um período para que todos, estados, municípios, escolas e profissionais, se adaptem às novas determinações da lei.

Quanto ao prazo para a progressiva qualificação dos professores que, conforme a LDBEN, artigo 84, deverá ser atingido até o ano de 2007, Clarice Nunes comenta que o curso Normal aparece nesta lei como uma alternativa frente à situação educacional do país no período da instituição da lei.

Admitiu, no entanto, que os cursos de nível médio na modalidade normal pudessem ser aceitos como formação mínima para o magistério nos níveis iniciais de ensino. Ou seja, ao distinguir entre formação desejável e formação mínima, o curso normal ainda aparece como alternativa de formação devido à diversidade nacional e num momento, como mostraram pesquisas realizadas no final da década de 1990, e que funções docentes ocupadas por profissionais de nível superior passavam a ser exercidas por profissionais menos qualificados. (2002, p. 20)

No contexto das adaptações à LDB, inúmeros debates são feitos com relação aos espaços destinados à formação de professores. Com a criação dos Institutos Superiores de Educação e os Cursos Normais Superiores, entra em jogo a permanência da formação docente em espaços como os cursos Normais em nível médio e os de Pedagogia em nível superior. Apesar do impasse ter se estendido por vários anos, atualmente, tem-se bem definido que, conforme a legislação vigente e instituída posteriormente a Lei 9.394/96, tais espaços de formação – escolas Normais e cursos de Pedagogia - poderão continuar com suas funções tradicionais de formação docente.

Reconhece-se a formação superior como espaço de qualificação teórica e metodológica das práticas docentes e, necessária para a crescente valorização da profissionalização dos professores, no entanto, observa-se, em contrapartida, o crescente fechamento das escolas Normais em todo o país, assim como a redução das oportunidades no mundo do trabalho para os profissionais que possuem somente esta formação.

O que provavelmente poderia ser mais aceitável, é que a legislação vigente tivesse considerado os ganhos já garantidos e a experiência já acumulada pelas escolas Normais, na medida em que pudessem ser capitalizadas e aproveitadas para que não fossem simplesmente esquecidas, devido a sua importante trajetória social na constituição e qualificação dos ‘professores das primeiras letras’ do país.

Todavia, apesar de muitos estabelecimentos destinados à formação de professores na modalidade Normal terem fechado suas portas após a instituição da nova legislação, alguns permanecem em atividade, qualificando a demanda de professores que a procuram. O reconhecimento de um quadro precário e desigual para a formação docente nas instituições públicas de nível médio exigiu das políticas públicas reformulações nos referenciais destas instituições.

Quanto aos currículos, tanto do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio, no artigo 26 da atual LDBEN, afirma-se que devem ter uma base comum nacional sendo complementada por uma parte diversificada elaborada em cada sistema estadual de ensino e estabelecimento escolar de acordo com as características

regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos estudantes. Desta forma, e para responder as exigências da lei, foram estabelecidas pelo Conselho Nacional da Educação (CNE) as Diretrizes Curriculares Nacionais, quando foram então aprovados os Pareceres CNE/CEB 15/98, de 01/06/98 e CNE/CEB 1/99, de 21/01/99 que fundamentaram a Resolução CEB 2, de 19/04/99 – que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal.

Em muitos estados brasileiros, a Escola Normal ainda é espaço de referência em formação, conforme ressalta Nunes, nos anos 1980, a revitalização do ensino Normal foi como uma bandeira dos educadores contra a descaracterização profissional que tinha atingido este curso sob a égide da Lei 5692/72. Entretanto, hoje os motivos são outros para o retorno do curso Normal, “trata-se de necessidade de inúmeras regiões brasileiras que não dispõem ainda de ensino universitário”⁷⁹ e acrescentar-se como um caminho viável para a qualificação inicial do futuro professor, permitindo seu ingresso no mundo do trabalho e garantindo seu acesso aos cursos superiores, em muitos casos privados.

Os princípios que são definidos pelo Parecer 1/99 - para que as escolas de formação de professores assumam como preceitos na sua organização - sinalizam aspectos já reforçados pelas pesquisas universitárias quanto aos saberes da docência, entre estes princípios aparecem a valorização da história de vida dos estudantes do curso Normal e do diálogo proposto na base do ato pedagógico; a preparação para o desenvolvimento das competências necessárias à prática da docência na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental; a validade da reflexão sistemática sobre a prática de alunos e docentes desse curso que inclui a exigência de que pelo menos 800 horas dentro dele – num total de 3.200 horas em quatro anos de tempo parcial ou três de tempo integral – sejam dedicadas à prática da docência.⁸⁰

As inovações são pertinentes para a permanência da escola Normal no contexto da formação de professores, entretanto o campo não é muito fértil para o

⁷⁹ NUNES, 2002, p.24

⁸⁰ NUNES, 2002, p.24

crescimento destas práticas de qualificação já que o incentivo maior recai sobre a formação superior. Todavia, ainda pode-se acreditar no trabalho que as Escolas Normais públicas e privadas, espalhadas pelo Brasil têm realizado em termos de qualidade na formação docente, alguns exemplos destas práticas atuais poderão ser observados no Capítulo 3 deste trabalho, a partir das vozes das colaboradoras da pesquisa, as quais realizam projetos inovadores de formação docente no Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura – Cachoeira do Sul – RS.

2.1.4 Mulheres e escola normal: algumas aproximações

É no período final do século XIX e início do século XX que a docência feminina ganha espaço nos debates sobre o ensino brasileiro, quando é reconhecido, por políticos e pensadores, o papel da atividade educadora como extensão das ações maternas exercidas no lar. Dois fatores podem ter desencadeado as práticas femininas nas escolas primárias: primeiro, o fato de que esta era a única profissão em que a mulher poderia conciliar tarefas domésticas e sua inserção na vida pública, Tambara ressalta que “a mulher, de um modo ou de outro, podia mais facilmente conciliar os “deveres de casa” com a atividade pública, principalmente quando esta era feita somente em um turno”⁸¹; e segundo, como uma solução para o problema da falta de mão-de-obra para a escola primária, abandonada pelos homens que foram em busca de melhores salários em outras profissões resultantes da chegada da industrialização.

Como um jogo de interesses vários, com espaço inclusive, no discurso dos governantes, o magistério feminino ganha incentivos sociais impregnados de ‘segundas intenções’, ao relacionarem a prática docente das mulheres às práticas domésticas, direcionavam a atividade educacional para o caminho da vocação, missão, abnegação, docilidade – características próprias da menina/mulher/esposa/mãe - “(...) se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, a extensão da maternidade, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha ‘espiritual’”.⁸²

⁸¹ TAMBARA, 2000, p.248

⁸² Guacira Louro *apud* PRIORE, 2000.

Essa abertura ideológica, além de atender às demandas do processo produtivo, possui um caráter conservador subjacente que vai contaminar a atividade do magistério – é a idéia de que à mulher cabe o papel de educadora por sua própria natureza social e psíquica. Assim, o que ocorreu, foi apenas uma extensão da atividade educativa desenvolvida pela mulher dentro do lar para o reduto da escola formal. E, neste sentido, a profissão passou a ser vista como uma vocação tanto quanto a mulher era vocacionada à maternidade. Esta concepção é importante pois explica, em muito, o desprestígio em termos profissionais que, por muito tempo, a profissão de professora primária apresentou (TAMBARA, 2000, p.254)

O conceito da profissão docente destinada à mulher devido a suas características pessoais carrega, também, marcas do século XVI, quando o espaço de educadora era ocupado apenas nos conventos. Entretanto, com as novas regras de conduta e funcionamento para as instituições religiosas estabelecidas pelo Concílio de Trento, estes espaços passam a preparar aquelas que iriam ensinar toda a sociedade, podendo-se considerar este episódio como precursor e incentivador para criação das escolas Normais de cunho religioso.

Conseqüentemente, deste momento em diante, a educação é vista como missão e todos os adjetivos advindos do campo religioso são aderidos a prática docente: salvação, abnegação, sacrifício, humildade, fervor. No princípio, homens e mulheres são professores e catequistas de uma doutrina específica, entretanto tais características permanecem inerentes até mesmo quando não há defesa de uma ideologia religiosa.

Transfere-se para a carreira do magistério uma concepção de mortificação e ascetismo que “naturalmente” não lhe são inerentes, mas construções sociais. Esta elaboração ideológica pode ser confirmada no Relatório da Inspeção da Instrução Pública de 1866: *“Daqui resulta a necessidade de procurarmos ter educadores da mocidade que compreendam bem a nobre e elevada missão de que se acham encarregados; educadores que não considerem a instrução como uma simples indústria, mas sim como um sacerdócio; professores que, além dos indispensáveis conhecimentos nas matérias que vão ensinar, estejam também no caso de poder com proveito transmiti-las e que sejam modelos de moralidade.”* (TAMBARA, 2000, p.255-256)

A construção de um imaginário social sobre a docência pautada na missão de educar desobrigou o Estado a proporcionar remuneração adequada para o magistério, já que era considerada uma complementação do orçamento doméstico ou “uma ocupação para quem não tinha o que fazer”. Tambara adverte também que “em relação ao professor, passou-se a reforçar a idéia de que este somente optava

pelo magistério em função de não conseguir emprego em outra atividade mais digna”⁸³, o que resultou na imagem de um profissional que, em decorrência das fatalidades da vida, exercia esta função a contragosto ou como única opção.

É válido, contudo, observar-se, conforme alerta Almeida⁸⁴ “que não apreender as complexidades sociais de que este processo foi portador e ignorar que isso fez com que houvesse uma transformação da profissão ao longo dos tempos” é como partir de bases pouco consistentes. Sobre a inserção feminina na profissão docente, a autora defende que não foi aceita tranquilamente pelos homens, pois, segundo ela, “isso significava a perda de um espaço profissional até então dominado por eles”⁸⁵. O que justificaria a feminização da profissão docente seria “as relações patriarcais e econômicas que vinham reestruturando a sociedade no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX”.⁸⁶

(...) sobre a entrada das mulheres na escola primária pública, não se pretende esquecer que a forma como o ensino representou para as mulheres que a ele se dedicaram não só uma forma de sobrevivência econômica, mas também a realização das suas aspirações à independência, à expressão pessoal e a uma oportunidade de influenciar a comunidade em que viviam e trabalhavam (ARAÚJO. 1191, p.140 apud ALMEIDA, 1998, p.116)

Observando-se pelo lado das mulheres, Almeida reitera que “a luta não foi somente econômica e emancipatória, ela foi também cultural e social”⁸⁷ na medida em que as mulheres ocuparam espaços na sociedade e puderam defender e reivindicar seus desejos e ideais. Não se pretende, no entanto, defender a categoria feminina na luta pela conquista dos espaços no magistério primário, e sim aclarar aspectos que podem influenciar na construção do entendimento sobre tal processo.

Entre tantas características, Villela ressalta que “para ser admitido na escola Normal requeria-se que o candidato fosse cidadão brasileiro, maior de 18 anos, com boa morigeração; e saber ler e escrever”.⁸⁸ Como já destacado, a escola Normal, em sua criação, atendia somente homens, e apenas, entre outros fatores, com a

⁸³ TAMBARA, 2000, p.256

⁸⁴ ALMEIDA, 1998, p.110

⁸⁵ ALMEIDA, *loc.cit.*

⁸⁶ ALMEIDA, *loc.cit.*

⁸⁷ ALMEIDA, *loc.cit.*

⁸⁸ VILLELA, 1992, p.29

instituição de classes para meninas e classes mistas, é que foram sendo aceitas as mulheres nos cursos Normais.

2.2 Profissão docente: identidades e saberes

A complexidade da profissão docente, tanto em relação à formação quanto à prática, demonstra-se pelas suas limitações – falta de recursos, pouco incentivo salarial, formação continuada precária ou inexistente, desvalorização social, desrespeito por parte dos alunos, entre outras insatisfações que perpassam as lutas da categoria docente há vários anos. Estas oscilações, que resultam até em doenças, como o conhecido mal-estar docente, depressões e até mesmo a desistência das práticas escolares, marcam profundamente os professores. Entretanto, permanecem características incentivadoras que andam lado a lado a estes profissionais - imbuídos da educação da sociedade - que tem uma identidade em comum, adjetivos que distinguem tais pessoas, como uma marca, uma simbologia, uma representação.

“É impossível separar o *eu* profissional do *eu* pessoal”, ao fazer esta afirmação Nóvoa⁸⁹ reacende pensamentos sobre a importância dos saberes dos professores, de suas construções docentes entrelaçadas com suas vidas, aos tempos particulares de cada profissional para acomodar inovações, assimilar mudanças e constituir maneiras de ser e de estar na profissão.

Será que a educação do educador não se deve fazer mais pelo conhecimento de si próprio do que pelo conhecimento da disciplina que ensina?. Eis-nos de novo face à pessoa e ao profissional, ao ser e ao ensinar. Aqui estamos. Nós e a profissão. E as opções que cada um de nós tem de fazer como professor, as quais cruzam a nossa maneira de ser com a nossa maneira de ensinar e desvendam na nossa maneira de ensinar a nossa maneira de ser. (NÓVOA, 1992, p.17)

Nas últimas décadas, pesquisadores educacionais buscaram racionalizar o ensino – “expurgando o cotidiano pedagógico de todas as práticas, de todos os tempos, que não contribuem para o trabalho escolar propriamente dito”⁹⁰ – no intuito de controlar fatores eventuais e inesperados do ato educativo. Mesmo sendo úteis e

⁸⁹ NÓVOA, 1992, p.17

⁹⁰ Perrenoud *apud* NÓVOA, 1992, p.14.

oferecendo respostas possíveis frente à expansão dos sistemas educativos nos anos finais do século XX, os modelos racionalistas de ensino não contemplavam o que grande parte dos atores educativos consideravam - “a convivialidade como um valor essencial” - e rejeitavam - “uma concentração exclusiva nas aprendizagens acadêmicas”. Nóvoa⁹¹ destaca ainda que a literatura da época estudava o ensino para além dos professores, considerando isso como um progresso.

Tais ações investigativas recaíram no debate sobre a crise de identidade dos docentes, que não é alheia à evolução dos estudos científicos que separavam o eu profissional do eu pessoal, “reduzidos às suas competências técnicas e profissionais, ameaçados por utopias que os pretendiam substituir por máquinas ou sistemas não humanos de educação, esvaziados de uma afirmação própria da dimensão pessoal da sua profissão...”.⁹² São difíceis os momentos pelos quais os professores têm passado. E, não bastassem todos os dilemas que atingem a docência, a diminuição do prestígio dos professores tem alterado o papel da escola e a visão social que se tem destes profissionais e, conseqüentemente, a imagem que eles constroem intimamente sobre o ensinar.

Dois estudos (Ball e Goodson, 1989; Woods, 1991) evocam este processo de forma distinta, mas com óbvias convergências, referindo-se: aos anos 60 como um período onde os professores foram “ignorados”, parecendo não terem existência própria enquanto factor determinante da dinâmica educativa; aos anos 70 como uma fase em que os professores foram “esmagados”, sob o peso da acusação de contribuírem para a reprodução das desigualdades sociais; aos anos 80 como uma década na qual se multiplicaram as instâncias de controlo dos professores, em paralelo com o desenvolvimento de práticas institucionais de avaliação. (NÓVOA, 1992, p.15)

A trajetória de consolidação da profissão docente é composta de muitas dificuldades, e só passou a ser considerada profissão “graças à intervenção do Estado, que substituiu a Igreja como entidade de tutela do ensino”⁹³, também como resultado da institucionalização da formação de professores e da cientificação da Pedagogia. Bellochio, Terrazan e Tomazetti⁹⁴ destacam que o Estado brasileiro assumiu a função de educador gradativamente, amparado em ideais republicanos.

⁹¹ NÓVOA, 1992, p.17

⁹² NÓVOA, *loc.cit.*

⁹³ NÓVOA, 1995, p.15

⁹⁴ BELLOCHIO, TERRAZAN, TOMAZETTI, 2004, p.19

Característica que, mesmo diante da preocupação com o elevado número de analfabetos durante a Primeira República, não incentivou uma forte demanda por educação, postergando a construção de um sistema nacional de ensino.

As exigências ao Estado em relação à educação nacional, que já ocorriam em países da Europa no final do século XIX, somente vieram a incidir no Brasil com a emergência de uma tardia revolução industrial e um reordenamento político e cultural da sociedade a partir dos anos 20 do século XX. Nóvoa⁹⁵ lembra que “os professores são a voz dos novos dispositivos de escolarização e, por isso, o Estado não hesitou em criar condições para a sua profissionalização”. Partindo de pressupostos instituídos pela Educação Nova, com ideais democráticos, a escola e o ensino foram considerados elementos potencializadores do desenvolvimento do país.

(...) o aparecimento de inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico: de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo). (...) da proclamação de que o Brasil, especialmente no decênio dos anos vinte, vive uma hora decisiva, que está a exigir outros padrões de relações e de convivências humanas, imediatamente decorre a crença na possibilidade de reformar a sociedade pela reforma do homem, para que a escolarização tem um papel insubstituível, pois é interpretada como o mais decisivo instrumento de aceleração histórica. (NAGLE, 1976, p.100)

Ensino primário ao alcance de toda a população, não somente às classes privilegiadas da sociedade brasileira, mas atingindo as camadas populares, exigia agentes responsáveis por uma melhoria no ensino. A precariedade das práticas escolares deveria ser suprida com a necessária formação dos professores para exercer a profissão nos anos iniciais da escolarização. As escolas Normais receberam atenção especial por serem os únicos espaços de formação docente até os anos 1920.

⁹⁵ NÓVOA, 1997, p.16

Bellochio, Terrazan e Tomazetti⁹⁶ ressaltam que estas instituições apresentavam um caráter generalista e enciclopédico, deixando a desejar em relação à formação própria nas ciências da educação e nas técnicas pedagógicas, aspecto que só veio a mudar com a “criação, em 1934, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e, em 1939, com a instituição do modelo pela Faculdade Nacional de Filosofia”⁹⁷ que passaram a formar professores para lecionar no Ensino Secundário, garantindo qualidade para a formação dos docentes primários em algumas das escolas Normais espalhadas pelo país.

Os reflexos da Educação Nova na formação de professores no Brasil, expressos no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, apontam os problemas educacionais do país como os mais urgentes diante da configuração de uma sociedade em processo de modernização. Naquele contexto, “a formação do professor como um profissional pautava-se pelo acesso ao saber filosófico e sociológico que delimitaria os fins da educação e a escolha e justificativa dos métodos a serem utilizados no processo de ensinar.”⁹⁸

Constituir uma dimensão técnica e profissional à formação do professor primário era uma proposição apresentada no discurso dos intelectuais da época era sintoma da tomada de conhecimento das teses da Escola Nova e dos currículos das Escolas Normais americanas. Nestas, haviam sido introduzidas disciplinas consideradas efetivamente de caráter pedagógico/científico como a psicologia da educação, a história da educação, a sociologia da educação, a biologia da educação e a filosofia da educação. (BELLOCHIO, TERRAZAN e TOMAZETTI, 2004, p.21).

Atribuindo um caráter científico à formação de professores, as inovações curriculares que foram instituídas a partir das reformas na escola Normal em vários estados brasileiros, introduzindo novas disciplinas como Psicologia Geral e Aplicada, Pedagogia, Didática, História da Educação e Sociologia Educacional, davam à formação docente uma cultura profissional específica.

Essas mudanças trouxeram um grande avanço para uma nova visão da profissão docente, pois, anteriormente, aceitava-se que qualquer indivíduo de boa índole, bem letrado e de reconhecimento na comunidade pudesse lecionar nas

⁹⁶ BELLOCHIO, TERRAZAN, TOMAZETTI, 2004

⁹⁷ *Ibid*, p.20

⁹⁸ *Ibid*, p.23

escolas primárias. Sem preparação específica para tal função, os professores buscavam em escritos de congregações religiosas dedicadas ao ensino um embasamento para uma precária formação didático-pedagógica, tendo apenas o domínio do saber da tradição de cada área de conhecimento.

Com o crescimento das ciências humanas e das ciências da educação, o entendimento de que o saber e o saber ensinar são atividades diferenciadas e dependem de uma formação própria, oportunizaram a constituição de uma nova identidade para a profissão professor, “gradativamente, (...) começam a ser considerados um grupo de “profissionais”, por serem funcionários públicos (do Estado), a partir de uma seleção para ingresso. Passam a ter uma organização sindical que lhes orienta e lhes dá assistência social.”⁹⁹

Podendo ser chamados de profissionais, devido às características que tal função adquiriu com o crescimento dos estudos sobre a docência, os professores e sua formação foram definidos e representados de diferentes maneiras no decorrer dos tempos.

Nas práticas educacionais do Egito e da Grécia Antiga, o ensino estava relacionado ao ato de falar bem, desta forma, a educação assumia a tarefa de preparar os futuros dirigentes das nações, ensinando-os a ler e escrever, assim como aprimorando suas habilidades discursivas, programas de gramática e retórica aperfeiçoavam as habilidades dos alunos para que pudessem argumentar e defender com firmeza seus propósitos futuros.

A Idade Média foi marcada pelas práticas educativas ligadas à Igreja, onde a finalidade do ensino era formar o cristão. A profissão de professor era exercida unicamente pelos clérigos, padres das paróquias e dos mosteiros. Somente por volta do ano 1000, quando as Universidades começaram a ser criadas em algumas partes do mundo, é que o ensino passou a ser ministrado fora dos mosteiros e seminários. As primeiras universidades eram protegidas pela Igreja Católica e seguiam estudos em três campos: artes liberais, medicina e jurisprudência.

⁹⁹ BELLOCHIO, TERRAZAN e TOMAZETTI, 2004, p.25

Com o advento da Contra-Reforma, novas ordens religiosas cristãs surgiram e com elas novos métodos para a propagação do ensino. O trabalho dos Jesuítas é um exemplo desta inovação, mestres religiosos que passaram a propagar e catequizar o catolicismo, criaram o *Ratio Studiorum* que consistia num conjunto de regras de conduta na sala de aula, instruções para regular as relações e procedimentos de professores e alunos. O ensino dos Jesuítas marcou significativamente os processos educacionais no Brasil, quando estes religiosos instalaram as missões jesuíticas no período da colonização brasileira, praticando uma sólida formação humanística-cristã.

O Estado passa a tomar partido dos processos educacionais e de seus agentes, professores e alunos, somente no século XVII com os ideais da Revolução Francesa que fortaleciam os propósitos da institucionalização da educação como função do Estado e buscavam a formação dos cidadãos. A partir deste período, a formação de professores ganha espaço nos discursos dos governantes, uma vez que os professores passam a ser considerados profissionais a serviço do Estado, fator que exigia escolas para a formação de professores laicos, assim, começam a ser criadas as Escolas Normais que ficaram a cargo do poder público e se espalharam pela Europa nos Estados Nacionais recém-criados.

A Revolução Industrial ampliou a função da escola e passou a ser uma solicitação de toda a população, principalmente para a instrução básica, pois era a base para os operários das fábricas e para a urbanização. Desta forma, o aumento da demanda de alunos fez aumentar a necessidade de maior número de professores qualificados para este fim. É nesta época que as Escolas Normais ganham repercussão nas Américas. No Brasil, a primeira Escola Normal é criada no Rio de Janeiro. A formação oferecida por estas instituições priorizava os conteúdos da escola primária e incluía uma disciplina de formação pedagógica, seja ela Pedagogia ou Métodos de Ensino.

No período do Império no Brasil, a formação do professor ainda não era considerada vital para o exercício do magistério e, por isso, houve pouca procura pelo curso Normal nesta época. As escolas Normais eram destinadas unicamente para os homens e muitas vagas nas escolas primárias eram ocupadas por

professores leigos, que prestavam concursos de conhecimentos que os habilitavam a assumir as aulas vagas sem que tivessem feito o curso de formação oportunizado pelas escolas Normais.

Muitos docentes, nesta época, eram chamados de professores adjuntos, pois eram indicados para acompanhar um outro professor por um tempo, até que tivessem plenas capacidades de reproduzir, sozinhos, as técnicas adotadas para o ensino da época, caracterizando a formação guiada pela reprodução da prática.

Posteriormente, por intervenção de Rui Barbosa, Cunha Leitão e Almeida de Oliveira, vários projetos foram idealizados para a valorização das escolas normais, pois, para estes intelectuais, o professor deveria ter uma formação adequada.

Com a Proclamação da República, os movimentos de valorização da educação e escolarização da população foram intensificados, incluindo a preocupação com a formação de professores. Muitas reformas educacionais aconteceram nas primeiras décadas do século XX, com elas um novo significado para a profissão de professor passa a ser exaltado, a ele foi atribuído um papel fundamental de promoção do desenvolvimento e ao mesmo tempo a crença na possibilidade de disseminação do conhecimento científico. A nova identidade do professor ganha forças a partir dos ideais da Escola Nova que entram nos discursos dos intelectuais brasileiros a partir das propostas inovadoras de professor americano John Dewey.

O movimento das escolas novas baseia-se na teoria de Rousseau que inclui o ser humano como objeto de estudo. Para este teórico, a aprendizagem intencional tem na atividade e na experiência o fundamento do processo de ensino. O movimento escolanovista no Brasil encaminhou a educação para a era moderna, uma vez que passou a entender a educação a partir do que Dewey defendia: “educação é vida e não preparação para a vida”¹⁰⁰, uma pedagogia centrada nos interesses e necessidades do aluno e em métodos ativos, tendo a Psicologia e a Sociologia como focos para o surgimento da Pedagogia Moderna.

¹⁰⁰ DEWEY, 1980, p.131

Interessada mais na realidade do que em teorias, os referenciais da Escola Nova diferenciam-se dos propósitos da escola tradicional que pensava unicamente na formação do homem culto, preparado a partir de um ensino enciclopedista totalmente distanciado de sua realidade social.

As propostas que Dewey instituiu, a partir das inovações da Escola Nova, proporcionaram a modernização dos métodos de ensino e a valorização da criança em sua individualidade. Neste ponto de vista, Pereira¹⁰¹ ressalta que “o século XX assiste a uma mudança de posturas e de propostas na área educacional transformando a ação do educando e, especialmente do educador, responsável primeiro pela concretização dos novos ideais da formação humana”.

A publicação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932, registrou a presença destes ideais entre alguns educadores brasileiros, este grupo de educadores ficara conhecido como os Pioneiros da Escola Nova. Sua bandeira, desde os anos 30, consistia na defesa, como direito dos cidadãos e dever do Estado, de uma educação pública, obrigatória, laica e gratuita. Ou seja, de uma educação garantida pelo Estado para todos os que estivessem em idade de freqüentar a escola; da obrigatoriedade da matrícula sob pena de punição; da não submissão da educação a qualquer orientação confessional e, finalmente, da gratuidade da educação, para que todos, indiscriminadamente, tivessem acesso a ela.

O Brasil, no final dos anos 1930 até 1945, é marcado pelas intenções políticas do Estado Novo, dentro deste contexto, Otaíza Romanelli¹⁰² destaca que “as discussões sobre as questões da educação, profundamente rica no período anterior, entram *“numa espécie de hibernação”*”.

A orientação político-educacional para o mundo capitalista fica bem explícita no texto constitucional de 1937, sugerindo a preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado. Neste sentido, a nova Constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional. Por outro lado, propõe

¹⁰¹ PEREIRA, 1999, p.34-35

¹⁰² ROMANELLI, 2003, p.153

que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas e particulares, tirando do Estado o dever da educação.

As conquistas do movimento renovador que influenciaram a curta vigência da Constituição de 1934, foram enfraquecidas nesta Constituição de 1937, pois marca uma distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas.

Contudo, a partir de 1946, o fim do Estado Novo consubstanciou-se na adoção de uma nova Constituição de cunho liberal e democrático. Esta nova Constituição, na área da Educação, determina a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Além disso, a nova Constituição fez voltar o preceito de que *a educação é direito de todos*, inspirada nos princípios proclamados pelos Pioneiros no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, nos primeiros anos da década de 30.

Neste período, surgem as Leis Orgânicas que regulamentam o Ensino Primário e Normal e também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 4.024 de 1961. Contudo, em 1964, um golpe militar aborta todas as iniciativas de se revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram "*comunizantes e subversivas*". Assim, os ideais inovadores que ressurgiram no período da "Nova República", entre 1946 e 1964, foram abafados pelo Golpe Militar, e só voltariam a reaparecer em meados dos anos 1980, quando as práticas educativas retomam os espaços de análise democrática e o papel do professor e do aluno retomam os caminhos da mudança social.

O modelo de Escola Normal, originado nos anos 1920 e que perdurou até os anos de 1970, consagrava o estatuto de escola e curso com a finalidade de formar e titular o professor primário, atribuindo-lhe fundamental importância. Essa fase pode ser caracterizada como a "revolução das normalistas", na qual o professor é bastante valorizado e tido como detentor do conhecimento.

Os anos 1970, momento de tecnicismo no Brasil, caracterizaram a docência como um fazer técnico, sustentada em conhecimentos científicos, no qual regras e procedimentos de ação em forma de receituário deveriam derivar das teorias e conhecimentos analisados. Esperava-se do professor uma racionalidade técnica, pautada nos conhecimentos recebidos, para resolver problemas da prática, sem ao menos criar novas tentativas e respostas a partir do contexto. Procedimentos, regras e conhecimentos eram construídos externamente, fora do espaço de trabalho e alheios às trocas com outros profissionais.

As oscilações ocorridas na educação brasileira nos anos 1970 marcaram a formação docente em dois eixos: a crença no poder da transformação da escola e na formação técnica. Reações contra este modelo tecnicista de ensinar estiveram presentes nos anos 80, quando as palavras “técnico” e “professor” foram substituídas por “educador” - profissional comprometido com a constituição de alunos cidadãos, críticos e responsáveis pela mudança social e não somente com o saber que deveria ser ensinado.

De forte cunho político, a tarefa do professor ultrapassava os muros escolares e avançava à sociedade como um todo. Não bastava o conhecimento das ciências, das Artes, da Literatura, das metodologias específicas e das Ciências da Educação, era preciso ter-se um projeto de emancipação social e um saber político/ideológico e por isso o educador era também um intelectual orgânico a serviço da mudança das condições materiais e culturais da sociedade da época. (BELLOCHIO, TERRAZAN e TOMAZETTI, 2004, p.30).

A década de 1980 foi marcada pela impaciência dos professores com a situação da educação, a visão tecnicista foi questionada e os debates centravam-se na precária situação da educação brasileira. Nos anos 1990, estas discussões foram intensificadas, novas propostas sobre a formação docente passaram a valorizar a prática pedagógica de caráter formativo. Os temas em discussão nos anos 1990 incluíam a relação ensino-pesquisa, o estudo da realidade pedagógica, os estudos sobre a formação prática do professor, a complexidade da função docente e as preocupações com a formação continuada do professor.

Pesquisador, profissional e reflexivo eram as denominações do professor dos anos 90, chegava-se aos conceitos atuais que perpassam e permanecem na

compreensão que se tem hoje sobre o profissional docente. Contribuições da literatura deste período são escritos sobre os saberes da docência, delineando conhecimentos sobre uma epistemologia da prática docente. Passava-se, então, a investigar as histórias e trajetórias de vida profissional dos professores, realçando a figura da pessoa do professor e não somente do profissional.

Os estudos inovadores que permanecem hoje sobre a formação do profissional professor estabelecem que a construção do professor prático-reflexivo deve ser sustentada não somente “na autonomia, no exercício da crítica e da reflexão”, depende também de uma “boa formação teórica, do domínio de saberes que explicitam as relações de poder que perpassam as relações entre indivíduos em nossa sociedade”, ou seja, um entrelaçamento de todas as características do professor, construídas no decorrer dos anos, porém sustentadas no contexto atual e real da escola e do ensino, onde há um profissional preocupado com o social e uma sociedade preocupada com o profissional, fortalecendo valores éticos, emancipatórios e democráticos.

Não se constitui o professor prático-reflexivo por decreto ou por desenvolvimento de uma formação prática asséptica, sem teorias, referenciais, projetos, convicções ético-políticas. O professor prático-reflexivo não recusa totalmente o ideário do “educador dos anos 80”, mas, num processo hegeliano, realiza sua conservação-superação. Por isso, a afirmação da prática educativa como eixo ao redor do qual deve girar a formação do professor não deve excluir uma boa formação teórica nos saberes das ciências, dos saberes sociais e culturais. (BELLOCHIO, TERRAZAN e TOMAZETTI, 2004, p.30).

Nóvoa também sustenta esta visão sobre o estímulo à perspectiva crítico-reflexiva na formação dos professores, com vista à construção de uma identidade pessoal e profissional. “O professor é a pessoa. E uma parte importante da pessoa é o professor”¹⁰³. É essa a tendência primordial dos estudos sobre formação, identidade e docência atualmente, reencontrando espaços de interação entre as dimensões pessoais e profissionais, em que os professores apropriam-se dos seus projetos de formação e dão-lhes um sentido no quadro de suas histórias de vida. O que remete ao uso da história oral, na busca da compreensão dos processos pessoais de formação interligados com os dispositivos profissionais e institucionais.

¹⁰³ NIAS, 1991, *apud* NÓVOA, 1997, p.25

“A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal”¹⁰⁴, os saberes da experiência são, para Nóvoa, fatores importantes no processo de constituição do profissional docente.

Muito mais do que modelos educativos que somente sufocam, o fazer-se professor alimenta-se de trocas interativas e dinâmicas, quando a correspondência de saberes e a partilha de experiências consolidam espaços de formação mútua, onde cada um ocupa o papel de formador e de formando.

São momentos de balanço retrospectivo sobre os percursos pessoais e profissionais que Nóvoa propõe, “momentos em que cada um produz a sua vida, o que no caso dos professores é também produzir a sua profissão”¹⁰⁵. Da mesma forma, Schön¹⁰⁶ sugere um triplo movimento – conhecimento na ação, reflexão na ação e reflexão sobre a ação e sobre a reflexão na ação – que possibilitariam a consolidação de espaços, no terreno profissional, de (auto)formação participada. Um profissional dentro desta perspectiva prática

(...) experimenta uma surpresa que o leva a repensar seu processo de conhecer-se na ação de modo a ir além de regras, fatos, teorias e operações disponíveis. Ele responde aquilo que é inesperado ou anômalo através da reestruturação de algumas de suas estratégias de ação, teorias de fenômenos ou formas de conceber o problema e inventa experimentos imediatos para testar suas novas compreensões. Ele comporta-se mais como um pesquisador tentando modelar um sistema especializado do que com um ‘especialista’ cujo comportamento é modelado. (SCHÖN, 2000, *apud* NÓVOA, 1997)

A profissionalização dos saberes docentes pautada na área das Ciências da Educação, segundo Nóvoa, “tem contribuído para desvalorizar os saberes experienciais e as práticas dos professores”¹⁰⁷. Não que tais saberes científicos não sejam pertinentes à formação, entretanto, ao legitimar uma razão instrumental, onde são impostos saberes ditos ‘científicos’, opõe-se o desenvolvimento de uma práxis reflexiva. O autor indica também que se trabalhe com uma diversificação de modelos

¹⁰⁴ NÓVOA, 1997, p.25

¹⁰⁵ NÓVOA, *op.cit*, p.26

¹⁰⁶ Schön, 1990, *apud* NÓVOA, 1997

¹⁰⁷ NÓVOA, *op. cit.*, p. 27

e práticas de formação para que os professores possam se relacionar diferentemente com o saber pedagógico e científico.

Professores como 'produtores de sua profissão'. Contudo, não basta mudar o profissional; é preciso mudar também os contextos em que ele intervém. A formação de professores não é a condição prévia da mudança, mas um de seus componentes, pois outros setores e áreas de intervenção também necessitam de um olhar inovador e renovador. "As escolas não podem mudar sem o empenhamento dos professores; e estes não podem mudar sem uma transformação das instituições em que trabalham"¹⁰⁸, professores, escola e projetos têm de estar articulados para que o processo seja satisfatório, assim uma nova visão da formação e da docência tem espaço para se processar satisfatoriamente.

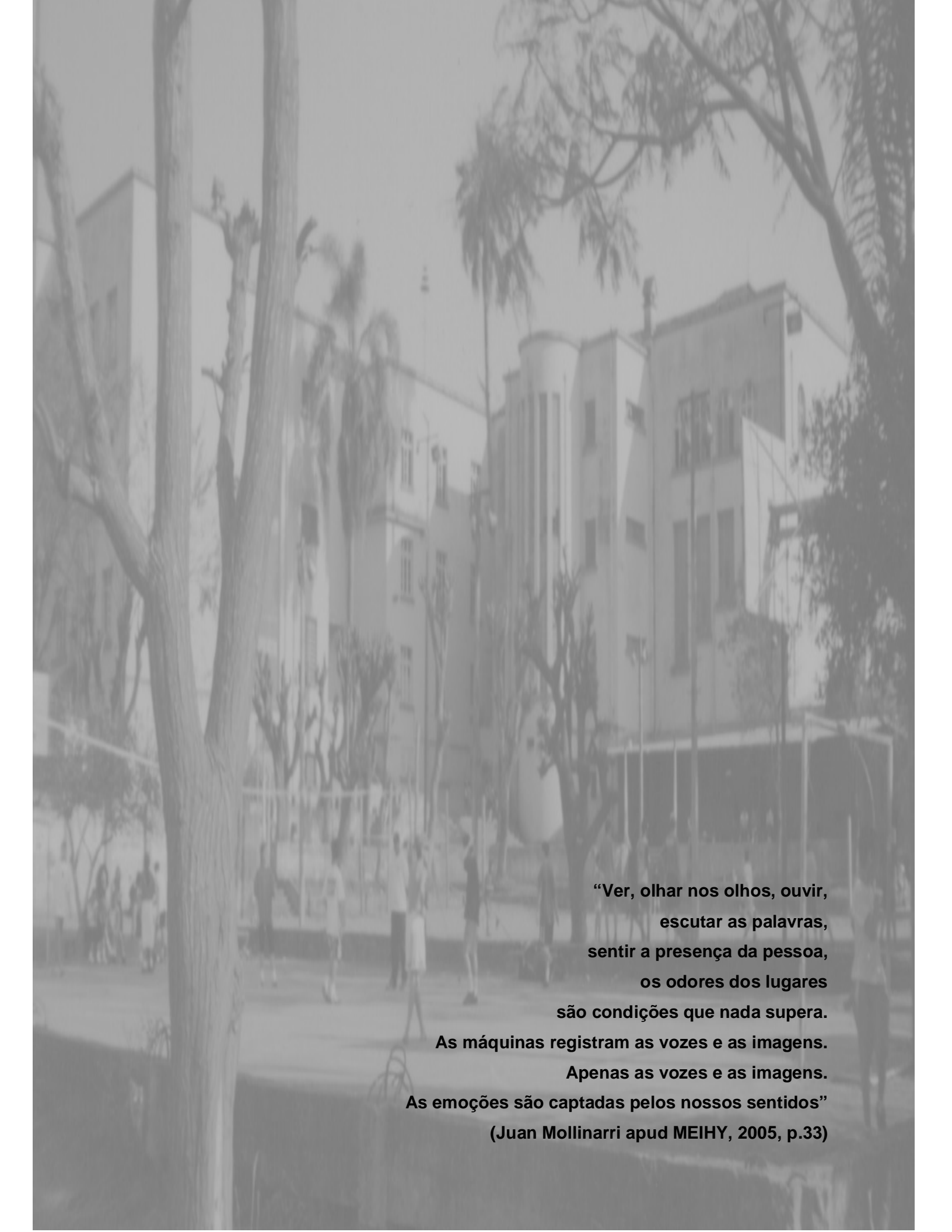
Para a formação de professores, o desafio consiste em conceber a escola como um ambiente educativo, onde trabalhar e formar não sejam actividades distintas. A formação deve ser encarada como um processo permanente, integrado no dia-a-dia dos professores e das escolas, e não como uma função que intervém à margem dos projetos profissionais e organizacionais. (NÓVOA, 1997, p.29)

A união do pessoal e do profissional não está ausente somente na profissão docente, pode-se observar em outras áreas profissionais e, até mesmo, nas diversas relações sociais diárias. Fica evidente que o entrelaçamento de tais aspectos enalteceria o sujeito, deixando as práticas mais serenas.

(...) percebi melhor as dificuldades de mobilizar as dimensões pessoais nos espaços institucionais, de equacionar a profissão à luz da pessoa (e vice-versa), de aceitar que por detrás de uma – *logia* (uma razão) há sempre uma – *filia* (um sentimento), que o *auto* e o *hetero* são dificilmente separáveis, que (repita-se a formulação sartriana) o homem define-se pelo que consegue fazer com o que os outros fizeram dele. (NÓVOA, 1992, p.25)

A diversidade de conexões existentes no processo de formação e prática docente resulta em perfis profissionais distintos. Os professores, seus saberes e identidades, são construídos no espaço da escola, contudo, as relações que são estabelecidas são únicas, cada professor reconhece estes saberes e os agrega as suas práticas de forma própria. Falar dos professores é uma tarefa complexa, porém o mundo docente pode revelar outros discursos sobre a profissão.

¹⁰⁸ NÓVOA, *op.cit.*, p.28

A faded, grayscale photograph of a city street scene. In the foreground, there are several large trees with thick trunks and sparse foliage. In the background, there are several multi-story buildings with windows and balconies. The overall atmosphere is quiet and somewhat desolate.

**“Ver, olhar nos olhos, ouvir,
escutar as palavras,
sentir a presença da pessoa,
os odores dos lugares
são condições que nada supera.
As máquinas registram as vozes e as imagens.
Apenas as vozes e as imagens.
As emoções são captadas pelos nossos sentidos”
(Juan Mollinari apud MEIHY, 2005, p.33)**

CAPÍTULO 3

“SALVE ESCOLA ENCANTADA E QUERIDA”:



Imagem 1

Marcado por influências da arquitetura modernista do início do século XX, o prédio, onde hoje está instalado o Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura, está localizado na Rua Ramiro Barcelos, entre as ruas Liberato Salzano Vieira da Cunha e Riachuelo¹⁰⁹. Ocupando um vasto terreno doado pela Prefeitura Municipal ao Governo do Estado, quando seus antigos espaços já não davam conta da demanda à procura de qualificação, completa 78 anos de fundação, permanecendo como um espaço de referência em ensino público de qualidade no município de Cachoeira do Sul – RS, tendo destaque a formação de professores para atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

¹⁰⁹ Em anexo um ofício expedido pelo Prefeito de Cachoeira do Sul, no ano de 1944, oferece informações importantes sobre a localização do IEEJNF.

O município de Cachoeira do Sul está localizado na Região Central do estado do Rio Grande do Sul, distante 197 km da capital gaúcha, foi o 5º a ser criado, no ano de 1820, precedido de Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo. Com um território que se estendia pelas Freguesias de Santa Maria da Boca do Monte, Alegrete, Santana do Livramento, São Gabriel e Caçapava, a Vila Nova de São Pedro da Cachoeira passou a denominar-se Cachoeira do Sul por Decreto-lei nº. 720, de 29 de dezembro de 1944.

Com as separações dos demais municípios, devido às subseqüentes elevações a condições de vilas e mais atualmente com as emancipações dos pequenos distritos, Cachoeira do Sul possui hoje cerca de 3.700 km², que fazem divisa a Norte com os municípios de Novo Cabrais e Paraíso do Sul, a Oeste, com os municípios de Restinga Seca e São Sepé, a Sul, com os municípios de Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista e Encruzilhada do Sul e a Leste com os municípios de Rio Pardo e Candelária. Somando 89.120 habitantes que se ocupam economicamente do comércio, da pecuária e da agricultura, predominando o cultivo do arroz.

Completando as conquistas da cidade de Cachoeira do Sul na década de 1920, foram implantadas e ampliadas as redes de água. Ruas foram calçadas, esgotos tratados, e praças foram remodeladas e embelezadas. Além disso, o ensino também recebeu significativo benefício da ocupação do ilustre cachoeirense em cargos do governo municipal e estadual – João Neves da Fontoura¹¹⁰, que de 1925

¹¹⁰ João Neves da Fontoura - advogado, jornalista, político, orador, diplomata e memorialista - nasceu em Cachoeira do Sul, RS, em 16 de novembro de 1887, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 31 de março de 1963. Era filho do coronel Isidoro Neves da Fontoura e Adalgisa Godoy da Fontoura. Fez os preparatórios no ginásio de N. S. da Conceição em S. Leopoldo, RS. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, foi Promotor Público de Porto Alegre durante um ano; prefeito de Cachoeira do Sul, de 1925 a 1928; deputado estadual, de 1921 a 1928, e vice-presidente do Estado do Rio Grande do Sul, eleito em 1927. Deputado federal pelo mesmo Estado, de 1928 a 1930 e de 1935 a 1937. Depois de 1930, passou a ocupar o posto de consultor jurídico do Banco do Brasil. Foi Embaixador do Brasil na França e em Portugal. Ministro das Relações Exteriores, em 1946 e 1951. Recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Columbia, dos Estados Unidos da América. Era membro da Academia Rio-Grandense de Letras, sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia de Letras do Uruguai e da Academia de la Lengua da Colômbia. Suas principais obras: O segredo profissional (1909); A jornada liberal (1931); Por São Paulo e pelo Brasil (1932); Acuso (1933); A voz das oposições brasileiras (1935); Dois perfis (1938); Pareceres jurídicos, 2 vols. (1942); Orações dispersas (1944); Poeira das palavras (1953); Memórias, vol. 1 (1958), vol. 2 (1963).

a 1928 ocupou o cargo de Intendente de Cachoeira do Sul e, em 1929, era vice-presidente do estado do Rio Grande do Sul, no governo de Getúlio Vargas.

Para o orgulho do povo cachoeirense, em 23 de março de 1929, através do Decreto nº. 4.284, foi criada a Escola Complementar de Cachoeira do Sul. A escola ficou sediada onde já funcionava a Escola Elementar Antonio Vicente da Fontoura – no prédio do Theatro Municipal, construído em 1900, que fora doado pelo município para que o governo do Estado instalasse a Escola Elementar (hoje já demolido e em seu lugar construído um novo prédio onde está sediada a Escola Estadual de Ensino Médio Antonio Vicente da Fontoura).

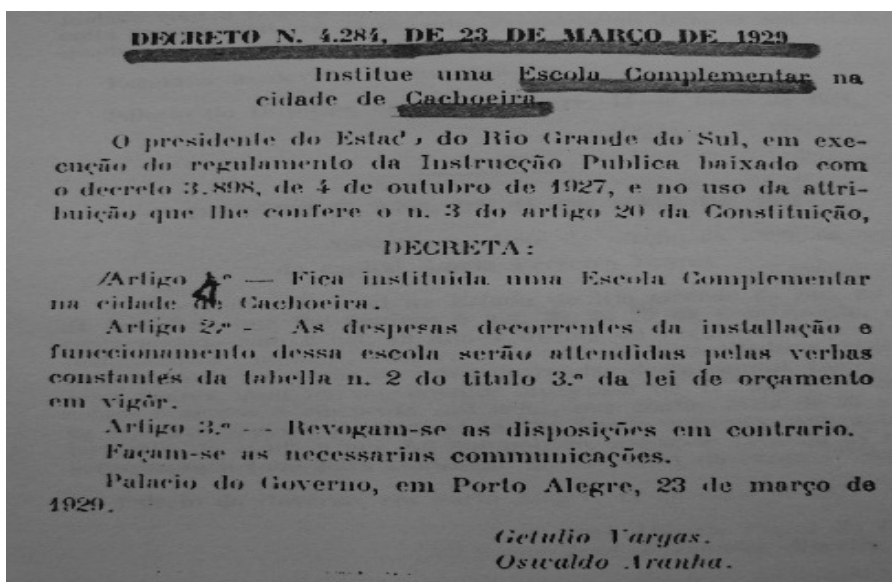


Imagem 2

A criação das Escolas Complementares para a formação de alunos-mestres no Rio Grande do Sul era projeto do governo de Borges de Medeiros, já no ano de 1927, quando da publicação do Regulamento da Instrução Pública, Decreto nº. 3.898, de 4 de outubro de 1927. Neste regulamento, o governo estadual restabeleceu a possibilidade de criação de Escolas Complementares no interior do Estado, não mais limitando esse nível de ensino à escola de Porto Alegre, como havia sido determinado anteriormente pelo Decreto nº. 1.479, de 26 de maio de 1909, porém, apesar da possibilidade aberta, novas Escolas Complementares só foram criadas em 1929.

Como a capital Porto Alegre já possuía a Escola Normal, as demais regiões do Estado seriam atendidas quanto à formação de professores primários, nas Escolas Complementares, conforme determinou o Regulamento do Ensino Normal, instituído pelo Decreto nº. 4.277, de 13 de março de 1929. Durante este ano foram criadas, além da escola de Cachoeira do Sul, outras para este fim em Santa Maria, Pelotas, Alegrete, Passo Fundo e São Borja.

Mesmo com as inferências dos cidadãos mais ilustres de Santa Maria, solicitando que João Neves da Fontoura, vice-presidente do Estado, intercedesse quanto à implantação da Escola Complementar na cidade, a posição foi favorável a Cachoeira do Sul, sustentada em argumentos de que esta era o centro do círculo geográfico formado por Caçapava, São Sepé, Rio Pardo, Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Jacuí, Soledade, Encruzilhada, Cachoeira do Sul e a própria Santa Maria. Conforme suas palavras em carta¹¹¹ enviada ao Bispo de Santa Maria, podem-se notar claramente as intenções em justificar esta escolha:

Cachoeira, 20 de fevereiro de 1929.
A exmo. e revmo. Sr. D. Attico Eusébio da Rocha, d.d. Bispo de Santa Maria
e outros distintos patrícios.

Tenho o prazer de dar a resposta à atenciosa mensagem, na qual me solicitais que interponha os meus desvaliosos ofícios junto ao Governo do Estado, para que seja localizada em Santa Maria uma das escolas complementares que, segundo se sabe, serão agora creadas. (...) Lamento, por isso, que não me seja possível advogar agora perante os altos poderes do Estado o desejo de Santa Maria quanto a ser sede de uma das novas escolas complementares. Uma razão preliminar me desobrigaria desde logo de apoiar o vosso desideratum. Em 1927, quando ainda presidia o Estado o exmo. Sr. Dr. Borges de Medeiros deliberou o governo a criação de uma segunda escola complementar no interior, sendo espontaneamente escolhida a cidade de Cachoeira do Sul para sede daquele instituto de ensino. Ficou assim a minha cidade natal na justa impaciência de ver realizada esta aspiração que o novo presidente o exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas adiou para o ano corrente, reiterando-nos a promessa de que Cachoeira seria contemplada na lista das futuras escolas de professores. É bem de ver que, por mais que mereça a simpática Santa Maria, não me seria possível batalhar em desfavor de Cachoeira. Resta-me, entretanto, dizer aos ilustres e distintos patrícios que, sendo creadas escolas na serra, na fronteira, no sul e na região missioneira, a vantagem de ser esta cidade o ponto de entroncamento ferroviário desaparecerá por completo. Quais seriam realmente os contribuintes geográficos de alunos para a escola complementar em Santa Maria? Precisamente a Serra, a Fronteira, Missões e um pouco do Sul. Ora os fronteiriços buscarão de preferência Alegrete, os serranos certamente irão para Passo Fundo, os das Missões para São Borja e os do Sul para Pelotas. A escola de Porto Alegre, essa terá, além da

¹¹¹ Carta publicada no Jornal O Commercio, de Cachoeira do Sul, Edição do dia 27 de fevereiro de 1929.

população da capital, de servir às vastas zonas do nordeste do Estado e os municípios vizinhos. Faltarão apenas a escola complementar do interior. Para essa, Santa Maria não oferece vantagens do centro, pois o círculo geográfico compreenderá Caçapava, São Sepé, Rio Pardo, Venâncio Aires, Santa Cruz, Jacuí, Soledade, Encruzilhada, Cachoeira e Santa Maria. Para esse conjunto de dez municípios pelo menos ninguém dirá que o centro seja Santa Maria ou que sua qualidade de ponto de intersecção de ramais férreos a predestine ao fim desejado. Cachoeira será para esse núcleo de cerca de quatrocentos mil habitantes o ponto de natural convergência. É preciso não esquecer que o município de Cachoeira, quanto à população, ocupa o quarto lugar no Estado. Cidade dotada de modernos serviços de saneamento urbano, rigorosamente calçada, higiênica, com uma vida relativamente barata, nella o novo instituto de ensino estadual será incontestavelmente bem situado. São estas as fundadas razões que me inibem (sic) de colocar-me ao serviço de vossa apreciável idéia, a qual com grande pesar sou forçado a negar o meu obscuro patrocínio.

Tenho a honra de subscrever-me atenciosamente.

Patrício e creado

João Neves da Fontoura.

As relações estabelecidas entre os governantes e os “filhos” ilustres das cidades do interior facilitavam as instalações de benfeitorias na época. Os vestígios escritos e orais sobre o período levam a concluir que a relação amistosa entre Borges de Medeiros e João Neves da Fontoura possa ter sido fator importante para o crescimento de Cachoeira do Sul, uma vez que João Neves da Fontoura ocupou o cargo de Intendente desta cidade e, logo após, estava à frente do Governo do Estado ao lado de Getúlio Vargas, influenciando positivamente nos destinos dos recursos para o crescimento de Cachoeira do Sul, sua cidade natal.

Entretanto, o fato de Cachoeira do Sul ter recebido primeiro a sua Escola Complementar, no mês de março de 1929, não excluiu a criação de uma Escola Complementar em Santa Maria, criada no mês de maio do mesmo ano, tornando-se, posteriormente, o conhecido Instituto de Educação Olavo Bilac.

A historiadora Ione Carlos¹¹² destaca que são quatro os fatores que contribuíram para a criação desta escola no município: “posição geográfica no centro do Estado; o fato de ser o 4º município em população; a influência de João Neves da Fontoura e a existência da Escola Elementar – que correspondia ao Ensino Primário – enquanto a Complementar equivalia ao Ensino Médio”, entre estes fatores, Cachoeira do Sul também contava com outros 167 estabelecimentos de ensino neste ano.

¹¹² *Apud* FLORENCE, 1999

Anterior à inauguração da escola, nos dias 21 e 22 de maio de 1929 foram realizados exames de admissão aos novos alunos – sendo que os alunos que haviam cursado seis anos do Elementar eram dispensados do exame – com a presença de banca examinadora. Através de avaliações orais e escritas, os candidatos a Escola Complementar deveriam demonstrar seus conhecimentos nas seguintes disciplinas: Arithmetica, Geographia, História, Português, Ciências, Música, Gymnastica, Desenho.¹¹³

A professora Laura de Azambuja Marques foi nomeada a diretora da Escola Complementar, pois já ocupava o cargo de diretora da Escola Elementar¹¹⁴. No dia 22 de maio de 1929, às 11 horas, foi inaugurada a Escola Complementar. Estiveram presentes na inauguração o Dr. Luiz de Freitas e Castro – Diretor Geral de Instrução Pública –, o senhor José Carlos Barbosa – Intendente Municipal – e o senhor José Gomes de Oliveira – representante do Dr. João Neves da Fontoura – assim como professores, alunos e a comunidade cachoeirense.

Os jornais da cidade, *O Commercio* e o *Jornal do Povo*, registraram o interesse da comunidade e desmentem, oficialmente, os boatos de que a nova escola teria vida efêmera graças à instituição similar criada em Santa Maria. A escola cresce em prestígio e a previsão de congregar alunos da região se confirma. (CARLOS, p. 20, *apud* FLORENCE, 1999)

A comunidade cachoeirense realizou campanhas para a compra de móveis e equipamentos para as instalações da Escola Complementar, justificando o apreço

que tinham pelo espaço de formação de professores que lhes fora oportunizado.



Imagem 3

Em 1931, o governador Flores da Cunha, assinou o decreto nº. 4.784 que determinava, a pedido dos professores da instituição, que a escola se chamasse 'Escola Complementar João Neves da

¹¹³ Dados coletados nos livros de registros da secretaria do IEEJNF.

¹¹⁴ Em anexo o documento emitido pelo Governo Estadual para a nomeação da Diretora da Escola Complementar

Fontoura'. Tais palavras expressaram o gosto do ilustre cachoeirense pela escolha, ao visitar a escola: "*poucas honras terei por me elevar em minha humilde vida do que a de patrocinar este estabelecimento que tanto honra o Rio Grande do Sul*".¹¹⁵

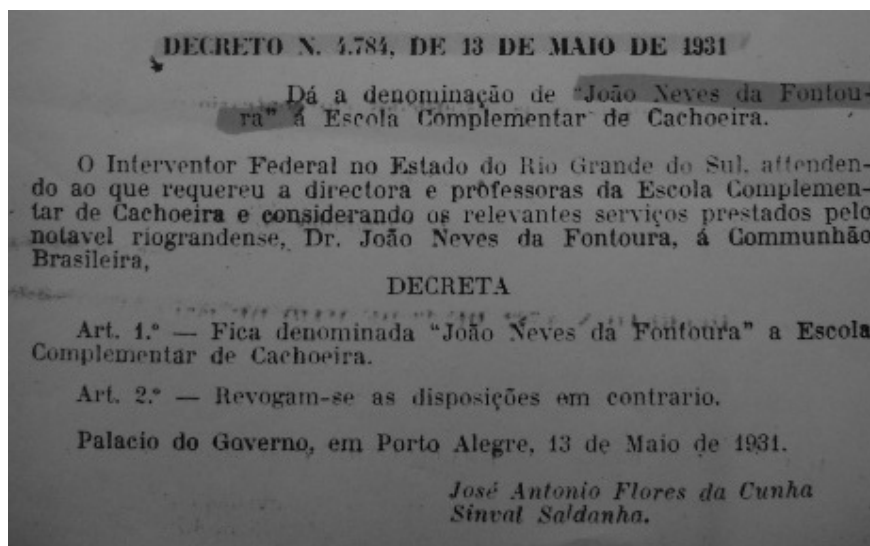


Imagem 4

O corpo docente da Escola Complementar de Cachoeira do Sul, nos primeiros anos, era composto basicamente de professores oriundos da capital gaúcha, uma vez que a cidade não contava com número expressivo de professores capacitados para atender a demanda de formação docente que a nova instituição de ensino exigia. Todavia, com o aumento de professores titulados em nível superior, a maioria dos profissionais passou a ser da própria cidade.

Este fato pode ser observado na fala da professora Isolde¹¹⁶, que conta sobre a proximidade que os alunos mantinham com os professores que vinham de fora, acolhendo-os calorosamente ao chegarem à Estação Ferroviária da cidade.

E, os professores também, como não havia faculdade em Cachoeira, não tinham formação para lecionarem e tudo, então a maioria deles veio de Porto Alegre, raros professores eram daqui, alguns aproveitados, como por exemplo, o Doutor João Gabriel Moraes, que era um médico oftalmologista, excelente profissional, e o Doutor Geraldo Penna também foi professor lá, e as demais, as de Psicologia, Pedagogia, Didática, tudo isso veio de Porto Alegre. E o interessante, é que naquele tempo nem havia estrada de chão para ir a Porto Alegre, se ia de trem, né, e o trem era uma coisa famosa

¹¹⁵ Registro feito por João Neves da Fontoura no Livro de Visitas do IEEJNF, 02 de abril de 1932, apud FLORENCE, 1999, p. 5

¹¹⁶ Colaboradora desta pesquisa.

aqui em Cachoeira. Os professores que vinham para lecionar no curso eram esperados na Estação Ferroviária, recebidos com todas as honras. E eu me lembro que a minha turma foi receber vários destes professores novos que chegaram em Cachoeira, e a gente com isso criou um vínculo muito forte, de amizade. Alguns desses professores que chegaram aqui em Cachoeira para lecionar nessa Normal que então nascia, moravam aqui no famoso Hotel do Comércio, e nós morávamos do outro lado da rua, ali muitos professores se hospedavam, grande parte de todos estes professores que chegavam aqui a gente ia lá na estação receber e depois volta e meia a gente convidava para confraternizar, fazer alguns passeios juntos e tudo, era muito agradável.

Sobre a vinda dos professores para lecionar em Cachoeira do Sul a professora Ely¹¹⁷ ressalta que a sua turma, entre os anos de 1947 e 1949, era muito pequena, com 7 alunos apenas, o que, segundo ela, teria sido um gasto para o Governo estadual.

Então, éramos uma turma muito pequena e que custou muito caro, caro para o Estado, porque os professores vinham de Porto Alegre, a maioria, não existia pessoas formadas aqui para nos lecionarem, mas era muito interessante, os professores eram muito bons, muito competentes, a maioria formados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o curso era muito bom, só assim, com poucas alunas.

Em 2 de abril de 1932, formou-se a primeira turma de alunas-mestras da Escola Complementar de Cachoeira, composta de 20 alunas¹¹⁸. Estiveram presentes na solenidade de formatura no Clube Comercial a Diretora Laura Azambuja Marques, Corpo Docente da Escola Complementar, representantes do governo, autoridades civis e militares, Dr. João Neves da Fontoura – patrono da escola e homenageado da turma –, representantes da imprensa, familiares das alunas e pessoas da comunidade cachoeirense.

Mudanças significativas foram ocorrendo na estrutura da escola com o passar dos anos. Já em 1938, a então Escola Elementar Antonio Vicente da Fontoura fora transformada em Curso de Aplicação da Escola Complementar João Neves da Fontoura.

¹¹⁷ Colaboradora desta pesquisa.

¹¹⁸ Nomes das 20 primeiras alunas-mestras formadas pela Escola Complementar de Cachoeira do Sul: Adalgisa Neves da Fontoura, Anália Cintra, Angelina S. Peixoto, Celina Cunha, Clélia Dias de Castro Marques, Djanira Torres Gama, Florinda Corrêa da Silveira, Glória Bastos, Georgina Néri Pereira, Isaurina Salman Lopes, Luiza Weisfeld, Maria de Lourdes Lima, Maria do Carmo Fontoura, Maria Peixoto Vieira da Cunha, Marieta Paixão, Nair Neves Xavier, Nara Pinos, Tereza Maramini, Sara Sampaio, Nair Corrêa. (Dados coletados nos livros de registros do IEEJNF).

Em 1944, os cursos foram transferidos para um novo prédio – mais amplo seguro e que pudesse atender ao grande número de alunos – onde está situada atualmente a escola. A professora Isolde¹¹⁹ relata de forma esclarecedora os motivos que exigiram a construção de um novo prédio e a repercussão de que nova construção causou entre os alunos.

Então, na primeira série, isto foi em 43, se não me engano, o estado do prédio, lá do Antonio Vicente era tal, estava tão mal conservado, que um dia vindo do recreio, eu sei que eu vinha correndo pela sala, embaixo tinha um salão, e eu vinha correndo e quebrou o assoalho e enterrei a perna até o joelho, digo: mas que coisa horrorosa! Estava na hora da gente se mudar mesmo, e em maio nós nos mudamos, eu fiquei muito pouco tempo lá naquele prédio, nos mudamos para o prédio novo.

Quando eu entrei no Ginásio, não existia a escola, o prédio atual do João Neves, a escola se chamava Escola Complementar e funcionava onde hoje é o Antonio Vicente, ali eu iniciei o Ginásio, e passava na frente do prédio da João Neves quando nós íamos para o Estádio Municipal, durante a Semana da Pátria se faziam apresentações de Educação Física, e a gente tinha que ensaiar, eu via aquela placa assim grande: aqui funcionará a Escola João Neves da Fontoura, vagas para 500 alunos. Digo: barbaridade! Eu estudava aqui no Rio Branco, tinha 86 alunos ao todo (risos) e eu ia para um colégio que tinha vaga para 500 alunos, eu achava uma coisa assombrosa.



Imagem 5

¹¹⁹ Colaboradora desta pesquisa

A foto representa a solenidade de inauguração oficial do prédio atual, em agosto de 1944, com a presença do Secretário da Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, Dr. J. P. Coelho de Souza.

Quanto às modificações de ensino ocorridas no período da mudança de prédio, ficou determinando que, quem houvesse iniciado o Curso Complementar, em 1943, passaria para o Ginásial e os que freqüentavam o 2º ano concluiriam o curso que seria substituído pelo Normal – denominado Escola Normal João Neves da Fontoura, de acordo com o Decreto nº. 775 A, de 15 de maio de 1943.

No prédio novo, com arquitetura atraente e interiores bem planejados – projeto do engenheiro G. Paulo Felizardo e inaugurado em 1944 – funcionaram inicialmente as seguintes aulas: 3º e último ano do Complementar, 1ª e 2ª séries do Ginásial, Curso de Aplicação e Jardim de Infância. Com capacidade para 750 alunos, contava com salas para biblioteca, auditório, salas de desenho, laboratório de ciências, refeitório, gabinetes médico e dentário.

Mas gente, que coisa fantástica o João Neves naquela época, em cada andar, como é que eu vou explicar isso agora, entrando em direção ao auditório, logo ali na entrada, a esquerda se vai para a escada, que era a escada só dos professores, mas ai de algum aluno que se achesse subir por ali, né, escada dos professores, bem, e na direção oposta, a direita, tinha assim, digamos, um ângulo, ali havia uma peça que se repetia em todos os andares, era uma chapelaria, onde se guardavam as capas de chuva, as sombrinhas e tudo mais. Vejam como eles previam pequenos detalhes, né, porque onde que iam largar uma capa, naquele tempo a gente usava aquelas capas, nem eram as de hoje, as capas pesadas, como usam os gaúchos aí para fora em cima dos cavalos, sabe aquela capa grossa, os ponchos.¹²⁰

¹²⁰ Depoimento da professora Isolde, colaboradora desta pesquisa.



Imagem 6

No dia 23 de dezembro de 1944, forma-se a última turma de alunas-mestras do Complementar. Somente em 1949, houve nova formatura de professores primários, para aqueles alunos que cursaram os quatro anos de Ginásio a partir de 1943 e os três anos do curso Normal. Esta foi considerada a primeira turma de professores que seguiram o Regime de Estudos de acordo com o art. 36 da Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto-Lei nº. 8.530, em vigor desde 2 de janeiro de 1946. A solenidade foi realizada no Auditório da Escola Normal João Neves da Fontoura, a professora Ely relembra que fora oradora desta turma, a mesma citada anteriormente, que possuía somente 7 alunos, mas formaram-se apenas 4 nesta ocasião.

(...) minha formatura foi no Auditório da João Neves, que hoje já foi transformado um pouco, eram só quatro alunas, muita alegria, muito júbilo, e muitas flores, é eu até fui oradora, eu me lembro de uma frase do meu discurso, que eu disse assim: Porque o mestre, o herói obscuro, existe, vive e ama (risos).

As alunas do Curso Complementar eram avaliadas através de exames parciais, que ocorriam no final de cada semestre letivo. Entre as disciplinas que faziam parte da grade de estudos estavam: Matemática, Geographia, História, Francês, Ciências, Desenho, Trabalhos Manuais, Português, Economia Doméstica, História do Brasil e História Universal, Francês, Pedagogia, Música, Gymnastica, Cosmografia, Educação Física.¹²¹

¹²¹ Dados coletados nos livros de registro da secretaria do IEEJNF – disciplinas referentes aos exames parciais realizados nos anos de 1929, 1930 e 1932.

Em seu relato, a professora Marina¹²², hoje com 90 anos de idade, fora aluna da Escola Complementar no final da década de 1930, lembrou de alguns dos seus professores deste período.

Ah, tinha a Dona Nilda, famosa até hoje, que era de Português, a Dona Amália Geisel, que era professora de Matemática, a Dona Ilda Godino que era professora de História, a Clotilde Martinez, que era professora de Ciências, e tinha a Dona Belinha, que era professora de Economia, a Dona Araci Riccardi, que era professora de Música, e deixa eu ver quem era mais, tinha o seu Zimmer que era professor de Educação Física, deixa eu ver mais..., era as professores assim que tinha..., e a diretora era a Dona Laura.

Outros cursos vão sendo acrescentados à escola Normal. Em 1951, inicia-se o curso Colegial – Clássico e Científico – que, juntamente com o Ginásial, denominam-se ‘Colégio Estadual da Escola Normal João Neves da Fontoura’ e, em 1957, passam a ser chamados de ‘Colégio Estadual Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha’¹²³. Funcionavam então, dentro do mesmo prédio, duas escolas. Na década de 1970, o curso de 1º Grau mudou-se para um novo prédio, localizado no Bairro Barcelos. Assim a ‘João Neves’ permaneceu por um tempo recebendo alunos somente nos seus cursos de 2º Grau e no Curso de Aplicação (1ª a 4ª série do 1º Grau).

As fotografias representam os distintivos referentes a cada uma das escolas.

¹²² Colaboradora desta pesquisa.

¹²³ Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha – cachoeirense que ocupava o cargo de Secretário Estadual de Educação e Cultura e morreu tragicamente em um acidente de avião durante seu mandato, recebendo como homenagem a escolha de seu nome como patrono desta instituição de 1º grau.

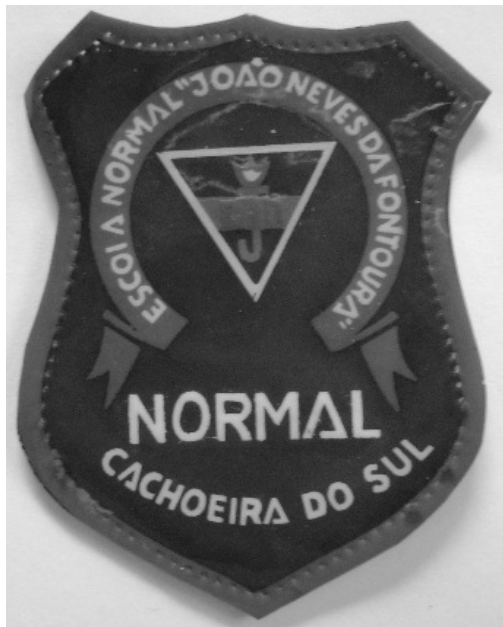


Imagem 7



Imagem 8

As constantes trocas nos nomes da escola e em suas estruturas curriculares são decorrentes das mudanças nas legislações estaduais e federais. Assim, em 1988, torna-se 'Escola Estadual de 2º Grau João Neves da Fontoura', oferecendo o Curso de Magistério, e no ano de 1994, o Decreto nº. 35.148 determinava o nome 'Escola Estadual de 1º e 2º Graus João Neves da Fontoura'. Atualmente, é conhecida como 'Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura', utilizando a nomenclatura de Curso Normal em Nível Médio, conforme a LDB 9.394/96, mantendo sua finalidade inicial de formar professores para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Estas mudanças nos nomes da instituição podem ser exemplificadas com esta duas imagens, ambas representam a fachada do IEEJNF, a primeira quando ainda chamava-se Escola Normal João Neves da Fontoura e a segunda, como o letreiro Escola Estadual de 1º e 2º Graus João Neves da Fontoura.



Imagem 9



Imagem 10

As turmas de 1º Grau voltaram a funcionar na escola no ano de 1973, assim como as primeiras séries das novas habilitações de 2º grau instituídas pela Lei 5.692/72 na reforma do ensino. A partir da Portaria nº. 010.646, funcionaram as habilitações em Magistério de 1ª a 4ª série do ensino de 1º grau, Tradutor e Intérprete, Agricultura (suspensa em 1979, pela Portaria nº. 23.283), Auxiliar de Adubação, Auxiliar Técnico de Eletricidade e em Enfermagem (em regime de intercomplementaridade com o Centro de Formação Especial de Enfermagem do

Hospital de Caridade e Beneficência). Somente no ano de 1997, completa-se a implantação gradativa do 1º Grau (8ª série) que vinha ocorrendo desde o desmembramento do Colégio Estadual Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha.

Entre as atividades que a 'Escola João Neves' oferecia aos alunos, destacam-se jogos de vôlei, apresentações de ginástica e dança, desfiles comemorativos, Banda Escolar e o Coral de Canto Orfeônico¹²⁴, que segundo Ila Wilhelm Vêras "era um triunfo" pois

(...) tinha a capacidade de reunir todos os integrantes do Colégio. Não havia escolhidos, todas as vozes eram classificadas e até o lugar que cada um deveria ocupar nas cadeiras era observado conforme a capacidade individual de 'segurar o tom' ou fazer volume. Aprendíamos o Hino Nacional solfejando com Dona Dinah. (apud FLORENCE, 1999, p.45)



Esta fotografia representa um espaço montado para homenagear o trabalho da professora Dinah Néri Pereira feito na Escola João Neves da Fontoura. Este espaço representado na foto ao lado fica junto ao auditório da escola. (Imagem 11)

O Canto Orfeônico da Escola João Neves da Fontoura teve repercussão significativa tanto na vida social da escola quanto na vida pessoal dos alunos que dele fizeram parte. A professora Isolde¹²⁵, que foi aluna na Escola João Neves da Fontoura entre as décadas de 1940 e 1950, revela aspectos peculiares do convívio dos alunos que faziam parte do Coral e da Banda

(...) e o Coral, ai meu Deus do céu, eu acho que é uma das coisas que mais me marcaram no João Neves, é o Coral do João Neves, que nós tínhamos com a professora Dinah Néri Pereira. Eu a tive como professora, durante seis anos eu cantei com ela, três no Ginásio e mais três no Normal, porque na primeira série eu não tive com ela. Ela era simplesmente genial, ela foi aluna do professor Villa Lobos, no Rio de Janeiro, que dizia que ela era, assim, uma pessoa excepcional, brilhante, e graças a esse Coral, nós fizemos muitas excursões, naquele tempo, de trem, tu pode imaginar, levar, assim, perto de cem alunos, nosso Coral tinha cem alunos, aquele auditório

¹²⁴ No final da Década de 1940 o Coro Orfeônico da Escola Normal João Neves da Fontoura foi considerado o melhor Coro Orfeônico Escolar do Brasil, e sua regente era a professora Dinah Néri Pereira.

¹²⁵ Colaboradora desta pesquisa.

enchia até lá em cima, e viajamos para Uruguaiana para Alegrete, para Porto Alegre, para Itaqui, São Borja, aquela zona toda ali, mas era uma coisa fantástica, e o diretor Antonelli ia junto, e fiscalizava tudo. Mas era muito gostoso, e esse Coral tinha uma fama tal, que quando chegava alguma autoridade em Cachoeira, fazer uma visita, naquele tempo Cachoeira recebia muita visita de Comandantes Militares, vinham aqui visitar as instalações do Exército, que sempre foram, também, muito famosas aqui em Cachoeira, até hoje. Aí, então, queriam visitar o João Neves, às vezes vinham outras autoridades, as da educação também, tinha que visitar era o João Neves, nenhuma outra escola aqui em Cachoeira existia, era o João Neves, e ao visitar o João Neves, automaticamente quem tinha que se apresentar era o Coral da Dona Dinah, então, a gente ficava sabendo às vezes, assim, meia hora antes do recreio, chamavam os alunos, dentro da sala de aula, do Coral, que tinham de ir, descer para o auditório, aquilo disciplinadamente, e aí ela ensaiava uma saudação cantada, ela inventava lá para cantarmos, saudamos fulano de tal, não sei o que, com..., né, com alegria, papapa, sei lá, não me lembro, assim, dos dizeres, mas ela fazia, assim, em quatro vozes diferentes, primeiro grupo, uma voz, segundo, terceiro, quarto, juntava os quatro em meia hora, chegava a visita, pah, dava tudo certo, era uma coisa fantástica. Olha, tem músicas, assim, que eu recordo, que eram uma coisa que eu nunca mais vi na minha vida, o que nós fazíamos.

A escola tinha uma Banda, que era formada, basicamente, por meninas, porque interessante, no meu tempo de Ginásio já, os rapazes eram assim três ou quatro, o resto era tudo gurias, porque os rapazes naquela época iam muito para o Roque, o Roque sempre foi uma escola muito forte em Cachoeira, e, então, até no Coral para cantarem, eles eram um grupinho pequenininho, o resto era tudo aquela mulherada, a Banda também, então, nós, como meninas ali, iriam tocar na Banda, eu toquei na Banda durante um ano, enquanto estive no Curso Normal, no Ginásio não. Era muito gostoso, depois, infelizmente, parou a Banda, e agora parece que ressurgiu.



Imagem 12



Imagem 13

Outras atividades foram criadas nos anos seguintes, como teatro, escolinha de arte e literatura, curso de cerâmica, curso de preparação para o vestibular,

Grêmio Estudantil e atividades esportivas de todas as modalidades. Em relação do Grêmio Estudantil, a professora Beth¹²⁶ relata como este espaço ganhou repercussão no curso de formação de professores, neste período em que ela foi aluna, nos anos de 1973 a 1975.

A escola tinha muitas atividades extraclasse, e nós tínhamos como uma questão de honra, que aluna do Curso Normal tinha que estar no teatro, tinha que estar no coral, tinha que estar no esporte, e tinha que estar no Grêmio. E uma coisa interessante assim, na nossa escola por muitos e muitos anos o Grêmio Estudantil era de meninos, os meninos do Científico, na época, é que eram do Grêmio, e nós como tínhamos um grupo de lideranças do Curso Normal, nós começamos a combinar de tirar o Grêmio dos meninos, e colocar meninas no Grêmio. E nós formamos uma chapa pra Grêmio Estudantil, inclusive, a primeira presidente mulher do Grêmio Estudantil da Escola João Neves foi a minha colega a Lia, que foi depois professora aqui da escola João Neves. Então, nós conseguimos derrubar os meninos da gestão que era sempre masculina, sempre voltada somente a parte do esporte, interséries e torneios, porque era de meninos. Então nós conseguimos fazer um Grêmio de mulheres, de alunas do Curso Normal. E deu uma reviravolta no Grêmio Estudantil, porque, nós começamos a nos dedicar a parte artística, a parte cultural, voltada a teatro, música, dança, que até então não tinha, até porque os meninos gostavam mais era do esporte. Nas próximas gestões somente entravam meninas, porque a gente fazia campanha pra próxima presidente e só ficavam alunas do Curso Normal. O Grêmio Estudantil foi também um momento nosso, desta geração de 1973, 74 e 75, nós conseguimos fazer parte da União Municipal dos Estudantes de Cachoeira, enquanto Grêmio Estudantil da Escola João Neves, e participávamos de congressos fora de Cachoeira, de congressos de estudantes nas cidades vizinhas, São Sepé, São Borja, em Congressos Estaduais da Estudantes, de todo Rio Grande do Sul, nosso Grêmio foi longe com as alunas do Curso Normal.

Curiosamente, a Escola João Neves da Fontoura possuía, desde 1972, uma Hemeroteca¹²⁷ (a única da região), nesta data com 120 pastas compostas de recortes de notícias publicadas em jornais e revistas que, em 1975, chegavam a 403 pastas. Apesar de todas as iniciativas pertinentes, hoje a Hemeroteca está fechada, primeiro porque as tecnologias fizeram com que as pesquisas em seu acervo fossem, aos poucos, sendo abandonadas e, segundo, por falta de espaço adequado e pessoal qualificado para sua manutenção.

Os critérios para ingresso no Curso Complementar que formava os professores primários permaneceram rigorosos durante um bom período, eram realizados exames de admissão que duravam vários dias, com provas escritas e

¹²⁶ Colaboradora desta pesquisa

¹²⁷ Hemeroteca é uma seção das bibliotecas em que se colecionam jornais e revistas.

orais, em que os alunos eram avaliados por uma banca de professores, nos mesmos moldes do primeiro exame já citado anteriormente.

Nas atas da Secretaria da Escola é possível observar os registros das provas realizadas desde 1929, entretanto, a partir de 1955 os exames de admissão passam a ser feitos nas seguintes disciplinas: Conhecimentos Gerais, Matemática e Português (oral e escrita). A professora Itassusa¹²⁸ acrescenta em seu depoimento, que no final da década de 1950, havia a exigência de uma língua estrangeira.

Sim, na minha época era Português, Matemática, Conhecimentos Gerais e uma Língua Estrangeira. Eu fiz Francês, que eu gostava muito. Prova escrita e prova oral, dependendo. Os Conhecimentos Gerais era História, Geografia, Ciências, estas coisas. Português era puxadíssimo, Matemática, nem se fala. E depois, no meu tempo foi a Língua Estrangeira, que foi novidade quando eu entrei, porque até ali era Português, Matemática e Conhecimentos Gerais. Então, os cursos eram muito bem fundamentados, muito exigidos.

Já na década de 1970, o Curso Normal sofre inúmeras modificações ao passar à Habilitação para o Magistério¹²⁹. Sendo a habilitação mais procurada na escola, permanecia uma prova classificatória para o preenchimento das vagas, porém não como a eliminatória do antigo curso Normal, “que se constituída num verdadeiro vestibular” como destaca a professora e diretora Itassusa¹³⁰, porque nesta época, após a Reforma do Ensino de 1972, havia mais vagas, já que a escola passou a oferecer outros cursos técnicos.

E nesta época, foi em 72, que eu entrei no primeiro ano, surgiu a reforma do ensino, né. Então surgiram os técnicos, na época, e a nossa escola tinha Técnico de Adubação, de Eletricidade, de Cerâmica, Tradutor e Intérprete, e o Normal, então assim, na minha casa como já estava definido que eu iria fazer Curso Normal, até me chamou atenção o Tradutor e Intérprete, que estudava línguas, Português, mas já estava definido que era Curso Normal. Então esses cursos técnicos começaram a acontecer, precisou a escola ser adaptada, por exemplo, cerâmica, tinha que ter laboratórios, tinha que ter forno, adubação tinha que ter espaço pra hortas, a parte de técnicas agrícolas que tinha, envolvia materiais pra horta, enfim.¹³¹

Durante alguns anos, não foram exigidos exames de admissão para ingresso no curso de Magistério, contudo, esta prática foi retomada atualmente, sendo

¹²⁸ Colaboradora desta pesquisa

¹²⁹ Em anexo documento que autoriza o funcionamento da Habilitação para o Magistério no IEEJNF.

¹³⁰ *Apud*, FLORENCE, 1999.

¹³¹ Depoimento da Professora Beth, colaboradora desta pesquisa.

exigidos dos candidatos à vaga no curso de formação de professores conhecimentos básicos de Matemática, Português e Conhecimentos Gerais, assim como, um bom desempenho na produção textual através da redação.

Nos livros de registro da secretaria da escola, constam as avaliações parciais, pelas quais as alunas da Escola Complementar passavam no final de cada semestre letivo. No ano de 1929, foram realizados os primeiros exames parciais das alunas-mestras da primeira turma, sendo exigidos conhecimentos em: Mathematika, Geographia, Historia, Francês, Sciencias, Trabalhos Manuais, Português, Economia Doméstica, Desenho, Musica. Já em 1930, além das disciplinas do ano anterior, ainda eram avaliadas em História do Brasil e História Universal, Pedagogia e Gymnastica. Em 1932, foi acrescida a disciplina de Cosmografia. Este programa de estudos permanece vigente até o ano de 1947.

As fotografias mostram a Ata dos primeiros exames parciais da Escola Complementar, datados de 26 de maio de 1930. Esta ata representa somente as avaliações na disciplina de Português.

1º exame parcial

Nos 26 dias do mês de maio de 1930, nesta Escola Complementar, fez-se o 1º exame parcial de português e mathematika cujo resultado é o seguinte:

I. ano - Português

Comissão examinadora: Prof. Ida Godinho, F. Zimmermann e Ardina Tauth.

<i>Nomes</i>	<i>Notas</i>
<i>Joel Lobato</i>	<i>13,5</i>
<i>Macy Bonardes</i>	<i>12,2</i>
<i>Antônia Alves</i>	<i>12,1</i>
<i>Ely Carvalho</i>	<i>11</i>
<i>Obthilia Schirmer</i>	<i>6,7</i>
<i>Antalia Camargo</i>	<i>6,5</i>
<i>N.ª de Lourdes Leal</i>	<i>6,3</i>
<i>Evny Lima</i>	<i>6,1</i>
<i>Luzia Verlang</i>	<i>5,8</i>
<i>Thyginia Bernardi</i>	<i>5,3</i>
<i>Isolda Egger</i>	<i>5,1</i>
<i>Ceres Pires</i>	<i>5</i>
<i>Bellony Schirmer</i>	<i>4,6</i>
<i>Johny Lima</i>	<i>4,6</i>
<i>Laurinda Barba</i>	<i>4,3</i>
<i>Geny Lima</i>	<i>4</i>
<i>Idy Oliveira</i>	<i>3,9</i>
<i>Felicia Gomes</i>	<i>3,8</i>
<i>Eleonora Rescher</i>	<i>3,8</i>
<i>Mania Brito</i>	<i>3,7</i>
<i>Fely Medeiros</i>	<i>3,6</i>
<i>Chala Warsfeld</i>	<i>3,4</i>
<i>N.ª do Carmo Lima</i>	<i>3,2</i>
<i>Lyda Marques</i>	<i>3,1</i>

Imagem 14a

Nome	Nota
Genyza Nery Pereira	3
Eva Vasconcellos	2,4
Geny Xavier	2,4
Erubina Lisboa	2,4
Yrancis Carmo	2,3
Emilia Torres	2,2
Adalgiza Xavier	2,1
Munda Dias	2,1
Elizabeth Lopes	1,9
Elsa Martins	1,9
Camila V. da Cunha	1,4
Garmen Reis	0,7

Imagem 14b

As avaliações parciais diferenciavam-se das avaliações anuais que existem hoje, a professora Ione¹³² conta que os exames finais eram semestrais, e o curso não era dividido em anos e sim em semestres.

Sim, nós tínhamos os dois primeiros anos que se chamava Departamento de Cultura Geral, era DCG, então eram DCG I, DCG II, e daí em diante os outros dois anos era Departamento de Cultura Profissional, então cada semestre, porque a estrutura do curso era assim, cada semestre a gente prestava exame no final e tava aprovada naquele semestre passava pro outro, não era ano, não era um ano letivo, então os outros dois eram Departamento de Cultura Profissional DCP I, II, III, IV.

Entre os anos de 1947 e 1949 são acrescentadas novas disciplinas no programa de formação de professores, entre elas: Português, Literatura, Matemática, Física, Química, Anatomia e Fisiologias Humanas, Biologia, Música e Canto Orfeônico, Desenho e Artes Aplicadas, Educação Física, Iniciação à Ciências da Educação, Fundamentos de Psicologia Geral, Psicologia Educacional, Sociologia Geral, Estatística, Didática, Higiene e Educação Sanitária, Biologia Educacional, Higiene e Puericultura, História e Filosofia da Educação.¹³³

No ano de 1956, os registros apresentam as seguintes disciplinas para o 1º ano: 1º período – Português, Atividades Econômicas da Região, Matemática, Anatomia e Fisiologia, Música e Canto Orfeônico, Introdução à Psicologia e Filosofia, Ciências Sociais, Espanhol e Religião; 2º período – Português, Literatura, Matemática, Música e Canto Orfeônico, Desenho e Artes Plásticas, Introdução á

¹³² Colaboradora desta pesquisa.

¹³³ Dados coletados nos livros de registros da secretaria do IEEJNF.

Filosofia e Psicologia, Ciências Sociais, Religião, Botânica e Zoologia, Atividades Econômicas da Região.¹³⁴

A professora Doris¹³⁵, relata de forma precisa e esclarecedora o nome dos professores e as disciplinas, destacando características do período em que fora aluna, nos anos de 1954 a 1956.

Quando eu vi o roteiro: você lembra das disciplinas? Digo: parece mentira, mas eu me lembro de todas, e me lembro dos professores, eu me lembro de todos eles, nós tínhamos aulas de Português e Literatura, todo tempo, todos os anos, nós tivemos aula de Matemática no primeiro ano, depois tivemos aula de Estatística, com a mesma professora que deu Matemática, ela deu Estatística, no segundo e no terceiro ano, que era a Dona Amália Geisel, primeiro tinha nos dado no primeiro ano, Matemática, e no segundo e no terceiro, Estatística. Depois nós tínhamos Biologia, que começava no primeiro ano como uma Biologia Geral, e que a partir do segundo ano e no terceiro ano, era uma Biologia Educacional que chamavam, depois, nós tivemos, só no primeiro ano, neste caso, aulas de Física e Química foi o professor Lauro Frantz, que faleceu recentemente. Nós tivemos aulas, no primeiro ano também, de Anatomia e Fisiologia Humana, foi com o professor Valdemar Falkenberger. Depois nós tivemos Filosofia e História da Educação, com a professora Lya Wilhelm, nos três anos. Psicologia, que se chamava Psicologia Geral no primeiro ano e depois era Psicologia Educacional, e aí eu tive uma professora fantástica, no primeiro ano, que era a professora Regina Gregory, era uma professora de uma capacidade que poucas eu vi com a capacidade com que esta criatura sabia e com a forma como ela dava as aulas, era uma criatura maravilhosa, por sinal, faleceu muito moça, mas ela foi uma professora, assim, que deixou marcas, sabe, porque as aulas dela era interessantíssimas, ela sabia ilustrar tudo com livros que ela leu ou com filmes que ela viu, ela era fantástica. A partir do segundo ano chegou o professor Moisés que veio morar no Hotel na frente da nossa casa, que era daquela gente que chegava de trem, que a gente ia lá esperar na Viação Férrea, aí foi meu professor de Psicologia Educacional, segundo e terceiro ano. Depois eu tive aulas de Sociologia, que também tinha Sociologia Geral no primeiro ano com a professora Vera Pinho, e depois a Sociologia Educacional, foi com o padre Nereu Silveira, um padre que estava naquela ocasião em Cachoeira e que depois foi embora. As aulas de Didática eu tive com a professora Ondina Alves, que já era diretora naquele tempo, mas que também foi minha professora. Nós tivemos aulas de Puericultura com o professor Penna, Doutor Alfredo Geraldo Penna, já faz um tempinho que ele faleceu. E nestas aulas de Puericultura, nós tínhamos, de manhã, fora do horário escolar, no terceiro ano a gente tinha que ir lá no colégio bem cedo, começava no segundo semestre, nós tínhamos que ir lá fazer mamadeiras, era um tipo de assistência que a escola dava para famílias pobres que não tinham como dar o leite para seus filhos, então elas eram cadastradas lá no João Neves, e nós, alunas de Puericultura, íamos fazer as mamadeiras para estas crianças, durante todo o segundo semestre do último ano de Normal. As mães vinham buscar as mamadeiras lá na escola, e a gente também, depois, aprendeu a dar banho nas crianças, trocávamos as crianças, nós fizemos, inclusive, enxovalzinho para as crianças, aí já era junto com a parte de Artes, né, a gente aprendeu a costurar babehinho, camisetinha,

¹³⁴ Idem

¹³⁵ Colaboradora desta pesquisa

não era bem um clube que chamavam, de Puericultura, mas era uma atividade que acontecia de manhã bem cedinho, porque dez para as oito, começavam as aulas normais, aí já tinha terminado. E esse trabalho era em duplas, talvez fossem três pessoas, cada dia, então dava uma vez por semana, para a gente fazer este trabalho, mas era muito bom, muito interessante. E isso aí era orientado por este médico, Alfredo Geraldo Penna, ele era Pediatra. Depois ainda tinha as aulas de Desenho, que nós tivemos uma professora, que para mim era a professora mais linda que eu tive, a professora Clarita. Educação Física, com a professora Santinha Zinn, que é cachoeirense, que ainda vive até hoje. E Música, que eu tive a professora Aurora Passi, na Normal. Bom, eu acho que eu nomeei todas, bom, a nossa Didática depois não tinha assim estas divisões todas que atualmente tem, Metodologia disso e daquilo, era uma coisa mais geral que se subdividia, tanto é que nós tínhamos uma professora só, de Didática, que era a Dona Ondina Alves.

Com a reforma do ensino na década de 1970, mudaram as didáticas e a estrutura do Curso Normal, sendo acrescentados, além de novas disciplinas, os pré-estágios em classe de pré-escola, nas classes no meio rural e nas classes plurisseriadas e creches.

Conforme o Currículo do Curso Normal, de 1971, faziam parte do programa de formação as seguintes disciplinas: Português, Matemática, Estudos Sociais, Ciências Físico-Biológicas, Filosofia e História da Educação, Psicologia da Educação, Sociologia da Educação, Biologia Aplicada à Educação, Didática Geral, Didática Especial, Administração de Classes e Escolas, Higiene Escolar, Língua Estrangeira, Puericultura, Educação Moral e Cívica. E eram consideradas Práticas Educativas: Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação para o Lar, Educação Artística, Educação Religiosa e Educação Econômica.

Além deste completo quadro de disciplinas e práticas, ainda podiam ser escolhidos durante o curso os seguintes Clubes: Orfeão, Apreciação Musical, Coral, Recursos Audiovisuais, Teatro de Fantoques, Laboratório de Matemática, Pesquisa de Campo, Danças, Coro Falado, Encadernação, Enfermagem, Assistência Social, Etiqueta Social, Grêmio de Alunas. O curso estava concentrado em três anos, e as disciplinas estavam distribuídas em seis séries equivalentes aos semestres anuais.¹³⁶

¹³⁶ Currículo do Curso Normal, ano 1971, disponibilizado pela secretaria do IEEJNF.

Em 1973, o currículo do Curso Técnico Pedagógico, organiza-se conforme as propostas da Reforma de ensino de 1972, pela Lei 5.692. Permanecem os três anos de curso, mas divididos agora em três séries respectivamente. São definidos blocos de disciplinas: Comunicação e Expressão (Língua e Literatura Nacional, Educação Artística – Música e Desenho –, Educação Física, Língua Estrangeira); Estudos Sociais (Geografia, História, O.S.P.B. Educação Religiosa); Ciências (Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Programas de Saúde); Fundamentos da Educação (Aspectos Históricos e Filosóficos, Aspectos Psicológicos, Aspectos Sociológicos, Aspectos Biológicos); Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau (Aspectos Legais, Aspectos Técnicos e Estatísticos, Aspectos Administrativos) e Didática (Didática Geral, Didática Especial, Educação Moral e Cívica).

Em 1974, o Magistério de 1ª a 4ª séries é organizado em dois blocos: Educação Geral e Educação Especial. Permanecem as mesmas disciplinas, porém concentradas em cada um destes blocos conforme suas especificidades.

(...) nós tínhamos um diferencial, nós fazíamos o primeiro ano era básico, uma base comum para todos os alunos que ingressavam no primeiro ano do ensino médio e do magistério, tinham as mesmas disciplinas e eles cursavam todos juntos, então nós tínhamos uma sala mista, onde todos os alunos que entravam, pela primeira vez na escola, recebiam as mesmas disciplinas, só era direcionado ao curso a partir do segundo ano, então entrava as Didáticas específicas do curso, a partir do segundo e terceiro, nós chamávamos o primeiro ano básico, tanto quem fosse fazer um Auxiliar de Enfermagem, a Escola tinha também Auxiliar em Eletricidade, Tradutor e Intérprete, Agrônomo, era todo aluno junto, depois canalizava para o seu curso.¹³⁷

Entre os anos de 1988 e 2000, passa a vigorar uma nova grade curricular: Língua Portuguesa, Literatura, Educação Artística, História, Geografia, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil¹³⁸, Matemática, Língua Inglesa, Física, Química, Biologia, Filosofia, Fundamentos da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, Didática, Educação Física e Ensino Religioso. No total das horas do curso, são contadas 400 horas para o estágio supervisionado.

¹³⁷ Depoimento da professora Marta, colaboradora desta pesquisa.

¹³⁸ Em 1995 estas duas últimas disciplinas agruparam-se a outras. Educação Moral e Cívica agrupou-se a disciplina de História e Organização Social e Política do Brasil agrupou-se a disciplina de Geografia, aumentando a carga horária destas.

Em vigor desde o ano de 2001, os Componentes Curriculares do Curso Normal em Nível Médio completam a carga horária de 3.488 horas, sendo 400 horas de práticas de ensino e 400 horas de estágio supervisionado. Entre as disciplinas estão: Língua Portuguesa, Literatura, Língua Inglesa, Educação Artística, Educação Física, História, Geografia, Matemática, Física, Química, Biologia, Ensino Religioso, Literatura Infantil, Fundamentos da Educação (Psicológicos, Sociológicos, Filosóficos, Biológicos), Estrutura e Funcionamento do Ensino, Metodologia do Ensino, Metodologia do Ensino de Matemática, Metodologia do Ensino de Ciências Físicas e Biológicas, Metodologia do Ensino dos Estudos Sociais, Metodologia do Ensino da Leitura e Escrita, Metodologia do Ensino de Educação Física, Metodologia do Ensino da Arte na Educação, Metodologia do Ensino do Ensino Religioso, Metodologia do Ensino da Educação Infantil. Os alunos que possuem o Ensino Médio completo têm a possibilidade de freqüentar somente as disciplinas de caráter pedagógico.¹³⁹

Pode-se observar a riqueza de disciplinas oferecidas pelo curso em alguns anos, contudo é preciso ter em mente que cada grade curricular representa o pensamento pedagógico da época e a visão que se tinha sobre formação docente a partir dos estudos educacionais e das propostas da legislação vigente.

Contudo é positivo refletir sobre os ganhos e perdas de tais mudanças curriculares, até que ponto a educação nos primeiros anos de escolarização pode ter sido comprometida pela falta de qualidade dos cursos de formação de professores, ou até que ponto pode ser sido favorecida, quando as disciplinas passaram a ser mais centradas no estudo do aluno e do espaço escolar propriamente dito. Na verdade, a qualidade dos cursos de formação de professores está intimamente ligada à qualidade da educação nas quatro séries iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil.

Considerada como espaço de inovações até hoje, a Escola João Neves da Fontoura disponibilizou suas salas para muitos cursos de formação, um exemplo foi o Curso de Férias para formação de professores que, em convênio com a Prefeitura

¹³⁹ Modelo da Grade Curricular atual encontra-se em anexo.

Municipal de Cachoeira do Sul, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Estadual de Educação, formou mais de 400 docentes, através de curso supletivo de ensino de segundo grau, de educação geral e formação especial, exclusivamente para a habilitação de professores leigos com formação em nível de primeiro grau e de regentes do ensino primário em exercício.

Esta modalidade de formação docente aconteceu em todo Rio Grande do Sul e foi aprovada pela Portaria nº. 11.017, de 05/07/1976, Parecer 196/76/CEE; funcionou na Escola João Neves da Fontoura entre os anos de 1976 a 1983, com duração de 2 anos e meio, através da qual os professores recebiam qualificação nas férias de inverno e verão, sem prejudicar suas atividades escolares durante o ano letivo.

A professora Glassi¹⁴⁰ relata aspectos sobre este Projeto de Férias, no qual ela fora professora, destacando que na época passou a se exigir a formação em nível médio para os professores que trabalhavam nas escolas primárias da região. Estes profissionais possuíam apenas o Curso Normal Regional que habilitava, em nível ginásial, os professores para atuarem nas escolas primárias. Alguns docentes tinham apenas o ensino primário, pois devido ao número reduzido de professores qualificados para trabalhar nas escolas rurais e os baixos salários que recebiam para se deslocarem das cidades para o interior, muitas escolas eram ocupadas por pessoas da própria comunidade que se apresentavam capacitadas para tal função; entretanto, este Projeto de formação docente surgiu para habilitar estes professores e, conseqüentemente, qualificar o ensino público oferecidos nestas escolas.

(...) daí meu convidaram pra dar aula no Projeto de Férias, na Escola João Neves organizaram um Projeto de Férias. Foi na época que a pessoa tinha que ter o Normal, segundo grau, para poder lecionar, com esse Normal Regional não poderiam mais trabalhar. Quem tinha essa Normal Regional era em nível de primeiro grau. Nessa época tinham alunos de Rio Pardo, de Agudo, Candelária, muitas cidades aqui de perto, que lá havia Normal Regional, aí então foi obrigado fazerem Normal pra subirem pro segundo grau. Eu dei Didática Geral nessa época. O Projeto foi organizado pela Delegacia de Ensino, era Projeto de Férias, então nessa época o João Neves já nem funcionava muito mais. E era coordenado, tinha a Coordenadora do Curso. Ocupavam os espaços da escola e ocupava tudo, biblioteca, toda escola, mas era organizado pela Delegacia de Ensino. Era janeiro e fevereiro e o mês de julho. Era manhã e tarde. Era curso intensivo.

¹⁴⁰ Colaboradora desta pesquisa.

Aproveitavam bem, eram muitos alunos, tinha alunos de idade bem avançada, eram cinco turmas que nós tínhamos. A gente mandava fazer os materiais na aula pra dar Didática, elas faziam aquilo no maior alegria, gente muito boa.

Na parede da sala, onde hoje está localizada a Direção da Escola João Neves da Fontoura, estão expostos 28 quadros com as fotos dos respectivos diretores da instituição, com seus nomes e anos em que exerceram o cargo na escola. Um espaço de valorização dos profissionais que trabalharam para o crescimento e a sustentação desta escola pública que tem grande repercussão no Estado.¹⁴¹

A Galeria dos Ex-Diretores foi inaugurada em 1985, tendo em sua solenidade a presença do Prefeito Ivo Garske e da Delegada de Educação Vera Beatriz Machado de Freitas como mostra a primeira foto. A segunda foto representa a Galeria de Ex-Diretores hoje.



Imagem 15



Imagem 16

¹⁴¹ Foram então diretores da escola: Laura Azambuja Marques (1929-1932); Jeni de Oliveira Seabra (1932-1935); Nely Rezende Carvalho (1935-1936); Amália Geisel (1935-1937); Marieta Almeida Amorim (1937-1942); Boris Seligmann (1942-1943); Luis Antonelli (1943-1947/1947-1951); Enna Ondina Motta (1932/1936-1937/1953); Doralicia Silveira (1947-1948/1951-1953); Lília Gouvêa Ferreira (1954); Padre Nereu Silveira (1959); Jorge G. Jaime Dessart (1959-1963); Marina Lindner Crespo (1963/1968-1969); Ondina Alves (1953-1954/1955-1959/1963-1969); Gabriel Ferreira de Moraes (1969); Lya Wilhelm (1969-1971); Marina Martelet (1971-1973); Itassusa Avena de Oliveira (1973-1984); Marta Wigner Riccardi (1984-1985); Helenita Stefani Silva (1985-1986); Ivan Duarte Tavares (1986); Cled Maria Nunes Beckenkamp (1986-1988); Sibilo Luiz Paganotto (1989-1991); Mara Beatriz de Oliveira Lopes (1991-1995); Lourival Kossel da Silva (1995-1997); Marco Antônio Garcia de Oliveira (1997-2001); Nilzo Paulo Dias Machado (2002 – 2003) e Dulce Maria Lopes (2004-2007).

Para sustentar algumas colocações feitas neste texto, foi utilizado o livro “Retratos de uma história”, publicado por ex-alunos da escola quando da comemoração dos 70 anos de existência da instituição. Nele estão expressos, além de crônicas escritas por diversas pessoas que tiveram um pouco de suas vidas transcorridas na ‘Escola João Neves’, vários dados referentes à fundação, estruturação e permanência desta instituição, num estudo detalhado e cuidadoso feito pelas professoras Lya Wilhelm, Mirian Ritzel, Sonia Castro e Ione Carlos.

Nas palavras do então diretor da época do lançamento do livro – professor Marco Antônio Garcia de Oliveira – pode-se sentir a grandiosidade de tal ação para a comunidade escolar e cachoeirense, assim como foi no passado o momento da fundação, entre as quatro primeiras do estado do Rio Grande do Sul, da Escola Complementar, criada em 1929, pelo governo estadual.

(...) Uma homenagem eterna, num livro, que espelhe o sentimento de seus filhos, alunos, professores, funcionários, amigos, colaboradores. (...) Assim surgiu “Retratos de uma História”, que hoje se torna independente para trilhar seus próprios caminhos. Que registre a importância da Escola na vida de Cachoeira. Que espalhe, aos quatro ventos, que fomos felizes, que estamos orgulhosos e que compartilhamos nossa alegria com todos aqueles que acreditem no poder da educação. Que registre a história que fazemos e somos, mas que, acima de tudo, faça jus à grandeza do João Neves.¹⁴²

As histórias que o livro relata sobre o cotidiano da escola são memoráveis e enriquecedoras para quem está à procura de vestígios do passado. Uma das que mais chama atenção, por ser um fato pouco comentado e não repetido nos últimos anos, é a “Festa dos Bixos da Normal”. Consta que, como tradição no início de ano, em 1961 foi organizada uma festa pelas veteranas para recepcionar as alunas novas. Eram escolhidas ‘cartolas’ que deveriam ser usadas pelos ‘bichos’ durante 15 dias, sob pena de multa e castigos. Para a entrega dos ‘chapéus’, era realizada uma festa na qual compareciam a direção e os professores da Normal a fim de apreciar o desfile e a escolha, pelas veteranas, da rainha e da princesa entre as novatas. Complementando a festa, era realizado um desfile pelas ruas do centro da cidade.

¹⁴² OLIVEIRA, p.13, *apud* FLORENCE, 1999.



Imagem 17

A professora Beth¹⁴³ reafirma que o reconhecimento das Normalistas da Escola João Neves da Fontoura repercutia pelos discursos da sociedade em geral, “então, na cidade, o aluno ou a aluna ser normalista era diferente: eu sou normalista do Curso Normal!”. E ressalta a história dos “bixos da Normal”, que para ela era um fato interessante e peculiar, já que marcou uma época, mesmo quando ela ainda não era aluna deste curso.

Inclusive, era uma coisa interessante que existia, na entrada no Curso Normal, alguns anos atrás, não no meu tempo, mas marcou em Cachoeira, que chamavam “bixo”, como tem na faculdade, “bixo” da faculdade, tinha o “bixo” do Curso Normal, e elas tinham que andar pela cidade usando uma determinada caracterização, então, elas usavam tipo chapéus, máscaras, coisas na roupa, adereços, quando entravam no Curso Normal, isso na cidade era marcante, “a fulana está usando tal coisa porque ela é o bixo do Curso Normal”. Então, eu entendo que era bem valorizado. E dentro da escola, nossa. Tudo era do Curso Normal, a prioridade das melhores salas, dos melhores espaços, era para o Curso Normal, materiais, sempre era para o Curso Normal.

O uniforme também era diferenciado e apresentava-se de diferentes formas e cores nas distintas décadas de existência da escola. Ao ingressarem na Normal as alunas, que antes usavam saia azul pregueada, camisa branca e um tope azul amarrado na gola da blusa durante o Ginásio, passavam a vestir saia azul justa, camisa branca e gravata marinho, com a tocha, símbolo da escola, ali bordada. Em

¹⁴³ Colaboradora desta pesquisa.

alguns depoimentos aparece referência a um distintivo da Escola que também fazia parte da indumentária exigida.

Pois é, saia justa, quando eu estava na Normal era saia justa, no Ginásio era pagueada, saia toda pagueada, era mais ou menos a mesma blusa branca, só que era um tope, um laço, aqui, assim (mostrando o pescoço). Saia azul marinho, camisa branca, sapato colegial, preto, fechado, meia branca, sapato colegial, fechado, amarrado assim com um cadarço. Sempre tinha que usar, tu pensa que alguém ousava em ir sem o uniforme, mas não, tinha até que voltar para casa, eu nunca fui sem uniforme, e às vezes a gente esquecia, eu me lembro que no meu tempo, além da gravata tinha um distintivo e às vezes a gente esquecia o distintivo, tinha que voltar correndo para casa, se ainda desse tempo, para buscar o distintivo, meu Deus, era uma coisa, era muito rigoroso mesmo. E era saia, calça nem pensar.¹⁴⁴

A característica marcante é que as professoras não deveriam usar calças, havia uma rigidez em relação à vestimenta, o que pode estar associado à idéia da imagem feminina que por muito tempo ocupou os discursos sobre a profissão docente, uma profissão destinada as mulheres.



Imagem 18

Nos anos 1970, o uniforme já era nas cores marinho e vermelho ou “uma saia marrom com pregas, 4 pregas na frente, 4 pregas atrás, e um casaco tipo ‘v’, decote ‘v’, em lã, saia marrom e um casaco ferrugem” como relata a professora Beth. As

¹⁴⁴ Depoimento da professora Doris, colaboradora desta pesquisa.

cores que a Escola adotou nos últimos anos foram azul marinho e vermelho. Hoje em dia somente os alunos da Educação Infantil e do Curso de Aplicação usam uniformes, os demais alunos, inclusive o Curso Normal, podem utilizar os uniformes no modelo que a escola sugere, mas sem a obrigatoriedade existente no passado.

Uso do uniforme para as aulas era rigorosíssimo. Até nós tínhamos aquela famosa gravatinha com a flâmula, quem não vinha com a gravata não entrava. Quem não vinha com a blusa branca, com a saíinha, que era saíinha justa, que hoje a gente chama lápis, né, aquela saíinha justa e a blusinha branca, o casaquinho azul marinho e aquela gravatinha, não entrava. Ficava gente na porta, e a gente passava naquele crivo ali da porta, ah, também era pouca gente, né, tudo em fila, não é, imagina o magistério, né, tudo em fila passava ali, era rigorosíssimo, e nestas ocasiões assim, de ir representar o colégio, a gente sempre ia de uniforme. A gente sempre, sempre ia de uniforme, aquilo tinha um significado, representatividade da escola e o orgulho que a gente tinha em levar o nome da escola, depois com o passar dos anos as coisas mudam, os conceitos também mudam, sociais, culturais.¹⁴⁵



Imagem 19



Imagem 20

Com o passar dos anos e as mudanças de valores sociais, mudaram-se os uniformes, os conteúdos e algumas outras coisas mais, contudo não mudaram os ideais e a tradição que a escola carregava e perpetuava, como destaca a historiadora Mirian Ritzel, “...gerações que consideravam a sua João Neves a melhor Escola e o melhor lugar”.¹⁴⁶

É salutar a permanência do reconhecimento da Escola João Neves da Fontoura como a melhor escola pública de Cachoeira do Sul, que é possível

¹⁴⁵ Depoimento da professora Itassusa, colaboradora desta pesquisa.

¹⁴⁶ *Apud*, FLORENCE, 1999

reconhecer na maioria das memórias dos ex-alunos que retrataram suas vidas no livro, assim como nas narrativas das colaboradoras desta pesquisa. E não somente nos escritos, a comunidade cachoeirense distingue, consideravelmente, esta escola das outras, devido à qualidade constante de professores com excelente formação e práticas enriquecedoras, dos espaços oportunos para o crescimento intelectual, cultural e moral dos alunos que ali estudaram e ainda o fazem no decorrer destes 78 anos de existência.

Para não parecer saudosismo, complementa-se o destaque com as palavras do jornalista e editor-chefe da revista Amanhã – Eugênio Carlos Borges Esber, que fora aluno da escola entre os anos 1976-1978 – ao concluir seu texto no livro dos 70 anos: “(...) o legado que a João Neves deixa é precisamente este: a crença na importância da escola pública e na relação absolutamente diferenciada que é capaz de estabelecer com nossos moleques”¹⁴⁷.

São escolas públicas como a “João Neves” que representam no cenário social, econômico, político e cultural o valor que a educação pode ter para o desenvolvimento humano, para a qualidade do ensino e para as construções de boas referências comunitárias. Maria Timm Sari¹⁴⁸ destaca que os depoimentos dos ex-alunos da Escola João Neves da Fontoura apresentam as características das instituições escolares bem sucedidas. Inspirada em Guiomar Namó de Mello, ela sintetiza que tais escolas passam no teste da eficácia porque mantêm uma rotina ordenada e equilibrada, onde existe uma união entre os componentes da comunidade escolar e cada problema é resolvido a partir de uma análise consciente da realidade.

(...) é possível afirmar que tais escolas valorizam o desempenho do aluno, estabelecendo objetivos de aprendizagem claros e definidos. Seus profissionais apostam na capacidade do educando em atingi-los, realizando um contínuo acompanhamento do progresso de cada um. São escolas que possuem um ambiente ordenado que estimula a criatividade e o trabalho coletivo. Possuem uma liderança administrativo-pedagógica e desenvolvem “a Cultura do Sucesso”. Também é possível dizer que essas escolas sabem lidar equilibradamente com o novo e o antigo. Têm abertura para incorporar as inovações e sabedoria para reter o que funcionou bem. Isso implica

¹⁴⁷ *Apud* FLORENCE, 1999, p.209

¹⁴⁸ Ex-professora do IEEJNF e Ex-Secretária de Educação Municipal de Educação e Cultura de Cachoeira do Sul.

atitude crítica e madura, e não adoção ingênua de modismos considerando-se solução para todos os problemas.¹⁴⁹

Apesar de ter encontrado diversos obstáculos que descaracterizaram este trabalho coletivo, o IEEJNF não se conformou em ficar de costas para o futuro ou andar na contramão da sua história. As práticas que são realizadas hoje estão alicerçadas nos exemplos de seu passado, porém focadas nas necessidades educacionais do presente de seus alunos, no fortalecimento de sua autonomia e na gestão responsável e atuante. Tais ações têm incentivado significativamente a valorização desta instituição e sua permanência na memória, não só de seus ex-alunos e ex-professores, mas também de seus atores atuais para que a história desta instituição não fique apenas como sinais e lembranças antigas do tempo de escola, mas que seja símbolo e marca positiva na história de vida de cada um que por ela passar.

¹⁴⁹SARI, p.16, *apud* FLORENCE, 1999.

CAPÍTULO 4

O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO JOÃO NEVES DA FONTOURA PELO OLHAR E PELA VOZ DAS NORMALISTAS

Compreender a trajetória de formação docente na escola Normal de Cachoeira do Sul, através das memórias de alunas/professoras, entre os anos de 1929 a 1990, foi o objetivo ao qual esta pesquisa se deteve. As análises das narrativas apresentadas a seguir são os vestígios que as memórias das colaboradoras revelaram sobre a formação docente nesta instituição.

O roteiro¹⁵⁰, disponibilizado às colaboradoras para que organizassem as lembranças do período de formação e prática docente na Escola Normal de Cachoeira do Sul, seguia quatro eixos temáticos: motivações quanto à escolha da profissão; lembranças da formação; motivações para voltar à Escola João Neves da Fontoura e prática de professora no Curso Normal da Escola João Neves da Fontoura. Dentro destes quatro enfoques, as colaboradoras podiam contemplar em suas narrativas as respostas para as diversas questões referentes ao eixo central.

Distribuídos dentro dos eixos temáticos, os depoimentos revelaram aspectos referentes a cada tema em diferentes épocas, desde 1930, quando Ondina foi aluna, até 1990, quando Eunice concluiu o Curso Normal. Contudo, as representações do presente também podem ser observadas nas narrativas, quando as colaboradoras falaram, no último eixo temático, sobre a prática de formação no Curso Normal da Escola João Neves da Fontoura, porque muitas delas ainda exercem suas funções docentes.

¹⁵⁰ Modelo do roteiro encontra-se nos anexos deste trabalho

4.1 “Sempre tive uma fascinação por ser professora”

Configurando-se dentro de questões pertinentes ao eixo Motivações quanto à escolha da profissão, as respostas apresentaram aspectos quanto à escolha do Curso Normal como espaço de formação; quanto as influências e opiniões da família em relação a esta escolha profissional; quanto às relações positivas e negativas entre magistério, casamento e criação de filhos; ainda destacaram pontos referentes à valorização das normalistas, tanto na sociedade cachoeirense quanto na escola, no período em que cada uma estudou.

Referente a escolha do Curso Normal como formação, o aspecto que Ely destacou está relacionado ao desejo em ser igual aos professores primários que a marcaram significativamente.

(...) eu sempre pensei em ser professora, eu sempre achei bonito ser professora, gostava muito de algumas professoras, acho que isso aí influenciou bastante, tive professores muito competentes e boas pessoas. Amavam os alunos e me inspiravam confiança e transmitiram amor e o desejo de ser como elas.

O depoimento de Ely ainda deixou transparecer um aspecto recorrente em outros relatos, quanto a falta de opções na cidade de Cachoeira do Sul para a qualificação, uma vez que, na década de 1940, anos em que ela estudou, ainda não havia Científico¹⁵¹ na cidade, diminuindo as alternativas para escolha. Contudo, o sentimento de conformismo quanto à escolha e à aceitação da profissão docente como destino aparecem marcadas na narrativa.

(...) Eu acho assim, a escolha foi (...), eu queria ser professora, mas eu também (...), quando eu cheguei na 4ª série do Ginásio, eu adorava Química, então eu queria ser, realmente, uma pessoa que fosse especializada em Química, mas acontece que para eu fazer o vestibular, eu teria que fazer o Científico, naquela época não existia Científico em Cachoeira, então, de qualquer maneira, eu me encaminhei para o lado das Humanidades, (...) mas a Química eu acho linda, acho muito bonita, até hoje, mas não fiquei frustrada. Mas me realizei bastante como pessoa e como profissional no magistério, e lecionei, assim, todos os níveis, desde o pré-escolar até o curso superior.

¹⁵¹ Havia duas modalidades do Colegial: Clássico e Científico. O curso Colegial equivalia ao que hoje chamamos Ensino Médio. O Clássico estava voltado para a área das Ciências Humanas e o Científico para a área das Ciências Exatas.

Como destacado acima, o aspecto recorrente em relação à falta de opções para estudos na cidade de Cachoeira do Sul também surgiu na narrativa de Doris, quando ela destacou que a escolha pelo Curso Normal estava intimamente relacionada a três aspectos: em primeiro lugar, porque não havia outra escola pública em que as moças poderiam estudar na cidade; em segundo lugar, porque duas das suas irmãs mais velhas já haviam seguido o mesmo caminho de formação e, em terceiro, porque ou faziam o Normal ou paravam de estudar, já que outra opção para as moças não havia naquele tempo, em meados dos anos 1950, quando ela foi aluna na Escola Normal.

(...) e nós optamos por cursar o Ginásio na Escola Normal João Neves da Fontoura, porque era uma escola muito bem conceituada naquela época, além desta escola, nós teríamos tido a opção de ir para o Colégio Imaculada Conceição, praticamente estas duas opções que nós tínhamos. Porque o Ginásio só havia nestes dois lugares, né, não havia outra escola pública com Ginásio e também não havia outra escola particular além da escola das Irmãs, porque o Roque Gonçalves, que hoje tem alunas do sexo feminino, naquela época era uma escola só para meninos, para rapazes. Então, nós fomos orientadas, levadas pelos nossos pais para cursar a Escola Normal João Neves da Fontoura, primeiramente o Ginásio e depois que terminamos o Ginásio, também não havia grandes opções de escolha para a gente aqui em Cachoeira, ou a gente fazia a Normal ou a gente parava de estudar, e como a gente gostava, nós todas lá em casa gostávamos muito de estudar, eu também entrei na Normal. Eu já tinha duas irmãs, mais velhas do que eu, que já tinham feito, uma delas ainda estava cursando a Normal, a outra já tinha terminado a Normal, e resolvi seguir os passos dela, né, embora não pretendesse ser professora, assim como as minhas irmãs também não pretendiam ser professoras, mas acabamos sendo.

Outro aspecto que parece importante é o final desta narrativa: “(...) embora não pretendesse ser professora, assim como as minhas irmãs também não pretendiam ser professoras, mas acabamos sendo”, onde fica evidente que ser professora não era vocação ou desejo imanente, havia sim um desejo, porém somente em continuar estudando e o Curso Normal surge como única alternativa.

A irmã mais velha de Doris, que também colaborou com esta pesquisa, reafirmou suas colocações, pois como os depoimentos foram gravados juntos, elas conversavam entre si, lembrando fatos relacionados com suas condições familiares. Assim Isolde confirmou: “Não havia outra opção, no meu caso pelo menos foi, a Doris depois, já me encontrou indo e mais a outra, que faleceu depois, a Marga também foi, então para ela foi fácil”.

A posição social que a mulher ocupava na década de 1950 pode ser a justificativa para o fato das famílias não permitirem que as filhas estudassem fora da cidade onde residiam ou as limitações impostas para que não estudassem em ambientes onde havia somente rapazes, como no caso do Curso de Contabilidade da Escola Roque Gonçalves citado pelas colaboradoras.

O papel da mulher neste período estava relacionado às tarefas domésticas e o Curso Normal, além de ser uma válvula de escape para aquelas moças que não tinham a constituição de família como prioridade, ainda oferecia disciplinas de cunho feminino, voltadas para os trabalhos manuais, prendas domésticas e economia do lar, o que justificaria que os pais daquela época permitissem os estudos de suas filhas nestes ambientes escolares.

Assim, a Escola Complementar e depois Escola Normal de Cachoeira do Sul pode ter sido considerada por muitas moças da época como uma salvação, já que podiam continuar seus estudos, uma vez que nem se cogitava o fato de saírem de suas cidades natais no interior para estudar nas escolas da capital. A professora Ondina falou sobre isso com propriedade:

Eu queria muito ser professora, mas meu pai não tinha condições econômicas, tava difícil, então naquela época criaram as escolas do interior, entre elas a João Neves da Fontoura, justamente no ano que eu estava terminando, (...)Eu estava tão feliz de poder estudar, que não me importava onde e quando, não é. (Risos). Eram poucas meninas que estudavam, só podiam aquelas que tinham recursos. A escola foi criada justamente na hora que eu precisava (risos), na hora que eu estava terminando meus estudos lá em Caçapava, ela é muito importante porque veio para resolver, ela veio justamente na hora que eu precisava (risos).

Ligado ao fato de que não havia outra opção para estudar na cidade, ao cursar o Normal as alunas tinham emprego garantido, fator que animava e direcionava algumas das concorrentes a uma vaga neste curso. Como as vagas nas escolas primárias eram muitas, porém o número de professores e concursos públicos não respondia a demanda, a maioria dos professores era contratada e um dos principais critérios para este contrato eram as melhores notas adquiridas no estágio final do Curso Normal. A professora Glassi relatou sobre os aspectos que a levaram a escolher a profissão de professora:

Primeiro porque a minha mãe era professora, e a mãe sempre foi uma professora, assim, muito idealista, que gostava muito. E depois era o que a gente podia fazer naquela época era o Curso Normal, né, não tinha outra, não tinha quase opções, assim de estudo, não tinha faculdade, né, e Normal tu fazia, já tinha profissão, só o que tinha em Cachoeira era o Curso Normal e Contabilidade no Roque. Eram os cursos que tu tinhas em nível de segundo grau em Cachoeira. Então a gente ia para o magistério, né. Até gente que ia, não por opção, ia por necessidade, agora eu fui porque eu queria ser professora mesmo.

A presença materna como impulsionadora da escolha pela carreira do magistério é recorrente nas narrativas, uma vez que esta mãe ocupava a função de professora e isso era motivador para as escolhas futuras das filhas. Frente a isso, também contava o fato das professoras serem muito bem reconhecidas ainda nos anos 1960. Quando a professora Itassusa foi aluna, em seu depoimento esta colaboradora reafirmou todos os aspectos apresentados anteriormente, acrescentando o fato da valorização e o reconhecimento da professora perante a sociedade da época.

Olha, a minha mãe tinha formação de professora, ela tinha até feito concurso, mas nunca assumiu porque tinha seis filhos, né, bem pequeninhos, e na época mulher era mais voltada para o lar, né. Então, resolveu que ficaria com as crianças porque não dava, era uma turma muito grande, com todas as idades possíveis, né. E, mas também na época a gente não tinha muita escolha, eu gostava muito de ser professora, mas a gente não tinha muita escolha, porque não tinha..., moça não saía de casa, ah, fazer assim como os meus filhos fizeram, como tu fizeste, como outros fazem, de sair de casa com 16 anos, nem pensar, o pai nem admitiu uma vez que eu queria tirar Direito em Porto Alegre, e..., mas Deus me livre, filha mulher não saía de casa, tinha que ficar, e como Cachoeira não tinha nenhuma opção, né, então eu optei pelo magistério porque eu gostava muito e era a opção que a gente tinha. Então, ser professora..., e depois, porque ser professora na época era uma coisa reconhecida na sociedade, "A fulana é professora!", então aquilo ali era um degrau a mais que a gente tinha, porque a gente era respeitada como professora, as atitudes eram assim vistas e revistas, né, cuidadas, então era uma coisa que era muito bom, que a sociedade dava muito valor à professora, né, aquilo era um exemplo na sociedade, exemplo para os alunos, os pais de alunos, minha nossa!

A professora Eunice revelou que o dinamismo que sua mãe apresentava em sala de aula a fez gostar das práticas docentes, impulsionando suas escolhas futuras.

Eu acho que eu me espelhei muito na minha mãe, né, que a minha mãe era professora, hoje ela é aposentada, e eu acho que isso influenciou muito, eu gostava muito de ver ela na sala de aula, ela explicar, ela dar aula, ela era

assim uma pessoa muito dinâmica, muito ativa, sabe, e isso aí acho que me impressionou de uma certa forma que eu quis seguir.

Outras pessoas da família também passavam a ser exemplo e junto a isso o encanto e a fascinação pelo ato de ensinar também apareceram como fator determinante para a escolha da carreira docente. A professora Ione falou sobre este encantamento de ser professora.

(...) como eu te disse, eu sempre tive um encanto, assim, que posso descrever bem cada dia meu no colégio Imaculada, tudo então sempre tive uma fascinação por ser professora e aliado a isso tinha minha madrinha que era professora, a Isolda Zinn, e então como eu tinha aquele encantamento também por aquela figura, pra mim professora, mas as minhas professoras em geral também eu achava isso até hoje quando eu encontro tenho alguma coisa, uma relação emocional muito especial com essas professoras da primeira série, então acredito que isso tenha influenciado muito e como aquela coisa da criança em geral que esses dias eu li, por exemplo: - Ai, coisa boa, entramos em férias (...) - uma história em quadrinhos -, (...) entramos em férias, ah pai de que é que nós vamos brincar?, de aula, né. Então existe esta fascinação que eu não perdi no decorrer dos anos (...).

A professora Beth confirmou alguns aspectos já comentados anteriormente e acrescentou que a decisão familiar teve grande valor em sua escolha, porque os pais desejavam que todos os filhos continuassem os estudos, assim, todos permaneceram na cidade e optaram pelos cursos que eram oferecidos.

Isso, então, como nós éramos quatro irmãos da minha casa, duas mulheres e dois homens, né, já, uma coisa histórica, assim oh, que homem fazia Contabilidade e mulheres faziam Curso Normal, né, então, eu e a minha irmã fizemos Curso Normal e meus dois irmãos fizeram Contabilidade. Talvez até porque assim, também na época, quem terminava o curso já tinha emprego garantido, tanto Contabilidade, como professora, então, meu pai pensava que terminando o Curso Normal eu já estaria empregada, e os meus irmãos terminando Contabilidade, com certeza, já entrariam num emprego, né. Então foi assim, por isso que..., primeiro momento foi uma decisão familiar. Claro que eu pude optar, né, dizer que eu já concordava, eu tinha assim minhas histórias de querer ser professora, então já ficou definido que seria Curso Normal.

O depoimento da professora Marta apontou vestígios de um novo tempo. Aluna do Curso Normal entre os anos de 1977 e 1979, época em que a formação educacional estava voltada para o trabalho, os desejos de independência financeira e conquista rápida de uma profissão foram fatores decisivos na sua escolha profissional, porém ela relatou que também o fato de continuar estudando na escola do coração impulsionou sua preferência e que, entre a Enfermagem e o Magistério,

que eram os dois cursos técnicos que a escola oferecia na época, suas inclinações e gostos a levaram ao Curso Normal.

(...) até quando recebi teu formulário eu fiquei pensando: o que me motivou a escolha de ser professora? Eu acho que, em primeiro lugar, a minha vontade, assim, de ser independente, e na época, o que é que eu tinha como opção: ser professora ou ser enfermeira, que era o que as minhas colegas fariam, ou fazer o Ensino Médio; e eu vendo, assim, as minhas habilidades, a minha inclinação, eu pensei, e até por permanecer na Escola João Neves, que sempre foi a minha paixão, eu optei por fazer o magistério na época. Primeiro lugar, assim, pensando que eu teria uma profissão, muito rápido eu seria independente, né, mesmo meu pai custeando meus estudos, eu queria ter uma independência financeira e já começar a trabalhar muito cedo, e aí dentro do curso que eu descobri realmente que eu queria ser professora, que eu me sentia com toda a inclinação para ser uma professora de verdade e não tive mais dúvidas, em momento algum.

Os motivos destacados pelas colaboradoras sobre a escolha do Curso Normal como formação revelaram que, independente do gosto e do encantamento pela profissão docente, o fator que mais contava era o fato da Escola Normal ser a única opção para as moças cachoeirenses. Aspecto que permanece ainda nos dias atuais, uma vez que a cidade não conta com cursos de graduação públicos, e são somente duas escolas públicas que oferecem cursos de formação técnica e ainda existe um padrão social construído de que ao cursar o Normal, a maioria dos alunos terá emprego garantido, seja nas escolas ou no comércio, pois o reconhecimento da qualidade da formação destes indivíduos permanece no imaginário social.

A professora Marta, que atua como Coordenadora do Laboratório do Curso Normal e coordena as práticas das alunas, relatou a situação atual quanto à procura pela formação docente hoje no Curso Normal da Escola João Neves da Fontoura.

(...) vejo o lado das alunas que recebemos, nós percebemos assim, que as alunas que tem uma condição socioeconômica melhor procuram outros cursos, eu acho que para elas vem dar assim um reconhecimento, uma fonte de emprego, uma remuneração melhor, e a gente tem percebido que alunas de baixa renda, com maior frequência procuram o Curso Normal, que ainda vêem nele uma forma de ter uma profissão e um trabalho, um retorno mais imediato, eu noto que é algo mais imediatista, eu termino o Curso Normal, eu tenho chance de um emprego mais rápido, até porque eu não vou ter outra, infelizmente, eu tenho visto esta visão, são poucas que estão vindo com aquele interesse na profissão de fato, e crescer na profissão, infelizmente a gente tem recebido muitas alunas assim, que precisam ter uma formação média e para elas o único foco é esse, algumas assim, com dificuldade até e sem perspectivas de continuar depois uma outra formação, ou porque pensam que não vão ter possibilidade de ter uma

formação superior, então vão fazer o Curso Normal, pelo menos elas têm uma profissão, a gente percebe bastante isso agora.

A partir das narrativas de todas as colaboradoras é possível concluir que as escolhas estão relacionadas com as características sociais e culturais de cada época, “pois, ser professora no início da década de trinta não representa, certamente, a mesma coisa que ser professora na década de sessenta ou nos dias atuais, a constituição se mostra diferenciada em vários instantes”¹⁵².

Quanto às influências familiares para a escolha profissional, além da figura materna, já citada anteriormente, outras pessoas do círculo familiar também inspiraram as colaboradoras quanto à escolha da carreira docente, entre elas, madrinhas, tias, irmãs, e aparecem referências às preocupações do pai em relação a dificuldades inerentes à carreira docente.

A professora Beth relatou a influência significativa de sua tia:

Então, eu tinha uma tia que, quando eu era adolescente, ela era jovem, era uma tia jovem, né, e ela morava em Santa Maria, e eu gostava de ir pra lá, seguido eu ia pra Santa Maria, porque meus avós moravam em Santa Maria e eu ficava na casa dos meus avós, onde eu tinha essa tia que era professora, e ela era professora da zona rural, daquelas escolas onde o professor era unidocente, trabalhava tudo de 1ª a 4ª série, e ela era a cozinheira, a secretária na escola, ela morava na escola, então, eu achava muito interessante ela contar essa vivência que ela tinha, porque ela, além de ser professora, ela vivia, na realidade, naquele mundo da comunidade da cidadezinha, era um lugarzinho lá perto de Santa Maria onde ela morava, né. Então, ela só vinha nos finais de semana e contava, além da história de ser professora, dos seus alunos, contava da região, dos afazeres da escola, e eu achava muito interessante. E eu achava interessante aquele ritual todo que ela se organizava pra ir pra escola dela, quando ela ia de novo na segunda-feira e eu ficava acompanhando aquilo. E eu acho que foi uma das coisas, e depois eu sempre conversava com ela, porque a nossa idade não era tão distante, ela era jovem e eu sempre me encontrava com ela, e aí depois ela veio para a cidade de Santa Maria e ela, inclusive, é professora aposentada da Universidade, era professora de Português, e a gente trocava muitas idéias, eu acho que uma das influências foi essa minha tia. E eu achava interessante também, assim, eram duas irmãs, ela era professora e a minha outra tia não estudava, e a minha avó dizia que a outra minha tia tinha que fazer os serviços da casa porque ela não estudava e a minha tia como era professora não precisava fazer. E eu acho que já comecei também a pensar nessas coisas aí, que quem estuda também não precisa fazer serviço de casa (risos) Como se fosse verdade, né!

¹⁵² MONTAGNER, 1999, p.2

Em relação às preocupações do pai quanto às dificuldades que a filha poderia encontrar durante o exercício da docência, a professora Ione descreveu a opinião de seu pai sobre sua escolha profissional:

(...)apesar de que o meu pai observava especialmente no caso dessa minha madrinha as dificuldades que os professores passavam naquela época, eles tinham que ir para o interior do Estado por muito tempo, era aquela época que a estrutura das escolas era por 'entrância' se chamava, então a medida que a pessoa, o professor tinha anos de serviço a única vantagem que ele recebia não era vantagem financeira era evoluir nessas 'entrâncias', era chegar cada vez mais perto de casa. No caso de alguém que morava no centro da cidade então, por exemplo, um professor que trabalhasse na escola Cândida, que tu localizas bem aqui em Cachoeira, há uma promoção e evolução, que eu estou dando novamente o exemplo dessa minha madrinha, foi ir para a Escola Rio Jacuí, então, que não era tanta diferença, então em função disso, dessa dificuldade de ir para longe de casa e tudo, então meu pai tinha essa preocupação que eu não fizesse curso de magistério porque que eu, a mais velha, então era onde estavam centradas essas expectativas e o curso que ele achava muito lindo também baseado na pessoa que fez o curso e que tinha muito prestígio profissional era o curso de contabilidade, mais não segui os desejos.

A professora Ely também reafirmou a influência do seu pai quanto à continuação de seus estudos: "(...)meu pai também colaborou, mas de forma indireta, pois vivia afirmando que 'para livros sempre haverá dinheiro aqui em casa'".

Os depoimentos sobre a questão referente às opiniões da família em relação e escolha profissional revelaram que as famílias apresentavam orgulho em ver suas filhas estudando na Escola Normal, uma vez que a profissão de professor tinha o fator reconhecimento como diferencial. Sobre a opinião dos pais quanto à escolha do Curso Normal a professora Doris comentou:

Acho que eles sentiam orgulho de nós, até porque naquele tempo, ser professora era um status, né, não era qualquer pessoa que conseguia ser professor, quem era professor realmente era encarado assim como uma elite intelectual em Cachoeira, tanto já como normalista, quanto depois como professora.

Apesar dos pais acreditarem que a carreira docente poderia oferecer muitos sacrifícios para suas filhas, eles ainda apostavam que a formação em nível médio era importante, já que poderia ser a garantia de emprego imediato em alguns casos. A professora Marta mostrou esta situação em seu depoimento:

Eles acharam muito bom, né, o meu pai, na época, ele não queria, ele sempre achava que as professoras tinham uma profissão muito sacrificada, ele disse: minha filha eu sonhei com outras coisas pra ti. A minha mãe achou que eu estava tomando a decisão certa, que eu teria uma profissão e que não precisava ser definitivo, mas que já que eu queria ter uma formação em nível médio, que eu fizesse o curso normal. Meu pai, ele não opôs, mas ele me disse: pensa bem, né, porque ser professor é algo que tem o seu preço.. Ele ficou assim na época, mas ninguém, assim, foi contra, eu tive..., muito pelo contrário, muito apoio da minha família, participação sempre dentro de casa em tudo que eu precisei fazer, isso me facilitou também bastante.

Ao observar as declarações das depoentes sobre a opinião da família em relação à escolha profissional, é possível concluir que todas recebiam apoio familiar, uma vez que ser professor era uma função socialmente valorizada e vinculada à mulher, o que permitiria o alcance da independência financeira.

Sobre as relações entre magistério, casamento e criação de filhos, os depoimentos foram unânimes em afirmar que o currículo do Curso Normal orientava as alunas quanto à organização da casa e criação dos filhos, distinguindo que a profissão de professora não era empecilho para o casamento, mas que, em alguns casos, a dedicação intensa aos trabalhos na escola ofuscava estas escolhas, como referiu-se a professora Isolde: “Casamos com a escola, realmente, a gente se empolga de tal forma, a gente levava muito a sério, então, quase que nem sobrava tempo, né, às vezes (risos)”. E a professora Doris acrescentou: “Acho que nós esquecemos de casar, nós nos envolvemos de tal forma (risos) com a profissão, que os anos foram passando e quando a gente viu, passou mesmo”.

Igualmente, a professora Ondina complementou com seu depoimento:

A escolha sempre foi minha em não constituir família, meu pai sempre me deixou namorar, eu que não era entusiasmada, porque quem tem vontade, sempre acha, todo mundo acha, porque que eu não ia achar. Eu adorava a escola, é que eu achava que não era de grande importância, pra mim, casar e constituir família, claro que eu gostaria, depois passando o tempo, mas, olha, porque eu sou a mais velha dos irmãos, acho que um pouco eu comando a minha vida, minha mãe faleceu e eu tive que cuidar da casa e ajudar meu pai e meus irmãos, sempre fui muito independente.

São exemplos claros de professoras que tinham a educação, o ensino e a escola como prioridades na vida. A professora Ely destacou, a partir de sua experiência de aluna na década de 1940, que este aspecto era bem claro: “na época

a profissão era um verdadeiro 'sacerdócio' e muitas professoras permaneciam solteiras, mas eu não pensei nisso”.

Contudo, a Escola Normal apresentava um programa de estudos que preparava as moças e, em poucos casos, rapazes, para lidar com as crianças pequenas e a organização e finanças do lar, pois, independente do casamento acontecer ou não, todas elas iriam assumir uma escola, em que teriam que desempenhar atividades muito semelhantes as do lar, como nas escolas unidocentes, onde a única professora também exercia as funções de diretora, merendeira, servente e secretária.

A professora Glassi destacou que a formação recebida na Escola Normal, no final da década de 1950, sempre ajudou, pois além de uma base para criar os filhos, elas eram preparadas moralmente.

Sempre ajudou, nunca atrapalhou em nada. Nunca atrapalhou na criação de filhos, em nada, porque eu sempre acho que até me ajudou muito. Que a gente tinha alguma base pra criar os filhos, pra cuidar de crianças, que nós tínhamos uma matéria, naquele tempo, que ensinava, desde como cuidar de um nenê, alimentação, higiene, eu me lembro até da professora, eu acho que ajudou muito essa parte, ela dava moral pra gente. Era um curso muito diferente de hoje. Era, assim, inculcia a moral, princípios morais pra ti e de responsabilidade e de moralidade.

As mesmas características quanto à criação dos filhos podem ser observadas no depoimento da professora Eunice:

Eu acho que tudo que a gente aprende no Curso Normal tu tenta fazer, por exemplo, com os filhos, né, aquela obrigação de fazer a lição, de revisar o caderno, de ver se o filho escreveu certo as palavras, se tem prova, sabe, aquela preocupação que tu tem com teus alunos de avisar: Oh, não esqueçam, amanhã tem prova, né. A mesma coisa tu faz com o filho em casa, tem aquela organização, o caderno de matemática, isso aqui é português, essa orientação, eu acho que toda pessoa, toda mulher que é mãe, e que faz o curso, tudo aquilo que ela aprendeu ela quer aplicar, porque ela sabe que aquilo ali vai funcionar e é um meio de ajudar, de orientar.

As disciplinas que trabalhavam sobre o desenvolvimento da criança são muito importantes tanto para a formação dos futuros professores, como também servem de auxílio para a criação dos filhos, assim a professora Beth destacou sua opinião em relação às vantagens do Curso Normal para a educação dos filhos:

(...)a gente achava que toda menina devia fazer Curso Normal porque tinha e tem ainda, né, umas disciplinas como Fundamentos Psicológicos, na época era Psicologia mesmo, a gente começava a entender muitas coisas, sobre o desenvolvimento da criança. Então, toda mãe que fez Curso Normal, com certeza, sempre é uma boa mãe. Então, eu acho que contribuiu porque daí vai despertando o gosto por família, por educação, por criança. Então eu acho que só contribuiu, né, pro meu futuro assim como mãe e como esposa também.

E a professora Itassusa complementou em seu depoimento, referindo-se a este mesmo aspecto: “Eu acho que a Escola Normal auxiliou na medida em que dá uma formação pra conhecer a criança, dá uma formação psicológica, uma formação biológica, uma formação assim, de conhecimento de como lidar com as idades, com as várias etapas da educação, isso sem dúvida nenhuma”.

A professora Marta acredita que o diferencial da formação docente está nos trabalhos voltados para o desenvolvimento da parte humana dos alunos: “(...)eu acho que tudo que eu recebi no curso me orientou na maneira de criar as minhas filhas, e como pessoa me ajudou muito, pelas disciplinas que se tinha, eu acho que ela tem um diferencial, na parte humana, assim, eu acho que só acrescentou”.

Contudo, vale destacar que a profissão de professora foi considerada acessível para as mulheres, permitia que estas conciliassem trabalho e família, pois ao trabalhar fora somente um turno, possibilitava que as tarefas do lar e criação dos filhos não ficassem prejudicadas. A professora Ione destacou este aspecto em seu depoimento:

(...) porque era profissão que permitia meio turno, hoje se diz 20 horas, né, então era aquela profissão que se pensava, porque pra mim, fundamentalmente, não sei desde quando tinha introjetado isso de ter filhos e para mim era o jeito de poder ter filhos e atendê-los bem, era trabalhando um turno, então não se pensava jamais naquele ano quando eu terminei o curso normal em alguém trabalhar como hoje em dia 40 horas, então 60 horas muito menos.

Os conceitos sociais de família, mulher e trabalho mudaram consideravelmente com o passar dos tempos, assim ser professor deixa de ser uma atividade onde se exige abnegação de outras, para ser um exercício de cidadania, onde a mulher pode exercer suas funções assim como auxiliar, e mesmo manter, as despesas pessoais e familiares.

O último ponto, dentro do eixo temático: motivações quanto à escolha da profissão, refere-se à valorização das normalistas, tanto na sociedade cachoeirense quanto na escola, no período em que cada colaboradora estudou.

A professora Doris destacou que, na década de 1950, esta valorização estava relacionada tanto às normalistas quanto aos outros alunos da Escola João Neves da Fontoura, que era conhecida em todo o Estado do Rio Grande do Sul como uma das melhores escolas, ela relatou em seu depoimento esta valorização:

E esta valorização, estava comentando hoje com a Isolde, ela se dava por dois motivos, em relação a João Neves, uma porque as normalistas tinham, assim, um conceito de uma elite estudantil, digamos, o termo elite é meio assim, mas mais ou menos define como é que a normalista era vista, e ainda ser do João Neves era mais alguma coisa, acrescentando, porque o João Neves era uma escola assim, que tinha um conceito muito bom, não só em Cachoeira, como em todo o Estado.

E para exemplificar esta valorização que os alunos da Escola João Neves da Fontoura recebiam em todos os lugares que estudavam e exerciam funções, a professora Doris lembrou uma história:

(...)eu até vou te contar um fato para confirmar isso aí, no Ginásio eu tinha uma colega, como ela não queria tirar a Normal, ela foi para Porto Alegre, para o Julio de Castilhos tirar o Científico, porque ela pretendia tirar Direito e, realmente ela tirou Direito, mas no fim acabou professora também (risos), ela foi professora, inclusive no João Neves, mas ela não fez a Normal, porque foi fazer o Científico no Julio de Castilhos e, naquele tempo, para entrar no Julio de Castilhos era um horror, tinha que fazer, também, tipo um exame de admissão, só que no outro nível, mas era uma prova de seleção rigorosíssima, porque havia quantidade de candidatos, de todo o Estado que iam para lá, e a Maria Inês quando foi fazer a inscrição dela, perguntaram de onde ela vinha: - De Cachoeira do Sul. - De que colégio? - Escola Normal João Neves da Fontoura. - Tem o boletim aí? - Tenho. Ela era uma ótima aluna, quando ela mostrou o boletim e eles viram de onde vinha, ela não precisou fazer exame de seleção, entrou automaticamente, pelo desempenho que ela mostrou naquele boletim. Esse era o conceito do João Neves, a escola era uma referência em Cachoeira.

A professora Isolde retratou o conceito que a escola tinha frente à sociedade, uma vez que todos os seus alunos apresentavam bons desempenhos nas provas de admissão em outras instituições educacionais.

É, eu me lembro de um outro que foi sabatinado, que isso a gente pode dizer por que naquele tempo às vezes no vestibular tinha que fazer até uma prova oral, aí então um aluno daqui se destacou de tal forma que a banca

examinadora perguntou: - De onde é que tu vens? - Eu venho da Escola Normal João Neves da Fontoura. Mas era conhecida! - Ah bom, dá para ver que veio de lá.

Quando questionadas sobre a valorização das normalistas da Escola João Neves da Fontoura na sociedade cachoeirense, as colaboradoras destacaram que os alunos do Curso Normal eram considerados uma “elite cultural e intelectual”, pois os melhores alunos eram os alunos da Escola João Neves da Fontoura, não somente aqueles do Curso Normal, pois a qualidade do ensino desta instituição repercutia por todos os cantos do Estado. A professora Itassusa relembrou que a seriedade com que era tratado o Curso Normal justificava a qualidade do ensino, assim ela comentou:

Ah, com certeza, o Curso Normal do João Neves era um curso de elite, um curso de elite intelectual. (...) E o curso todo era um curso com professores ótimos, maravilhosos, e puxadíssimo, tu tinha que estudar mesmo, tu tinha que fazer trabalhos mesmo, trabalho em grupo era trabalho em grupo, era coisa muito séria, que era tratado também com seriedade pelos próprios alunos. A maneira de ver, a sociedade ver o magistério do João Neves, né, que era conceituado no Rio Grande do Sul inteiro.

Outro fator destacado pela professora Beth era o fato de Cachoeira do Sul, na década de 1970, ter somente duas escolas que formavam professores, aspecto que destacava e valorizava as normalistas que nestas escolas estudavam.

É, nós tínhamos, então, em Cachoeira somente duas escolas que tinham o Curso Normal, era nossa escola por ser uma escola estadual, e a escola Imaculada Conceição, que era uma escola particular. Então, na cidade, o aluno, a aluna, ser normalista era diferente, “eu sou uma normalista do Curso Normal”, “ah, da escola João Neves ou da Imaculada?”, então, na cidade, eu acho, que era reconhecido, ser normalista.

A professora Marta acredita que existia uma rivalidade entre as alunas destas duas escolas, umas sempre querendo se destacar mais que as outras nos trabalhos que realizavam no Curso Normal, procurando sempre fazer atividades diferenciadas. Ela ainda destacou que no período que estudou, no final dos anos 1970, o Curso Normal chamava-se Magistério, a partir das determinações da Lei 5.692/72.

(...) nós quando fizemos o curso, aqui era Magistério, e existia até uma rivalidade entre nós e a Escola Imaculada, e nós achávamos sempre, assim, que nós tínhamos um desempenho melhor, um status maior, que o nosso curso dava uma formação diferenciada. O Curso Normal da Escola João Neves sempre teve reconhecimento, as alunas sempre faziam um

trabalho diferenciado e a gente sentia isso, que a nossa escola era bem reconhecida, vinham alunas das diversas partes da região fazer curso, o magistério na época, aqui em Cachoeira, na nossa escola, então a gente se sentia, assim, mais em vantagem das outras. Uma coisa, não sei, se da idade, como todas éramos jovens, mas existia até uma rivalidade entre um curso e outro e nós sempre nos destacávamos muito bem, quando precisava.

Além da valorização que as normalistas da Escola João Neves da Fontoura sempre receberam perante a sociedade cachoeirense em todos os tempos e espaços, a professora Eunice, que foi aluna na década de 1980 e ainda trabalha na escola, ressaltou que a própria escola também desempenha este papel de motivação e valorização dos futuros professores, assim ela comentou sobre as diferenças quanto à valorização no seu tempo de aluna e a valorização hoje:

(...) a escola com certeza sempre valoriza, porque é uma escola que forma professores, então o objetivo maior é passar tudo que de bom existe e tentar assim, impulsionar a aluna, para que ela faça um trabalho legal, para que ela se sinta bem, que tudo dê certo, para que não fique desmotivada, eu acho que a Escola João Neves sempre proporcionou isso, claro que houve uma mudança, eu posso dizer assim, bem brusca, que os professores, daquela época que eu fui aluna, eram outros professores, era um outro momento, e agora já é outro então, assim, que houve uma modificação houve, mas eu acho que não nada que fosse para piorar, houve uma modificação porque aconteceu, porque o mundo não para, ele continua, mas nada para prejudicar.

A valorização ainda foi destacada quanto à profissão de professor, seu papel social, sua marca e significado, quais as principais diferenças em relação a estes aspectos no tempo de aluna e no tempo de professora. Três depoimentos marcaram bem as diferenças em momentos distintos, a professora Ely lembrou os anos 1940, a professora Marta deixou bem claro sobre o status social da professora no final dos anos 1970 e a professora Beth falou sobre a valorização do professor pelos alunos de hoje.

Sobre a valorização do professor nos anos 1940, a professora Ely declarou:

(...) mas paralelo a isso aí, existia uma idéia bastante forte na sociedade, que era que o professor tinha que ser idealista, não tinha que pensar em remuneração, tinha que amar o aluno, né, então quando eu estava no primário, muita professora era solteira, de tanto que amavam os alunos, se entregava tipo Dona Ondina, depois na Normal, essa idéia não tinha sido perdida, mas ainda era muito forte a idéia de não se preocupar com remuneração, né, e agora, penso que é bem diferente, porque a sobrevivência exige que o professor lute pela sua remuneração, que na

realidade está muito defasada. Então, valorização, do ponto de vista moral, era bem alta, mas do ponto de vista material, não, não era, ninguém se preocupava. Mas a professora, ela tinha uma mentalidade, assim, de classe média, então ela tinha também uma formação neste sentido, de andar sempre 'arrumadinha', sempre limpinha, né, falar corretamente, etc. Então, muitas vezes, a maioria das vezes, o aluno só ouvia, assim, ouvia bastante dizer, na sala de aula, o português correto, que agora o professor não dá mais bola para isso.

A professora Marta falou que o status social da professora há trinta anos atrás era maior que hoje, e ainda complementou:

(...) quase trinta anos atrás, ela tinha um status social ainda maior que hoje. Hoje as pessoas olham..., eu sinto assim, que olham com mais desmerecimento, na época ainda tinha um certo reconhecimento, um certo respeito. Eu mesma quando iniciei, porque eu terminei o Curso Normal e já saí trabalhando, né, trabalhava em duas escolas, e tanto o reconhecimento financeiro, quando o respeito do papel do professor, eu acho que era um pouco maior, né, a sociedade ainda reconhecia mais o papel do professor.

E a professora Beth transportou a valorização docente para os dias atuais, quando afirmou que os alunos não gravam mais nem o nome de suas professoras:

E aí eu vejo hoje assim, os nossos alunos, quando eles nem se quer sabem o nome da professora, e nós temos até um chavão que é usado muito pelo adolescente, que é "a mulher", "a mulher de Matemática", a "mulher de Educação Física", a "mulher de Português" e eles, às vezes, nós estamos agora, por exemplo, em agosto, e o aluno não sabe ainda o nome da professora. Por quê? Porque a professora não é mais a referência pra ele, e isso se deve há muitos fatos, se a gente fosse analisar aqui, né. E a escola hoje, eu coloco, que é uma opção pro aluno, antigamente era uma obrigatoriedade, hoje diante de toda a mídia que existe, os meios de comunicação, a influência externa do nosso aluno, a escola é uma segunda opção dele, né. Então, entre outras coisas que ele tem pra escolher, ele escolhe a escola e que é um segundo plano pra ele. Então, por isso não tem essa marca como tinha, e como teve na nossa época as nossas professoras, tanto é que, por exemplo, eu sei, eu saberia nomear as professoras que eu tive a 30 anos atrás. E talvez os jovens de hoje não saberão daqui a 30 anos nomear essas professoras deles.

Todas as motivações que as colaboradoras revelaram sobre a escolha da profissão docente são pertinentes para se pensar o papel que a docência ocupou em distintas épocas sociais, e, principalmente, que a formação de professores na Escola João Neves da Fontoura teve grande influência quanto a esta valorização, uma vez que sempre manteve a qualidade de suas práticas educacionais e foi motivo de orgulho e satisfação para a sociedade cachoeirense e gaúcha.

Entre todos os problemas que a docência possa encontrar, há sempre um motivo maior que faz do professor alguém imprescindível para o processo educacional, é sobre esse motivo que a professora Marta se referiu: “ele ainda é uma referência, que por mais que tenha tecnologia, por mais que tenha recursos e informações, a gente ainda precisa do professor, alguém que vá ser mediador de toda essa informação, nada substitui um conselho, uma palavra”.

4.2 “Mas, gente, que coisa fantástica o João Neves naquela época”.

Os questionamentos deste eixo temático preocuparam-se com os vestígios sobre a formação propriamente dita. Entre os tópicos que mais foram abordados pelas colaboradoras estão: uso do uniforme; aspectos referentes à moral, regras e posturas exigidas das alunas; quanto às aulas foram destacados os seguintes aspectos: os exames de admissão, as disciplinas, os professores, as práticas de ensino e estágios, assim como sobre as atividades extraclasse. Seus depoimentos ainda fizeram referência a acontecimentos políticos e à legislação educacional.

O uso do uniforme esteve presente desde a década de 1930 até início dos anos 1980. Algumas considerações sobre o uniforme já foram feitas no início deste capítulo, juntamente com a descrição da escola, entretanto as memórias das colaboradoras revelaram mais histórias sobre o uso desta indumentária.

A característica marcante foi o rigor em relação ao uso, contudo a professora Ondina destacou que no início dos anos 1930, quando ainda era Escola Complementar, não usavam uniforme, e demoraram muito a obrigar que as alunas viessem às aulas com esta indumentária: “No início não usavam uniforme, no meu tempo de aluna, mas eles custaram muito a obrigar o uso, sabe”.

Não há uma referência para o início deste costume, mas a professora Marina relatou sobre a presença desta norma entre os alunos no final de década de 1930: “(...) o uniforme usava muito, era saia azul marinho, a gravatinha, foi do meu tempo a gravatinha, a blusa branca com a gravatinha, tinha o uniforme, ah, era obrigatório, era obrigatório, ninguém entrava sem o uniforme (...)”.

Havia exigências quanto ao uso diário do uniforme, a boa apresentação da roupa e não podia faltar nenhum acessório que compunha o conjunto, pois as alunas poderiam ser barradas na entrada da escola, ocasionando a volta para casa para a fim de que o uniforme fosse completado.

Algumas características da roupa mudavam conforme o nível de ensino que os alunos freqüentavam, porém o rigor sempre era o mesmo, assim Ely comentou sobre o período do Ginásio¹⁵³ e complementou com algumas lembranças do tempo da Normal:

Era bastante rigoroso. A gente não podia entrar sem uniforme, isso desde o 1º grau até o 2º grau, e nós tínhamos uma porteira, chamada Dona Elfrida, Frida, eles a chamavam de Dona Frida, ela olhava tudo, se os sapatos estavam em ordem, a meia, nós usávamos uns topes, né, e ela mandava embora se não estivéssemos com a roupa completa, mas a gente trocava assim..., uma atirava da janela... (risos) jogava lá para baixo o tope, a gente botava e entrava. Depois na Normal nós usávamos uma gravatinha, também era bem rigoroso o uso, tínhamos um casaquinho, saia tinha, sempre a saia era azul, né, embora o feitio da saia do 1º grau era saia pregueada, e depois na Normal ela não era pregueada, era uma saia que tinha só quatro pregas, duas na frente e duas atrás, mas era bem rigoroso.

O uniforme para as alunas do Curso Normal sempre manteve um padrão, com um modelo difundido socialmente, chamado de 'colegial'. A professora Glassi descreveu como era a vestimenta na época em que ela estudou na escola, entre os anos de 1957 e 1960:

Tinha uniforme. Era saia azul marinho, blusa branca, e um casaco azul marinho. A gente sempre ia de uniforme. Eu acho que era exigido porque a gente sempre ia de uniforme. Ah, e meia branca e sapato preto. Meia altinha, assim, perto do joelho. Parece que tinha uma gravatinha no Curso Normal, tinha uma gravatinha que a gente usava, era isso mesmo, era saia azul marinho, o casaco era azul marinho e a gravatinha azul marinho por cima da blusa branca.

Esta rigidez associada ao uso do uniforme representava muito da realidade social e política da época. Com a padronização e a institucionalização do ensino, as regras e normas quanto à postura dos alunos também vigoravam paralelo ao processo de aprendizagem. A professora Ione comentou sobre um episódio que a chocou quanto à rigidez do uso do uniforme:

¹⁵³ O Ginásio equivalia ao que chamamos hoje de Séries Finais do Ensino Fundamental.

(...) mas a história do uniforme que era muito, muito severo o uso do uniforme, os cuidados, me lembro bem de uma coisa ridícula que acontecia, que na entrada, porque os alunos da escola normal entravam pela frente, os que eram de ginásio e primário entravam pelos fundos, até a escada, nós usávamos a mesma escada que usavam os professores, e aí tinha duas moças que não eram de Cachoeira, elas entravam ali no hall de entrada e elas tinham que tirar um casaco grosso, então era um absurdo, porque no frio horrível elas tinham que permanecer a manhã sem aquele casaco porque eram as normas do colégio quanto ao uniforme.

Mesmo que esta austeridade fosse comentada pelas colaboradoras, ainda foi possível observar que elas orgulhavam-se em, ao usar o uniforme da Escola João Neves da Fontoura, representar a escola socialmente quando andavam nas ruas ou participavam de eventos. A professora Itassusa, que estudou no início dos anos 1960, referiu-se a este orgulho em sua narrativa:



Imagem 21

Para as aulas rigorosíssimo. Até nós tínhamos aquela famosa gravatinha com a flâmula, mas quem não vinha com a gravata não entrava. Quem não vinha com a blusa branca, com a saíinha, que era saíinha justa, que hoje a gente chama lápis, né, aquela saíinha justa e a blusinha branca, o casaquinho azul marinho e aquela gravatinha, não entrava. Ficava gente na porta e a gente passava e passava naquele crivo ali da porta, ah, também era pouca gente, né, tudo em fila, não é, imagina o magistério, né, tudo em fila passava ali, era rigorosíssimo, e nestas ocasiões assim, de ir representar o colégio, a gente sempre ia de uniforme. A gente sempre, sempre ia de uniforme, aquilo tinha um significado, representatividade da escola e o orgulho que a gente tinha em levar o nome da escola, depois com o passar dos anos as coisas mudam, os conceitos também mudam, sociais, culturais, aí foi...

A única diferenciação quanto ao uniforme foi destacada pela professora Beth em seu depoimento, pois no período que estudou entre os anos de 1973 e 1975 o uniforme do Curso Normal apresentava-se em outras cores, que não aquelas usadas nos períodos anteriores – saia azul, camisa branca, gravatinha azul – neste período que ela citou, a roupa era: “(...)e nós do Curso Normal era uma saia marrom com pregas, 4 pregas na frente, 4 pregas atrás, e um casaco tipo ‘v’, decote ‘v’, em lã, né, uma cor, bom, vou descrever a cor, um amarelo..., um amarelo abóbora, não, um amarelo, assim, ferrugem, ferrugem, saia marrom e um casaco ferrugem. Foi o nosso uniforme aqui da escola”.

As inovações da moda passaram a repercutir nas atitudes da juventude, assim a professora Beth comentou sobre o uso da mini-saia e os anseios de rebeldia que movimentavam os anos 1970:

Naquela época, em época de moda, era época mini-saia, na nossa geração era época mini-saia, né. Então, a gente sempre gostava de andar com a mini-saia, mas nós éramos muito vigiadas na escola com relação ao cumprimento da saia, então, aquela coisa, tinha alguém olhando, a gente puxava a saia pra baixo, tinha alguém e não estava olhando a gente dobrava o cós, era embolado no cós, né, pra ficar um pouquinho mais curta, né. E, então assim, eu lembro de uma discussão em sala de aula, nós tínhamos uma professora de Literatura que era uma pessoa, assim, muito rígida, muito conservadora, até, muito recatada, né, enquanto pessoa, e ela seguido nos chamava a atenção sobre nossas roupas, (...) o assunto na época era muito, muito polêmico. Porque nós..., e aí eu vejo, assim, a questão que eu acho que nós tínhamos enquanto adolescentes, a gente tinha aquela coisa assim de ir contra alguns valores, era um momento, assim, que a gente estava querendo se rebelar, né, devagarzinho, e quando vinha uma professora, assim, conservadora, a gente ia, mais ou menos rebatia com ela.

Já no final dos anos 1970, a professora Marta relembrou do uniforme e destacou que as práticas de vistoria na entrada da escola ainda continuavam, porém como já havia um sentimento social de liberdade, vontade de quebrar as regras impostas, muitas alunas praticavam aquela 'velha história' de dobrar a costura da saia para que ficasse mais curta depois que passavam pela 'revista'. Ela ainda comentou sobre a liberação para o uso da calça, que até então não era permitida.

(...) nós usávamos um uniforme, até pouquinho tempo eu tinha o meu ainda, que já badalou por exposições e eu não consegui mais resgatar. Nós usávamos uma saia, e havia uma pessoa, que na época era uma professora, que ficava parada aqui na porta, controlando o cumprimento da nossa saia, ela tinha que ser, no máximo, um palmo acima do joelho. Então era uma saia azul marinho, com pregas, assim, duas preguinhas na frente, uma camisa listradinha de azul e branco e um suéterzinho vermelho, meia branca, americana e um sapato preto, isso o Curso Normal usava, e os alunos do Ensino Médio tinham uma outra cor de uniforme, era um outro tom de casaco, então nos diferenciava como alunas, depois todos passaram a usar as mesmas cores, assim, não é. Depois nos abriram a possibilidade de usar um slack (risos). O que é isso? Slack, aquela calça de tergal, e aí depois a gente até, não era permitido a calça jeans, então a calça era azul marinho e na época da pantalone, a gente fazia bem justinha com aquela boca de sino assim, um tergal horrível que chegava doer nas pernas de usar, quando sentava não tinha a menor elasticidade, mas a gente se achava mais bonita do que usando saia, não é, ou a gente pegava a saia, dobrava na cintura para deixar bem curtinha, chegava na sala de aula, vistoriavam, a saia estava muito curta, passa a saia para baixo de novo, então era aquela luta, a gente passava na porta com a saia, subia a escada dobrava dois palmos para cima, para se achar mais, coisa de menina.

Algumas fotografias ilustram modelos diferentes de uniformes em épocas distintas.



Imagem 22



Imagem 23

A liberação do uso de calças para alunas durante as aulas, no final da década de 1970, representou o fim de um costume que atingia também as professoras. Em alguns depoimentos, apareceram referências quanto à vestimenta das professoras, pois estas também eram aconselhadas a usar somente saia. A professora Isolde confirmou: “ah é, calça não se podia nem usar quando era professora”. Da mesma forma, a professora Ione destacou que mesmo que a calça já estivesse no vestuário diário da mulher, quando fossem professoras não poderiam mais usar:

Se esperava que o professor tivesse uma postura, só pra te dar um exemplo, eu me lembro do inverno de 65, então, que era um ano antes de eu fazer estágio, a gente, no inverno, passeando na rua de calças compridas, que a gente denominava slack, e que eu ainda comentei com as minhas amigas assim: - Ta, é o último ano que vamos poder usar. Porque depois de professora não usava calça comprida. Não era vestuário adequado para o professor(...).

Sobre este mesmo aspecto, a professora Ely comentou que o costume ainda estava nas escolas do interior, uma vez que as professoras que vinham de Porto Alegre para lecionar na Escola Normal de Cachoeira usavam calças e eram aconselhadas pela diretora para que mudassem sua vestimenta:

(...) houve uma época que havia muito rigor com relação a calça, usar calças, as professoras tinham que usar saia, no tempo da Dona Ondina, ela não admitia que a gente entrasse de calça na escola. Então as gurias davam risada, porque o pessoal vinha de Porto Alegre, acostumados a usar calça, e uma delas assim, era professora de artes e era inverno, ela de casacão e calça comprida, aí as gurias disseram para ela assim: Bah, não pode usar calça, que horror. A mulher puxou tudo as calças para baixo..., que não aparecesse as calças, abaixo do casacão, coitada levou um susto. Muito rigor...

São os mesmos padrões sociais que determinavam o uso de uniformes nas escolas e que instituíam regras e normas características de cada época, que faziam repercutir esta postura da professora em não usar calças. Contudo, a professora lone complementou dizendo que as professoras encaravam com naturalidade, porque a sociedade vivia desta forma naquele determinado momento, assim como alguns valores e posturas do professor também se perderam junto com as mudanças sociais e culturais dos novos tempos.

(...)tanto que quando eu comecei a trabalhar na escola normal, na Escola João Neves, que era em agosto de 1970, (...)E nessa ocasião era um inverno muito rigoroso, veio uma determinação da SEC, que a professora podia trabalhar com calças compridas desde que usasse um casaco longo que cobrisse o quadril. Então hoje quando a gente vê os professores de barriga de fora, com peircing no umbigo, é muito diferente, mas claro, são outros tempos, não é, mas naquela época era assim e a gente encarava, não encarava isso como restrição, mas com naturalidade, se aceitava, porque a sociedade no geral era assim(...)

As narrativas revelaram a complexidade da profissão docente. Entre todas as dificuldades consideradas inerentes à docência, as memórias das colaboradoras deixaram transparecer um percurso, repleto de sentidos e de segredos que os

professores vêm trilhando em todos estes anos, pois ser professor é mais do que ensinar, é também, e principalmente, aprender com esta tarefa.

Quanto à moral, regras e posturas exigidas das alunas, as colaboradoras destacaram que ser professora exigia, e ainda exige, um outro modo de ser, com atitudes corretas que não denegrissem sua imagem. Contudo, o rigor era maior no passado, os professores eram vigiados e punidos por suas posturas impróprias socialmente.

A professora Ely contou uma história sobre a postura das normalistas na década de 1940, pois “as alunas aprendiam a se comportar como professoras, desde a roupa adequada, às maneiras e procedimentos, era salientada a ética profissional, o exemplo era importante”.

(...) muito interessante, era o Dr. Luiz Antonelli e o Dr. Boris Seligma, naquele tempo eu recém tinha entrado, porque quando eu entrei era Complementar, o primeiro ano eu fiz na Complementar, e maio passou para Ginásio, mas tinha o pessoal da Complementar que era mais velho, que estavam saindo, né, as turmas que estavam saindo namoravam, tinha aquela praça da Igreja lá, pois é, namoravam ali, se encontravam com os guris. O diretor atravessava aquela praça, olhando para todos os lados, para ver se tinha guris namorando, não podia nem namorar na praça (risos).

As atitudes das alunas do Curso Normal eram vigiadas e observadas mesmo fora da escola, principalmente nos anos 1970, quando todas as pessoas e instituições passavam por um período de rigor e punições devido à Ditadura Militar. A professora Beth contou uma história sobre as posturas sociais que as futuras professoras deveriam obedecer em todos os lugares que frequentassem:

(...) exatamente, nós éramos tão vigiadas que aconteceu uma ocasião, assim, uma coisa muito interessante, que também marcou a minha adolescência aquele fato. Nós, como éramos só meninas no Curso Normal, só meninas, nós fazíamos os aniversários nas casas das colegas, aniversário da turma, de tarde, aniversário de meninas, né, só mulheres. Mas como nós já tínhamos 17 anos, no 3º ano, uma ocasião nós fizemos um aniversário de tarde e a gente tomou composto que era de coca-cola álcool, né, mas entre meninas, uma coisa, assim, nada, e ao lado da casa dessa menina morava uma professora da escola, e com certeza a gente rio muito, a gente dançou, mas só entre meninas, e de tarde, uma coisa bem saudável, assim, e a professora chegou na escola e contou. E nós fomos chamadas na direção da escola porque nós fizemos uma festa onde estávamos ingerindo álcool, por serem alunas de Curso Normal. Então, aquilo repercutiu muito até na escola, porque daí todo mundo ficou sabendo, e as pessoas tomavam partido, “ah, mas deviam, não deviam, foi

errado, não foi errado, mas era fora da escola, não tinha nada a ver com a escola”. Mas nós fomos, na época, até esse grupo foi visto com ‘maus olhos’, assim, porque eram meninas que estavam ingerindo álcool, mas, numa casa de família, de tarde, né. Pra ver, assim, como era, como nós éramos vigiadas e controladas, por ser alunas do Curso Normal.

Contudo ainda se preserva uma cultura de que o professor deve portar-se bem socialmente, já que depois irá cobrar posturas de seus alunos. Assim, a professora Marta reafirmou a presença desta prática em relação às alunas normalistas ainda hoje, e justificou esta postura.

Então a gente era muito cobrada em atitudes, em participação nas atividades, se havia alguma coisa, as alunas do magistério tinham que estar presentes, porque nós seríamos futuras professoras, e isso eu passo até hoje para as minhas alunas, eu insisto nisso, porque eu acho que isso foi importante, eu sou aluna do magistério desde a hora que eu saí de casa, não é só quando sento na sala de aula, não é. O meu papel é ser professor, mas não é só chegar aqui e trabalhar a minha disciplina, é ajudar a ser uma pessoa melhor. E isso elas nos passavam, em atitudes, e isso eu aprendi muito com minhas professoras, e isso eu cobro das minhas alunas, e falo para elas sempre, sempre, estar no Curso Normal ainda requer uma atitude diferente, eu sou especial, vou formar pessoas, eu vou fazer parte da vida delas, não posso ter atitudes iguais, meus modos ali na parada de ônibus, as coisas que eu vou falar ali na esquina, então eu procuro sempre estar falando isso para elas, assim me vinha também, e isso foi importante na minha vida, fazer diferença nas minhas atitudes, pra mim, até hoje, como era na época, o Curso Normal era um curso especial, era um curso diferente e eu quero acreditar que ele ainda tem que ser assim, isso foi me passado tão bem, tão forte.

Alguns princípios de ser professor atravessam décadas, marcam gerações, afinal o docente trabalha com seres humanos, que constroem seus conceitos, crenças e atitudes no decorrer da vida, através das relações, dos exemplos, das experiências, e a escola é um dos espaços onde são construídas muitas de nossas referências e significados, por isso o papel e a postura do professor são imprescindíveis.

Fazendo referências às aulas e como era a rotina diária das atividades de formação, as colaboradoras destacaram os seguintes aspectos: o exame de admissão, as disciplinas, os professores, as práticas de ensino e estágios, as atividades extraclasse.

Em relação ao exame de admissão, que podem ser encontradas algumas referências no início deste capítulo, as colaboradoras também acrescentaram outros aspectos peculiares sobre este momento da formação. A professora Ondina lembrou que, em 1930, havia uma entrevista com os alunos, e a professora Marina destacou que, em 1936, quando ela ingressou na Escola Complementar não faziam o vestibular, “porque fazia o sétimo ano primário, primário eram sete anos, daí a gente entrava direto na Complementar”.

A professora Ely lembrou da situação enfrentada no ano de 1944, quando ela deveria iniciar seus estudos na Escola Complementar. Porém, esta foi extinta justamente quando ela estava iniciando. Assim, ela e outros alunos da Complementar foram direcionados para o Ginásio, que hoje equivale aos Anos Finais do Ensino Fundamental. Só puderam frequentar o Curso Normal, de formação de professores após terem concluídos os três últimos anos do Ginásio.

Naquela época a melhor opção para meninas era o Curso Complementar que formava professores primários em três anos, após a 5ª série. Quando ingressei neste curso, ele foi extinto e me vi estudando no Ginásio. Após o Ginásio fazíamos exame de seleção para ingressar no Curso Normal. Sou, portanto, da 1ª turma de ginásianos e da 1ª turma de normalistas da Escola João Neves da Fontoura.

Os exames de admissão em suas primeiras edições exigiam a comprovação de conhecimentos em várias disciplinas, inclusive em uma língua estrangeira, o que pode ser observado no depoimento da professora Itassusa, apresentado na parte que trata sobre este aspecto no início deste capítulo. Contudo, as exigências oscilavam em alguns períodos, pois em 1955, quando a professora Glassi prestou a primeira prova para ingressar no Curso Normal, eram exigidos somente conhecimentos em Português, Matemática e Redação, como ela comentou:

Tinham as provas, tinham os exames para admissão. Não me lembro bem, só sei que eu não passei no primeiro ano (risos). Eu não passei no primeiro ano, daí eu fiz um ano de Científico, lá no João Neves, daí no outro ano, então, eu fiz de novo, daí que eu passei para o Curso Normal. Era português e tinha que fazer uma redação, tinha português, matemática, a prova era escrita, aí, então, eu sei que português e matemática eu me lembro que tinha no exame.

Entretanto, a professora Doris comentou que no ano de 1954, quando ela ingressou no Curso Normal, o exame de admissão havia sido extinto, retornando no ano seguinte com destacou a professora Glacy anteriormente. Assim, Doris falou sobre o exame: “(...) e no ano que eu entrei na Normal, eliminaram o tal exame de seleção, e aí nós éramos, começamos 46 alunas, se não me engano, mas quando nos formamos, nós já éramos, eu acho, que umas vinte e poucas”.

A dificuldade da prova de seleção para ingressar na Escola João Neves da Fontoura repercutia pela comunidade, a professora Ione relatou um fato referente:

(...)como esse vestibular era difícilimo, tanto que tinha uma vizinha nossa, que quis assim ser gentil com a minha mãe e disse: -Tu não te entusiasma, não espera que ela vai ser aprovada, porque uma guria do colégio das freiras não vai estar tão bem preparada que possa entrar. Porque era aquele tempo da excelência da escola pública, não é, alguém que era aluno da Escola João Neves, que era o nome que tinha toda escola naquela época, os dois cursos, era um aluno de destaque(...)

A concorrência era enorme, e a professora Ione comentou sobre este aspecto: “Só que naquela época o vestibular que se fazia para ingressar no curso normal na Escola João Neves da Fontoura era muito acirrado, tanto que eu tenho a lembrança assim de 109 candidatos e 10 aprovados no vestibular”.

Quanto às disciplinas, que já foram citadas na primeira parte deste capítulo, ainda destacaram-se outros registros importantes expressos pelas narrativas. Juntamente com as disciplinas, as colaboradoras associaram os professores que as ministravam, como a professora Marina, que lembrou minuciosamente das suas aulas nos primeiros anos da década de 1930, falando das atividades, dos professores e das matérias, assim como das dificuldades encontradas para acompanhar o ensino que, segundo ela, era muito difícil.

Eram três anos de Complementar, né. Fazia o primeiro ano, com matérias mais fáceis, e tinha professor para cada matéria. No meu tempo, que eu entrei, a Dona Laura que era diretora, bom, aí estudei, estudei, fui estudando, repeti os anos. Porque naquele tempo a gente tinha dificuldade de livros, então a gente tinha que arrumar um livro emprestado, depois devolver, sei que eu repeti o ano. Primeiro ano a gente fazia matérias mais básicas, de Ciências, de História, Geografia, todas estas matérias. Tinha Economia Doméstica naquele tempo, gente aprendia a pregar botão, remendar, então, Economia Doméstica e Desenho, eram as duas matérias juntas, e Música, eram as três matérias mais fáceis, as outras eram tudo

matérias mais difíceis. E tinha umas professoras muito competentes, então elas exigiam da gente o máximo. E depois fui para o segundo ano, e aí, eu tenho uma fotografia ali com uma colega do segundo ano, é a Alba Fischer e a Leda, depois a Leda desistiu, ficou só eu e a Alba. Segundo ano fazia Química, fazia Física, no segundo ano que era difícil, não era como hoje, naquele tempo a gente tinha que conhecer os aparelhos, saber como eram, como eram feitos, tudo era muito puxado, era puxado mesmo, olha, hoje eu vejo os ensinamentos muito mais fracos do que naquela época. Depois fazia o terceiro ano. Terceiro ano daí tinha Higiene, que era uma matéria nova também, que hoje já nem existe mais, a gente estudava Higiene da Habitação, Higiene da Alimentação, Higiene..., todas as partes de Higiene, era tudo separado, era um livro desta grossura (mostrou com a mão). Que a gente daquela época, não era pesquisa nem nada, era decorado, que a gente não podia mudar uma palavra, tinha que dizer exatamente como estava no livro, senão..., já descontavam ponto. Eu me lembro que uma vez eu troquei uma palavra e eu tirei 9,5 porque eu troquei a palavra. E depois daí me formei, me formei em 38 ou 39, nem sei certo.

As atividades eram distribuídas nos três anos que durava o curso de formação docente, o programa para o período que a professora Ely estudou foi descrito assim por ela em seu depoimento: “As disciplinas eram de Cultura Geral e profissionalizante. A Pedagogia já começava na primeira série junto com a Língua Portuguesa e a Matemática, também havia Filosofia e Sociologia Geral. As Didáticas (especiais) entravam a partir da 2ª série e as práticas na 3ª série, além das observações, etc.”.

Em relação às disciplinas trabalhadas entre os anos de 1957 e 1960, a professora Glassi confirmou algumas, pois não recordava de todas, porém destacou as que mais marcaram:

Nós tínhamos (...), primeiro tinha Português e Matemática, isso aí, era Português e Matemática no primeiro ano. Tínhamos, eu me lembro bem, Biologia, não, era Botânica, não era Biologia, era Botânica, era o professor Falkenberger que dava Botânica, eu me lembro que tinha que fazer uns arquivos, uns álbuns com folhas secas, eu me lembrei bem. Tinha Didática, né. Nós tínhamos Espanhol, a Dona Sara que dava Espanhol. Tinha Educação Física, né. E Didática. Ah, tinha Filosofia e História da Educação e Psicologia. Essas são as matérias que eu consegui me lembrar. E depois a Didática era separada, a Didática Geral e as Didáticas Específicas.

Na década de 1960, já começaram a aparecer indicações, nas narrativas, quanto aos departamentos em que as disciplinas estavam distribuídas. Este aspecto foi comentado no início do capítulo, e ilustrado com a fala da professora Ione. Da mesma forma, a professora Itassusa, que estudou entre os anos de 1960 e 1963, também destacou este aspecto:

Nós tínhamos assim, nós tínhamos departamentos, DG, que é Departamento Geral e DP, que é o Departamento Profissional. Aí no DG a gente tinha Português, Matemática, História, Geografia, Sociologia, essas coisas, né, naquele tempo também teve muito Educação Moral e Cívica que entrou, e depois na parte profissional já era a parte voltada, Psicologia da Educação, Sociologia da Educação. Tudo que é geral na geral, depois ficava o primeiro ano era o DG, o Departamento Geral, então era tudo geral, aí do segundo ano em diante era o DP, que era o Departamento Profissional, aí vinham as Didáticas, a Didática Geral, que até era a Dona Ondina que dava, que era diretora, mas dava esta parte, depois tinha as didáticas especiais, especializadas, então era assim.

Em seu depoimento, a professora Itassusa ainda fez menção à parte cultural que o curso oferecia para a formação de suas alunas, assim como os intercâmbios com outras Escolas Normais da capital gaúcha, fatores que qualificavam mais o curso, pois as alunas podiam ter acesso a eventos sociais e culturais que não teriam fora da escola.

O curso além de todas as disciplinas, aquelas que eram normais, ainda tinha Economia Doméstica, tinha Etiqueta, tinha aquilo ali que chamava de Conhecimentos Gerais, uma coisa assim, que eu não me lembro bem como era chamado, que era o estudo de Óperas, era uma formação assim pra ti enfrentar os melhores lugares. Uma formação social e cultural, não só voltada para a formação das crianças, mas para a formação da pessoa. Então nós tínhamos um professor, que era o doutor Leônidas Didonet, e ele, então, nos levava à Porto Alegre, volta e volta, para assistir a Ópera, aquela Ópera Carmem nós assistimos, os filmes que custavam a chegar em Cachoeira, na época, a gente ia à Porto Alegre assistir as 'Premieres', como diziam, né, na época, eu me lembro que Os Dez Mandamentos, que era uma coisa famosíssima, que tinha assim e que levou horas, porque era de longa metragem e tudo, nós fomos para assistir em Porto Alegre. A gente fazia muito intercâmbio com o Instituto de Educação de Porto Alegre, nos Corais, eu fazia parte do Coral da escola, então era assim, eles vinham e a gente ia e fazia uma semana no Colégio Sevigné, eu sei que tudo era uma coisa muito bem planejada, então a gente tinha uma vida assim, cultural e social também dentro do colégio. O colégio fazia festas de fim de ano, festas maravilhosas, Festa da Amizade, Festa da Primavera, festas com jantares, aí a professora explicava como se comportar, como usar o cálice, o copo, o copo d'água, o não sei o que, todas aquelas coisas, talheres, aquelas coisas que..., quer dizer, toda uma formação que preparava para enfrentar os melhores ambientes, os melhores momentos, vamos dizer, sociais também, além dos culturais, né. Na época não vinha um pianista, uma coisa em Cachoeira, que nós não fôssemos. Já os professores se organizavam e a gente ia tudo de uniforme claro né, que sempre o uniforme aquele era exigido.

A base teórica das disciplinas, que podiam ser aproveitadas em outras ocasiões da vida das alunas e não somente na sala de aula, foi comentário recorrente nas narrativas das colaboradoras, como também falou a professora Etel sobre este aspecto:

As disciplinas cursadas foram ótimas e me deram uma base maravilhosa, tínhamos do latim até o espanhol, com uma professora maravilhosa que me marcou com sua postura, sua ética, sua amizade e seu sotaque inconfundível (D^a. Sara Jardim). Tínhamos também a Puericultura, uma disciplina de muita base para quem é e quer ser mãe e era ministrada por um médico (Dr. Geraldo Penna), tínhamos Biologia, Português, Filosofia, Sociologia e todas as metodologias para que fossemos ótimos professores.

A disciplina de destaque nas narrativas é a de Puericultura, na qual muitas atividades interessantes e peculiares foram enfatizadas, como já apresentado anteriormente na fala da professora Doris, que lembrou sobre as mamadeiras que as alunas do Curso Normal preparavam para oferecer as mães de filhos pequenos cadastradas na Escola João Neves da Fontoura, da mesma forma a professora lone comentou sobre as práticas desta disciplina:

Tínhamos as aulas de Puericultura, que eram nesses dois primeiros semestres de Cultura Geral, o médico Geraldo Penna - Alfredo Geraldo Penna – então, pela manhã nós tínhamos aulas com ele, e a tarde, só que nada com obrigatoriedade, só que todo mundo ia, a gente aprendia a fazer curativos, injeções, até injeção na veia, que eu acho uma temeridade, e íamos para o hospital fazer esses curativos no hospital, porque a teoria do professor médico era que a gente ia trabalhar com crianças, crianças que brincavam no recreio que podiam se ferir e também seríamos mães, que isso aí tava incluído, que podiam se ferir então não podiam ficar tendo desmaiozinhos porque viu sangue, tinha que saber lidar com isso.

Marcadas pelas determinações da Reforma Educacional de 1972, as disciplinas que a professora Beth frequentou entre os anos de 1973 e 1975, estavam distribuídas em Básicas e Específicas, pois os primeiros anos de todos os cursos técnicos oferecidos naquela época - inclusive o antigo Normal, que passava a ser chamado Magistério - eram idênticos, somente direcionavam-se para a parte específica nos segundos e terceiros anos. O depoimento da professora Beth indicou este aspecto:

Quando eu fiz o primeiro ano era chamado primeiro ano básico que não era ainda Curso Normal, não tinha nenhuma específica pra Curso Normal, então, tinha aquelas disciplinas, Física, Química, Biologia, Matemática, Português. Então o Curso Normal começava no segundo ano, no segundo ano já começou com as disciplinas que era: Didática, Didática Geral, Didática da Linguagem, Didática de Estudos Sociais, de Ciências, Educação Artística, de Música, Educação Física, Religião, e depois tinha, hoje é chamado os Fundamentos, né, na época já era Filosofia, Psicologia e Sociologia, e Literatura também que nós tínhamos. Eram essas as disciplinas.

As marcas significativas que os professores deixaram em seus alunos, em alguns momentos, são maiores que as marcas dos conteúdos da disciplina que ministraram, pois inspiravam as futuras professoras tanto positivamente como negativamente sobre como poderiam ou não atuar nas suas aulas no futuro, com este sentimento de encanto a professora Marta lembrou de seus professores:

Ah, tive muitos professores assim encantadores, né, professores assim que me inspiraram de verdade e que hoje quando eu estou dando aula, e que eu recordo, eu me emociono, eu me enxergo neles, e isso realmente me emociona, ontem mesmo foi uma situação, nós estávamos em aula e aquilo estava tão bom, tão bom, que eu pensei: meu Deus como eu gosto disso e isso que eu gosto de fazer e faria de novo, eu gosto de ser professora, e eu lembro que eu tinha a professora Rosa Forgiarini, que falava com as mãos, com os olhos, e aquilo assim, eu bebia tudo, cada movimento, cada olhar dela, e eu pensava: é assim que eu quero ser, assim que eu quero ser. E às vezes quando eu estou com as gurias eu penso: será que eu estou fazendo jus, né, será que eu sou um pouquinho parecida com aquela professora que me dava motivação, assim, que me colocava para cima. Tive a professora Rose Lüdtkke, que também tinha uma calma, uma doçura para falar, eu detestava Matemática, né, a Metodologia da Matemática, mas ela conseguia fazer aquilo de um jeito tão sério, tão firme, mas, também tão doce que eu acabava gostando. Professora Etel, que hoje é minha colega, foi minha professora. Tinha a professora Vilma Zanini, que trabalhava com Educação Física, a Didática da Educação Física, e aí, como eu nunca fui do esporte, sempre fui mais aquela que pega a bola do que a que joga, a professora Vilma realizava muita dança, muita ginástica rítmica, e eu sempre fui muito exibida para apresentação (risos), então, nessas eu participava muito, e ela fazia..., esses dias até saiu uma foto, nas Páginas do Passado do Jornal do Povo, que era uma atividade ali no Estádio, então a escola se apresentava muito, e era ginástica rítmica, batia coquinho, aquelas coisas, e a gente saía tudo com ela badalando por aí. O professor Rui Matte, foi meu professor, supervisor de estágio, que era um professor especial. Tive a professora Itassusa, que além de ser Diretora também chegou a me dar aula. Tive a professora Deusimar Lorenz, que era professora de Português, que tinha uma postura, assim, que eu sempre admirei e às vezes procuro empregar algumas coisas que ela fazia que eu acho que sempre deram certo. Então eu tive brilhantes professores, e tive também professores que me serviram de exemplo daquilo que eu não queria ser, né, e também me ajudaram. E seguido eu falo isso para as minhas alunas, vocês já devem ter conhecido, já devem ter vivenciado, quando vão para monitoria ou na própria sala de aula, aqueles que vocês querem ser iguais ou querem, pelo menos, se inspirar, e aqueles que vocês não querem, e eles também estão ajudando, porque eles também estão mostrando o exemplo negativo que vocês não querem perseguir, né, então, procurem que lado vocês vão escolher. E eles também me auxiliaram, porque eu pensava: meu Deus, eu não quero jamais ser assim, né. E às vezes quando eu tomo uma atitude eu penso: será que eu estou sendo como fulano ou fulana? Displacente, descomprometido, mas, graças a Deus, eu tive mais professores, assim, que nos formaram de fato, com exemplo, com garra, do que professores descomprometidos, que foram bem menos.

A proximidade dos sentimentos com a narração dos fatos vividos revelou a trajetória de formação com outros olhares, são marcas e significados que ficaram

nas lembranças das colaboradoras, e não seriam encontrados em outros lugares ou documentos se não fossem registrados pela história oral, que permitiu esta aproximação às versões das personagens.

Permaneceram basicamente as mesmas disciplinas por um bom tempo, somente foram distribuídas de forma diferente e receberam outros professores para ministrá-las. A professora Eunice que estudou no final dos anos 1980 relembrou alguns professores e suas disciplinas:

No primeiro ano eu tive CFB, que era Ciências Físicas e Biológicas, que era a professora Ilse Coelho. Eu tive a professora Marta Garcia, Matemática, essa eu não me esqueço (risos). A professora de Português, a professora Maria Regina Hickmann. Eu tive inglês com a Gladis, não lembro o sobrenome dela. Tive Biologia com a professora Margarete. Tive Práticas de Ensino, eu não lembro direito, eu sei que tinha uma disciplina, que eu acho que a gente não tinha a aula, mas a gente tinha que fazer as observações que era o pré-estágio. Primeiro a gente ia à creche, aí depois a gente fazia observação da 1ª série, 2ª, 3ª e 4ª, aí a gente fazia todos os registros em um só caderno, e essa professora era Madalena, que fazia isso, eu não lembro se era uma disciplina. Tinha também História, com a Ana Isabel. Eu já vou te dizer do segundo e do terceiro ano, então assim, eu tive Fundamentos Sociológicos, Biológicos e Filosóficos, uma professora era professora Ione Zannon, a outra era a professora Mara Lopes, tive de Música também, a Dorinha. Quem mais eu tive..., Português também eu tive a Icléia Oliveira. Tive a Beth Bis, a Etel, o Marco foi meu professor também, eu acho que no momento o que eu lembro, foram estes.

Como algumas colaboradoras continuam trabalhando na escola, é recorrente esta ligação entre o passado e o presente nas narrativas, fazendo uma comparação com as práticas e com as aulas que as alunas do presente têm sobre as aulas do passado. Neste contexto a professora Marta, que foi aluna no final dos anos 1970 e ainda é professora do Curso Normal, destacou em sua fala as vantagens que as alunas de hoje têm em sua grade curricular:

(...) nós tínhamos um diferencial, nós fazíamos o primeiro ano era básico, uma base comum para todos os alunos que ingressavam no primeiro ano do ensino médio e do magistério, tinham as mesmas disciplinas e eles cursavam todos juntos, então nós tínhamos uma sala mista, onde todos os alunos que entravam, pela primeira vez na escola, recebiam as mesmas disciplinas, aí, ela só era direcionada ao curso a partir do segundo ano, aí então entrava as Didáticas específicas do curso, a partir do segundo e terceiro. (...) Então nós tínhamos as Didáticas, eu lembro de todas elas e dos professores que trabalhavam. Didática de Matemática, de Linguagem, não se tinha Leitura e Escrita, era Linguagem, Didática Geral, a Didática de Estudos Sociais, de Música, de Educação Artística. Nós não tínhamos tantas práticas quanto as meninas tem hoje, o que eu acho..., eu sempre

digo para elas como professora, que elas tem um privilégio que nós não tivemos, nos tínhamos uma formação específica, mas muito rápida, elas têm, paralelo as disciplinas, elas têm uma prática desde o primeiro ano, mesmo tento as disciplinas básicas no primeiro ano, que elas têm 19 disciplinas no primeiro ano, elas têm já o curso voltado a partir do primeiro dia que elas entram aqui, e isso eu acho muito legal, eu sinto não ter tido na minha época, que eu acho que nós teríamos aproveitado até muito mais, mas era um curso muito bom, era um curso que nos exigia bastante, nós éramos assim, bastante cobradas neste pequeno período que nós tínhamos em relação aos que elas tem hoje, né. Nossa prática era pequena, não se trabalhava, nem se falava em Educação Especial, isso era fora de cogitação, o que hoje, eu digo, que é um privilégio que elas têm, né, até como cidadão, um enfoque melhor do que nós tivemos. Não se trabalhava Educação Infantil, né, eu mesma, por minha conta, vinha de voluntária aqui na escola, porque eu já queria naquela época eu já pensava em ser uma professora de Jardim de Infância, que ainda era na época, não existia na..., aí teve um breve Projeto Creche, que a gente ia conhecer uma creche e aí a maioria voltava ressabiada que não queria mais nem ouvir falar, que a visão de creche era outra também, então nós tínhamos assim, mas o que a gente fazia muito era participar das atividades da escola, nós tínhamos shows, apresentação, eu fazia parte do Grêmio Estudantil, então nós participávamos de muitas atividades da escola, não é, tinha Banda, os desfiles, as feiras, os jogos, então nisso nós estávamos muito bem engajados, e nós tínhamos professores excelentes assim, que faziam atividades, quando não se pensava em projeto, quando não se pensava em disciplinas trabalhando juntas, nós tínhamos trabalho que, de uma forma ou outra, levavam a isso. Jornais que nós tínhamos que montar no corredor, aquele terceiro piso lá, então cada mesa era uma turma do curso, nós tínhamos quatro turmas quando eu fiz o Curso Normal, Magistério, eram quatro turmas de primeiro ano, quatro de segundo, quatro de terceiro, então nós tínhamos tarefas, assim, que nos exigiam envolvimento e uma certa disputa, que essa turma vai fazer melhor, então eu tinha que dar tudo de mim para não perder. A prática era pequena, um pré-estágio apenas, né, e aí bem-vinda a realidade, e ali a gente caía e dali a gente partia para um estágio, não tínhamos um Laboratório como temos hoje para trabalhar, era tudo em casa ou a biblioteca da escola, recurso próprio. Nós tínhamos que correr muito mais atrás das coisas do que hoje, isso eu sinto que a gente fazia mais, quando eu conto para elas, relato estas coisas, elas não conseguem imaginar como alguém fazia um planejamento em casa sozinha, sem poder contar com o material da escola, e eu digo: era assim que se fazia, tudo sozinha, né, se aprendia ali fazendo, errando todo o dia, e o professor só corrigia quando nos visitava na sala de aula, não tinha esta correção prévia que a gente tem hoje, esse assessoramento, essa imensidão de possibilidades, de recursos, os recursos eram confeccionados por nós e aquilo que havia na escola e acabou, não é, então eu acho que hoje a qualificação está muito melhor, os recursos são muito melhores, mas eu noto menos empenho, menos empenho do que nós tínhamos, não sei se porque nós tínhamos que correr tanto atrás, que se valorizava muito mais, e se era muito mais cobrado, muito mais cobrado em responsabilidade, em qualidade de trabalho, mesmo sem ter o recurso a gente era muito cobrada e não nos ofereciam o que se oferece hoje, isso eu acho bem diferente.

As narrativas representaram elementos que interligavam passado, presente e futuro no agora. Ao narrar suas vivências e experiências, as depoentes não o faziam de forma linear, mas interligando os elementos de forte significado pessoal conforme fluía a narrativa.

Assim como as disciplinas, que se apresentaram distintas em cada época da trajetória de formação docente na instituição investigada, as práticas de ensino e estágios representaram mudanças significativas. A professora Marina destacou que entre 1937 e 1939 não havia estágio final de seis meses após os três anos de curso Normal, como acontece hoje, e ela explicou: “Não, a gente não tinha como tem hoje, a gente fazia no terceiro ano, nas salas de aula, a gente ia, assistia às aulas, depois dava aula, mas não assim como hoje que é só estágio, dentro do terceiro ano a gente fazia o estágio, é fazia sim”.

Por ser uma turma com poucas alunas, nos anos em que a professora Ely estudou, entre 1947 e 1949, sua experiência com os estágios foi relatada desta forma: “As horas de observação e de prática eram mais abertas e livres, a nossa criatividade era valorizada e recebíamos elogios pelo nosso desempenho”. Como também não havia estágio no final do curso, a professora Ely e suas colegas realizaram observações e práticas no Curso de Aplicação da Escola João Neves, como é confirmado por seu depoimento: “Ah, os estágios..., nós tínhamos o CA, Curso de Aplicação, né, então a gente dava aulas no Curso de Aplicação, normalmente assim a gente saía, dava aula, o professor observava, era um estágio assim incluso, digamos assim, não saía para outra escola para dar aula”.

A professora Glassi também comentou sobre a ausência de estágios durante o período que estudou, e destacou que só havia estágio no final do curso: “Nós não tínhamos pré-estágio, na aula de vez em quando, depois na Didática que a gente dava uma aulinha assim para as colegas, mas não era pré-estágio, como diz hoje em dia. Só ia dar uma aulinha assim Didática para as colegas, e só, nós já íamos direto pro estágio depois que terminava o curso”. E ela ainda fez uma ressalva sobre as visitas das supervisoras, que eram insuficientes:

“Tinha um supervisor de estágio, mas a gente era largada na escola depois no estágio, que se virasse. Era muito difícil ter visita, não é como agora. Cada aluno tinha um supervisor que ia de vez em quando ver as tuas coisas, e daí tu trazias todo material e mostrava pra ele. Mas tu tinhas que se virar sozinha na sala de aula. Eu tive uma diretora muito boa, quando eu fiz estágio, ela me deu uma turma terrível, primeira série, alunos com cinco anos de reprovação, tinha uns que eram maiores, eu ficava pequeninha perto deles quando eles iam no quadro, né, mas daí ela me deu apoio. (...) Muito difícil, quando elas vinham elas olhavam a gente, e só no fim que faziam avaliação daí, quem fazia mais avaliação era a diretora da escola. Não é como agora que esse estágio que tem, todas as semanas vem uma e

vem outra e vem outra e dão orientação, não, nós elas diziam: “vai fazer teu estágio e vai na escola e davam uma turma pra ti lá e tu já começava a dar aula, assim, na escola”.

Contudo, a professora Itassusa comentou que no seu tempo de aluna, entre os anos de 1960 e 1963, as práticas e os estágios já aconteciam desde o primeiro ano de aula e “os pré-estágios eram todos feitos no turno diferente da aula” e ela relatou detalhadamente como acontecia:

É, eles aconteciam desde o primeiro ano. No primeiro ano, o pré-estágio a gente ia olhar, só olhar a professora e depois a gente fazia um relatório, a gente não interferia, não se metia em nada. Do segundo ano em diante começava o DP, que era o Departamento Profissionalizante, a gente já começava a dar aulas, aí assim, a gente ia, dava uma hora, dava uma atividade, por exemplo, a professora queria introduzir não sei o que, a gente dava aquele conceito, e saía, né, e a professora que dirigia a turma é que fazia depois o levantamento com a professora da classe. A professora da classe sempre ficava, nunca a gente tava sozinha assim com os alunos, sempre ficava a professora da classe. Aí quando tinha casos de professores que tiravam licença, eu mesmo substituí muitas vezes. Ah, porque elas viam assim nós que gostávamos e tudo e pediam então, a professora fazia o planejamento, eu mesmo já fazia os planejamentos e substituí. Tiravam licença três dias, né, que na época muitos tiravam aquelas licenças que era permitido, três dias durante o mês, que era geralmente no tempo da menstruação, as pessoas sentiam muita cólica, não é hoje que tem todo esse aparato tecnológico, então naquele período eu dava aula assim. Então no final do curso era feito o estágio, aí a gente tinha a turma da gente, nos colégios separados, eu fiz o meu estágio no Grupo Escolar Vital Brasil.

Reafirmando o comentário da professora Itassusa sobre as práticas de ensino, a professora Ione contou uma experiência marcante dos chamados pré-estágios, que aconteciam durante o curso nas turmas do Curso de Aplicação da Escola João Neves da Fontoura:

(...) práticas de ensino eram a partir dessa de Cultura Profissional, desses Departamentos de Cultura Profissional, do segundo ano, a medida que a gente ia tendo as aulas de Didática de cada disciplina, Didática de Linguagem, de Matemática, de Música - que era muito severa a professora, a Vera Matte, regente do Coral - nós realizamos práticas de ensino com as turmas do João Neves, considerando que o curso primário era Curso de Aplicação. Eu tenho uma das minhas primas que também é professora, Madalena Möller, hoje, que a Madalena era uma guriuzinha de 10 anos quando eu já estava no Curso Normal, e ela lembra que eu, numa dessas práticas, ensinei a noção de escala, então ela brinca comigo que no geral as pessoas não conseguem pegar uma planta e entender escala, e ela diz: - Ah, eu entendo muito bem, porque tu me deste aula quando eu tinha 10 anos e aquilo ficou, sabe. E eram poucas práticas também, porque aí o número não dava pra todas fazerem na Escola João Neves, então se fazia no Antonio Vicente da Fontoura, também todas essas no horário contrário as aulas.

As mesmas referências quanto ao estágio e práticas nas escolas e em diferentes turmas com avaliações feitas por professoras do Curso Normal, foram narradas pela professora Etel:

As práticas de ensino eram ótimas, pois fazíamos um pré-estágio semanal, com aulas práticas, cada semana em uma disciplina. Num determinado dia da semana e naquele dia nós não tínhamos aula normal, éramos distribuídos para escolas da periferia para que fossemos assistidos por um de nossos professores. Depois do pré-estágio feito durante o 3º ano, passávamos para o estágio propriamente dito. Neste estágio éramos assistidos por professores especializados em cada disciplina como: Música, Artes, Educação Física, Português e todas as Metodologias.

O elo entre passado e presente pode ser atestado novamente na narrativa da professora Beth sobre as práticas de ensino, pois ela comparou suas experiências significativas do tempo de aluna, com as atividades que são oferecidas hoje, concluindo que seus conhecimentos poderiam ser exemplos para se repensar as práticas do presente.

É, nós tínhamos, assim, uma coisa que eu vejo que não acontece mais hoje, até eu acho que a gente poderia repensar isso aí que era válido, eram chamadas as micro-aulas. Um professor dentro da sua Didática nos preparava para trabalhar um determinado conteúdo e nós entrávamos aqui na escola, no Curso de Aplicação, que a nossa escola tem Curso de Aplicação, aí sim era nosso laboratório aqui dentro. Então, nós aplicávamos lá as chamadas micro-aulas, por exemplo, uma aula de um conteúdo, eu lembro até de um conteúdo que eu trabalhei na época, sinais de trânsito, na Semana do Trânsito, em setembro, eu lembro porque eu confeccionei sinais de trânsito, fiz na sala de aula umas ruas, com sinais de trânsito, então, isso ficou bem na memória, assim, né, lembro bem. Então, eram chamados micro-aulas, a gente aplicava uma aula de 50 minutos, observado pelas colegas, né, nós ficávamos distribuídas em todas as séries da escola, e as colegas é que nos observavam, porque elas seriam as próximas que dariam as próximas aulas, então, ela observava e então, depois era ela que aplicava, né. E eu achava que era válido isso aí, que a gente poderia até repensar aqui, o nosso curso, atualmente, voltar as micro-aulas. Então, essa era uma prática, né. E, depois, então, tinha, assim, uma semana de intensivo do pré-estágio. Aí sim, aí nós pegávamos a semana toda, daí nós saíamos para as escolas fora da nossa escola, né. Mas, não tinha aula naquela semana, a gente não tinha aula, atualmente é paralelo, né, nós não tínhamos aula. Talvez, eu acho que a carga horária do Curso Normal..., porque na época eu não me ligava muito em carga horária, né, mas, eu acho que a carga horária do curso era bem menor no meu tempo de aluna, porque a gente conseguia não ter aula durante uma semana pra realizar os pré-estágios. Então, a turma toda ia para as escolas, os professores nos acompanhavam também.

Ainda aparecem referências às avaliações feitas pelas supervisoras, como destacou a professora Marta:

Era bem colocado, né, a rigidez do estágio, o nosso comprometimento, o nosso compromisso. Nós fazíamos um pré-estágio, e ali a gente já recebia uma avaliação em cima da nossa prática, e aí, no ano seguinte, você já ia direto para o estágio. E nós éramos muito bem acompanhadas, isso eu acredito que sim, nós tínhamos a nossa supervisora específica, que no caso meu foi a professora Rosa, todas as didáticas visitavam o aluno, então nós recebíamos a visita da professora de Didática de Religião, que eu me lembro até que era a Liane Zotelli, que era uma paixão assim, o professor Rui Matte na Educação Física, então cada Didática fazia uma visita e olhava a sua disciplina, como a aluna estava desenvolvendo na prática a sua disciplina, e, além disso, nós ainda tínhamos uma Supervisora Geral, que era a professora Marina, que passava todas em 'revista', como eu digo, né, visitava cada uma, ela era a Supervisora Geral e aí a decisão dela pesava tanto quanto as dos outros e nós recebíamos uma nota da nossa Supervisora e uma avaliação dos outros professores em conjunto com ela. Então nós éramos muito bem acompanhadas no estágio, né, e a gente temia muito aquilo, era um horror. Mas eu acho que era a forma de avaliarem, porque não existiam práticas paralelas durante o curso, mas o estágio era muito controlado, era muito acompanhado, aquela reunião era sistematizada, com todos os aspectos avaliados, não é, a tua postura, a tua dicção.

A professora Eunice lembrou do chamado 'Projeto Creche', que foi incluído no currículo do Curso Normal na década de 1980, quando houve um direcionamento para atividades de Educação Infantil, que antes não eram contempladas no programa de formação docente. Ela ainda destacou as características das práticas e do estágio final conforme sua experiência:

Era assim, no primeiro ano a gente tinha o Projeto Creche, que a gente primeiro observava e depois fazia as práticas, né, era um número bem reduzido em relação ao que eu vejo hoje as meninas fazerem, meu Deus, eu olho e digo: Bah, nós não fazíamos nada na época. Aí depois a gente observava, isso no primeiro ano, o Projeto Creche, já no segundo ano a gente observava e fazia pré-estágio, na 1ª série e 2ª série, cada um num semestre, e no terceiro ano, 3ª série e 4ª série, e depois mais aquele meio ano, né, de estágio. Todos os estágios eram supervisionados, todos os quatro, o Projeto Creche daí a professora ia lá, né, ver as atividades que a gente estava desenvolvendo.

São percepções diferentes de cada época, umas relataram a falta de visitas durante o estágio, outras reforçaram o bom trabalho feito em sua época, contudo vale ressaltar que estas características eram inerentes ao trabalho feito por cada grupo de professores e coordenadores de estágios e práticas, pois eram trocados durante os anos, o que acarretava em práticas distintas para cada uma das colaboradoras.

Apareceram depoimentos sobre as atividades extraclasse, como o Coral e a Banda, muito bem caracterizados pela professora Isolde em seu depoimento que foi apresentado na primeira parte deste capítulo. Assim, outras colaboradoras também se referiram a estas atividades, da mesma forma recordaram do Grêmio Estudantil ou Conselho de Alunos que tiveram presença marcante entre os estudantes desta instituição. A professora Marina relembrou seu tempo de aluna e comentou: “Era o Grêmio dos Estudantes, nós fazíamos festa ali, fazíamos até baile (...), eu fui duas vezes presidente desse Grêmio”.

A professora Ely destacou que na sua época de aluna, este grupo de estudantes se chamava “Conselho de Alunos”, pois ainda não existia o Grêmio Estudantil que conhecemos hoje. A força significativa do Conselho de Alunos pode ser observada na narrativa da professora Ely:

Nós tínhamos o Conselho de Alunos, que também não existia Grêmio, existia o Conselho de Alunos, que tinha uma força muito grande junto ao alunado, aí então juntava o Conselho de Alunos, quando entrou, depois da Normal, daí eu já estava na Normal, já tinha passado pelo Ginásio, o Conselho se estendeu ao alunado do Ginásio, aí eles resolveram criar o Grêmio, que era bem mais aberto, diferente, mas o Conselho que tinha muito mais força. E no tempo, me lembro, assim, do Conselho, nós resolvemos problemas de disciplina, que estavam acontecendo. No Conselho ficava a Normal e também o atual Ginásio, da época, né, então a gente resolvia problemas, né, chamava os alunos, dava conselhos, os alunos se explicavam para o Conselho, era muito interessante.

Como o Grêmio Estudantil das escolas públicas sempre esteve ligado aos movimentos sociais e políticos em defesa dos direitos dos estudantes e da liberdade de expressão e participação nas decisões políticas, a professora Ione, após ser questionada sobre as atividades do Grêmio Estudantil da Escola João Neves da Fontoura, relembrou também de fatos associados a Revolução de 1964.

(...) na Escola Normal não se chamava Grêmio, se chamava Conselho de Alunas, então era muito ativo, e apesar de a gente não ter sentido muito essa história da Revolução de 64, então o que eu quero te dizer assim, que os Grêmios, e a situação naquela pós famosa Revolução de 64, eu até me admiro muito quando hoje alguém menciona ter participado de algum movimento de resistência naquela época, porque era muito pouco. Eu tinha umas colegas que os pais eram muito posicionados politicamente, mas tudo era muito escamoteado, assim, não se falava as claras, até porque se temia muito, essas pessoas temiam e como não passavam esse temor dos outros parece que ninguém tinha conhecimento no geral, então nós sabíamos de jornais, que eram distribuídos e panfletos na madrugada, as pessoas liam e

queimavam para não divulgar, mas fora isso o papel do Grêmio estava bem restrito as atividades ali, (...).

Entrando neste campo político, mas sem aprofundar muito sobre o assunto, pois não é exatamente o objetivo deste trabalho, as colaboradoras foram questionadas quanto aos acontecimentos políticos referentes a este período que estiveram, como aluna e professora, na Escola João Neves da Fontoura.

A justificativa que a professora Ely ofereceu sobre a ausência de movimentos políticos de destaque dentro da Escola João Neves da Fontoura está associada à proteção que a escola exercia sobre seus alunos, e assim ela comentou: “(...) e a João Neves sempre protegeu muito os alunos, assim, mesmo depois em 64, os ventos da Revolução passavam em roda, não penetravam, só mais tarde, lá por 70 é que penetravam. Os professores continuavam dando aula do mesmo jeito, ninguém falava em Revolução”.

O destaque maior foi para as lembranças sobre o período da Ditadura Militar, apesar de ressaltarem que estes acontecimentos não influenciavam diretamente as práticas de formação no Curso Normal da Escola João Neves da Fontoura. Entretanto, algumas movimentações diferentes dentro da escola e na cidade podiam ser observadas, como afirmou a professora Ione: “Porque no período que eu era aluna na Escola Normal não, apesar de ter tido esses acontecimentos ali, imediatamente não influenciou, porque tu vê, depois os atos institucionais vão ser em 68, então eles não influenciaram diretamente, contudo os episódios de prisões de estudantes aconteceram, mas não foram difundidos, nós da Escola Normal não chegamos a ter conhecimento na época”.

As maiores declarações foram da professora Marina, que relatou casos de prisões políticas na sua família, mas que também destacou o cuidado que deveriam ter as professoras ao lidar com as atitudes resultantes deste período, então ela comentou sobre a época da Ditadura Militar quando ela já exercia o trabalho de Diretora na Escola João Neves da Fontoura:

Época da Ditadura Militar, eu era Diretora do João Neves, foi muito marcante, porque a gente tinha que ter um cuidado especial para cima dos alunos que eram de esquerda, e boicotavam a gente, faziam panfletos e

coisa, para soltar, quando a gente estava distraída, eu tinha uma turma de guris que hoje estão tudo velhos, tinha uma turma de uns seis guris que me ajudavam a fiscalizar, então quando eles descobriam que saia algum panfleto, eles já se preparavam, eles soltavam os panfletos na hora do recreio, então, eles vinham soltando e os guris vinham atrás recolhendo, nunca que eles conseguiam espalhar na escola os panfletos, eu não posso me esquecer desta turma de guris, que foram assim uma beleza para mim, eu tenho um reconhecimento por ela até hoje, da turma. Naquele tempo a gente juntava sacos, depois chamava o quartel e eles vinham ali e levavam os panfletos para o quartel. Mas passei toda a Revolução, a estas alturas, meu marido foi preso por ser do lado da Revolução, mas ele foi preso, ele não tinha processo, nem nada, logo descobriram que ele não tinha nada que ver. Quando ele foi preso eu fui falar com a Ondina, é com a Ondina, e disse: - Olha, Ondina, aconteceu isso, tu querendo, o meu cargo está a disposição, se tu quiser. Ela disse: - Não, mas, Deus me livre. Eu agüentei tudo naquele duro da Revolução.

O depoimento da professora Marina foi o único que relatou com alguma precisão os fatos que realmente aconteceram naquele período, pois a maioria das lembranças ou foram abafadas pela repressão e pelo medo que ainda aflora em algumas pessoas mesmo com as mudanças sociais, ou não aconteceram aos olhos de todos. Assim, foram encontrados poucos vestígios concretos como este, sobre o período questionado.

Para encerrar as colocações sobre este eixo temático, as colaboradoras ainda destacaram aspectos referentes à legislação educacional, aparecendo indicações sobre a Lei 4.024/61 e, principalmente, sobre a Reforma do Ensino, feita a partir da Lei 5.692/72, contudo ainda aparecem referências à situação atual do Curso Normal, conforme proposto pela Lei 9394/96.

Sobre estes aspectos da legislação a professora Ely resumiu:

Concluí a Normal em 1949, nessa época o Projeto de Lei estava em discussão, pois de acordo com a Constituição de 1946 a União tem competência para fixar as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A partir de 1947 as Bases da Educação começaram a ser discutidas, a Lei só foi aprovada 14 anos depois. Na época da Lei 5.692/72 eu já havia voltado para a Escola João Neves onde lecionava Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e também era responsável pela Coordenação Pedagógica da escola. Por desempenhar tal função participei ativamente da chamada 'Reforma de Ensino', realizando um grande número de 'Reciclagens' para transmitir aos professores os conteúdos renovados e a metodologia. (...) Na Escola João Neves a Reforma foi aceita e implantada.

Entretanto, ela ainda acredita que devido às mudanças, decorrentes da Reforma do Ensino feita em 1972, a Escola João Neves perdeu muito da união entre os professores que caracterizava seu trabalho, assim ela justificou:

Sabe por quê? Porque os professores permaneciam nas escolas, quando houve a reforma, os professores foram remanejados, e eles passaram a sair de uma escola e entrar para outra, sair de uma e entrar para outra, sair daquela e entrar para outra, e isso aí prejudicou, profundamente, na minha opinião, a harmonia, aquele espírito da escola, sabe.

A professora Itassusa também relatou suas experiências do período da Reforma de Ensino, pois ela já era formada e atuava com professora nesta época. Porém, ela destacou aspectos que considerava positivos na Reforma, contudo os resultados seriam em longo prazo. Mas os alunos e as famílias não aceitaram as mudanças, e isso pode ter sido, em sua opinião, um dos fatores pelos quais as mudanças ocorridas em relação aos cursos técnicos profissionalizantes não tenham perdurado. Porém, segundo ela começaram a fazer falta para a qualificação profissional dos alunos nos dias atuais.

Pois é, quando eu entrei, quando eu entrei fui 'recicladora' na Delegacia de Ensino, da Reforma, né. E depois, quando entrei no João Neves começaram os cursos profissionalizantes, que a sociedade não aceitou, porque parecia que aquilo era uma desmoralização, tu aprenderes uma profissão, e eu acho que isso foi um grande pecado, o grande pecado social, que aconteceu, que não teve, assim, aquele tempo de espera, porque a educação tu não vê resultado, a não ser alfabetização, que tu ou aprendeu a ler ou não, tu não vê em um ano, dois anos, três anos, educação é processo lento, porque é mudança de comportamento. Então a mudança de comportamento, ela não acontece..., a não ser que seja um milagre, né, mas a mudança de comportamento, ela acontece lentamente, progressivamente, então a sociedade, como o João Neves era a elite das elites, que sempre foi, os alunos melhores estavam lá, os mais isso, estavam lá, os mais aquilo, não tinha riqueza, não tinha pobreza, os 'mais mais' estavam sempre lá. Então quando chegou a reforma de ensino, então não preparava para o vestibular, eu ouvi isso, como diretora, milhares de vezes, dos pais, e eu dizia: - Mas o vestibular também, ele não é garantia, tu ter um curso superior e ter um emprego, não é garantia, já naquela época, e se tu tiver um curso técnico bom é garantia de emprego. Aí tu podes continuar depois, (...) eu dizia tudo isso, mas os pais foram começando a tirar os alunos, os filhos, e botarem nas escolas particulares, porque a escola estadual se deteriorou no ver imediato do pai. O que eu também não critico nestas alturas, mas a sociedade não teve, assim, aquela paciência para assistir aquilo tudo e ver os primeiros resultados, que hoje eu encontro alunos, daquele tempo, ganhando e muito bem, sendo eletricitas, sendo técnicos de agricultura, auxiliar de eletricidade, a escola tinha os laboratórios muito bem montados por sinal, mas aquilo não tinha quem convencesse os pais, não tinha quem convencesse os pais, os pais queriam aquele Científico antigo que preparava para o vestibular.

Da mesma forma, ela relembrou as mudanças ocorridas em relação ao Curso Normal, que devido à Reforma de Ensino, passou a ser um curso técnico, como os outros, e chamado de Habilitação para o Magistério.

É, ela mudou porque já não tinha mais o exame de entrada, né, depois não foi permitido, nos primeiros anos ainda fizemos, quando eu era diretora, mas depois não era mais permitido fazer, então todo mundo entrava, gostando, não gostando, querendo, não querendo, era a única coisa que tinha, então entrava ali. Então, quando tu não tens incentivo, quando tu não gostas, tu não queres, porque o curso do magistério, ele é um curso que precisa muito a pessoa aderir, ela tem que querer, ela tem que apreciar, ela tem que gostar daquilo ali, senão é uma coisa horrível, né, e as alunas ficavam ali, e os professores começaram aquela velha queixa: não querem nada com nada, nãñãñãñã. Porque também popularizou, aí em vez de ser três turmas, como a gente tinha, ou duas, começou a ser cinco turmas, seis turmas, não que eu fosse a favor do exame aquele, eu acho que também não, porque nem sempre quem passa no exame é o melhor qualificado, o melhor para aquele curso, mas, ficou muito oba-oba também, muito oba-oba. Aí as turmas ficaram muito grandes, era muita gente e tal, já se tinha horrores de dificuldades de achar pré-estágios, de se achar estágios, era um horror. (...) o curso perdeu um pouco, porque também perdeu todos aqueles momentos que eram muito interessantes e importantes pro curso de magistério, que era ver as aulas, assistir primeiro, depois dar pequenas coisas, depois tomar conta de tudo, depois fazer o estágio, isso tudo se perdeu, porque isso raramente acontecia com todas, algumas conseguiam fazer e outras não, aí ficou difícil mesmo.

Neste tópico sobre as mudanças referentes à Legislação Educacional, as colaboradoras Beth e Marta fizeram uma comparação entre o programa do Curso Normal da década de 1970 e o programa oferecido hoje, em relação à carga horária, aos estágios e práticas de ensino durante a formação. A professora Beth ressaltou as principais diferenças entre o período da Lei nº. 5.692 e a Lei nº. 9394 que está em vigor atualmente.

É, o que a gente nota do curso que eu fiz pro curso que é hoje, né, foi a grande mudança das práticas, da carga horária do curso que ficou maior, porque na época, como eu disse, ele era somente no segundo e no terceiro ano e hoje ele é desde o primeiro ano, elas já entram como Curso Normal no primeiro ano, então, mudou a carga horária, era diferente, era menor. Mudou também no próprio ensino no Brasil, que existiam 180 dias letivos e hoje são 200 dias, então, a carga horária das disciplinas era bem menor, porque para 180 dias era carga horária menor, né. E a terminologia das disciplinas que a Didática hoje é Metodologia, e os Fundamentos, houve mudança na terminologia, e o principal, a grande mudança foi nas práticas, né, na carga horária das práticas, porque a gente não fazia essa prática, a gente fazia o chamado pré-estágio, né, totalizando uma semana, dava 20 horas, né, e não tinha também a especialização pra Educação Física, para Educação Infantil, para Educação Especial, a ênfase, né, não existia ênfase pra Educação Especial, nem pra Educação Infantil, nem pra Jovens e Adultos, que a gente sabe que têm outras em nível de Estado que tem para Jovens e Adultos, não existia essas ênfases, era só 1ª a 4ª série e nem pra

Educação Infantil nós não éramos preparadas, né, era só 1ª a 4ª série. Então, essa é uma grande mudança pra melhor, né, do curso, pra melhor.

A professora Marta fez um relato da situação atual do Curso Normal da Escola João Neves da Fontoura, afirmando que o trabalho de qualidade feito por esta instituição quanto à formação de professores desde o ano de 1929 ainda faz parte das práticas atuais.

(...) e inclusive a vinda do pessoal responsável pelo Curso Normal, da SEC, foi em decorrência desta nossa ansiedade de saber se estamos (...) fazendo certo, e para minha alegria e alívio, quando elas vieram, nós fomos muito elogiadas, nosso trabalho assim (...), nos deixaram muito tranquilas em relação ao que a gente está fazendo, elogiaram o nosso Laboratório, quantidade de material que as gurias tem, quantas coisas nós já conseguimos fazer, adquirir e aumentar, ampliar o acervo que elas tinham, as práticas, a maneira como a gente está conduzindo, né, algumas mudanças que se fez, elas também acharam muito boas, inclusive a nossa carga horária que é muito superior ao que as outras escolas estão tendo, e que a gente achava que alguma coisa não estava bem, não é, e aí nos tranquilizou, porque elas estão ainda tendo um suporte muito maior que a maioria das escolas do Rio Grande do Sul está fazendo, inclusive nos sugeriram até uma redução de algumas coisas, porque o curso está muito sobrecarregado, então, nós ficamos até mais tranquilas em relação a qualidade que tem que ser oferecida para elas pelo menos. Nós fomos muito elogiadas, nós ficamos assim muito orgulhosas até porque no meio de toda esta crise, né, a escolas diversas no Estado que não abrirão no ano que vem pela falta de procura de vagas, nós com tudo isso temos um número bem considerável, com toda esta crise ainda temos clientela para oferecer no ano que vem o Curso Normal, temos condições de manter as meninas aqui, temos bastante parceria para as práticas, criteriosamente este ano nós mudamos, assim, a maneira de conduzir, organizamos de uma forma melhor, que ficou, tanto para elas quanto para nós. Elas vão passar por todas as séries, não vão ver umas e deixar outras para trás, não vai ficar lacunas. A Educação Especial, que a gente se preocupava com a maneira, o enfoque que nós estávamos dando, está corretíssima, a prática que elas estão fazendo está corretíssima, então nós ficamos tranquilas, claro que sempre querendo fazer melhor e mais.

Relatos como este da professora Marta mostram o papel que a Escola Normal ainda ocupa na sociedade, mesmo não sendo aquele exercido nas décadas de 1930 e 1940, ela permanece no imaginário social como espaço que representou qualidade e excelência de ensino entre as instituições públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

4.3 “Naquela época a nossa escola escolhia a dedo os seus professores”

Como o critério escolhido para selecionar as colaboradoras da pesquisa foi o fato de terem sido alunas e professoras na Escola João Neves da Fontoura, o terceiro ponto em que as professoras foram questionadas na entrevista dizia respeito às motivações para voltar a escola, como este processo havia acontecido.

A maioria das colaboradoras destacou um aspecto peculiar referente ao acesso das professoras para trabalharem na Escola João Neves da Fontoura: como naquela época não havia muitos concursos públicos, quando existiam vagas nas escolas, a direção da escola solicitava à Secretaria Estadual de Educação, via Delegacia Estadual de Ensino - hoje chamada de Coordenadoria Estadual de Educação - que um professor, escolhido na comunidade, fosse designado para ocupar aquela vaga na escola. Assim, os melhores professores, aqueles que tinham seu trabalho de destaque em outras escolas de Cachoeira do Sul, ou que haviam obtido as melhores notas no estágio final do Curso Normal, eram contratados para trabalhar na Escola João Neves da Fontoura.

A professora Marina confirmou esta história em seu depoimento: “(...) para ir para o João Neves, a professora tinha que receber um convite do Antonelli¹⁵⁴, só ia para lá com convite dele, aí ele mandou me chamar lá e me convidou, aí eu fui trabalhar no João Neves, aí fiz, a minha vida foi no João Neves”.

Da mesma forma aconteceu com a professora Itassusa, pois logo após a formatura no Curso Normal, surgiram vagas para professores na Escola João Neves da Fontoura, então as alunas que obtiveram as melhores notas no estágio final foram contratadas.

Depois, eu me formei em julho de 1963, no João Neves, e naquela época houve, assim, uma necessidade muito grande de professores no meio do ano, porque tinham saído várias, tinham várias aposentadorias e tal, então a dona Ondina falou com o Governo do Estado, que naquele tempo a Delegacia de Ensino era em Santa Cruz, e a dona Ondina Alves, que era nossa diretora, falou com o Governo do Estado para o contrato de professoras novas. E estabeleceu-se então, que seriam três contratadas, as três necessidades que tinha a escola naquela época, e que as contratadas então fossem aquelas que tinham tirado excelente no estágio, e eu era uma delas. Que eu tirei excelente no estágio então eu fui contratada, então eu jamais saí da João Neves. Eu me formei em julho, e no dia 1º de agosto eu

¹⁵⁴ Professor Luis Antonelli, foi diretor da Escola João Neves entre os anos de 1943-1951.

já estava professora do João Neves. E ali depois fui nomeada, fiquei sempre, sempre no João Neves.

Aconteciam também casos em que as professoras ao se aposentarem, recomendavam uma outra professora para ocupar seu lugar, assim aconteceu com a professora Ely, como ela relatou:

(...) eu posso falar só no meu caso, eu era boa aluna de português, né, e a professora de português se mudou para Porto Alegre e depois se aposentou, e a Superintendente do 1º grau, do Ensino Primário eu acho que era, não me lembro como é que se chamava, mas acho que era Superintendente do Ensino Primário, era irmã da professora de português, e essa senhora me recomendou, a Dona Nilda me recomendou para a irmã dela que eu deveria ser a pessoa que viesse para o lugar dela. Eu quase morri de pavor, porque ela era, assim, respeitadíssima, a gente nem fazia pergunta na aula, de medo de formular a pergunta errada (risos), ela corrigia na hora. Mas eu me dei bem, me dei bem depois com as alunas e tudo, mas a recomendação foi da Dona Nilda. Agora, eu não sei se os outros eram convidados, eu tenho a impressão que eram.

As colaboradoras Doris e Isolde relataram sobre os convites que receberam para assumir as disciplinas de Português e Matemática, respectivamente, na Escola João Neves da Fontoura, na década de 1960, destacando que foi necessário prestar os “exames de suficiência”¹⁵⁵ que eram feitos naquela época, pois as mesmas ainda não possuíam faculdade e estes exames as habilitavam para lecionar com as disciplinas no antigo Ginásio, pois tinham apenas a formação do Curso Normal que capacitava somente ao ensino no antigo Primário. Desta forma, Doris explicou seu caso:

(...) em 1959 eu também recebi um contrato para trabalhar no Estado e aí eu fui para o Colégio Antônio Vicente. Durante alguns meses eu acumulei,

¹⁵⁵ A única referência encontrada sobre os Exames de Admissão, além das narrativas das colaboradoras, foi num artigo da Profª.Drª. Maria Helena Menna Barreto Abrahão (Artigo: Pesquisa Autobiográfica: contribuição para a História da Educação e de educadores no Rio Grande do Sul. In: Revista do Centro de Educação – UFSM, Edição: 2005 – vol. 30 – nº. 02) onde ela define: “Exames de Suficiência eram exames para professores leigos, realizados entre 1950 e 1956, promovidos pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES). Para a prestação desses exames eram realizados, pela própria CADES, cursos intensivos de trinta a quarenta dias de preparação, tanto teórica como prática, quer da matéria específica do conhecimento em questão, quer da parte didática especial e geral. Os exames constituíam-se de provas escritas sobre a matéria e de uma prova sobre didática. A prova didática consistia em ministrar uma aula, cujo assunto era sorteado algumas horas antes. Destaca-se nos exames de suficiência a excelente preparação pedagógica desenvolvida durante o curso intensivo”. Porém as colaboradoras se referem a datas diferentes destas apresentada pela autora, contudo, outros dados conferem.

fiquei aqui no Colégio Barão do Rio Branco e no Antônio Vicente, mas depois ficou, assim, meio pesado, porque eu também gostava muito de estudar piano, então eu estudava piano ainda naquele tempo e aí o tempo não permitia todas estas atividades, eu deixei o Colégio Barão do Rio Branco, para onde eu voltei alguns anos mais tarde, e fiquei somente no Antônio Vicente. Estando lá no Antônio Vicente, um dia uma professora, colega minha, me disse assim: - O meu marido (...), que era professor, diretor do João Neves, (...) o meu marido pediu um contrato de Português, pra ti lecionares Português lá no João Neves. Eu fiquei assim, mas eu lecionar Português, eu não tinha faculdade nem nada, né. – Não, mas tu vais, tu vais, depois tem aqueles exames de suficiência que se faz. E eu fiquei assim, levei um susto com aquilo, né, entrei assim, sem querer, para o João Neves, lecionando Português. Bom, isso foi em 1961, e aí no fim de 61, aliás, princípios de 1962, eu fui a Passo Fundo fazer o tal de Exame de Suficiência, que naquele tempo substituíam as faculdades, porque não havia quase faculdades no interior, era só em Porto Alegre, não sei nem se em Santa Maria já tinha, talvez, mas o fato é que em Cachoeira nem se sonhava ainda com faculdade naquele tempo. Então eu fui fazer o Exame de Suficiência lá em Passo Fundo, que era um exame puxadíssimo, e um curso, assim, muito puxado, que eu considero quase que eu tive que dar mais..., eu não sei se foi porque foi muito intensivo aquilo, em dois meses a gente teve que fazer o exame, ...eu acho que quase que eu me preparei mais para aquele curso do que depois na minha faculdade que eu fiz, em quatro anos em Bagé. Bom, consegui voltar de lá habilitada para continuar lecionando.

E a professora Isolde também narrou sua situação, muito parecida, porém ela realizou o Exame de Suficiência para a disciplina de Matemática, e a prova foi na cidade de Santa Maria.

(...) resolveram criar o Ginásio aqui, neste Colégio Barão do Rio Branco, aí o mesmo, repete-se o problema, Dona Amália disse: eu preciso de uma professora de Matemática, vai ser tu. – Mas como, matemática? – Não, tu sempre foste boa aluna de matemática, eu preciso de matemática. Bom, empurrada de novo para fazer uma coisa que eu não teria, talvez, escolhido, né. – Mas eu não tenho faculdade. – Ah não, mas para isso tem estes cursos de suficiência aí, vai fazer curso de suficiência e aí tu normalizas a tua situação funcional, tu podes lecionar com esta titulação. Tudo bem, lá fui eu, eu fui para Santa Maria, a Doris tinha ido para Passo Fundo, também foi assim, muito sofrido, porque em pouco tempo a gente teria que dar conta do recado. Dali eu comecei a trabalhar matemática, deixei a alfabetização para trabalhar com matemática, isto foi em 1958 ou 1959. Em 60, 1960, lá no João Neves surgiu a famosa vaga (...) de matemática, e o diretor da época também me indicou para esta vaga, naquele tempo era assim, os diretores que tinham vaga, tinham que ir a Porto Alegre, na SEC, e solicitar um contrato para a professora fulana de tal, eu não pedi isso aí, mas ele pediu (risos), ele já sabia que eu estava trabalhando aqui e lá me fui eu.

A professora Marta ressaltou o orgulho que sentiu em ser convidada para trabalhar na Escola João Neves da Fontoura:

(...) naquela época a nossa escola escolhia a dedo os seus professores, e aquilo para mim foi, assim, a consagração de uma professora recém formada, ser chamada por uma diretora que era conhecida por selecionar a dedo quem trabalhava na escola dela, e eu me senti muito, muito importante, muito valorizada, e aí eu quis dar tudo de mim, como eu sempre dei por esta escola, então eu comecei a trabalhar na Escola João Neves.

Apesar de não ser uma prática comum nos dias atuais, pois a maioria dos professores concursados ou contratados pelo Governo Estadual são direcionados àquelas escolas onde há vagas, independente do convite ou solicitação da direção da escola, esta prática feita pela Escola João Neves da Fontoura foi considerada, pelas colaboradoras, como motivacional, pois ser convidada para trabalhar na melhor escola da cidade, na época, era incentivo para as professoras que estavam iniciando suas carreiras e sinal de valorização para aquelas que já faziam um trabalho de destaque em outras escolas.

4.4 “Quando eu era aluna nunca imaginei ser professora do Curso Normal”

As colaboradoras exerceram muitas funções dentro da Escola João Neves da Fontoura, entre elas, lecionar no Curso Normal, à parte a professora Isolde¹⁵⁶, que foi uma exceção neste estudo. Quando questionadas sobre suas práticas na escola, suas narrativas abordaram diferentes aspectos conforme as questões apresentadas no roteiro da entrevista, porém os assuntos de destaque foram sobre salários e greves.

Houve sempre uma imagem de vocação ligada ao exercício da profissão docente, por muito tempo a sociedade acreditava que os professores não deveriam lutar pela valorização salarial e que a remuneração estava em segundo plano. Este pensamento pode ser observado na narrativa da professora Marina, quando ela destacou que o importante não era o salário, mas o trabalho.

Toda a vida a professora reclamou salário, e eu brigava muito com as professoras, porque eu nunca reclamei, (...) toda a vida foi esta ‘churumela’, que eu me lembro, (...) eu não dizia nada, estava bem satisfeita, eu queria mesmo era trabalhar. Eu dizia para elas, às vezes elas ficavam bravas comigo, daí eu dizia: mas deixem de ser professora, vão trabalhar em outro lugar. Mas tinham que ser professora, mesmo reclamando.

¹⁵⁶ O depoimento da professora Isolde foi imprescindível para conhecer aspectos importantes sobre a Escola João Neves da Fontoura entre as décadas de 1940 e 1960.

Contudo, houve um período em que o salário do professor era considerado muito satisfatório, e a professora Ely falou: “Pois a gente não prestava muita atenção (risos), mas eu acho que era”. A professora lone exemplificou este tempo em que o salário do professor era valorizado:

(...)no momento assim, (...)que eu concluí a escola normal e que eu ia receber o salário de professor primário 20 horas, que era o salário menor, eu ia ficar muito bem de dinheiro, ia ser assim uma ajuda, só que daquele jeito que eu te digo, eu não seria o cabeça, o sustentador da casa, mas era um salário que era muito bom pra época. Depois tivemos, em seguida, o Plano de Carreira, em 75, que era uma fortuna. Por exemplo, na época, profissão muito bem paga era o tal funcionário do Banco do Brasil, e nós recebíamos muito mais. No primeiro aumento que nós tivemos, nós ultrapassamos assim quase o dobro do funcionário bem pago do Banco do Brasil. Só que infelizmente durou muito pouco(...)

Sobre este momento, a professora Isolde relembrou com satisfação e tristeza, pois o salário que recebem hoje não chega nem à metade do que recebiam no passado, mas ela situou o momento que, segundo ela, foi o marco desta defasagem salarial:

(...) quando é que começou isso aí, foi no dia em que (...), e se não me engano foi o ex-governador Pedro Simon, a gente não quer transformar isso numa questão política, mas é, (...) resolveu acabar com o piso do magistério que eram dois salários e meio, era o piso, e sobre isso vinham todas as vantagens. É, aí resolveram o problema do Estado, parece que era os professores que estavam ganhando demais, acabaram com o piso e aí só foi indo, indo e com isso eu acho que o próprio professor perdeu a força, o respeito, aí começaram as greves, que não levavam a nada, não é que a gente vai dizer que seja contra a greve, mas acontece que o professor com conseguia nada e começaram a ridicularizar o professor.

Porém, as pessoas que assumiam a profissão docente, segundo professora Beth, estavam conscientes de que a categoria não receberia um grande salário, assim ela comentou sobre sua experiência:

Eu entrei, numa época em que o professor era uma referência, e politicamente valorizado, eu não posso dizer que o salário era, porque na verdade ele nunca foi, mas nos satisfazia, até porque era o primeiro salário, então, a gente não almejava, assim, um grande salário. E, também, porque como a gente entrou sabendo o que queria não se almejava um outro salário, né, e se contentava. E com o passar dos anos eu comecei a ver que era muito diferente o salário de outras profissões, não é. E ele começou a ficar defasado, até porque na época que eu trabalhei, se falava..., imagina..., 4 salários mínimos e meio, coloca isso hoje em números, o que seria 4 salários mínimos e meio, foi o que um dia eu ganhei e um professor ganhava, né. Hoje nem se calcula mais, o básico é menos que um salário mínimo, né.

Este é um dos principais fatores que levaram os professores às greves e paralisações que marcam a profissão docente desde a década de 1970. A posição dos alunos do Curso Normal sobre as greves no início da década de 1960 ainda era difusa. Ao narrar sobre este aspecto a professora Ione fez uma reflexão sobre a sua postura.

Inclusive naquele tempo a gente discutia muito se o professor deveria fazer greves por melhores salários ou não. Isso no início da década de 60, e era consenso na turma - eu fico apavorada que eu pensava desse jeito na época - era consenso na turma que a gente estava desempenhando uma missão de educador e que salário era em segundo lugar. Só que tu tem que levar em consideração que o nível da maioria das pessoas, ninguém estava ali porque precisava daquele salário pra viver, aquilo era alguma coisa a mais. Então, e realmente hoje eu posso te dizer assim, que eu fico escandalizada se eu lembro que eu pensava desse jeito, não é, eu que fui pioneira nas greves lá na escola, a primeira greve, aquela na década de 70.

O depoimento da professora Beth expressou uma visão atual sobre a situação dos professores estaduais do Rio Grande do Sul, destacando que as práticas docentes também estão fortemente marcadas pelas lutas em prol de melhores condições, tanto de trabalho como de remuneração.

(...) eu comecei, então, junto com a minha categoria fazer parte desses movimentos de luta por melhoria salarial e participei sempre desses movimentos de greve. Em 1987 foi aquela maior greve do magistério, de 90 dias, (...) eu fiz parte daquele grande movimento em 87, enfim, depois seguidamente, anualmente quase que tinha greve, né, e sempre participei. A gente sabe, assim, que as nossas lutas foram, algumas, com vitórias, muitas coisas a gente conquistou com as greves, a própria unicodência foi reivindicação de greve, 13º foi reivindicação de greve, um terço de férias foi reivindicação de greve, esse momento que a gente teve dos dois salários mínimos e meio foi uma reivindicação de greve que depois veio outro governador e tirou. Então, foi uma luta com algumas vitórias, mas com muitas derrotas, porque o magistério é a única categoria que luta, que reivindica e depois paga por isso, porque a gente tem que recuperar, as demais categorias fazem uma greve recebem às vezes algumas coisas e não precisam recuperar, né. Então, ser dizer que a gente sofre muita pressão da comunidade, das famílias, porque sempre eles entendem que o professor não tem direito, a greve, que o aluno tem que ter aula, então, eu passei, assim, uma época bem dessas lutas aí, que a gente sabe que hoje continua, mas o nosso Sindicato ficou totalmente desmotivado, desmobilizado, até porque teve governos que usaram a estratégia de descontar salários e a gente sabe que quando se desconta salários mexe com outras questões, então a categoria foi se desmobilizando totalmente e continuou o salário mais defasado ainda e nós sem armas nas mãos, sem como lutar.

A desvalorização que atinge a profissão docente reflete-se na qualidade da sua formação continuada, pois com a defasagem salarial o professor não pode ter

acesso a livros, jornais, revistas e, muitas vezes, não os encontra nas escolas onde trabalha.

Apesar de todos os percalços da trajetória docente, as narrativas sobre a Escola João Neves da Fontoura revelaram outros olhares sobre a docência e a formação. Munidas apenas com seus sentimentos e lembranças, as colaboradoras usaram a voz como recurso para mostrar a cara da escola que marcou significativamente suas vidas. Entre todas as características que rememoraram, fossem boas ou ruins, havia sempre um toque de entusiasmo.

4.5 “Um jeito João Neves de ser”: marcas e lembranças de um tempo que ficou na memória

Havia sempre um sorriso ou uma lágrima que assinalavam no rosto o que se passava no coração, por isso, entre todos os questionamentos, no final das conversas as colaboradoras foram instigadas a falar sobre a emoção de ter convivido tantos anos com esta instituição escolar.

Elas falaram sobre esta proximidade que a escola tem na vida de cada uma, como a professora Marta que associou estas experiências a um filme:

O João Neves para mim é mais uma parte da minha vida, se eu falo eu choro de novo, porque (...) rebobina um filme, as coisas importantes da minha vida, algumas são fora daqui, a maioria foi aqui que aconteceu, né, aqui eu vim para o Jardim de Infância, aqui eu me alfabetizei, esse pátio para mim tinha assim uma conotação de pátio da minha casa, correr no recreio, subir em árvore, aquele cheirinho daquela merenda, Tia Malvina, aquele pastel, aquele arroz de leite, o Grêmio, que foi onde eu aprendi, assim, também, a gente tinha um Grêmio Estudantil forte, bem estruturado, esta liderança, este engajamento, esta organização que nós fazíamos, que é aqui que eu aprendi a fazer, né, então, é tudo, eu acho que o João Neves é..., é um pai, é uma mãe, é a continuação da formação que eu recebi na minha casa, aqui eu conheci meu marido, aqui eu comecei a namorar, aqui eu casei, aqui eu perdi meus filhos, aqui eu ganhei meus filhos, tudo aconteceu aqui. As coisas importantes, as pessoas me acolheram aqui quando eu tive problemas, as pessoas repartiram comigo as minhas alegrias, não tem, não tem como separar da minha vida porque foi muito forte, eu cresci aqui dentro, não é, então, eu tenho um amor, (...) pode passar o diretor que passar, pode vir quem vier, eu vou sempre querer o melhor, porque isso é a minha vida, faz parte de mim, não tem como eu querer uma coisa ruim para aquilo que eu amo, é como se fosse um filho a mais, um irmão a mais, um namorado a mais, eu entro aqui, assim, cada década, cada momento tem um cheiro diferente, que eu lembro, se eu sentar no lugar aquilo me vem, do lugar onde eu sentava, como aluna de tal

ano, tudo, tudo, tudo, então é... o João Neves não foi só uma escola, foi uma benção na minha vida, eu acho assim, que eu sou uma privilegiada, não sei se é por causa do João Neves que eu gosto tanto de ser professora, ou se eu gosto de ser professora porque aqui que eu vivi.

Professores e alunos constroem um vínculo forte com esta escola, e este vínculo transcende as relações profissionais. Todas as pessoas que narram suas vidas enlaçadas com a vida da Escola João Neves da Fontoura representam um “querer ficar mais”, um sentimento de pertencimento a um grupo que perdura por toda a vida. Deste modo, a professora Eunice descreveu seu vínculo com a escola:

Como eu costumo dizer, a Escola João Neves é tudo de bom pra mim, porque foi uma escola em que, eu vim de uma cidade diferente, de um mundo bem pequeno, e lá eu fui muito bem recebida, os professores eram muito legais, os colegas eram maravilhosos, colegas que eu encontro até hoje, e sempre que a gente se encontra recordamos alguma coisa, então, tudo isso foi lá que aconteceu, né, então pra mim é assim uma escola especial, eu gosto muito de trabalhar lá, me sinto bem, e às vezes eu fico pensando assim: ah, se eu tiver que sair daqui, eu não vou me adaptar em outra escola, eu tenho esse pensamento comigo, então eu sempre quero estar lá, eu não penso, não me imagino em outra escola, eu me sinto bem, sempre que eu precisei da escola, dos colegas, da direção, sempre me estenderam a mão e eu também procuro ajudar quando está dentro das minhas possibilidades, acho assim que é recíproco, a gente ajuda e a gente recebe, me sinto muito bem.

“Como algo bom que sai pelas paredes”, assim a professora Ely descreveu as boas sensações e alegrias que a Escola João Neves da Fontoura proporcionou. Esta conotação também é feita pela professora Ione, quando narrou a importância da escola na sua vida:

Eu vou te fazer uma comparação. No ano passado eu realizei um sonho de vida que era conhecer a Itália. Porque eu sou, tenho ascendência Italiana, fiz curso de língua e cultura italiana, então pra mim assim, a Itália era um deslumbramento, então eu consegui assistir missa com o Papa, essas coisas todas. Ver a Pietá de perto, quase ao alcance da mão, essas coisas todas. E em seguida que eu voltei da viagem da Itália, a Escola João Neves me convidou para patrona na feira do livro. Então, se eu estabelecer das duas qual a coisa mais importante pra mim, foi ser patrona na feira do livro da Escola João Neves. Então eu te digo tudo que representa emocionalmente pra mim essa Escola.

Muitos sentimentos não podem ser expressos somente com as palavras, assim as colaboradoras fizeram referência a objetos e marcas da Escola João Neves da Fontoura que serviram como estímulo para a docência, como a professora Doris, que recordou do quadro de Pestalozzi, um dos teóricos idealizadores das Escolas Normais desde o século XIX, que ainda encontra-se na Escola João Neves:

E uma coisa que eu tenho, assim, marcante, em relação com João Neves, uma coisa, assim que eu guardo, como símbolo do João Neves, quando eu me lembro, quando eu penso, assim, no João Neves, havia um quadro lá no João Neves, que era de Pestalozzi. Nós festejamos cinquenta anos de formatura de Ginásio, no ano de 2003, e eu entrei lá, numa expectativa, eu quero ver onde está este quadro, porque este quadro sempre estava (...), porque quando eu trabalhei lá, enquanto eu estudei, ele ficava no segundo piso, naquela escada, que a gente chamava de escada dos professores, logo, assim, se a gente chegasse na escada, ali, continuando a direita, ficava ao lado da porta que dava para o gabinete da diretora, naquele tempo era assim, né, quando eu estudava lá e quando eu lecionei também (...), aquele quadro estava lá, eu me lembro que eu passava muitas vezes por aquele quadro e..., já como aluna eu ficava impressionada com aquele (...), Pestalozzi carregava uma criança no colo e tinha outra criança agarrada nas calças dele, né, eu achava aquilo uma coisa tão linda, tão maravilhosa, (...) havia um amor tão grande desse homem (...) a gente percebia o amor daquele homem por aquelas crianças, (...) aquilo me calava profundamente. E quando eu passava por lá, às vezes, como professora, que eu estava, assim, chateada com alguma coisa, desiludida com alguma coisa, eu passava por aquele quadro, eu quase que sentia vergonha de mim vendo aquele homem, porque para mim aquilo era, assim, uma imagem (...), um ideal, assim, que a gente tinha que procurar alcançar.

“Um jeito João Neves de ser”, um jeito João Neves de ensinar, um jeito João Neves de ver a formação docente, um jeito especial e diferente de ser escola pública. A cada palavra que as alunas/professoras revelaram sobre a trajetória da formação docente na Escola Normal de Cachoeira do Sul, havia a construção de outro olhar sobre esta história, novas versões sobre a trajetória, jeitos diferentes de ver e sentir a escola.

CONCLUSÃO

A conclusão representa muito mais do que a resposta ao problema da pesquisa, ela tem um sentido subjetivo e complexo, que por um lado, impede de escrever, pelo receio de chegar ao fim; e por outro nos motiva a produzir para que novas etapas possam ser atingidas após o término desta. Entretanto, para mim a conclusão transformou-se em um momento reflexivo, hora de rever toda a trajetória percorrida pela investigação, lembrar de todos os rostos, de muitas palavras, de vários ensinamentos.

Como um filme passado em minha mente, o ato de concluir trouxe à tona as dificuldades e as conquistas encontradas durante o período de coleta de dados e análises que a pesquisa do Mestrado em Educação exigiu. Foram longas viagens em busca de fontes, conversas com muitas pessoas, acesso a vários arquivos. Muitas frustrações ocasionadas pela falta de dados, tantas alegrias a partir das histórias enriquecedoras que ouvi de cada um que narrou sobre a vida do Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura.

O que revelam as memórias de alunas/professoras sobre a trajetória da formação docente no Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura, entre os anos de 1929 a 1990? Acredito não ser correto e respeitoso com a individualidade de cada história narrada chegar a uma conclusão unânime sobre todas elas. Porém, a partir de tudo que foi narrado, entrelaçando percepções, sentimentos e significados, foram possíveis algumas considerações sobre o processo de aprender e ensinar desenvolvido na instituição investigada.

Muito antes da fundação da Escola João Neves da Fontoura, os ideais de melhoria, qualidade e acesso de todos ao ensino nas escolas públicas impulsionou a

criação das Escolas Normais pelo mundo inteiro. Criadas para instruir aqueles que quisessem assumir o ensino nas escolas primárias, as Escolas Normais sustentavam-se inicialmente em parâmetros instrucionais e práticos.

Como estas instituições começaram a ganhar espaço social, havendo uma procura, não somente da clientela para a qual foram criadas – os homens -, mas também, e principalmente, pelas mulheres, que aos poucos foram aumentando seus níveis de formação para assumir, gradativamente, outras funções sociais e públicas, as Escolas Normais passaram a ser referência de ensino de qualidade, agrupando àqueles conhecimentos práticos outros fundamentados em teorias que respeitavam o desenvolvimento humano.

Assim como em todas as Escolas Normais do país e do mundo, o Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura também representou, e ainda representa a excelência do ensino e da formação docente, congregando professores e recursos materiais de qualidade, resultando em alunos e alunas preparados para enfrentar dificuldades e adquirir méritos.

As marcas significativas que a formação recebida na Escola João Neves da Fontoura deixava nas vidas de seus alunos, puderam ser observadas nas narrativas das colaboradoras. Elas revelaram vestígios e lembranças sobre o dia-a-dia da instituição, narrando fatos, detalhando cenas e aspectos peculiares do ser e fazer escola com muita propriedade, uma vez que todas conviveram neste espaço cerca de 20 anos ou mais, tempo que permitiu observar e participar deste crescimento.

A criação das Escolas Complementares, depois chamadas Escolas Normais, para formar professores primários também no interior do Estado do Rio Grande do Sul, como foi o caso do IEEJNF em Cachoeira do Sul, representou uma conquista, não somente para a cidade, mas, sobretudo para as moças, que tiveram um espaço para continuar seus estudos onde moravam, uma vez que a maioria das famílias, entre as décadas de 1930 até 1980, não permitiam que suas filhas fossem morar na capital para continuar estudando e alguns não tinha condições financeiras para este deslocamento.

Outro fator de destaque relacionado à criação das Escolas Normais, é o referente à ausência de Universidades nas cidades do interior, assim, o leque de disciplinas que as normalistas recebiam nos três anos em que freqüentavam o curso de formação de professores as habilitava satisfatoriamente para lecionarem nas escolas primárias da região – hoje primeiros anos do Ensino Fundamental, e em alguns casos, como os relatados no Capítulo 3, chegavam a assumir turmas do antigo Ginásio – hoje séries finais do Ensino Fundamental, ou ainda, disciplinas no curso Normal, como acontecera com aquelas formadas ainda nos anos 1930 e início de 1940.

É possível confirmar a qualidade dos programas de estudos normais, tanto que além de prepararem as alunas satisfatoriamente para as funções escolares, ainda ofertavam subsídios sólidos para que elas pudessem conviver e participar ativamente não só das decisões e organização familiar, como também dos eventos sociais e culturais, como pode ser observado no depoimento da professora Itassusa, apresentado no Capítulo 3, ao referir-se as oportunidades que a Escola Normal proporcionava às alunas através das viagens e intercâmbios entre escolas e cidades.

Existe no imaginário social uma ligação entre Escola Normal e formação feminina para o magistério, contudo, mesmo representando uma alternativa para as moças, tanto em relação à continuação de seus estudos, como opção para adentrar ao mundo do trabalho, a Escola Normal não foi criada com este fim, uma vez que até era destinada aos homens em seus primórdios. Entretanto, o desenrolar das situações e posições sociais, encaminharam as mulheres para estes espaços de formação.

Entre tantas características marcantes, um dos aspectos de destaque da pesquisa é o número inexpressível de homens em comparação ao número de mulheres que se formaram pela Escola Normal de Cachoeira do Sul. Talvez a ausência do sexo masculino entre os alunos esteja associada aos discursos sociais sobre a relação entre maternidade e magistério, uma vez que a docência com crianças representou por muito tempo apenas uma função das mulheres, por se assemelhar muito às atividades maternas. Contudo, vale ressaltar que não há

vestígios de que os alunos do sexo masculino na fossem bem recebidos na escola, aliás, a professora Ondina mesmo declara em seu depoimento que a justificativa poderia ser a falta de companhia, já que em turmas de vinte moças, em alguns casos, havia apenas um rapaz.

Os apontamentos e localizações temporais e espaciais, assim como os esclarecimentos sobre os menores detalhes somente foram possíveis através das narrativas, porque os documentos oficiais e mesmo os iconográficos sozinhos não representariam as percepções que somente os sentidos humanos puderam absorver. Foram representações de sons, cores, cheiros, de como se portavam professores e alunos dentro e fora da escola, quais eram os discursos, os costumes, as regras. Portanto, “uma história” a partir de “dois olhares”, aquele que os registros oficiais contam e outro que somente os personagens puderam ver.

Por meio das narrativas e dos documentos consultados, observou-se que cada história individual se fez e se refez fortemente influenciada e condicionada ao contexto da escola. Ao narrar sobre a escola, as colaboradoras entrelaçavam apontamentos sobre suas próprias vidas. Expressões como “foi a minha vida”, “eu me criei dentro da escola”, “eu tenho um caso de amor com a escola”, exemplificam que a dedicação e em alguns casos, a doação total, são marcas presentes na relação professor e escola.

Apesar das características que a docência assumiu durante muito tempo, relacionada intimamente a vocação, abnegação e doação, estes aspectos apareceram somente nos depoimentos das colaboradoras formadas entre as décadas de 1930 e 1950, confirmando que a posição das mulheres em relação à docência tem atingido outros patamares nas últimas 40 décadas e que as lutas em prol de melhores salários e qualidade de trabalho representam que as professoras ocupam hoje posições distintas daquelas ocupadas no passado.

Ao concluir este estudo, encontro sinais para recomeçar, porque muito ainda pode ser revelado sobre a trajetória de formação docente no IEEJNF, não somente por ex-alunas que retornaram professoras, mas também por pessoas que exerceram diferentes funções dentro desta instituição – professores, diretores, funcionários,

alunos que traçaram parte de suas histórias de vidas nos anos que conviveram com a grandeza desta escola e que podem revelar outros olhares.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. Ouvir Contar. **Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, J. S. de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e Brasil. In: SOUZA, R. F. de, et. al. **O legado Educacional do século XIX**. Araraquara: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

AMADOR, M. **Ideologia e Legislação Educacional no Brasil (1946-1996)**. Concórdia, Universidade do Contestado, 2002.

BELLOCHIO, C R. TERRAZAN, E. TOMAZETTI, E. Profissão docente: algumas dimensões e tendências. In: **Revista do Centro de Educação**. Santa Maria. V. 29, n. 02, 2004.

BRANDÃO, C. R. Ousar utopias: da educação cidadã à educação que a pessoa cidadã cria. In: AZEVEDO, J. C. de, GENTILLI, P., KRUG, A. e SIMON, K. (orgs). **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto Alegre: UFRGS/SME, 2000, p. 449-462.

BRASIL. Congresso Nacional. **Adendo Constitucional de 1834**. Disponível em: <http://www.brasilimperial.org.br/c24a9.htm>>. Acesso em: 22 ago.2007

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, Congresso Nacional.

_____. Leis, etc. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 22 ago. 2007.

_____. Decreto-lei nº. 8.530, de 02 jan.1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. In: NÓBREGA, V. L. da. **Enciclopédia da Legislação do Ensino**. Rio de Janeiro, 1952.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Congresso Nacional.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB nº. 2**, de 19 abr. 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB299.pdf>>. Acesso em: 22 ago.2007.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CFE nº. 349/72**, de 06 abr. 1972. Exercício do magistério em 1º grau, habilitação específica de 2º grau. Disponível em: <http://www.lise.edunet.sp.gov.br/paglei/notas/parcfe349_72.htm>. Acesso em: 22 ago.2007.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº. 1/99**, de 21 jan. 1999. Disponível em: <http://crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0500-0518_c.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2007.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº. 15/98**, de 01 jun. 1998. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0401-0466_c.pdf> . Acesso em: 22 ago. 2007.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº. 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Brasília, Congresso Nacional.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº. 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Congresso Nacional.

BRZEZINSKI, I. (org.). **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Embates na definição das políticas de formação de professores para a atuação multidisciplinar nos anos iniciais do Ensino Fundamental: Respeito à cidadania ou disputa pelo poder? In: **Educação e Sociedade**. Revista Quadrimestral de Ciência da Educação. Formação de Profissionais da Educação: Políticas e Tendências. Campinas: CEDES, ano XX, n.68, p.80-103, dez.1999.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP (FEU), 1999.

CASTORIADIS, C. **O mundo fragmentado: as encruzilhadas do labirinto**. Trad. Rosa Maria Boaventura. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

CATANI, D. B. (org.). **Docência, Memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHAGAS, V. **O ensino de 1º e 2º graus: antes, agora e depois**. São Paulo: Saraiva, 1980.

CORSETTI, B. **Controle e Ufanismo: a escola pública no Rio Grande do Sul (1889-1930)**. 1998. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

DELORS, J. (org.). **Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez; Brasília. DF: MEC: UNESCO, 2000.

DEWEY, J. Vida e Educação. In: **Pensadores**. São Paulo: Abril Cultura, 1980, p.107-191.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FILHO, L. M. de F.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. In: **Revista Brasileira da Educação**. São Paulo: Anped, n.014, Maio/Jun/Jul/Ago, 2000.

FLORENCE, E. **Retratos de uma História, 1929 – 1999**. Porto Alegre: Artes e Ofícios; Cachoeira do Sul: AMICUS, 1999.

FONSECA, S. G. **Ser professor no Brasil. História Oral de vida**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

FONTANA, R. A. C. **Como nos tornamos professoras**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GAL, R. **História da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GIOLO, J. **Lança & Grafite: a instrução no Rio Grande do Sul: da primeira escola ao final do Império**. Passo Fundo: UPF, 1994.

GÓMEZ, A. I. P. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

GONÇALVES, C. L. PIMENTA, S. G. **Revedo o ensino de 2º grau: propondo a formação de professores**. São Paulo: Cortez, 1992.

GUZMÁN, M. de. **Vida y muerte de las escuelas normales**. Barcelona: PPU, 1986.

HALBWACHS, M. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARRES, M. M. Aproximações entre história de vida e autobiografia: os desafios da memória. In: **História**. São Leopoldo: Unisinos. Vol. 8, n.10, p.143-156, jul/dez, 2004.

IZQUIERDO, I. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KÜHN, F. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LELIS, I. A. **A formação da professora primária: da denúncia ao anúncio**. São Paulo: Cortez, 1996.

LOPES, E. M. T. GALVÃO, A. M. de O. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. D. **História das Mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

LUZURIAGA, L. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1990.

_____. **Pedagogia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

MANACORDA, M. A educação no Oitocentos. In: **História da educação na antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1997.

MAZZANTE, F. P. O currículo escolar nas leis 5692/71 e 9394/96: questões teóricas e de história. In: **Revista História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n.18, p.71-81, set.2005.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1 ed. 2002 / 5 ed., 2005.

MENDONÇA, S. R. FONTES, V. M. **História do Brasil recente (1964-1992)**. São Paulo: Ática, 2001.

MISSIO, L. "Futuro. Qual é o seu?" **Um estudo sobre a relação ensino médio X PEIES a partir da fala docente em Santa Maria/RS**. 2007, Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

MONTAGNER, R. **Ressignificando imagens/memória de alunas do Instituto de Educação Olavo Bilac: processos de formação de professoras (1929-1969)**. 1999, Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

NEVES, L. de A. Memória, História e sujeito: substratos da identidade. In: **Revista de História Oral**. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, n.3, jun.2000.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dez.1993.

NÓVOA, A. (org.) Os professores: quem são? donde vêm? para onde vão? In: STOER, S. R. (org.) **Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa. Uma abordagem pluridisciplinar**. Porto, Portugal: Afrontamento, 1991.

_____. **Profissão Professor**. 2 ed. Portugal: Porto, 1995.

_____. **Vidas de Professores**. 2 ed. Portugal: Porto, 1992.

_____. **Os professores e sua formação**. Lisboa, Portugal: Nova Enciclopédia, 1997.

NUNES, C. **Ensino Normal: formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PEREIRA, L. M. L. Reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias. In: **Revista de História Oral**. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, n.3, jun.2000.

PEREIRA, S. M. **Implicações modernas na formação do professor primário no Brasil: a década de 20**. 1999, Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. In: **História da Educação**. Pelotas: UFPel/ FaE/ASPHE, n.14, set. 2003.

PORTELLI, A. Conferência: Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: PEREMULTER, D. ANTONACCI, M. A. (orgs.). **Ética e História Oral**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981.

PULLIAS, E. V., YOUNG, J. D. **A arte do magistério**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? In: **Educar em Revista**, Curitiba, Paraná: UFPr, n. 18, p.13 a 28, 2001.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Interior. **Decreto nº. 4.277**, de 13 mar.1929. Regulamento do Ensino Normal. Porto Alegre: Oficinas graphics d'A Federação, 1929.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J. & FERREIRA, M. (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93-101.

SCHEIBE, L. Formação dos profissionais da educação no Brasil e em Santa Catarina In: TRIVIÑOS, A. N. S. et al (orgs). **História e Formação de Professores no MERCOSUL / CONESUL**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, R. P. **A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

SCHÖN, D. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SCHUH, A. S.; CARLOS, I. M. S. **Cachoeira do Sul em busca de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

TAMBARA, E. **Introdução à História da Educação no Rio Grande do Sul**. Pelotas: Universitária/Seiva, 2000.

TANURI, L. M. História da formação de professores. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: Anped, n.014, maio/ago., 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TEDESCO, J. C. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRIVIÑOS, A. N. S. et al (orgs). **História e Formação de Professores no MERCOSUL / CONESUL**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

VIDAL, D. G. CARVALHO, M. P. de. Mulheres e magistério primário: tensões, ambigüidades e deslocamentos. In: VIDAL, D. G. HILSDORF, M. L. S. (org.). **Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação**. São Paulo: USP, 2001.

VILLELA, H. A primeira Escola Normal do Brasil. In: NUNES, Clarice (org.). **O passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, E. M.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WEBER, S. Como e onde formar professores: espaços em confronto. **Educação e Sociedade** [online]. abr. 2000, vol. 21, n. 70, p.129-155. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000100008&lng=pt&nrm=iso.

WERLE, F. O. C. Práticas de Gestão e Feminização do Magistério. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, V. 35, n. 126, p.609-634, set./dez. 2005.

Outras fontes consultadas:

Fontes Primárias:

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL Carlos Salzano Vieira da Cunha (Cachoeira do Sul, RS):

Acervo sobre o Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura: documentos, legislação educacional, anotações, fotografias.

Acervo de jornais: Jornal O Comércio e Jornal do Povo. Cachoeira do Sul, 1929 – 1990.

Catálogo de fotografias de Cachoeira do Sul.

Biografia do Dr. João Neves da Fontoura. Organizada pela Equipe do Arquivo Histórico Municipal.

HEMEROTECA – IEEJNF. (Cachoeira do Sul, RS). Arquivo da Hemeroteca: Recortes e reportagens sobre a escola.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO JOÃO NEVES DA FONTOURA (Cachoeira do Sul, RS). Livros de Registro da Secretaria da Escola: 1929 – 2007.

MUSEU MUNICIPAL Patrono Edyr Lima (Cachoeira do Sul, RS). Arquivo sobre o Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura: anotações, convites, documentos, fotografias, objetos, materiais de exposições, diplomas. 1929 – 2006.

Fontes Orais:

Entrevistas concedidas a Ilhana de L. R. da Rosa:

Beth. Cachoeira do Sul, 01 ago. 2007.

Doris e Isolde. Cachoeira do Sul, 05 dez. 2007.

Ely. Cachoeira do Sul, 09 out. 2007.

Etel. Cachoeira do Sul, 01 ago. 2007.

Eunice. Cachoeira do Sul, 08 nov. 2007.

Glacy. Cachoeira do Sul, 26 jul. 2007.

Ione. Cachoeira do Sul, 19 abr. 2007.

Itassusa. Cachoeira do Sul, 08 out. 2007.

Marina. Cachoeira do Sul, 09 out. 2007.

Marta. Cachoeira do Sul, 30 nov. 2007.

Ondina. Porto Alegre, 04 ago. 2007.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO E MEMÓRIA - CLIO
ORIENTADOR: Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha
MESTRANDA: Ilhana de Lima Rodrigues da Rosa

Prezada Professora:

Venho por meio deste convidá-la para participar da pesquisa de mestrado intitulada **“Uma história, dois olhares: narrativas de alunas/professoras do Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura – Cachoeira do Sul/RS (1929-1990)”**, que é desenvolvida no Núcleo de Estudos sobre Educação e Memória – CLIO – do Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria.

As discussões sobre formação docente e práticas escolares ganham força, na medida em que os interesses sobre estes assuntos chegam às escolas a partir de trocas experienciais entre os professores e pesquisadores da área. Na concepção de que somente as inquietações nos levam a buscar respostas para os problemas encontrados na prática educativa, o objetivo geral deste trabalho é **compreender a trajetória de formação docente na Escola Normal de Cachoeira do Sul, através das memórias de alunas/professoras, entre os anos de 1929 a 1990.**

Tendo como base para coleta de dados as alunos(a)/professores(as) do Curso Normal como colaboradores da pesquisa, enquanto depoentes de suas histórias de vida, formação e docência nesta referida escola, desde sua fundação.

Desta forma, ao apresentar o projeto de pesquisa conto com sua colaboração para a realização deste estudo de suma importância para a inclusão do tema da formação de professores nas Escolas Normais no contexto das discussões sobre História da Educação.

Atenciosamente.

Santa Maria, _____ de _____ de 2007.

Ilhana de Lima Rodrigues da Rosa
Pedagoga Especialista em Psicomotricidade (UNISC)
e Mestranda em Educação (UFSM)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO E MEMÓRIA - CLIO
ORIENTADOR: Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha
MESTRANDA: Ilhana de Lima Rodrigues da Rosa

Prezado(a) Diretor(a) do Museu Municipal de Cachoeira do Sul:

Venho por meio deste convidá-la para participar da pesquisa de mestrado intitulada **“Uma história, dois olhares: narrativas de alunas/professoras do Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura – Cachoeira do Sul/RS (1929-1990)”** que é desenvolvida no Núcleo de Estudos sobre Educação e Memória – CLIO – do Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria.

As discussões sobre formação docente e práticas escolares ganham força, na medida em que os interesses sobre estes assuntos chegam às escolas a partir de trocas experienciais entre os professores e pesquisadores da área. Na concepção de que somente as inquietações nos levam a buscar respostas para os problemas encontrados na prática educativa, o objetivo geral deste trabalho é **compreender a trajetória de formação docente na Escola Normal de Cachoeira do Sul, através das memórias de alunas/professoras, entre os anos de 1929 a 1990.**

Tendo como base para coleta de dados as alunos(a)/professores(as) do Curso Normal como colaboradores da pesquisa, enquanto depoentes de suas histórias de vida, formação e docência nesta referida escola, desde sua fundação.

Desta forma, ao apresentar o projeto de pesquisa conto com sua colaboração para a realização deste estudo de suma importância para a inclusão do tema da formação de professores nas Escolas Normais no contexto das discussões sobre História da Educação.

Atenciosamente.

Santa Maria, _____ de _____ de 2007.

Ilhana de Lima Rodrigues da Rosa
Pedagoga Especialista em Psicomotricidade (UNISC)
e Mestranda em Educação (UFSM)

CARTA DE CESSÃO

À Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação – CE/UFSM
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Eu,.....,
RG nº....., CPF nº.....
declaro para os devidos fins, que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no diade.....do ano de dois mil e sete (2007) para a pesquisadora Ilhana de Lima Rodrigues da Rosa e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a sua audição, transcrição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da UFSM, que detém a guarda da mesma.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente que terá minha assinatura.

_____ / _____ de _____ de 2007

Local e data

Assinatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO E MEMÓRIA - CLIO
ORIENTADOR: Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha
MESTRANDA: Ilhana de Lima Rodrigues da Rosa

Roteiro da Entrevista

Trajetória de formação

- Em quais instituições você realizou estas etapas de sua formação?

Primário (Ensino Fundamental – séries iniciais)

Ginásio (Ensino Fundamental - séries finais)

Colegial (Secundário – 2º Grau – Ensino Médio – Curso Normal)

Ensino Superior

Especializações

- Todas as etapas foram realizadas subseqüentes ou houve um intervalo de anos entre elas?

Motivações quanto a escolha da profissão:

- O que levou você a escolher o Curso Normal como formação?

- O que exerceu maior influência em sua escolha? (família, professores anteriores, sociedade, Igreja, outros)

- Alguém mais na sua família exerce a profissão de professor (a)? Onde estudou e em que período? Esta pessoa exerceu influência sobre sua escolha ou você a influenciou quanto a escolha dela?

- Qual a opinião da sua família quanto a sua escolha profissional?

- Você acha que havia uma valorização das normalistas no período que você estudou?

- Você acha que havia algum destaque para as normalistas da Escola João Neves na sociedade cachoeirense?

- A profissão de professora influenciou suas escolhas quanto a constituição de família? (casamento, filhos)

Lembranças da formação

- Em que período você estudou na Escola João Neves?

- Qual era a sua idade quando ingressou no Curso Normal - Magistério?

- Você lembra das disciplinas que cursou? Quais eram?

- Você lembra da rotina e horários das aulas? Quantas disciplinas por dia, qual o turno das aulas (manhã, tarde ou noite)?

- Como funcionavam as práticas de ensino? Onde eram realizados os estágios?

- Havia atividades extra-classe? Em quais horários e dias da semana?

- Como era o uniforme? Quais as maiores exigências quanto a vestimenta e o comportamento na escola e fora dela?

- Como era exigida a postura do professor na época de sua formação docente (moral, virtudes, como se comportar, etc.)

- Qual o perfil de suas colegas? (idade, estado civil, naturalidade etc.)

- Havia Associações de turma, Grêmio Estudantil, Coral, Banda etc.? Você participava de alguma delas?

- Você lembra de alguns professores seus?

- Que aspectos neles marcaram mais sua lembrança?

- Você acha que tais professores tiveram influências quanto a escolha da carreira de magistério?

- Qual a imagem de professor que você construiu durante o Curso Normal? (mudou após o curso ou permaneceu a mesma?)

- Você se recorda de algum acontecimento político que tenha acontecido na época de sua formação que tenha repercutido no curso Normal? (mudança na legislação, eleições, guerras, Ditadura Militar, Golpe de 64, etc.)

- Havia alguma exigência para as futuras professoras, quanto a prática escolar, ensino nas escolas, a postura perante a sociedade? (não beber, não fumar, casamentos, freqüentar a Igreja, vestimenta, alguns lugares que não deveria freqüentar, etc.)

- Em relação a legislação educacional (nº. 4024/61 – nº. 5692/72 – nº. 9394/96) você pode notar nas aulas e na rotina da escola as influências das novas adaptações que a lei propunha? (metodologia, terminologia, disciplinas, regras, normas, conteúdos etc.)

- Havia momentos de reflexão sobre as práticas, aulas onde se discutia a formação docente ou se refletia sobre os estágios (dificuldades e acertos)?

Motivações para voltar a Escola João Neves

- Fale um pouco sobre sua trajetória entre a formatura no curso Normal - Magistério e o retorno para lecionar na Escola João Neves.

- Ao concluir o Ensino Normal – Magistério você logo foi exercer a profissão de professora? Em que escola, cidade e turma?

- Como ocorreu sua volta para lecionar na Escola João Neves? Começou trabalhando no Curso Normal - Magistério ou exerceu outros postos dentro da escola?

- Que escola esperava encontrar quando se dispôs a voltar para o João Neves? Suas expectativas foram satisfeitas?

Prática de professora no curso Normal da Escola João Neves

- Quantos anos você foi (ou é) professora na Escola João Neves?
- Que disciplinas você lecionava (ou leciona) nas turmas do curso Normal?
- Que influência teve a formação no curso Normal para sua prática como professora formadora de professores?
- Algumas lembranças da época de formação impulsionaram sua prática no curso Normal? (antigos professores, metodologias das aulas, conteúdos trabalhados no tempo de aluna)
- Você reencontrou alguma colega sua de curso Normal trabalhando na Escola João Neves?
- Pensando sobre as inovações na legislação educacional atual (LDB nº. 9394/96), que reservam um espaço pequeno para a escola Normal, você acredita que o este curso ainda seja importante para a formação do professor? Por quê?
- Quais as diferenças mais marcantes que você pode notar com o passar dos anos em relação a valorização da carreira docente?
- Você pode notar alguma diferença quanto a valorização do curso Normal na Escola João Neves em relação as famílias das alunas de hoje e de antigamente?
- E em relação a sociedade cachoeirense, existe alguma diferença em relação ao prestígio destacado a Escola João Neves pelo seu curso de formação de professores?
- Quais as dificuldades encontradas na trajetória da profissão docente? (salário, jornada de trabalho, etc.)
- Qual a imagem e valores de um professor que você ensinava (ensina) para seus alunos do curso Normal – Magistério?

- Existiam momentos de reflexão e estudo sobre as práticas docentes, sobre a profissão, sobre as teorias utilizadas e as aulas no curso Normal? Como eram e onde aconteciam? Havia participação dos docentes da instituição?

- Fale algo sobre a Escola João Neves, sobre o que você lembra da escola, algum fato acontecido na escola, memórias boas ou ruins da sua trajetória de aluna ou professora?

- Qual o significado que a Escola João Neves tem na sua história de vida pessoal e profissional?

FICHA DE CONTROLE DE PROJETO

1) DADOS DO PROJETO

Nome do Projeto: “Uma história, dois olhares: narrativas de alunas/professoras do Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura – Cachoeira do Sul/RS (1929-1990)”

Orientador do Projeto: Prof. Dr. phil. Jorge Luiz da Cunha

Instituição patrocinadora: CAPES/UFSM

Entrevistadora: Mestranda Ilhana de Lima Rodrigues da Rosa

2) DADOS DO DEPOENTE

a) Nome completo: _____

b) Local e data de nascimento: _____

c) Endereço atual:

Rua: _____ nº. _____

Cidade: _____ Bairro: _____

CEP: _____ Telefone: _____

E-mail: _____

d) Documento de Identidade: nº. _____ Órgão Emissor: _____

e) Ano de ingresso e conclusão do Normal (Magistério/Ensino Médio)

f) Tempo de serviço na Escola João Neves: _____

() Em atividade () Aposentado(a)

g) Séries em que atuava (atua): _____

() Educação Infantil () Fundamental () Médio / Normal () Superior

h) Observações: _____

i) Pseudônimo para ser utilizado em citações: _____

ANEXOS

ANEXO 1.1

RIO GRANDE DO SUL



N.º 2277

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR


DIRECTORIA GERAL DA INSTRUCCÃO PUBLICA

Porto Alegre, 9 de Abril de 1929

Sra. Directora

Para os devidos fins, faço-vos sciente de que em breve estará nessa cidade um funcionario desta Directoria Geral, afim de proceder a installação da Escola Complementar dahi.

Saude e fraternidade


(Luiz de Freitas e Castro)

Director Geral da Instrucção Publica

A Sra. Directora da Escola Complementar de Cachoeira.

ANEXO 1.2

O GRANDE DO SUL



21531

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR

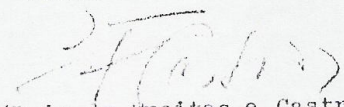
DIRECTORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PUBLICA

Porto Alegre, 3 de Abril de 1929

Sra. Professora.

Communico-vos que, nesta data, fostes designada para fazer parte do corpo docente da Escola Complementar dessa cidade, accumulando as funções de directora e percebendo os vencimentos de onze contos cento e oitenta mil e quatrocentos reis (11:180\$400) annuaes.

Saude e fraternidade


(Luiz de Freitas e Castro)

Director Geral da Instrução Publica

À Sra. Professora Laura de Azebuja Marques, Cachoeira.

ANEXO 2



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA

Gabinete do Prefeito

Cachoeira, 15 de maio de 1944.

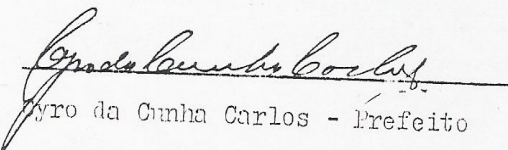
N. 105.

Ilm^o. Sr.
 Dr. Luiz Antonelli
 DD. Diretor da Escola Normal
 "João Neves da Fontoura"
 N/Cidade.

Em resposta ao ofício de V. S., dirigido ao
 Chéfe da S. de O. Públicas desta Municipalidade, com data de 3 do
 corrente, passo em seguida a fornecer-lhe as informações que soli-
 citou através do mesmo:

- 1^a - Area de terreno ocupado pela Escola Normal: 7.444 metros quadrados.
- 2^a - Area construida: 994 metros quadrados.
- 3^a - Dista 950 metros da estação da V.F.R.G.S.
- 4^a - Dista 1.600 metros do porto (passo da praia).
- 5^a - Dista 1050 metros da estação rodoviária.
- 6^a - É de 20 metros abaixo do marco da Carta Geografica, que é de 70,480 metros acima do nivel do mar (está colocado na estação da V.F.).
- 7^a - A orientação da Escola é de 72^o SO. (N.S. mg.)

Sendo o que se oferece para o momento, subscreevo-me com estima e consideração.


 Cyro da Cunha Carlos - Prefeito

ANEXO 3.1

Curso Normal em Nível Médio

Componentes Curriculares e Distribuição da Carga Horária anual

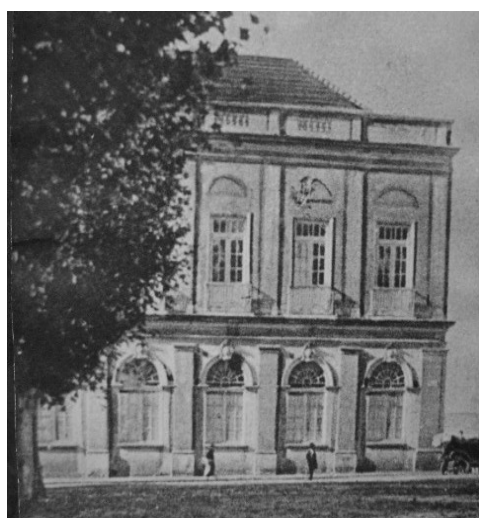
COMPONENTE CURRICULAR	1º	2º	3º	TOTAL
Língua Portuguesa	64	64	96	224
Literatura	32	32	32	96
Língua Inglesa	32	—	—	32
Educação Artística	32	—	—	32
Educação Física	64	64	64	192
História	32	—	32	64
Geografia	32	32	—	64
Matemática	64	64	—	128
Física	64	—	—	64
Química	64	—	—	64
Biologia	32	—	—	32
Ensino Religioso	32	32	32	96
Literatura Infantil	—	32	32	64
Fundamentos da Educação : Psicológicos	64	—	32	96
Sociológicos	64	32	—	96
Filosóficos	64	32	—	96
Biológicos	64	—	32	96
Estrutura e Funcionamento do Ensino	32	32	64	128
Metodologia do Ensino	32	64	64	160
Metodologia do Ensino de Matemática	—	64	64	128
Metodologia do Ensino de Ciências Físicas e Biológicas	—	64	64	128
Metodologia do Ensino dos Estudos Sociais	—	64	64	128
Metodologia do Ensino da Leitura e Escrita	—	64	64	128
Metodologia do Ensino de Educação Física	—	32	32	64
Metodologia do Ensino da Arte da Educação	—	64	64	128
Metodologia do Ensino do Ensino Religioso	—	32	32	64
Metodologia do Ensino de Educação Infantil	32	32	32	96
Prática de Ensino				400
Estágio Supervisionado				400
TOTAL				3.488

ANEXO 3.2

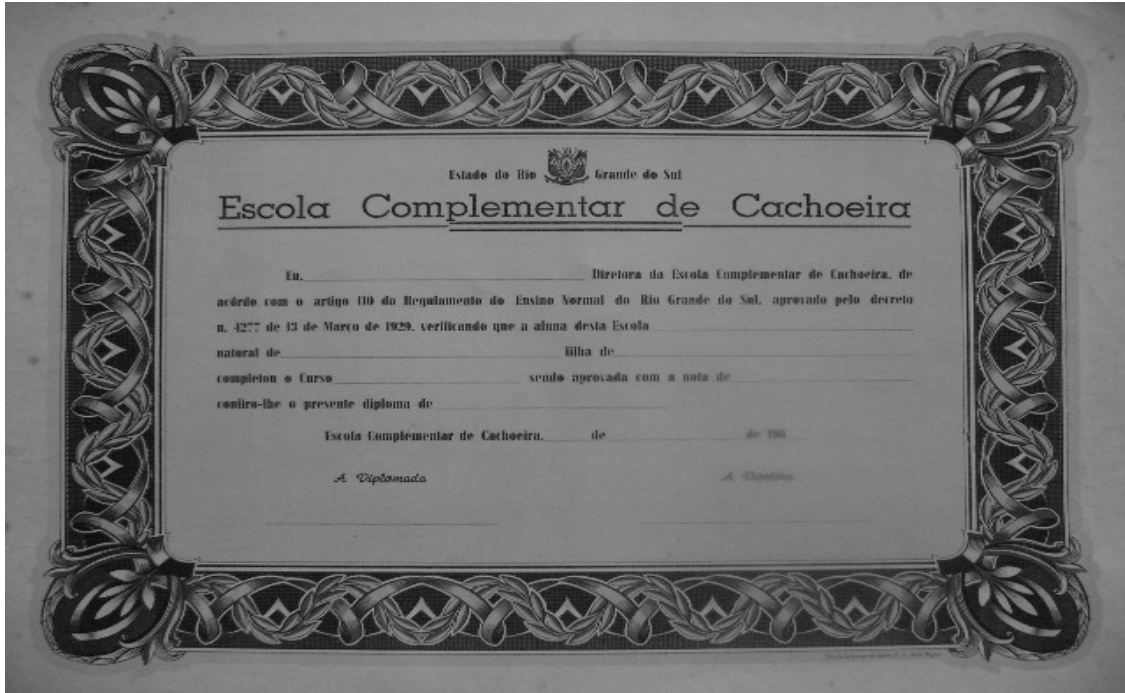
Curso Normal em Nível Médio

Componentes Curriculares e Distribuição da Carga Horária anual para os alunos que já possuem o Ensino Médio

COMPONENTE CURRICULAR	1º	2º	3º	TOTAL
Literatura Infantil	--	32	32	64
Fundamentos : Psicológicos	64	--	32	96
Sociológicos	64	32	--	96
Filosóficos	64	32	--	96
Biológicos	64	--	32	96
Estrutura e Funcionamento do Ensino	32	32	64	128
Metodologia do Ensino	32	64	64	160
Metodologia do Ensino de Matemática	--	64	64	128
Metodologia do Ensino de Ciências Físicas e Biológicas	--	64	64	128
Metodologia do Ensino dos Estudos Sociais	--	64	64	128
Metodologia do Ensino da Leitura e Escrita	--	64	64	128
Metodologia do Ensino de Educação Física	--	32	32	64
Metodologia do Ensino da Arte da Educação	--	64	64	128
Metodologia do Ensino do Ensino Religioso	--	32	32	64
Metodologia do Ensino de Educação Infantil	32	32	32	96
Prática de Ensino				400
Estágio Supervisionado				400
TOTAL				2.400



ANEXO 4 – Fotos do Prédio da antiga Escola Complementar



ANEXO 5 – Diploma de Formatura da Escola Complementar

ANEXO 6 – Hino da Escola

HINO DA ESCOLA

Estr.:

*Salve Escola encantada e querida
Que nos mostra caminhos de luz
Salve templo de amor e de vida
Salve mestra que a um povo conduz*

*Às crianças, aos jovens, a todos
Tu recebes e acolhes então
És a bênção, o arrimo, a esperança
Dos que buscam do amor a lição*

*No teu seio encontramos afeto
Compreensão e respeito também
São os filhos que envias ao mundo
Os heróis na seara do bem*

Salve Escola encantada...

*Tu envias também ao futuro
Que deves tesouros sem par
As lições de dever e civismo
Que com amor é capaz de doar*

*Liberdade, moral e progresso
Tu espelhas sem nunca parar
Os teus filhos caminham seguros
Pois tuas vidas tu sabes nortear*

ANEXO 7 – Convite de formatura do Curso Normal – 1950

4

OOO
OOO
OOO

*A*s Professorandas de 1950, da Escola Normal João Neves da Fontoura, de Cachoeira do Sul, têm a subida honra de convidar V. S. e Exma. Família para assistir a solenidade de sua Colação de Grau, a realizar-se no Pavilhão da Escola, em 18 de dezembro próximo, às 21 horas.

Pasarinho — Dr. Luiz Antonelli
Homenageadas — Prof. Sessia Pohlmann
Prof. Dinah Neri Pereira
Prof. Vera Pinho
Funcionária amiga — Rolinha

PROFESSORANDAS

Alcira Terezila Sosa	Isolde Erica Gressler
Ana Zoé Akes da Silveira	Lacy Lafourcad Cabral
Anneliese Erica Müller	Maria Enyr Chazes
Antonieta Theresinha Penna	Maria Penna
Ela Wilhelm	Maria Tereza Guacê da Costa
Irene Pereira Leilão	

Oradora: Anneliese Erica Müller

As Professorandas católicas convidam para a S. Missa em Ação de Graças, na Igreja Matriz, às 7,30 horas do mesmo dia.

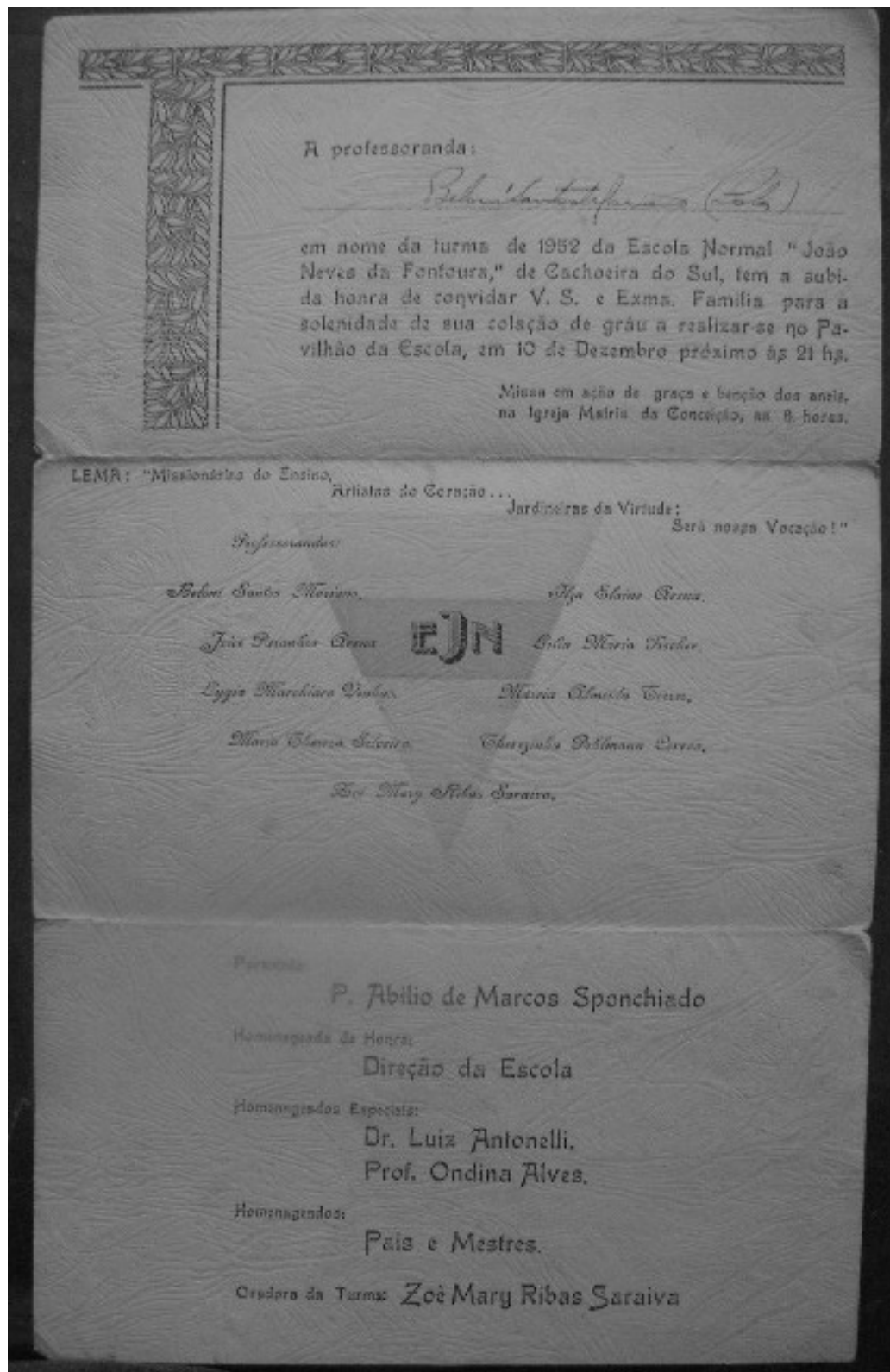
Quanto as Professorandas evangélicas convidam para o Culto na Igreja Metodista, das 14. às 20,30 horas.

Sonhar e realizar

Pela Torna: As Professorandas

Endereço: _____

ANEXO 8 – Convite de formatura do Curso Normal – 1952



ANEXO 9 – Convite de formatura do Curso Normal – 1954

As professorandas de 1954, da Escola Normal "João Neves da Fontoura" de Cachoeira do Sul, têm a elevada honra de convidar V. S. e Exma. Família, para assistirem a solenidade de sua Colação de Grau a realizar-se no Salão de Festas da Escola, em 11 de dezembro próximo da _____ horas.

- Parente* — Sr. Mírio Ghignaffi
Parente Relativo — S. Excia. Rodna. Dom Antônio Reis
Homenagem de Honra — Prof. Vera Pinho
Homenagem Especial — As nossas mestras primárias representada na pessoa da Prof. Dara Alcega
Homenagem Filial — Na linda carreira de uma vida nova que vem surgindo... poise a primeira luz na frente augúria de nossos pais, como coisa da mais sincera e filial homenagem.

HOMENAGADOS

Prof. Nélis Marliani
Prof. Ondine Alves
Prof. Maria Tereza Medeiros
Prof. Sanchina Zitta
Prof. Aradisa Geasi
Prof. Zula Rocha
Prof. Aracy Riccardi

Prof. Cláudia M. Corla
Prof. Cláudia d'Ávila
Prof. Lázaro A. Pratti
Dr. Gabriel Moraes
Dr. Alfredo Geraldo Pavesi
Rosa. Pa. Paulo Quadi
Sala. Rosilda Moura

PROFESSORANDAS

Ana Maria de Barba
Célia Vales
Dalva Fátima Silva
Dora Fátima
Eunice Teresinha Nêta
Lara Vargas Costa
Leda Riccardi
Luzia Helena de Arruda

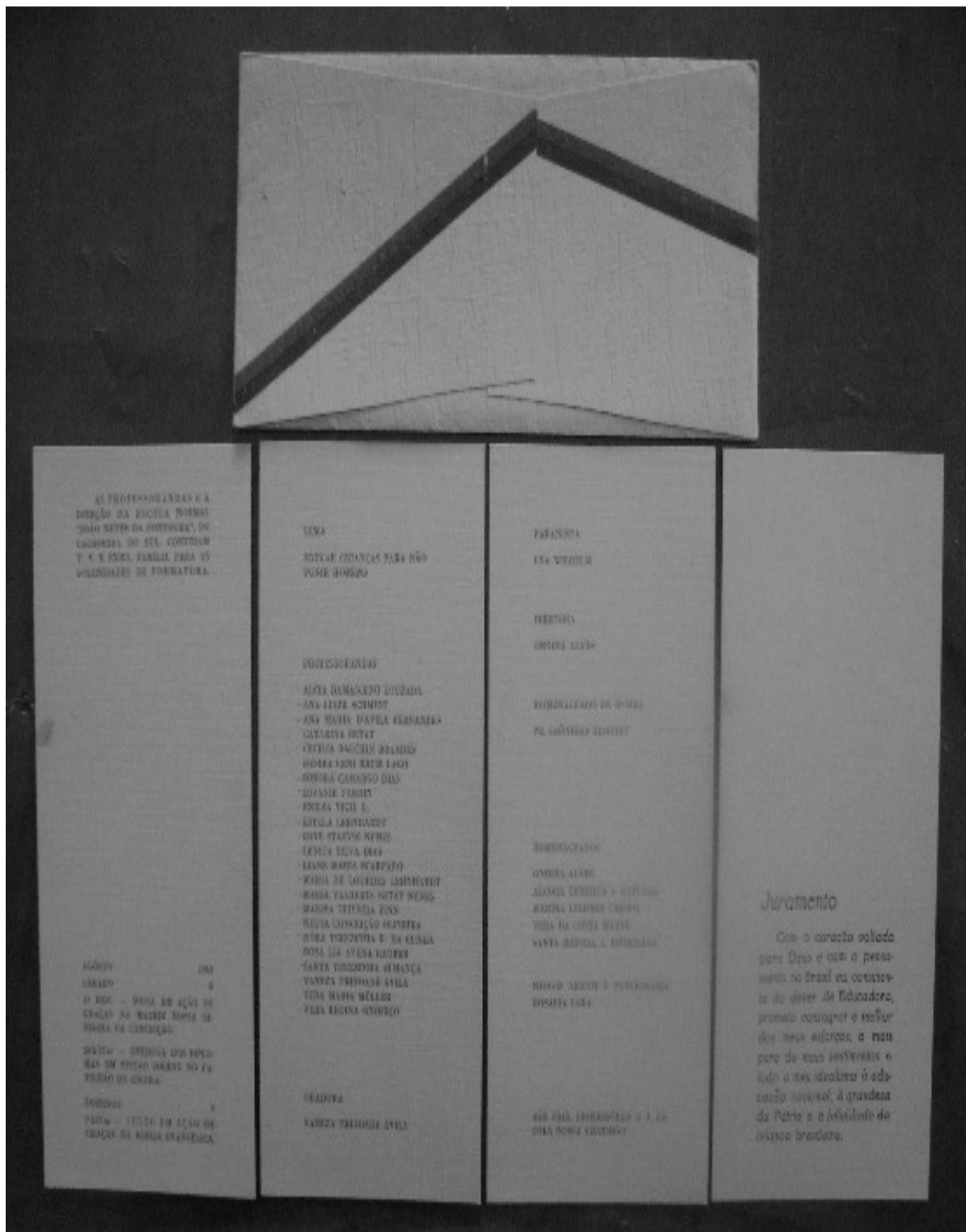
Maria Gracina Corallo
Maria Tereza de Ávila
Narciza Borges de Oliveira
Nita Cassia Haag
Terezinha C. de Corallo
Wilma C. Marinho
Yeda Teresinha Biognia

Outros: Ana Maria de Barba

*Convidamos para a vida em ação
de graça a realizar-se no tempo
Ouvindo a _____ horas da dia _____*

*Cada criança educada
para a vida seja mais
uma alma formada para Deus*

ANEXO 10 – Convite de formatura do Curso Normal – 1964



AS PROFESSORAS E A
DIREÇÃO DA ESCOLA NORMAL
"JOÃO NEVES DA FONSECA", DE
CATEGORIA DO SUL, CONTRAS
Y & S, ESTA FAMILIA PARA AS
SOLICIDADES DE FORMATURA.

AGORA - 1964
LUGAR - 8
1º DIA - DIA 18 DE AÇO DE
CRAÇÃO NA BARRA NOVA DE
NOVA DE CUNHAÇÃO.

2º DIA - DIA 19 DE AÇO DE
CRAÇÃO NA BARRA NOVA DE
CUNHAÇÃO.

3º DIA - DIA 20 DE AÇO DE
CRAÇÃO NA BARRA NOVA DE
CUNHAÇÃO.

TEXA

EDUARDO GUANÇAS PARA NÓ
JOSÉ ROBERTO

PROFESSORAS

ADRIANA DAMASCENO DE OLIVEIRA
ANA LUIZ SCHMITZ
ANA MARIA PAULA FERNANDES
CAYRINA DE TAT
CECÍLIA BAUCHINI DE ANDRÉ
DORA LUIZ RIBEIRO
DORIS CARLOS DIAS
EUGÊNIA VIEIRA
FRANCA VIEIRA
LUCIA LEONARDO
LUIZ STAVOS NERES
LUCIA SILVA DEAS
LUIZ MARIA MARTINS
MARIA DE SOUZA LEONARDO
MARIA TEREZINA DE TAT
MARIA TEREZINA ZINI
NINA CUNHAÇÃO DE TAT
NINA TEREZINA DE TAT
NINA DA SILVA ROBERTO
SANTA TEREZINA DE TAT
TATIANA TEREZINA DE TAT
TATIANA SILVA
TATIANA SILVA

PROFESSOR

TATIANA TEREZINA DE TAT

PARTE

1ª TURMA

PROFESSOR

EDUARDO GUANÇAS

PROFESSOR DE TAT

FRANCA VIEIRA

PROFESSOR

EDUARDO GUANÇAS

MARIA TEREZINA DE TAT

MARIA TEREZINA DE TAT

TATIANA TEREZINA DE TAT

TATIANA TEREZINA DE TAT

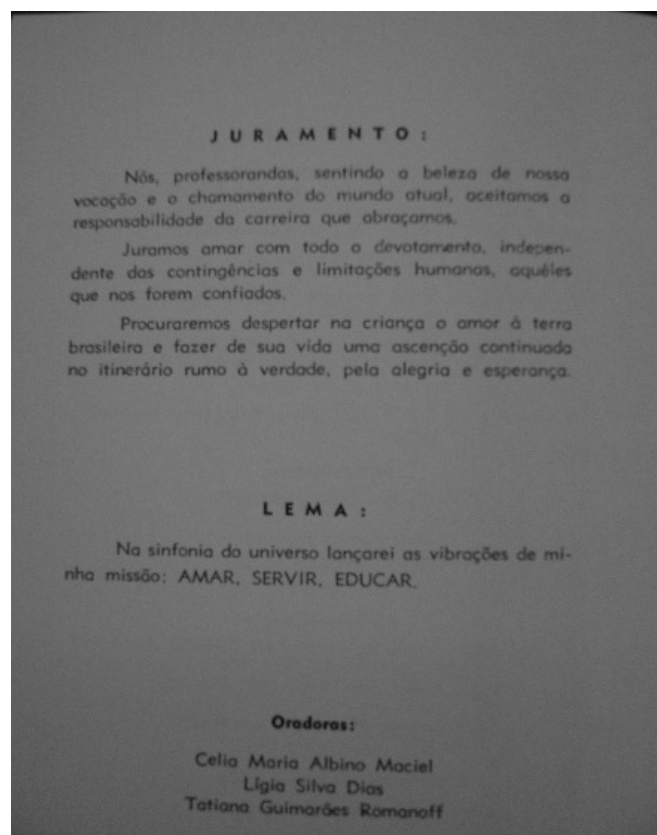
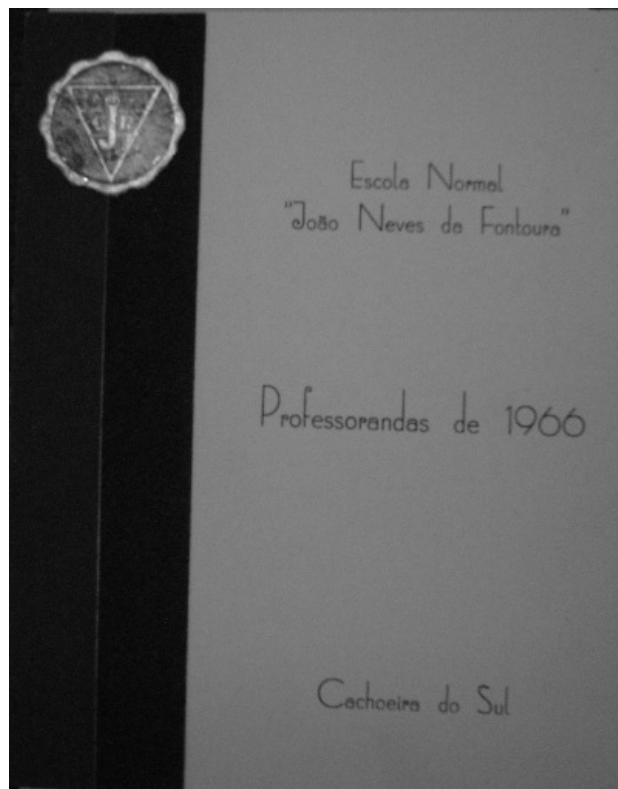
EDUARDO GUANÇAS

EDUARDO GUANÇAS

Juramento

Com o coração voltado
para Deus e com o pesa-
mento no Brasil eu concorre-
to do dever de Educadora,
prometo cumprir o melhor
das minhas forças, a meu
para de meu dever e a
fidelidade ao meu ideal e a
educação brasileira, a gratidão
do Pátria e a fidelidade do
Brasil brasileiro.

ANEXO 11 – Convite de formatura do Curso Normal – 1966



ANEXO 11 - CONTINUAÇÃO

CONVITE

A Direção e as professorandas da Escola Normal "João Neves da Fontoura", têm a honra de convidar V. S. e Exma. Família para assistirem às solenidades da entrega dos certificados de conclusão do curso.

DIA 14 DE JULHO

Às 8 horas — Missa na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.

Às 20 horas — Entrega dos certificados no pavilhão da Escola Normal "João Neves da Fontoura".

DIA 14 DE JULHO

Às 22 horas — Culto na Igreja Evangélica Martinho Lutero.

PARANINHO:

PROF. GLENIO SARMENTO

Homenagem Especial:

PROF.^a ONDINA ALVES
D.D. Diretora

Homenageados:

PROF.^a MARINA LINDNER CRESPO
PROF.^a SANTA B. DOS SANTOS
PROF. JORGE PACHECO DOS SANTOS

Homenagem de carinho e gratidão

AOS PAIS

Nossa amizade à querida

D.^a ROSÁLIA LARA

PROFESSORANDAS:

* Ad. Dias de Freitas Lima
Ana Maria Fagundes de Brito
Belmira Terezinha D'Andreo
- Celso Maria Albino Maciel
Elizabeth Feijó
Ieda Inez Rodrigues Schuster
Ilse Bartz Speck
- Ilse Maria Sanmarin
- Jucara Salete Lorenz
- Leatriz Hoffmann
Liane Maria Teixeira Felix
- Ligia Silva Dias
- Luci Matte Krening
- Magália Madelaine Beikow
- Maria Gládia Lindner Crespo
- Maria Inês Braga Müller
- Neida Baroni da Silveira
* Oracilda Lisboa
Shirlei Teixeira Felix
Tatiana Guimarães Romanoff
Vanice Maria Medeiros Lopes
Josefa Marques
* Valquíria G. Castagnino